UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO DOUTORADO EM TURISMO - PPGTUR

ANA NERI DA PAZ JUSTINO

DIÁRIO DE BORDO: DIÁLOGOS SOBRE TURISMO, ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E POVOS ORIGINÁRIOS A PARTIR DA VIVÊNCIA NO TERRITÓRIO INDÍGENA ELEOTÉRIOS DO CATU/RN

Ygara kuatiara ‘ara iabi’õnduara: nhomongetasaba turismo resenduara, tokoabeté sarombyra, abá tetamyguarypy, abaeté retama Catu/RN Eleotérios suixuara rekobesaba sui

NATAL/RN
2023

ANA NERI DA PAZ JUSTINO

DIÁRIO DE BORDO: DIÁLOGOS SOBRE TURISMO, ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E POVOS ORIGINÁRIOS A PARTIR DA VIVÊNCIA NO TERRITÓRIO INDÍGENA ELEOTÉRIOS DO CATU/RN

Ygara kuatiara ‘ara iabi’õnduara: nhomongetasaba turismo resenduara, tokoabeté sarombyra, abá tetamyguarypy, abaeté retama Catu/RN Eleotérios suixuara rekobesaba sui

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obter o título de Doutora em Turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

NATAL/RN

2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Justino, Ana Neri da Paz.
Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no Território Indígena Eleotérios do Catu/RN / Ana Neri da Paz Justino. - Natal, 2023.
264f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

1. Povos originários - Tese. 2. Áreas naturais protegidas - Tese. 3. Território Indígena Eleotérios do Catu/RN - Tese. 4. Potiguaras do Katu - Tese. 5. Planejamento e gestão do turismo - Tese. I. Nóbrega, Wilker Ricardo de Mendonça. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA CDU 338.485

Elaborado por Eliane Leal Duarte - CRB-15/355

DIÁRIO DE BORDO: DIÁLOGOS SOBRE TURISMO, ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E POVOS ORIGINÁRIOS A PARTIR DA VIVÊNCIA NO TERRITÓRIO INDÍGENA ELEOTÉRIOS DO CATU/RN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obter o título de Doutora em Turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

25 de setembro de 2023

BANCA EXAMINADORA:

WILKER RICARDO DE MENDONÇA NÓBREGA, DR.
Presidente da Banca e Orientador - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

MOZART FAZITO REZENDE FILHO, DR.
Avaliador Interno - PPGTUR - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SILVIO JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO, DR.
Avaliador Externo - Universidade Federal do Pará

FLÁVIO RODRIGO FREIRE FERREIRA, DR.
Avaliador Externo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

PAULA NORMANDIA MOREIRA BRUMATTI, DRA.
Avaliadora Externa - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico duplamente...

Aos povos originários do mundo!
Aqueles que aqui estavam antes dos outros, em especial aos Potiguaras do Katu!

À minha mãe, Frassinete da Paz Justino (In memoriam); e,
À minha filha, Sara da Paz Justino Rodrigues!
Ascendência e descendência que me ensinaram/ensinam a potência
do sagrado feminino!
Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Gratidão é uma emoção que demonstra o quanto nossa jornada não se faz solitária, e que, portanto, não se faz sem o reconhecimento junto aqueles e àquelas que de alguma maneira contribuem para nossas conquistas. Assim, neste momento, cumpre ser grata não apenas pelo ciclo de doutoramento finalizado. Mas, por toda uma jornada de atuação e formação profissional que fez no doutorado sua culminância.

Utilizar esse curto espaço para nominar os sujeitos que de alguma forma contribuíram com o processo se faz arriscado, no sentido de deixar desapercebido personagens que fizeram e fazem parte no processo. Antecipadamente peço perdão por algum descuido, o momento tem sido intenso. Protocolarmente, tem-se o *script* definido para a escrita acadêmica quando se agradece às divindades, à família e amigos, colegas de trabalho, às instituições, aos professores dentre outros. Particularmente, esse é um dos exercícios mais difíceis, entretanto, mais prazerosos. Difícil, não porque não se sabe ser grato, e sim pelo risco de a memória falhar e alguém não ser citado. Prazeroso, no sentido de que para tornar a gratidão explícita se faz necessário revisitar momentos adormecidos pela dinâmica de vida.

Assim, em razão do contexto, ser grato aos deuses e ao universo se mostra mais pertinente, pois são variadas as energias que contribuem para a profissão de fé. Aqui tem-se a força da natureza, dos encantados da floresta, de Tupã, de meus pais Oxóssi e Oxum. Em suma de Deus, Deuses e Deusas. E assim também manifesto gratidão aos Potiguaras do Katu que me acolheram em seu território para a construção do trabalho em tela, em especial ao cacique Luiz Katu, Wellington, Geyson, Evinha, Vandré, Valda, Vando, Marciano, Mucunã, Dona Nenê, Dona Creuza, Dona Maria Baixinha, Seu Chão, Meyriane, Josilene, Josimar, Francinice, Kyane, Marilene, Micarla, Romildo.

Merece atenção neste espaço o olhar para as pessoas que tão bem conduziram as políticas públicas que fizeram a menina do interior virar a Doutora em Turismo. Lá atrás, na formação em Guia Mirim e no Projeto Jovem Guia de Turismo. Projeto que de tão relevante foi justificativa para a criação Lei Ord. nº 8.730 de 09/11/2005[1]. Nesse âmbito se inclui personagens como João Amorim (SENAC); Severino (Bill) Pinheiro, Janete Medeiros, Damião Venâncio, Rosane Venâncio (Servidores do município de Ceará-Mirim); Nilda Duarte (FUNDAC/RN); e, José Maria Villar (BNB). Esse cenário reverbera nas condições para se cursar, como bolsista na Universidade Potiguar (UnP), a graduação em Turismo por intermédio da Professora Jurema Dantas e concessão do Professor Paulo de

[1]https://leisestaduais.com.br/rn/lei-ordinaria-n-8730-2005-rio-grande-do-norte-institui-o-dia-estadual-do-turismo-sustentavel-e-infancia

Paula. E, por conseguinte, a atuação como servidora em cargo de comissão no município de Ceará-Mirim, e, de pronto, agradeço Dona Edinólia Melo e seu filho, Jerônimo Melo pelo convite e confiança. Gratidão ao Professor Lerson Maia que me estimulou a seguir a carreira acadêmica ao sugerir a participação da seleção para docente na UnP.

As oportunidades surgem, mas, elas só se concretizam em algo bom quando temos uma rede de apoio. Como a minha é bem extensa, vou me ater a que está relacionada ao processo de desenvolvimento profissional, embora saiba que ele não se desloca das demais esferas da vida. Gratidão aos meus familiares mais próximos: meus pais Frassinente e Damião, Tia Lúcia, Tio Luiz, Maria, Ceicinha, Fatinha, Alan, Charles, Selma, Jaqueline; a madrinha Lizete; ao amigo Ilton; as amigas Ana Carla, Fabíola e Priscila; minhas comadres Andreza, Isonaura e Ruthe. As meninas da brinquedoteca: Itaiara, Lelê, Fabiana, Jéssica, Patrícia, Eluane, Rafaela e Maíra. Aos amigos para sempre ex-UnP: Jurema, Umbelino, Carla, Pedro, Tânia, Ildérica, Tati, Celso, Inagaki (*In memoriam*), Zuleide (*In memoriam*) antes professores, depois colegas de trabalho e hoje amigos. A minha plocada: Jani, Janinha, Leandro, Kaká, Paula Bru, Arthur, Rose, Roger, Neila, Santana, Clau, Flávio, Doris, Martin, Iva, Benja, Neto e Paula. Os dois últimos fizeram de sua casa a minha casa quando eu mais precisava.

Agradecer a Dayana que tanto cuida de mim, de Sara e da nossa casa. Agradecer pelas amizades conquistadas e/ou avidadas durante o processo de doutoramento. O grupo Festa na Casa de Bruno: Bruno, Edilene, Chico, Catarina e Bruna. Gratidão a Sara e Jefferson, por tantas coisas, inclusive por compreender as ausências. Aos irmãos de sangue, Glayson e Jacio pela torcida, ao pai Luiz; e ao irmão de esteira Nilton, pelas ricas trocas neste nosso processo de autoconhecimento e pela atenção como sujeito de pesquisa. Considerando o autoconhecimento também é preciso agradecer ao Grupo Autoconhecimento RN, na pessoa de Suellen e ao pai Raminho e a terapeuta Maria Eugênia.

Gratidão ao PPGTUR e tudo que me foi permitido por ser parte da história dele, incluindo-se aí, a intermediação junto a CAPES na liberação de recursos financeiros para participar de eventos tanto em âmbito nacional quanto internacional. Aos coordenadores, professores Leilianne e Ricardo. Gratidão ao pessoal de secretaria, Juliana, Anthony, Lorena e Elton. Ao corpo docente pela dedicação e zelo com a construção do conhecimento, e, principalmente com o cuidado e atenção dispensados no processo de adoecimento/falecimento da minha mãe, bem como, da perda do meu bebê. Em especial agradeço ao meu querido orientador Prof. Wilker pela confiança e paciência e aos professores vinculados ao GEPPOT pelas partilhas oportunizadas. Também agradeço aos Professores Stella e Michel, nas pessoas de quem estendo o sentimento à equipe do

“Brasil, essa é nossa praia”. Ainda na perspectiva acadêmica agradeço pelo momento ter me oportunizado fazer parte do GETET, liderado pela Profa. Catarina; do Corpolítica, liderado pelo Prof. Josenildo Bezerra; das discussões do Mais Sustentabilidade lideradas pelo Prof. José Gomes. Gratidão aos outros programas que me acolheram como discente. Esse tempo foi deveras enriquecedor.

Gratidão aos que de alguma forma contribuíram com este estudo. A “minha equipe” de campo: Ceicinha, Diogo, Jefferson, e mais recentemente Igor. Geyson e Evinha que não mediram esforços para eu ter acesso às informações acerca da comunidade. Aqueles que dispuseram de seu tempo para colaborar como sujeitos da pesquisa. Aos colaboradores nos escritos enviados aos eventos e periódicos: Wilker, Mozart, Edilene, Ceicinha, Diogo, Kadu, Flávio, Josenildo. Agradeço ainda às instituições que prontamente responderam às demandas apresentadas para o andamento da pesquisa.

Gratidão ao IFRN, nas pessoas dos gestores Valdelúcio e Flávio, por garantir que o direito ao afastamento para capacitação fosse assegurado. Também agradeço aos colegas do eixo turismo e hospitalidade pelas partilhas e parcerias. Por fim, gratidão à banca examinadora deste trabalho professores Wilker, Mozart, Silvio, Flávio e Paula em nome de quem estendo meus agradecimentos aos demais professores que se fizeram/fazem presentes em toda minha trajetória de formação básica e profissional. Também agradeço aqueles que vierem a ler este trabalho apresentando seus comentários, críticas e sugestões, mas, acima de tudo fazendo circular a discussão acerca das temáticas aqui apresentadas. Ivo Maia (*In memoriam*), onde quer que esteja veja que a menina que tinha como uma característica a primazia pela técnica conseguiu atravessar à fronteira da compreensão e perceber que elas não são forças antagônicas, pelo contrário, elas podem caminhar juntas! Gratidão pela lição! Gratidão àqueles que sabem que fazem parte dessa história, mas, pelo cansaço não tiveram seus nomes digitados nestas duas laudas.

“Não vemos as coisas como são: vemos as coisas como somos.”.

Anaïs Nin

RESUMO

Justino, A. N. da P. (2023). *Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN.* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

Compreender o turismo como dinâmico e complexo leva a assumir a interdisciplinaridade como um caminho para inferências ampliadas a respeito deste enquanto fenômeno social. Assumir estas questões significa refletir sobre uma epistemologia do turismo que se faça transfronteiriça deslizando seu entendimento a partir das contingências que formam os discursos por meio da posição dos sujeitos. Analisar a prática social discursiva presente na interseção turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da compreensão de elementos advindos da emergência dos processos de resistência e etnogênese no território indígena Eleotérios do Catu/RN/Brasil é o objetivo deste trabalho. A inspiração foucaultiana se apresenta como lente para observar tal realidade tomando como mote para uma abordagem analítica processual localizada nos estudos críticos em turismo. Os caminhos investigativos trilhados se dão a partir de um percurso metodológico que não se fez estanque ao longo do processo. Este incorpora análise documental de fontes primárias e secundárias. Às primeiras se atém às informações institucionais atreladas às temáticas analisadas. Às segundas, a partir da Revisão Narrativa da Literatura (RNL) e da Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Considerando o campo empírico de observação, as estratégias assumidas foram a observação participante, a realização de entrevistas semiestruturadas com residentes e por meio de um grupo focal com visitantes. Tais etapas se utilizaram da etnografia fílmica como mecanismo de compreensão, bem como, de plataformas remotas de interação social. Além disso, também foi possível o registro de diálogos informais com representantes do Estado tanto por meio de aplicativos de mensagens quanto a partir de visitas aos órgãos, juntamente com solicitações institucionais via ofícios expedidos pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN). Os resultados demonstram que compreender a prática social discursiva no Território Eleóterios do Catu leva a perceber o processo de retomada e etnogênese presente naquele território situando os discursos na perspectiva política da resistência dos povos originários. Isso faz com as características da recepção de visitantes ali realizada configurem-se como mais uma estratégia de autoafirmação e autorreconhecimento do povo que habita o território. Assim, articular o saber/fazer de práticas turísticas e recreativas entre os Potiguaras do Katu remete à compreensão do processo de colonização europeia e das invisibilidades dele resultantes. Isso precisa dialogar com outra realidade implicada na prática discursiva do território, o fato dele estar inserido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como parte da Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU) o que demanda a observância aos dispositivos de regulação ali localizados. Estes muitas vezes podem ainda trazer elementos do discurso hegemônico de conservação da natureza do século XX que desconsidera a voz das populações residentes, de modo que incorporar a voz dos povos originários no processo decisório da gestão de tais espaços é o que se espera da relações homem-natureza no século XXI. É nisso que reside o diário de bordo ora apresentado, uma discussão que reflete acerca da necessidade de diálogo entre áreas naturais protegidas e povos originários para melhor pensar/fazer o planejamento e gestão do turismo, cuja apresentação se dará em formato *multi-paper*, por meio de quatro capítulos que dialogam entre si.

Palavras-chave: Povos originários. Áreas naturais protegidas. Território Indígena Eleotérios do Catu/RN. Potiguaras do Katu. Planejamento e gestão do turismo.

ABSTRACT

Justino, A. N. da P. (2023). *Logbook: dialogues about tourism, protected natural areas and native peoples from the experience in the indigenous territory Eleotérios do Catu/ RN.* (Doctoral Thesis). Postgraduate Program in Tourism, Federal University of Rio Grande do Norte, Natal, Brazil.

Understand tourism as dynamic and complex leads to assuming interdisciplinarity as a path to expanded inferences about this as a social phenomenon. Assuming these questions means reflecting on an epistemology of tourism that is made cross-border sliding their understanding from the contingencies that form the discourses from the position of the subjects. To analyse the discursive social practice present at the intersection tourism, protected natural areas and native peoples from the understanding of elements arising from the emergence of the processes of resistance and ethnogenesis in the indigenous territory Eleotérios do Catu/ RN/ Brazil is the objective of this work. Foucault's inspiration is presented as a lens to observe this reality taking as a motto for a procedural analytical approach located in critical studies in tourism. The investigative paths taken are based on a methodological path that was not stopped throughout the process. This incorporates documentary analysis from primary and secondary sources. The former are tied to institutional information linked to the themes analysed. On Mondays, from the Narrative Literature Review (RNL) and the Systematic Literature Review (RSL). Considering the empirical field of observation, the strategies assumed were participant observation, semi-structured interviews with residents and through a focus group with visitors. These steps used filmic ethnography as a mechanism of understanding, as well as remote platforms of social interaction. In addition, it was also possible to register informal dialogues with state representatives both through messaging applications and from visits to agencies, along with institutional requests via offices issued by the Post-State Program Degree in Tourism from the Federal University of Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN). The results show that understanding the discursive social practice in the Territory Eleóterios do Catu leads to realize the process of resumption and ethnogenesis present in that space situating the discourses in the political perspective of resistance of native peoples. This makes the characteristics of the reception of visitors held there configure as another strategy of self-affirmation and self-recognition of the people who inhabit the territory. Thus, articulating the knowledge/do of tourist and recreational practices among the Potiguaras do Katu refers to the understanding of the European colonization process and the invisibilities resulting from it. This needs to dialogue with another reality involved in the discursive practice of the territory, the fact that it is inserted in the National System of Conservation Units (SNUC) as part of the Piquiri-Una Environmental Protection Area (APAPU) which demands compliance with the normative devices located there. These can often still bring elements of the hegemonic discourse of nature conservation of the twentieth century that disregards the voice of resident populations, so that incorporating the voice of native peoples in the decision-making process of managing such spaces is what is expected of man-nature relations in the 21st century. This is what lies in the logbook presented here, a discussion that reflects on the need for dialogue between protected natural areas and native peoples to better think/make the planning and management of tourism, whose presentation will be in multi-paper format, through four chapters that dialogue with each other.

Keywords: Indigenous peoples. Protected natural areas. Eleotérios do Catu/RN Territory. Potiguaras do Katu. Tourism planning and management.

MIMOMIRÎ

Justino, A. N. da P. (2023). *Ygara* kuatiara ‘ara iabi’õnduara*: nhomongetasaba turismo resenduara, tokoabeté sarombyra, abá tetamyguarypy, abaeté retama Catu/RN Eleotérios suixuara rekobesaba sui.* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação Turismo resenduara, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil pupenduara.[2]

Oikobeba’eramo i abaíba’eramo turismo kuapápe asé oikuab interdisciplinaridade asé i andupabusu rapéramo abatyba rekoaba resenduara. Aipoba’e motyba osa’ang oiepé turismo epistemologia resé nhemongetasaba tetamaé rasapabamo tekokupaba syrýreme ‘ara i kuabypyre’yma abá rekoaba nhe’enga monhangaba suí. Abatyba ioguereko nhe’enga turismo resenduara, tekoabeté sarombyra, tetamyguarypy, abaeté retama Catu/RN/Brasil Eleotérios suixuara rekobeiebyraguera nherandaba, i ananhemonhangaba abé kuaba asé sa’anga kó porabykysaba remiekaretéramo sekóu. I Foucault rakypuemondoaba oiekuabe’eng tekoeté andupabamo, abordagem analítica processual rara nhembo’esaba i apore'ymba’e Turismo pupenduara. Pé i kuapotarypyra guatasaguera e’i metodologia rapé suí aipoba’e rupi mba’emopytasabe’ỹmamo. A’e oimono’ong i jypýramo i mokõiamo tekopuekuapaba i kuatiapyruera ra’anga. I jypy osa’ang instituiçãoetá iekuapaba sekarypyra resenduara. I mokõia Revisão Narrativa da Literatura (RNL) resenduara, Revisão Sistemática da Literatura (RSL) resenduara. I andubypyra Campo empírico ra’angápe, estratégiaramo tarypyra irũnamo sekóreme mba’eanduba, moromonhe’enga moranduba ranhẽ i kuabypyra monhanga aipó tetamyguara supenduara amõ irundyba morosupara rupi. Aipó pé sembaba oiporu etnografia ta’angamyia mba’ekuapaba, plataforma mamõ iosuí abaetá ioguerekosaba abéno. Mba'enakó, Estado ra’angara nhomongetá te’e ra’anga aplicativo nhomomgetesaba rupi orgãoetá suba rupi, instituição ieruresaba ofício Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN) suixuara pupé. I monhangymbyra oiaso’iabok abatyba ioguereko nhe’enga abaeté retama Catu/RN/Brasil Eleotérios pupenduara kuaba onhandubukar sekobeiebyraguera i ananhemonhangaba abé aipó tekoápe oikobeba’e abaeté anama tetamyguarypy rubixaba nherana nhe’enga resenduara. Aipoba’e oimonhang akueipe morosupara andupaba oguerekó amoaé estratégia nhemombeguaba resenduara tetamyguara anama iekuapaba resenduara abé. Emonãnamo, a’e osekomonnhang tekoetá turismo resenduara Potĩguara Katuyguara nhemosaraitaba resenduara kuaba/monhanga colonização Europa suixuara rekoaba sepiakaba abé kuapápe. A’e oikotebẽ amoaé tekoeté tetama nhe’enga rekó resenduara mongetá resé, a’e oin Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) pupé Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU) reté pesembuéramo asé tekoetá a’epe oikoba’e rapiaraba abé. Koba’e e’ikatu nhe’enga-hegemonia ‘ekatuaba mombegaba ybynhandesy raroama século XX resenduara tetamyguara nhe’enga oimoeteba’ee’yma rerú, irõ, asé oipotar século XXI pupé abá-ybynhandesy ioguerekó pupé abaté anama tetamyguaraypy nhe’enga mono’onga ko tekoaba rekomonhanga resé. I pupé sekóu Ygara kuatiara ‘ara iabi’õnduara i kuabe’engypyra, amõ nhomongetasaba oikuabe’eng tekobesaba tekoabeté sarombyra abaeté anama abé nhomongeta resenduara turismo rekomonhanga i momboitaba abé mo’angatu/monhangatu, ó temikuame'enga oikó multi-papéramo, oioirundyk moranduba pesembuera rupi o ioupé nhomongetasábamo.

Nhe’engokendaba: anametá tetamyguarypy. tekoabeté sarombyra. abaeté retama Catu/RN Eleotérios sui. Tekomomboitaba mba’ererekosaba turismo resé

[2]Tradução: José Romildo Araújo da Silva (Guyraakanga Potĩguara Paraibyguara) - Potiguara da Paraíba (Baía da Traição) e Docente de Tupi das professoras indígenas que lecionam a disciplina nas duas escolas do Território Eleotérios do Catu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 0 1: Aspectos Revisão Sistemática da Literatura (RSL) 26
Quadro 0 2: Aspectos da RSL na plataforma Publicações de Turismo.....33
Figura 0 1: Dispositivos de interseção turismo, áreas naturais protegidas e povos originários .....
33
Figura 0 2: Exame de Qualificação de Doutorado 57
Figuras 0 3 e 04: "Equipe" de observação 58
Figuras 0 5 e 0 6: Divulgação da transmissão ao vivo na Festa da Batata/2021.....59
Figura 07: Observação das atividades presenciais na Festa da Batata/2021 59
Figuras 08, 09 e 10: Realização de entrevistas.....60
Figura 11: Realização de Grupo Focal.....61
Figura 12: Elementos teóricos de análise 65
Quadro 03: Comunicação da pesquisa 66
Figuras 13, 14 e 15: Observação *in loco* no Chile 68
Figuras 16 e 17: *Encuentro de Turismo y Pueblos Originarios*.....69
Figura 18: Localização Catu.....70
Figura 19: Características socioeconômicas da Microrregião do Litoral Sul do RN..71
Figuras 20 e 21: Espacialização do Território Indígena Eleotérios do Catu 72
Figuras 22, 23 e 24: Atividades produtivas da comunidade 73
Quadro 04: Resultados selecionados para análise Publicações de Turismo.....93
Quadro 05: Resultados selecionados para análise *Google Scholar*.....95
Quadro 06: Ações afirmativas no início dos anos 2000 113
Figura 25: Terras Indígenas do Brasil..... 115
Figura 26: Localização Catu/APAPU.....120
Figura 27: Território tradicionalmente ocupado pelos Eleotérios do Catu.....122
Figura 28: Prática recreativa do arco e flexa durante a Festa da Batata 2021 125
Figuras 29, 30 e 31: Aula de campo na Escola Indígena do Catu, RN.....126
Figuras 32, 33 e 34: Mobilização contra o PL 490/2007 na EMIAL 127
Figura 35: Interação com o cacique Luiz Katu durante a observação participante.128
Quadro 07: Produções em âmbito *stricto sensu* sobre o povo Potiguara do Katu..132
Quadro 08: Produções com autoria dos Potiguaras do Katu 134
Figura 36: Localização Catu/APAPU.....156

Figuras 37, 38 e 39: Mobilização comunitária nas redes sociais para recepção de visitantes 158
Figura 40: Vandregecílio Arcanjo (precursor no processo de autoidentificação) 159
Figuras 41 e 42: Recepção de visitantes na Escola Municipal João Lino da Silva.160
Figuras 43 e 44: Festa da Batata 2019.....162
Figuras 45, 46 e 47: Recepção de visitantes @katu_experiencias, @Kattur.roteiros e @etnokatu.....163
Figura 48: Contingências que formam o cenário da recepção de visitantes no Território Potigura Katu .....
164
Figura 49: Percurso Caminhos da Resistência no Vale do Rio Catu 165
Figura 50: Localização e acessos à APA Piquiri-Una.....186
Figura 51: Zona Tradicional de Uso Sustentável do Catú (ZTUSC). 189
Figura 52: Trilhas Mata do Catu. 192
Figura 53: Prática social discursiva foucaultiana no turismo.....211
Figura 54: Dinâmica da recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu....211
Figura 55: Fases da recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu 217

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACD	Análise Crítica do Discurso
AL	América Latina
ANPs	Áreas Naturais Protegidas
ANPTUR	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
APA	*American Psychological Association*
APA	Área de Proteção Ambiental
APAJ	Área de Proteção Ambiental Jenipabu
APAPU	Área de Proteção Ambiental Piquiri-Uma
APARC	Área Proteção Ambiental dos Recifes de Corais
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ALRN	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte
AIRN	Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte
ATL	Acampamento Terra Livre
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CGAPAPU	Conselho Gestor da APAPU
CLAIT	Congreso Latinoamericano de Investigación Turística
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONETUR	Conselho Estadual de Turismo
Corpolítica	Grupo de Estudos Interdisciplinares, Práticas Discursivas e Políticas dos Corpos
DSEIs	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EA	Educação Ambiental
EaD	Educação à Distância
ELAPIS	Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
EMATER/RN	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
EMIAL	Escola Municipal Indígena Alfredo Lima

EMIJLS	Escola Municipal Indígena João Lino da Silva
EMPROTUR	Empresa Potiguar de Promoção Turística S/A
ENTBL	Encontro Nacional de Turismo com Base Local
FJA	Fundação José Augusto
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNDEP	Fundação Para o Desenvolvimento da Terra Potiguar
GEPPOT	Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo
GPPGTUR	Grupo de Pesquisa em Planejamento e Gestão do Turismo
GT	Grupo de Trabalho
GT	Grupo Temático
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICPDs	Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IES	Instituição de Ensino Superior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IIEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ICPDs	Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LA Referencia	Rede Federada de Repositórios Institucionais de Publicações Científicas
MCC	Museu Câmara Cascudo
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MP	Medida Provisória

MTur	Ministério do Turismo
MUPAN	Mulheres em Ação no Pantanal
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NE	Nordeste
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não Governamentais
PARNA Iguaçu	Parque Nacional do Iguaçu
PEC	Prontuário Eletrônico do Cidadão
PEMP	Parque Estadual Mata da Pipa
PIB	Produto Interno Bruto
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCs	Projetos Políticos Pedagógicos
PPGTUR	Programa de Pós-Graduação em Turismo
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RN	Rio Grande do Norte
RNL	Revisão Narrativa da Literatura
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
SAMGe	Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão
SAPIS	Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SETUR/RN	Secretaria de Estado do Turismo do RN
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
SOCIETUR	Sociedad Investigadores en Turismo de Chile
TICCAs	Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais
TIs	Terras Indígenas
UBSs	Unidades Básicas de Saúde
UCs	Unidades de Conservação
USP	Universidade de São Paulo
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UnP	Universidade Potiguar
WEB	World Wide Web
WWF	World Wildlife Fund
ZTUSC	Zona Tradicional de Uso Sustentável do Catú

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A TESE... O LAMPEJO DE UMA EPIFANIA 22
1.1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA 25
1.2 OBJETIVOS.....40
1.3 JUSTIFICATIVA.....40
1.4 ORGANIZAÇÃO GERAL DA TESE.....44
REFERÊNCIAS 46

2 PERCURSO METODOLÓGICO... O CAMINHAR SE APRENDE CAMINHANDO 53
2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA 54
2.2 PROCESSO CRIATIVO DE CONSTRUÇÃO, ANÁLISE E COMUNICAÇÃO DO ESTUDO 56
2.2.1 A construção... 57
2.2.2 A análise... 63
2.2.3 A comunicação... 66
2.3 PROCESSO DE ESCOLHA E CARACTERIZAÇÃO DO *LÓCUS* DE OBSERVAÇÃO 70
REFERÊNCIAS 75

3 A PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA FOUCAULTIANA COMO LENTE PARA UM (DES) CAMINHO INVESTIGATIVO NO TURISMO 81
3.1 INTRODUÇÃO.....82
3.2 A LENTE FOUCAULTIANA COMO UM CAMINHO PARA PROBLEMATIZAR A REALIDADE 83
3.2.1 Prática social discursiva na perspectiva dos leitores da obra de Michel Foucault.....86
3.2.2 (Des) caminhos investigativos e análise crítica na epistemologia do turismo 88
3.3 METODOLOGIA 91
3.4 PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA FOUCAULTIANA COMO UM (DES) CAMINHO PARA SE PENSAR O TURISMO.....92

3.4.1 A lente foucaultiana nos estudos elencados na plataforma Publicações de Turismo 93
3.4.2 Google Scholar e os singulares achados para a reflexão da relação prática social discursiva foucaultiana e turismo 95
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....101
REFERÊNCIAS 103

4 DE ELEOTÉRIOS A POTIGUARAS: A VERDADE SOBRE SI DO POVO ORIGINÁRIO QUE VIVE ÀS MARGENS DO RIO CATU NO NORDESTE BRASILEIRO.....108
4.1 INTRODUÇÃO.....108
4. 2 ENTRE O VISÍVEL E O VISTO NA PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA DOS POVOS ORIGINÁRIOS.....110
4.2.1 A "verdade" sobre os povos originários na historiografia oficial do RN do século XX 115
4.4 POVO POTIGUARA DO KATU COMO PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA 120
4.4.1 O descobrir-se indígena dos Potiguara do Katu 124
4.4.2 A virada do milênio e o papel da academia na visibilidade dos povos originários no RN 130
4.4.3 A chegada dos visitantes como aporte para a construção do conhecimento sobre si do Povo do Catu.....133
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....136
REFERÊNCIAS 137

5 CAMINHOS DA RESISTÊNCIA: A RECEPÇÃO DE VISITANTES COMO PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA À VISIBILIDADE DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO RIO GRANDE DO NORTE/RN, BRASIL.....143
5.1 INTRODUÇÃO.....144
5.2 SABEDORIAS INVISIBILIZADAS COMO APORTE PARA A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO 145
5.2.1 Lapidando o olhar para os povos originários e suas cosmovisões.....145
5.2.2 Resistir para (re) existir: um exercício diário.....147
5.2.3 O turismo enquanto elemento da ordem produtiva e a necessidade do olhar para o fenômeno.....151

5.3 PERCURSO METODOLÓGICO.....154
5.4 A RECEPÇÃO DE VISITANTES COMO ELEMENTO DE RESISTÊNCIA 154
5.4.1 A resis(exis)tência dos Povos Originários no Rio Grande do Norte 154
5.4.2 Os povos originários no RN a partir do discurso apresentado na recepção dos visitantes na Comunidade do Catu: algumas observações no campo 156
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....166
REFERÊNCIAS 168

6 OLHARES SOBRE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS, TERRITÓRIO INDÍGENA E TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO 174
6.1 INTRODUÇÃO.....175
6.2 PRÁTICA DISCURSIVA DO LOCAL E DO GLOBAL E O UNIVERSO DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS 177
6.2.1 Planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas 181
6.3 PERCURSO METODOLÓGICO.....184
6.4 APAPU/RN COMO UM ESPAÇO DE INTERAÇÃO ENTRE POPULAÇAO TRADICIONAL, ÁREA PROTEGIDA E TURISMO 185
6.4.1 APU/RN e Território Eleotérios do Catu no contexto das ANPs 187
6.4.2 Realidade das práticas turísticas inseridas na APAPU/RN e a lógica da recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu.....190
6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....201
REFERÊNCIAS 202

7 CONSIDERAÇÕES FINAS DA TESE... À GUISA DE UMA CONCLUSÃO 208

APÊNDICES.....223
Apêndice A – Modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....223
Apêndice B –Cartas de anuência lideranças comunitárias 225
Apêndice C – Modelo Termo de autorização de uso de imagem e som 228
Apêndice D – Modelo Termo de autorização de uso de imagem e som menor de idade.....229
Apêndice E – Roteiros das Práticas de recepção realizadas na observação participante.....230

Apêndice F – Roteiro de Entrevista 235

ANEXOS.....237
Anexo A – Autorização IDEMA.....237
Anexo B – Solicitações de dados via ofício PPGTUR.....240
Anexo C – Legislações municipais de Canguaretama e Goianinha: Escola Municipal Indígena e Festa da Batata 249
Anexo D – Legislação municipal de Turismo do Município de Canguaretama/ata do Conselho de Turismo 253
Anexo E – Resposta IBGE 263
Anexo F – Literatura de Cordel.....264

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A TESE... O LAMPEJO DE UMA EPIFANIA

> Aquilo que, nós o vemos, traz como consequência que a crítica vai se exercer não mais na pesquisa das estruturas formais que têm valor universal, mas como pesquisa histórica através dos acontecimentos que los levaram a nos construir e a nos reconhecer como sujeitos que fazemos, pensamos, dizemos (Foucault, 2000a, p. 347).

Como nasce uma tese? Seguramente ela não nasce em 48 meses. Ela é fruto daquilo que molda o pesquisador, do que viveu, aprendeu e ensinou. Ela nasce das leituras, da observação e da interação com a realidade. Ela é teoria, mas, também é empiria. Sobretudo, ela é práxis. Não se faz de modo linear ou cronológico, pois, a história não se constrói apenas por uma via. São nas dobras que emergem os elementos necessários à sua compreensão, uma vez que ela não é estática, sendo, portanto, a dinâmica do movimento de encontros e desencontros que dão melhores condições de observação e interpretação da realidade. A descontinuidade faz a história.

Os diálogos construídos neste Diário de Bordo são reflexos de um processo sinérgico de história de vida da autora que se inicia no final dos anos 1990 a partir da execução de políticas públicas para o turismo e assistência a crianças e adolescentes no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, quando se recebe a formação em Guia Mirim, e, posteriormente a executa no Projeto Jovem Guia de Turismo. Ele segue na primeira atuação docente, o trabalho de instrutora no curso de Turismo Ecológico, no início dos anos 2000, ainda em vias de concluir a graduação em turismo. Tais elementos são permeados por uma formação em nível de especialização em Educação Ambiental que vai dialogar com a formação complementar institucional em Gestão Ambiental, juntamente com a aplicação em sala de aula da legislação que disciplina a educação para a relações étnico-raciais (leis 10.639/03 e 11.645/08)[3]. Estes atravessamentos ainda dão conta da atuação em âmbito municipal para o planejamento e gestão da política no turismo.

Ainda sem se fazer as devidas conexões, mas, colaborando para o percurso ora apresentado tem-se a atuação na autoria de materiais didáticos vinculados às discussões de meio ambiente, sustentabilidade e turismo. Além das atividades

[3]https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4
https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11645&ano=2008&ato=dc6QTS61UNRpWTcd2

relacionadas às ações de educação ambiental e patrimonial, bem como, de gestão em unidades estaduais de conservação. Some-se a isso a entrada no universo da educação pública, no campus da diversidade e na latente aproximação daquilo que outrora era imerso e começava a despertar, o grito dos “invisíveis” à sua própria noção de “invisibilidade”. Sejam provocadas ou espontâneas, as demandas da interculturalidade chegaram e com elas o despertar para o fazer/saber turístico em torno de si.

Vale salientar que os eventos ora explicitados não constituem uma hermética linha do tempo. Alguns ocorrem de forma cronológica e linear, outros de forma transversal e descontínua. Foucault (2000a) afirma que embora seja preciso fazer uma análise de nós mesmos como seres historicamente determinados até certo ponto, não a devamos fazer no sentido retrospectivo em si, e sim para que seja possível perceber as contingências que nos fizeram ser o que somos, bem como, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar.

É neste cenário que se aporta no Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com uma bagagem que indicava buscar no caminho da governança a lacuna teórica de investigação. Em razão do hiato no tempo transcurso entre o mestrado e o doutorado, foi necessário o cômputo integral dos 36 créditos previstos no regimento do PPGTUR, que, por força dos rearranjos demandados pela mais abrangente crise sanitária do século XXI (até o momento), a pandemia da COVID-19[4], foram contabilizados em 38. Com o avançar do curso, o desenho desse Diário de Bordo foi mudando. Conforme previsto pelo orientador, a medida em que se encaminhava o cômputo dos créditos novas ideias eram ventiladas. E, de repente, o estudo apoiado nos elementos da governança convencional já não fazia mais sentido e a emergência étnica entra em cena na busca de uma lacuna teórica que possibilitasse o diálogo entre o turismo, as áreas naturais protegidas (ANPs) e os povos originários. Foucault (2020) entende que a história não é linear, tampouco somente vertical, e sim, fruto dos entrelaçamentos dos acontecimentos. É neste sentido que se ascende os pressupostos da descontinuidade e dos atravessamentos de um dado fato histórico (Foucault, 2000b).

Considerando que o sujeito pesquisador não se descola de seus outros aspectos de vida se faz mister trazer à baila “a dor da tese” (Grossi, 2004) no tocante

[4]Pires et al (2020).

aos desafios pessoais que os sujeitos enfrentam durante o processo que vão desde o processo de adoecimento físico e mental às intempéries que ocorrem simplesmente pelo fato de se estar vivo. Acontece que quando se está num processo criativo de tamanho fôlego, tais eventos, muitas vezes, tomam uma proporção bem maior. No caso particular desse estudo, pode-se se afirmar que as maiores dores foram os processos de luto vivenciados no período, oriundos de partidas físicas e simbólicas de entes queridos. Além de toda a carga emocional advinda da pandemia da COVID-19.

Como dito, a tese não se constrói nos 48 meses regimentais. Entretanto, é salutar afirmar que, esse é um tempo transformador. Seguramente, um dos tempos de maiores colheitas intelectuais ao sujeito que se permite viver o “admirável mundo novo” do doutorado. Os elementos descritos nessas poucas linhas são utilizados apenas para demonstrar sinteticamente, pois, o que se desenha em tela nem a maior descrição seria capaz de materializar. Faltou o sonhado doutorado sanduíche, porém, sua ausência não tira o brilho do que foi experienciado no processo. Chega-se ao final com um mix de emoções, sim, não se pode racionalizar tudo, pois, somos sujeitos emocionais por natureza. Cansaço, sim. Alívio, também. Porém, nada que ofusque a felicidade e gratidão por um tempo tão rico. Tantas leituras, tantas escritas, tantas partilhas. Tanta gente boa que cruzou o caminho, aqui fica uma ênfase sem tamanho aos sujeitos da pesquisa, por se dispor mais uma vez, dentre as inúmeras vezes que se colocaram à disposição de investigações científicas, e como o estudo diagnosticou, 57 até o momento. Essa pausa na vida laboral para viver o processo de doutoramento foi de grande valia para uma entrega exclusiva ao processo que se encerra com o Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN, conforme será apresentado nas subseções dessa parte do trabalho.

A respeito da denominação do território vale pontuar que, segundo os catuzeiros, não há uma denominação mais apropriada, haja vista que vemos a grafia com K e C para Catu e em alguns documentos ler-se Catu dos Eleotérios, Catu dos Eleutérios, Eleotério do Catu, Eleotérios do Catú. Isso vai depender do contexto em que se constrói o discurso. Como carece ao estudo assumir uma denominação para fins de titulação do documento optou-se por Eleotérios do Catu para denominar o território de acordo com o registro oficial de solicitação de demarcação existente no órgão indigenista oficial do Brasil.

1.1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Os estudos em espaços protegidos denotam significativas fragilidades no tocante à gestão de forma ampliada quando se trata do uso público para fins turísticos. Os entraves vão desde questões estruturais, como a inexistência de conselho gestor ou plano de manejo à falta de atuação pública e de interação entre atores sociais para a gestão destes espaços. Lacunas como atuação frágil dos conselhos gestores (quando existem); conflitos das mais diversas ordens, como ocupações irregulares, por exemplo; desequilíbrio nas relações de poder entre os atores sociais envolvidos; atuação mercantil dos empreendimentos vinculados à iniciativa privada são presentes nas falas de autores como Brumatti (2020); Soares et al (2018); Soares (2019); Oliveira (2017); e, Fonseca (2017).

Convém, neste aspecto, observar o entendimento de Krenak (2019) quando assevera que tal cenário é oriundo de uma prática discursiva mercantil que se apropria das noções de sustentabilidade para modificar a ideia de natureza. Para o autor os únicos que se mantém firmes no propósito primário da noção de natureza são aqueles relegados à borda do planeta, a quem ele considera, a partir da prática discursiva hegemônica, como sub-humanidade (caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes) uma vez que não se renderam às premissas empreendedoras neoliberais. Tais sujeitos são invisibilizados no discurso hegemônico. Quando analisa a sobreposição entre Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), Ferreira (2018) demonstra ainda haver um olhar convencional para o entendimento da conservação da natureza. De acordo com a autora isso denota uma visão fragmentada, dicotômica e excludente sobre o tema, o que implica na necessidade de reconhecimento da dimensão socioecológica na busca de uma abordagem que ultrapasse os antagonismos que têm sido criados nas interfaces entre as UCs e as TIs[5].

Ampliando a compreensão da temática para o espectro internacional, lançou-se mão da análise de textos publicados em duas plataformas digitais: a

[5] UCs e TIs são, pela legislação brasileira, considerados espaços territoriais especialmente protegidos, porém são categorias diferentes e com objetivos distintos. Quando se amplia a lógica da proteção para o espectro de área protegida, ambas podem assim ser considerada. Além destas possibilidades de proteção também é possível incluir territórios quilombolas, áreas de preservação permanente, reservas legais, monumentos arqueológicos e pré-históricos, dentre outros (Pereira & Scardua, 2008).

ScienceDirect[6], uma marca registrada do grupo Elsevier, com acesso liberado às organizações vinculadas à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe)[7] sitiada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e a Rede Federada de Repositórios Institucionais de Publicações Científicas (LA Referencia)[8], uma rede latino-americana de repositórios de acesso aberto. Adotou-se como recorte temporal de busca, o período de 2017 a 2021. Para tanto, foram utilizadas unidades discursivas que compõem as interseções do estudo: turismo, áreas naturais protegidas e povos originários. É importante registrar que embora tenha se assumido estas duas plataformas nesta etapa, ao longo da elaboração da tese elas não foram as únicas utilizadas. Dentre as principais razões para a escolha de ambas se apresenta a acessibilidade, uma vez que o acesso livre aos textos foi um fator determinante em razão do autofinanciamento do estudo.

Dado o alcance dos resultados, optou-se pelo uso exclusivo da língua inglesa na *Science Direct*. Inicialmente se utilizou das unidades *tourism, protected areas, native peoples*, levantando-se o quantitativo de 1.256 artigos, destes, sendo selecionadas 32 publicações para leitura. Por solicitação da banca de qualificação ampliou-se o portfólio para a inclusão dos termos *tourism development people indigenous OR native OR original*. Entretanto, aplicando filtros anteriormente utilizados não foi possível observar quantidade significativa de estudos para análise. Especialmente porque com estas unidades discursivas a plataforma somente disponibilizou o filtro da área temática ciências ambientais, fato que levou a achados mais relacionados à biota, ou seja, espécies nativas de fauna e flora. Assim, no intuito de atender a demanda proposta a busca foi redimensionada para as unidades *tourism and first nations*, bem como, *tourism and indigenous people*. De modo que no primeiro caso foram 525 estudos levantados e no segundo 217. Dentre estes, foram selecionados 16 artigos que traziam os elementos chave dessa problemática: a intersecção povos originários, áreas protegidas e turismo.

Na plataforma LA Referencia, além da língua inglesa, optou-se pelo acréscimo dos idiomas português e espanhol em razão do contexto latino-americano, bem como, o uso de outras possíveis combinações de unidades discursivas em razão do

[6] https://www-sciencedirect.ez139.periodicos.capes.gov.br/
[7] https://www.rnp.br/servicos/alunos-e-professores/identidade-e-seguranca/cafe
[8] https://www.lareferencia.info/pt/

quantitativo de estudos encontrados, a citar como exemplo *turismo y pueblos originários*. Com essa estratégia obteve-se um total de 227 resultados e 14 artigos selecionados por meio da criação de filtros a partir de leitura dos títulos e dos resumos das publicações. O quadro 1 ilustra o desenho ora explicitado.

Revisão Sistemática (2017-2021)				
Unidade discursiva	Plataforma		Quantidade de estudos levantados	Quantidade de estudos selecionados
	ScienceDirect	LA Referencia		
Tourism, Protected Areas, Native peoples	X		1.256	32
tourism and first nations	X		525	7
tourism and indigenous people	X		217	9
Protected natural areas and tourism		X	132	4
Áreas naturales protegidas y turismo		X	67	6
Turismo y pueblos originários		X	17	2
Áreas naturais protegidas e turismo		X	10	1
Planificación turística y pueblos indígenas			3	1
Turismo, áreas protegidas, pueblos originários		X	1	1
		Total	**2.228**	**63**

Quadro 01: Aspectos da Revisão Sistemática da Literatura (RSL)
Fonte: Dados da pesquisa

Vale salientar que os critérios para refinamento de busca na *ScienceDirect* contemplaram o filtro em periódicos de ciências ambientais e ciências sociais. Além disso, diante da necessidade de leitura dos documentos na íntegra incluiu-se o filtro *Open access & Open archive*. Um elemento interessante para se refletir acerca desses achados é que quando se trata periódicos da área socioambiental há um balanceamento entre as abordagens qualitativas e quantitativas nos estudos. Já nas ciências sociais, a predominância fica por conta da abordagem qualitativa. Evidência visualizada com maior ênfase na plataforma La Referencia, ou seja, nos estudos realizados na América Latina (AL).

Em linhas gerais, a partir dos estudos analisados na RSL pôde-se observar que embora proteção de espaços naturais remonte a períodos longínquos, o contexto contemporâneo é demarcado pela proteção do Estado, a partir do modelo de preservação dos Estados Unidos da América enquanto liderança econômica global. Isso fica evidente no estudo de Miller-Rushing et al (2017) quando afirmam que o processo de implementação de ANPs na China se espelha no modelo norte-americano implementado desde meados do século XIX. Os autores evidenciam um

contexto *top down* de implementação das ANPs, destacando que se recebe pouco financiamento para atingir seus objetivos.

Ao analisar o desenvolvimento sustentável em áreas marinhas protegidas a partir da gestão do ecoturismo na Malásia, Masud et al (2017) indicaram que ainda há uma grande concentração de poder decisório no governo federal. Os resultados do estudo demonstraram que a descentralização é essencial para a proteção e conservação dos serviços ambientais e o desenvolvimento sustentável da comunidade local. Leitura diferente Kimengsi e Balgah (2021) fizeram quando abordam a questão de dependência imperial eurocêntrica na República dos Camarões. Neste caso o destaque vai para a importância do envolvimento dos atores sociais numa espécie de contracultura por meio da bricolagem institucional, onde os atores sociais atuam de forma resistente e estratégica para modificar velhas regras e inventar novas, numa perspectiva do “faça você mesmo”. A participação também fica evidente no estudo de Maczka et al (2021) sobre gestão de ANP’s na Polônia. Apesar destes não solucionarem os conflitos existentes, a participação dos atores é peça fundamental para a busca de conciliação.

Considerando a realidade da AL, quando refletem sob a ótica do turismo no México, Espeso-Molinero e Pastor-Alfonso (2020) colocam a organização moderna produtiva deste como incompatível com as comunidades rurais que mesmo em projetos bem-sucedidos não apresentam escala passível de mensuração, pois, faltam pesquisas substanciais com abordagem crítica e holística. Ao aplicar a *Grounded Theory* (compreensão social, psicológica e lógica do processo de mudança cultural) Sinay et al (2019) num estudo de caso que envolveu caiçaras, turistas, gestores e membros de Organizações Não Governamentais (ONGs) da comunidade Caiçara Martin de Sá em Paraty (Rio de Janeiro, Brasil) apontam falhas do Estado no que concerne a categorização do espaço e a estruturação do turismo, permitido a continuidade da forma convencional de turismo por meio da monopolização do capital.

Situação ratificada no estudo de Enriz (2020) no caso específico do turismo de larga escala na região de Iguazu, no Norte da Argentina. A autora reflete que o Estado coloca as comunidades em situações de extrema fragilidade, não havendo, por esse motivo, uma palavra indígena que posse definir o turismo. Realidade também pontuada por Gómez (2019) ao analisar etnograficamente dois casos, um no México e outro na Argentina. O estudo coloca a criação de redes alternativas de turismo como

resistência às formas convencionais de turismo. Entretanto, com o tempo a comunidade é cooptada por elas.

Quando assume o termo povos originários ao realizar, na perspectiva da antropologia social, no estudo *De la "industria del piquete" al "paraíso verde": Turismo y pueblos originarios en un municipio del norte argentino*, Benedetti (2019) afirma que seu uso está intimamente ligado à mudança da negação ou assimilação de identidades étnicas em conjuntos nacionais. Vale aqui retomar a fala de Krenak (2019) ao utilizar o termo como uma forma de honrar a ancestralidade desses povos, apontando questionamentos acerca da resistência e dos desafios por eles enfrentados para lidar com a colonização. Assim, ainda na perspectiva de Benedetti (2019), considerando o turismo enquanto elemento mercantil, essa adoção faz com que os sujeitos na posição de povos originários saiam de seu lugar subordinado da herança indígena na construção da identidade local, uma vez que a relação entre identidade étnica se sobrepõe a noção de mercantilização.

É dentro desse cenário que surge o imperativo do turismo sustentável por meio da concepção de políticas públicas que incorporem o componente ético como cerne de suas questões. O que em outras palavras, considerando o turismo como parte do sistema produtivo alicerçado no capital seria pertinente refletir acerca do seu planejamento sob uma nova égide, um novo *ethos*, uma ressignificação do entendimento do que venham a ser as práticas turísticas e como isso pode reverberar no comportamento humano para além do consumo dos espaços turistificados, especialmente no que se refere à mitigação das externalidades negativas[9] geradas pelo planejamento calcado nos ditames do sistema produtivo.

Tal cenário foi potencialmente alargado a partir da capacidade de resposta que o modelo de turismo atual teve frente à pandemia da COVID-19. O que corrobora mais ainda com a necessidade de revisão do modelo de política pública (Tasso et al, 2021). Considerando a fragilidade que o turismo demonstrou tendo como elemento norteador o discurso hegemônico do capital para enfrentar as incertezas da COVID-19, Irving; et al (2020) afirmaram a necessidade urgente da reflexão sobre novos olhares para planejamento turístico. Para tanto, levar em conta as recomendações definidas na

[9] Por externalidade entende-se como uma consequência indireta que uma atividade pode produzir sobre terceiros. No caso de externalidades negativas no âmbito do turismo poderia se pensar que desconsiderar as populações residentes em territórios tradicionalmente ocupados, bem como, suas lutas por reconhecimento e autoafirmação nos processos de planejamento e gestão destes espaços seria uma ação excludente e com efeitos potencialmente negativos.

agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) seria um pressuposto a ser observado pelos planejadores e gestores do turismo.

Uma política em que o elemento fundante seja a ética, deve, acima de tudo primar pela sobrevalorização coletiva em detrimento da individual. Esta se estende à todas as formas de vida, seja ela humana ou não. São novos valores, novos saberes, novos fazeres. Isso perpassa por uma mudança comportamental de dimensões exponenciais, especialmente quando se observa o comportamento humano antes, durante e na retomada das atividades no contexto pandêmico. A ideia inicial de pessoas “melhores e maiores” espiritualmente, pensando o contexto do turismo, caiu por terra quando se observou as atitudes individuais e sobre-exploração das principais localidades turísticas em diversos países, reproduzindo o modelo de consumo anteriormente existente. O que denota mais uma evidência da necessidade urgente de uma ressignificação do turismo, das suas práticas e dos sujeitos nele inseridos (Tasso et al, 2021).

Neste sentido, Rezende Filho (2020) convida a refletir sobre os seguintes questionamentos: será que um turismo que oferece condições de trabalho aquém do que é visto como justo é normal? Será que as viagens para serem viagens precisam ser objeto do sacrifício de sujeitos em nome da felicidade de outros sujeitos? O turismo no contexto da organização convencional faz parte de um conjunto de verdades que são criadas para convencer os sujeitos que as “coisas sempre foram assim, e sempre serão assim”. Essa reflexão leva a considerar que há uma total ausência de criatividade por parte dos atores vinculados ao turismo, fazendo-se necessário um novo olhar. Em outras palavras, pode-se dizer, portanto, que é pertinente a revolução para o alcance de um turismo que vá além da ordem pré-estabelecida.

Discorrer acerca dessas constatações lança luz à ressignificação dos processos, o retorno à casa, tendo como guia àqueles que por mais tempo estiveram nela, os povos originários. Surge neste sentido, um sobreaviso para que esse propósito não transforme os territórios ocupados pelos povos originários em simulacros assépticos, por meio da reprodução do conforto colonial sob a batuta do *Wilderness Style*, como assevera Glon (2016). Essa é uma linha tênue que os planejadores do turismo neste tipo de espaço natural protegido devem observar, como alerta Krenak (2019) ao afirmar que é necessário um olhar crítico para o entendimento de humanidade homogênea. Tal criticidade também é esperada de quem dirige e

opera as práticas turísticas. Krenak (2019) ainda coloca que a cidadania deu lugar ao consumo, através da ótica conservação neoliberal e comoditização da natureza.

É nisso que reside o cuidado com a práticas turísticas nas ANPs, de modo que elas não reproduzam a lógica do consumo vigente. Younès (2016) discute essa premissa ao propor sair de tais práticas por meio da inserção de novos mecanismos que tornem possível a regeneração dos espaços, a interação entre os organismos vivos e o advento de uma cultura de aproximação entre a natureza e a sociedade com o entendimento da finitude dos serviços ambientais. Isso relaciona-se com a ideia de sociedade do cansaço proposta por Han (2015), onde a atividade consiste no nada fazer e no contemplar.

Por considerar tais elementos este estudo contempla a relação dos povos originários com ambiente. Atribuindo, inclusive, uma noção de ambiente e serviços ecossistêmicos[10] diferente da perspectiva antropocêntrica. Para estudiosos do *Critical Tourism Studies* (CTS)[11], como Keith Hollinshead (1999), esse é um viés que vai compor a prática discursiva da práxis do turismo. A conferência *Tourism Down-Under* no início dos anos 1990 já indicava a perspectiva do turismo sob a ótica dos povos originários com trabalhos apresentados por indígenas fijianos (Butler, 1996). A publicação *Tourism and Indigenous Peoples: Issues and Implications* (Butler e Hinc, 2007) traz uma abordagem crítica sobre os processos de desenvolvimento, planejamento e execução de operações turísticas por parte dos povos indígenas. O que significa afirmar que em linhas gerais a maior parte dos textos na coletânea aborda o contexto do turismo e sua relação com povos originários na Austrália, Nova Zelândia e Canadá, considerando elementos como vulnerabilidade das operações, a importância da educação e do treinamento, o uso da imagem indígena, além de questões críticas como propriedade e controle.

Estudos mais recentes, vem apontando para olhar o turismo em territórios dos povos originários abordando questões que ultrapassem as demandas operacionais e de zelo na implementação das práticas turísticas. Eles continuam sendo necessários, como é o caso do olhar crítico para as questões de assepsia e de simulacros enquanto elementos da oferta turística. Porém, pensar abordagens mais construtivistas do turismo implica trazer a dimensão política à baila da discussão, por exemplo. É o que fazem Yang et al (2016) quando afirmam que o uso da cultura de povos

[10] https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/conservacao-1/servicos-ecossistemicos
[11] https://www.criticaltourismstudies.info/cts

marginalizados, cuja própria marginalidade forma o foco e o assunto de um olhar turístico e do desenvolvimento do turismo merece atenção.

Os estudos demonstram que para empreender investigações científicas no universo dos povos originários se faz necessário assumir o entendimento de uma pesquisa realizada por pesquisadores indígenas ou em parceria com eles. Isso foi levado em conta por Scheyvens et al (2021) quando examinaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU a partir das perspectivas dos povos indígenas envolvidos no turismo. Isso indica que compreender que lógica de viver dos povos originários se faz essencial para o sujeito que desenvolve estudos acadêmicos dessa natureza. Essa ideia ganha força na argumentação de Viken et al (2021) de que a sensibilidade cultural traz consigo o ensejo para engajar a diferença no turismo que faça com que por meio da vivência de práticas turísticas junto aos povos originários se possa trazer a tela os equívocos do passado e seus resquícios em nossas estruturas sociais, visões de mundo e linguagens enquanto se reconhece e se respeita os outros como iguais.

Essa é uma realidade presente na AL, cujo fim do século XX e início do século XXI demonstram o avanço nas lutas dos povos originários por meio de novas formas de militância e de demanda por autonomia. Estas são caracterizadas pela contínua resistência, no sentido, de colocar a autonomia dos povos indígenas como eixo central das pautas de reivindicação. Como consequência nos países latino-americanos vem se alcançando paulatinamente a restituição das nações originárias através da criação de Estados plurinacionais, por meio do reconhecimento de uma “legalidade originária” (Svampa, 2010). Assim, práticas turísticas latino-americanas nos espaços dos povos originários chamam à reflexão acerca dos processos assimilatórios e hegemônicos em condições assimétricas de poder que ali se instalaram advindos do processo de ocupação europeia. Elementos como problemas de falta de regularização fundiária e de parcelamento irregular da propriedade são tratados no estudo de Vera et al (2021), levando ao entendimento de que ao observar tal realidade não se deve reduzir a lente à operação turística como um fim em si, uma vez que tal reducionismo pode contribuir para a reprodução dos processos assimilatórios e hegemônicos oriundos do processo colonizador.

É sob este espectro que Espeso-Molinero e Pastor-Alfonso (2019), ao observar a evolução do turismo indígena entre os Lacandon de Chiapas no México, demonstram que o desenvolvimento de práticas turísticas menos eurocêntricas pode

oferecer uma melhor compreensão das práticas tradicionais de hospitalidade dos povos indígenas com maior foco nos valores locais. Em publicação anterior, as autoras ainda discutem que esse é um campo com várias lacunas a serem preenchidas e que o caminho se dará por meio da pesquisa colaborativa e proativa cujo comprometimento com os sujeitos seja a tônica dos processos. Para tanto, é preciso fugir do caráter extrativista levando em conta as necessidades dos grupos envolvidos (Espeso-Molinero; Pastor-Alfonso, 2019). Nessa lógica, um estudo mais recente das autoras destaca a importância do aspecto político no turismo indígena e a necessidade de continuar perguntando sobre isso, onde um dos caminhos palpáveis reside na observação das estratégias de resistência através do turismo (Espeso-Molinero e Pastor-Alfonso, 2022).

As questões ora apresentadas remetem ao imperativo de visitar os regimes de verdade e a construção dos sujeitos, no sentido de observar “de que modo o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e na relação com os outros” Foucault (2010, p.42). No caso dos povos originários é possível considerar a verdade universalizante e homogeneizadora arraigada ao silenciamento e ao apagamento do processo colonizador. Isso diz muito sobre cuidado e conhecimento de si das nações indígenas e a verdade em relação ao outro. A forma como a historiografia oficial eurocentrada esteve à frente ao longo de mais de cinco séculos traz uma noção do outro, o selvagem, aquele que precisaria ser catequizado por meio de um regime disciplinar totalizante e totalitário. Isso remete ao discurso de que todo poder traz em si uma resistência como destaca Foucault (1999, p. 337) “onde há poder, há sempre resistência, sendo um co-extensivo ao outro: "...desde que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência…””.

A discussão da resistência faz lançar luz sobre a problemática dos povos originários no Brasil. Nisso implica em refletir que mesmo inserindo-se no contexto LA, o Brasil, por suas dimensões continentais e configurações de ocupação do espaço tem suas próprias questões a resolver. Para aproximar-se tal realidade dos estudos no turismo toma-se o espelho da plataforma Publicações de Turismo[12] como espaço de compreensão para a interseção turismo, áreas naturais protegidas e povos originários. O quadro 2 faz referência ao contexto ora enunciado.

[12] http://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/index.html

Revisão Sistemática (2017-2021)					
Unidade discursiva	Plataforma Publicações de Turismo	Resultados exatos	Resultados booleanos adicionais	Estudos no Brasil[13]	Resultados selecionados
Áreas naturais protegidas, povos originários e turismo	X	0	0	0	0
Áreas naturais protegidas e turismo	X	0	51	24	10
Turismo e povos originários	X	0	3	0	0
Turismo indígena	X	16	45	23	14

Quadro 02: Aspectos da RSL na plataforma Publicações de Turismo
Fonte: Dados da pesquisa

Trazer a interseção proposta ao cenário da discussão, implica em perceber como ele se constrói a partir da segunda metade do século XX. Como dito anteriormente neste texto, as pautas em questão são atravessadas pela lógica da sustentabilidade que muitas vezes é cooptada pela hegemonia discursiva neoliberal. O que não minimiza os dispositivos[14] que aludem a temática uma vez que como retratado em momento anterior, todo poder gera em si uma resistência. Assim, convém neste momento direcionar o entendimento para alguns dispositivos normativos: Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973[15]); Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[16]; Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)[17] e Instrução Normativa da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) 03/2015[18]. A figura 1 ilustra essa questão.

[13] Houve quantitativo repetido de estudos conforme unidades de busca
[14]"conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetónicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos." (Foucault, 1979, p. 244).
[15] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm
[16] http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf
[17] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
[18] https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/6891/1/IN_FUNAI_2015_3.pdf

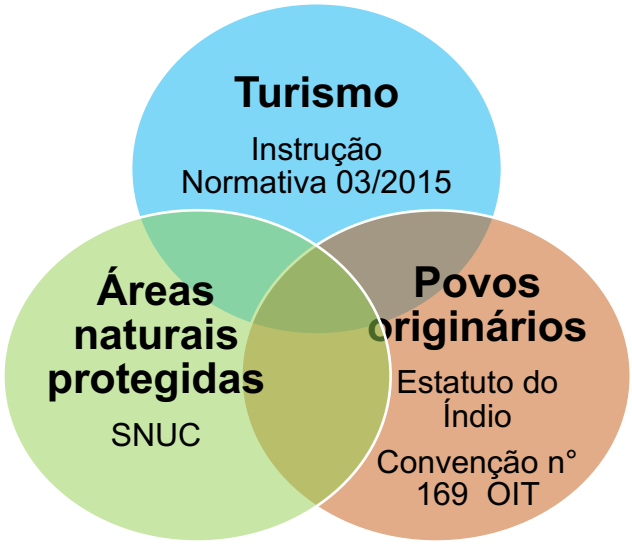


Figura 01: Dispositivos de interseção turismo, áreas naturais protegidas e povos originários
Fonte: Dados da pesquisa

Vale ratificar que, considerando esse cenário, a discussão acerca das práticas turísticas não se reduz a operação turística em si. Assim, embora visto como um dispositivo contraditório, a Lei 6.001/1973 marca o referencial de olhar do Estado brasileiro para as questões dos povos originários na segunda metade do século XX. Vale salientar que o marco legal surge em um contexto político turbulento para o país, o regime militar. A grande crítica ao mecanismo se dá no sentido de que ele coloca os povos originários numa posição de incapazes, e por tal, cumpre ao Estado sua tutela. Importante salientar que em razão do momento de sua implementação o Estatuto reproduz anacronicamente a política assimilacionista do período colonial. Esse cenário toma nova configuração com a Carta Magna de 1988[19], onde as questões dos direitos dos povos originários são postas no artigo 231, garantindo-lhes, inclusive as terras que tradicionalmente ocupam.

De maneira transversal, a Convenção 169 OIT se apresenta como um instrumento de estímulo à implementação das prerrogativas constitucionais. No Brasil, sua operacionalização se dá por meio do Decreto Legislativo nº 143/2002 e atualmente está em vigência pelo Decreto no 10.088/2019[20]. Some-se a isso que nesse ínterim, no ano 2000 surge o SNUC[21] como dispositivo contendo as normas e os procedimentos oficiais para criar, implementar e gerir chamadas de Unidades de

[19] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
[20] https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7cao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais
[21]https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc#

Conservação (UCs). Legalmente falando, as UCs não são os únicos espaços protegidos em âmbito nacional. É neste sentido que este estudo assume as ANPs como categoria mais abrangente, conforme explicado anteriormente e como aponta o estudo de Maretti (2020).

O breve olhar para estes dispositivos de interseção entre o turismo, as ANPs e os povos originários remete à compreensão que pensar/implementar o turismo neste contexto vai além das demandas mercadológicas. Isso demanda assentir que ele não nasce como parte de determinados processos de clusterização, e sim, a partir das demandas oriundas dos mais diversos dispositivos imbricados para a utilização do espaço dito protegido. Esta é a discussão que Corbari et al (2017) fazem ao refletir a legislação e suas perspectivas para o turismo em TI's no Brasil. Após ampla reflexão os autores destacam que, neste universo, o desenho do turismo carece de alinhamento com a política indigenista, tendo como mote a lógica do etnoecodesenvolvimento.

Neste trabalho se adota a unidade discursiva povos originários[22], para fazer referência aqueles que estão ali antes dos outros. Assim se apresenta uma forma de respeito às suas posições de resistência, etnogênese[23] e retomada[24]. Tais temáticas são caras aos primeiros povos, especialmente no Nordeste (NE) brasileiro, pois, esta é a região do país onde o colonialismo foi mais danoso. Isso se deve ao fato de ter sido o espaço onde ocorreram as primeiras ocupações pela Coroa portuguesa, além da presença de holandeses e franceses. Nos estudos do turismo a unidade discursiva de referência mais frequente é indígena. Neste sentido, o estudo de Souza et al (2021) afirma que a discussão do turismo indígena se apresenta como uma possibilidade para conservação dos serviços ecossistêmicos, bem como, manutenção das tradições culturais. Além disso, considerando essa mesma lógica também é possível compreender que o turismo também representa um serviço ecossistêmico de uma ANP. Vale ainda destacar que segundo os autores a temática se trata de uma lacuna

[22]"A expressão povos originários remete às raízes culturais, à ancestralidade de uma existência integrada com a coletividade e com a Natureza" (Feitosa e Bomfim, 2020, p. 721)

[23]"a noção de etnogênese constitui-se numa ferramenta conceitual que contribui para caracterizar processos muito diversos de transformações políticas e identitárias de um grupo ao longo do tempo, enfatizando as capacidades de adaptação e criação de povos indígenas, os quais, por sua vez, buscaram estabelecer espaços de autonomia em que pudessem realizar suas próprias avaliações e traçar estratégias para trilhar intrincados processos que produziam novas configurações sociais que não só refletiam as pressões coloniais como também as escolhas dos próprios índios" (Fontella, 2019, p.23).

[24]"Expressão para representar a ação da comunidade indígena na recuperação de suas terras, por sua própria iniciativa e esforço, sem o amparo judicial ou administrativo" (Lacerda, 2021, p. 196)

investigativa no turismo, haja vista que no período de abrangência do estudo (1997 a 2017) apenas 9 iniciativas da natureza foram identificadas. O que indica que este um tema de debate recente no campo do turismo. É lícito registrar que, segundo os autores, na iniciativa que analisou artigos, dissertações e um livro oriundos do Portal de Periódicos CAPES do Ministério da Educação (MEC) e do Google Acadêmico percebeu-se uma ausência de contextualização sobre o tema.

Num estudo de natureza análoga, porém, se utilizando do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (1999 a 2012), Corbari et al (2018) analisaram a relação entre atores envolvidos com as práticas turísticas e seus impactos em comunidades indígenas brasileiras. Assim, apesar de não ser a tônica presente na maior parte dos estudos, a discussão dos autores demonstra certa superficialidade nas interações, especificamente em se tratando da relação visitante/visitado. A investigação evidencia incompreensão por parte do visitante acerca do *modus Vivendi* dos povos originários contemporâneos, assumindo assim o olhar anacrônico do senso comum imagético do não indígena. É importante frisar que esse determinismo histórico é uma posição discursiva ultrapassada, haja vista que associar a identidade a partir de traços físicos, culturais ou de habitat é um processo dissonante da autodenominação, atualmente o mais aceito para se identificar os povos originários (Collet, 2014).

Esse referencial imagético equivocado tem suas raízes atreladas às definições de “índio” apresentadas pelo Estado na década de 1970. Cunha (1987) afirma que os critérios de indianidade nada mais foram do que uma forma suprimir direitos territoriais, eximir o Estado de alguns tutelados e livrar-se de lideranças incomodas, sob o argumento de se definir quem era e quem não era índio no Brasil. Tais questões podem ser observadas em Foucault (2020) quando o estudioso apresenta o *a priori* histórico de modo que se observe o “fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade” (Foucault, 2020, p. 155). Isso significa que ele é transformável por meio de contingências que o faz subsistir, se modificar, desparecer. Sendo, portanto, equivocado assumir uma posição discursiva que considere os acontecimentos a partir de um universo inalterável. O *a priori* histórico é dinâmico e se movimenta por meio de temas, ideias, conceitos e conhecimentos.

Considerado a noção de verdade é possível perceber no estudo de Braida (2017) uma realidade do início dos anos 2000, onde a aldeia turística *Puiwa Poho* foi reproduzida com a mesma estrutura que o assentamento original do povo *Wauja* no estado do Mato Grosso, situado no Centro Oeste brasileiro. Notadamente os

resultados da pesquisa demonstraram que a iniciativa reforça o entendimento equivocado do que é “ser indígena”, uma vez que a autora afirma que a iniciativa se trata de um processo de “construção destrutiva”. O estudo ainda demonstrou que “autenticidade encenada” pode provocar o desaparecimento da espontaneidade dos rituais modificando os significados das manifestações culturais.

Contrapondo o cenário ora descrito, o estudo de Rosa et al (2020) demonstra o protagonismo dos povos originários a partir da experiência da elaboração do primeiro Plano de Visitação proposto na região do Médio Solimões, Amazonas. Além de elencar os elementos da proatividade do povo Kambeba o estudo também demonstra os elementos de sobreposição TI e UC, bem como, explicita práticas sociais de resistência e etnogênese a partir da promoção da visibilidade étnica através do turismo. Este se dá como resposta frente ao processo de espoliação territorial e ao “apagamento” das diversidades étnico-culturais na região.

Seguindo o discurso da resistência, Mendonça et al (2021) refletem que uma forma de colaborar com o debate para pensar uma noção de turismo alinhada ao entendimento dos povos originários seria compreender a importância da luta dos movimentos indígenas para assegurar os direitos à terra e ao território, à proteção da diversidade biológica e à salvaguarda dessa cultura invisibilizada e silenciada na história latino-americana. Vale registrar que, segundo o estudo, o turismo alinhado à prática social discursiva dos povos originários vem sendo abordado sob várias perspectivas e horizontes, implicando em desdobramentos conceituais que resultam em múltiplas denominações ou terminologias. O que leva ao alerta acerca da possibilidade de cooptação das lutas políticas de resistência, etnogênese e retomada para o campo discursivo da clusterização mercantil hegemônica.

Fato que merece ser observado com bastante cautela para que não haja a reprodução de práticas sociais discursivas universalizantes e de assimilação como o fora outrora em meio ao processo de colonização da AL, de modo que o debate não seja reduzido à perspectiva mercadológica, utilitarista e lucrativa do turismo. O alerta se faz no sentido de que tais práticas não venham a ratificar o apagamento étnico ocorrido no continente a partir do século XV. Reflexões dessa natureza remetem aos cursos de 1978-1979 de Foucault (2008), quando apresenta a governamentalidade biopolítica como uma forma de analisar a economia política como princípio de limitação interna da razão governamental. Assim, os atravessamentos de denominações ou terminologias para definir a prática social discursiva do turismo em

territórios dos povos originários podem colocar as iniciativas dessa natureza vinculadas à verdade e govenamentalidade liberal por meio de uma via utilitarista.

Partindo desse cenário pode-se afirmar que é válida a preocupação das comunidades auto identificadas indígenas Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) e Caboclos do Assu (Assu-RN) de que a intervenção exógena interfira na condução do processo de visitação. Em ambas as comunidades o processo de visitação vem sendo percebido como um potencial de oportunidades de ocupação e renda (Martins et al, 2020). Neste caso, um elemento positivo a se considerar é o fato de que as duas comunidades ainda estão em processo inicial de mapeamento das possíveis práticas turísticas em seus territórios. Sendo, portanto, uma oportunidade de oferecer práticas de recepção que ultrapassem a visão utilitária da atratividade turística. Inspirando-se na lente foucaultiana de observação da realidade para refletir a problemática ora apresentada faz encontrar a lacuna de investigação deste estudo que reside na inquietação principal deste estudo: como a prática social discursiva se apresenta nos diálogos entre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da compreensão dos elementos de resistência advindos da emergência dos processos de etnogênese no território indígena Eleotérios do Catu?

Para que se responda esta questão, se fez necessário refletir sobre questões secundárias, a partir do diálogo com residentes, poder público e com os visitantes daquele território. Além do repertório acadêmico existente sobre a comunidade. Dito isto, convém apresentar os questionamentos secundários que nortearam o estudo em questão:

1. Em que consiste a prática social discursiva foucaultiana como lente analítica para o turismo?
2. Como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários?
3. Por que a recepção de visitantes se apresenta como um elemento de visibilidade e resistência para os povos originários?
4. Como o entrelaçamento Áreas Naturais Protegidas e Terras Indígenas se apresenta na prática discursiva dos espaços naturais protegidos?

1.2 OBJETIVOS

Principal

Analisar a prática social discursiva presente na interseção turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da compreensão de elementos advindos da emergência dos processos de resistência e etnogênese no território indígena Eleotérios do Catu/RN/Brasil.

Intermediários

a) Compreender a prática social discursiva foucaultiana como lente analítica para o turismo;
b) Verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários;
c) Identificar na recepção de visitantes um elemento de visibilidade e resistência a luta dos povos originários;
d) Reconhecer o entrelaçamento Áreas Naturais Protegidas e Terras Indígenas na prática discursiva dos espaços naturais protegidos.

1.3 JUSTIFICATIVA

> A história torna-se história daquilo que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades... cada prática depende de todas as outras e de suas transformações, tudo é histórico e tudo depende de tudo; nada é inerte, nada é indeterminado e, como veremos, nada é inexplicável; longe de depender de nossa consciência, esse mundo a determina (Veyne, 1998, p. 268).

Existe uma única versão da história? Qual a verdade sobre os povos originários? Quem contou essa história? Proteger um espaço natural garante o direito original a terra? É legítimo esse direito? Será que a dinâmica do turismo alcança os questionamentos ora apresentados? A partir deles surge um propósito: analisar seu entrelaçamento e escrever o “Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN”. Cumpre frisar o entendimento foucaultiano de que analisar essa realidade implica em escolhas políticas do observador (Foucault, 2020) que vão contemplar as

razões teóricas, empíricas, metodológicas, profissionais e pessoais para tal. É possível afirmar que as justificativas acadêmicas para a realização desse estudo estariam assentadas nas motivações teóricas, empíricas e metodológicas. Já os argumentos profissionais e pessoais entrariam no campo do retorno do investimento público à sociedade, bem como, de autorrealização pela construção e partilha imbuídas no processo.

Do ponto de vista teórico o viés analítico do estudo se situa na corrente do chamado turismo crítico, cuja observação do fenômeno assenta-se no entendimento de que a práxis do turismo é um instrumento de produção e promoção de mudanças sociais. Estudos como os de Tzanelli e Korstanje (2020), Hollinshead (2016;1999), Wilson e Hollinshead (2015), Pritchard, Morgan e Ateljevic (2011), Chambers (2007) Jamal e Hollinshead (2001), dentre outros, integram os elementos que compõe essa prática discursiva que se apesenta como uma tendência para uma abordagem mais compreensiva do turismo neste início de século XXI.

A postura epistemológica traz consigo o entendimento de que a academia merece ser um espaço includente, sendo, portanto, necessário abertura para novas vozes e novos problemas como uma forma de ampliar seu repertório de observação avançado a análise a elementos políticos, econômicos, culturais e sociais mais amplos. Wilson e Hollinshead (2015) acreditam que se localiza nas ciências sociais e humanidades considerável parcela do futuro do turismo. Os autores ainda destacam ser esta uma forma de vigilância reflexiva e permanente de posicionar-se dando voz a pautas invisibilizadas pelos discursos hegemônicos. De certa forma, essa maneira de observar a realidade constitui-se em si como uma forma de resistência.

A escolha do campo empírico de observação coaduna com a lógica foucaultiana de tornar visível o que é visto (Foucault, 1996), e neste sentido lançar luz ao turismo no contexto político de resistência, retomada e etnogênese dos povos originários potencializa o repertório discursivo para as epistemologias contemporâneas do campo. Interseccionar tais questões com a seara dos espaços protegidos é uma maneira *sine qua non* de observação da realidade. Uma vez que uma abordagem construtivista não coaduna com a suspensão de uma temática em detrimento de outra. Desse modo, o campo é observado a partir de um *lócus* que se insere no contexto atravessado pelas áreas naturais protegidas e pelo turismo, sendo principalmente um território indígena, cujo reconhecimento é feito pela própria comunidade onde o processo de identificação e delimitação de Terras Indígenas

ganha corpo em 09 de outubro de 2018, por meio de protocolo oficial junto ao órgão indigenista oficial responsável pela promoção e proteção dos direitos dos povos originários em todo o território nacional, a FUNAI.

Os caminhos investigativos para abarcar às questões que animam a pesquisa são múltiplos e se inserem naquilo que Lather (2013) classifica como QUAL 4.0, “uma investigação que pode produzir conhecimento diferente e produzir conhecimento de forma diferente” (Lather, 2013, p. 635). No entendimento da autora pensar diferente seria abrir espaço para refletir e problematizar de modo a questionar a realidade e a experiência na forma de conduzir e comunicar os resultados da investigação. Assim, embora se mantenha no arcabouço delineado da pesquisa qualitativa, procedimentos não convencionais também são adotados. Vale citar o exemplo da comunicação cibernética por meio do uso da chamada netnografia, ou etnografia virtual, enquanto metodologia de pesquisa, por exemplo. Hine (2000) destaca que se faz uso de tal estratégia quando se coloca a internet num lugar de problematização capaz de contribuir para as formações comunitárias de modo a sair da passividade e entrar na atividade por meio de um uso que permita interpretação e reinterpretação. O uso ativo da rede mundial de computadores foi determinante para o alcance da epifania ora apresentada, especialmente no contexto em que se segue a “mão na massa” da pesquisa, a pandemia da COVID-19, pois, assim como em todos os campos da vida humana, o sujeito na posição de pesquisador precisou se reinventar, o do turismo principalmente, considerando que do ponto de vista da mobilidade “o mundo parou”.

Diante do exposto quais seriam as justificativas profissionais e pessoais? Considerar as práticas turísticas em áreas protegidas, implica em compreender o discurso hegemônico em que as temáticas se inserem. Olhar para os povos originários também. Vale ainda destacar que o empreendimento de investigações científicas tomando como mote tais elementos se dá como problema em vários campos do conhecimento, inclusive no turismo. Neste caso, cabe ao estudioso do campo ocupar uma posição analítica problematizadora e reflexiva para tal.

Como explicitado em momento anterior são vários os itinerários que fazem chegar a este ponto da jornada. Especificamente acerca do tema turismo em ANPs vale destacar a atuação como consultora na Fundação Para o Desenvolvimento da Terra Potiguar (FUNDEP), onde, ao longo de dez anos desenvolveu atividades extensionistas e de pesquisa em várias UC gerenciadas pelo governo do RN, a destacar Área Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC), Área de Proteção

Ambiental Jenipabu (APAJ), Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP) e Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU). Nos dois últimos casos, as atividades foram fruto de parcerias entre FUNDEP e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Atuando, inclusive, como membro dos Conselhos Gestores das últimas UCs mencionadas. No que se refere ao *lócus* de intervenção, convém destacar a significativa atuação do IFRN, campus Canguaretama na Microrregião do Litoral Sul, desenvolvendo a integralidade de ensino, pesquisa e extensão. Sendo, portanto, um fim deveras relevante para tal escolha por parte da pesquisadora, uma vez que ela é servidora efetiva do instituto, lotada no campus em questão.

Considerando a invisibilidade dos povos originários, e a recente busca de reconhecimento dos sujeitos pertencentes a comunidade Eleotérios do Catu por meio da luta por sua demarcação, o estudo traz o imperativo de contribuir com o rol de informações agregadas para a comprovação da existência do território, uma vez que por se tratar de uma pesquisa desenvolvida sob a tutela do Estado em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública se torna mais um exemplar demonstrativo de sua existência. Do ponto de vista da política pública do turismo o cenário parece começar a se redesenhar no RN com vistas a interiorização[25], sendo, portanto, o estudo mais um elemento contribuinte para tal. Vale ressaltar que analisar o turismo sob as lentes de uma linguagem compreensiva amplia o repertório discursivo da pesquisadora. Isso inclui novos olhares teóricos, empíricos e metodológicos no processo do fazer investigativo por meio de uma construção discursiva que leve em conta a prática social. Especialmente considerando o contexto vivenciado na AL deste início de terceira década do século XXI.

A tese ora apresentada se propõe a pensar o turismo como campo polissêmico de observação pela lógica discursiva foucaultiana. Trata-se de uma proposta concebida a partir da lógica arquegenealógica, de modo que o discurso seja visto pelo momento histórico de sua fala, ou seja, represente sobretudo o momento presente no qual o estudo foi desenvolvido. Além disso, o conteúdo aqui apresentado representa aquilo que foi vivenciado pela pesquisadora atrelado ao momento histórico de fala. Assim, ao assumir a prática social discursiva do Povo Potiguara do Katu como objeto de análise apresentam-se as contingências que levaram ao processo de emergência

[25]https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/04/24/governo-do-rn-assina-convenio-de-consultoria-com-sebrae-no-valor-de-r-12-mi-para-interiorizacao-do-turismo.ghtml

étnica da comunidade e como isso reverbera na recepção de visitante, incluindo-se neste cenário as inferências políticas que *lócus* enseja.

1.4 ORGANIZAÇÃO GERAL DA TESE

> Desnudar, assim, a realidade para dissecá-la e explicá-la é uma coisa, acreditar descobrir, por detrás dela, uma segunda realidade que a telecomanda e a explica é uma outra coisa, bem mais ingênua (Veyne, 1998, p. 281).

Esta tese se constrói não com a intenção de desvelar aquilo que é submerso à compreensão numa perspectiva de apresentar as contradições. Pelo contrário, a construção se dá no sentido de iluminar o que é visto através da prática social discursiva, embora nem sempre compreendido pelo fato de determinados elementos serem postos em suspenso. A definição clássica de tese indica que se trata de um trabalho o qual o estudante lança luz a um problema inerente à sua área de estudos, cuja variação vai de cem a quatrocentas páginas (Eco, 1977). O autor ainda afirma que se bem elaborada não há temática estúpida ou inútil, pois, um tema visto como distante ou limítrofe pode proporcionar úteis conclusões. Em linhas gerais a tese ora apresentada encontra-se no *corpus* textual das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes no Brasil, pois, seu escopo temático a coloca no rol dos estudos que observam problemas “que dizem respeito à sociedade brasileira com sua imensa diversidade cultural, social, étnico-racial e regional” (CGEE, 2020, p. 170).

Para fins de organização, o documento é apresentado em formato misto. No que compete aos elementos pré e pós-textuais, excetuando-se as referências, ele obedece aos princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a ABNT NBR 14724:2011 (ABNT, 2011). Com relação aos elementos textuais, as seções considerações iniciais e considerações finais também comungam com a NBR 14724:2011, já a sessões que trazem as reflexões acerca do problema investigado são apresentadas no formato *Multiple-Paper Thesis*[26]. No que compete as citações e referências assume-se o estilo da *American Psychological Association* (APA) em sua sétima edição (APA, 2020).

[26]https://www.dlsph.utoronto.ca/wp-content/uploads/2019/12/Guidelines-on-Multiple-Paper-Dissertations.pdf

Em razão da utilização recente do formato *Multiple-Paper Thesis* nas ciências sociais aplicadas, cumpre ilustrar uma breve enunciação a tal respeito. Frick (2019) destaca que este tipo de comunicação científica vem se tornando comum em muitos países, especialmente no chamado Norte Global, nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). O autor destaca alguns elementos de reflexão como obrigatoriedade ou não de publicação antecipada em periódico, questões de autoria/co-autoria e maturidade de práxis do pesquisador, porém, quando reflete sua própria experiência Frick (2019) relata que faria tudo novamente.

No Brasil, mais precisamente na área de turismo *Multiple-Paper Thesis* tem sido cada vez mais adotado. Vale registar que no ano de 2021 Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR) conferiu o prêmio de Doutor Destaque à pesquisadora Sarah Marroni Minasi[27] por sua tese apresentada neste formato. Ainda a esse respeito é importante aludir que no ano de 2022, por meio da Resolução Nº 008/2022-CONSEPE[28], a UFRN delibera acerca da pertinência do formato. É lícito destacar que o PPGTUR não apresenta a exigência de um formato específico de documento quando trata desta matéria em seu regimento interno.

Assim, além dos elementos pré e pós-textuais, esta tese se organiza por estas considerações iniciais, onde se possibilita ao leitor observar o contexto, as questões e as razões pelas quais o trabalho investigativo foi desenvolvido. Em razão da opção pelo formato *Multiple-Paper Thesis* se constrói uma seção específica para tratar de maneira ampliada o percurso metodológico assumido no processo. Este por sua vez toma corpo por meio de quatro artigos, a citar: 1) A prática social discursiva foucaultiana como lente para um (des) caminho investigativo no turismo; 2) De Eleotérios a Potiguaras: a verdade sobre si do povo originário que vive às margens do Rio Catu no Nordeste brasileiro; 3) Caminhos da resistência: a recepção de visitantes como prática social discursiva à visibilidade dos povos originários no Rio Grande do Norte/RN, Brasil; 4) Olhares sobre Áreas Naturais Protegidas, Território Indígena e Turismo no Nordeste brasileiro. Destes, os dois primeiros encontram-se no prelo para publicação e os dois últimos em vias de submissão. Por fim, se apresenta as considerações finais, de maneira que assim como ocorre na presente seção tem-se a cautela de construir uma argumentação que problematize a reflexão acerca do

[27]https://wp.ufpel.edu.br/ccso/2021/10/06/pesquisas-na-area-do-turismo-da-ufpel-sao-destaques-em-premiacoes-do-xviii-seminario-anptur/
[28]https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=64&idTipo=3

processo como um todo, demonstrando os desafios superados no percurso, e os propósitos que podem ser alcançados a partir dos resultados alcançados, juntamente com as limitações e indicações para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

American Psychological Association (APA). (2020). *Publication manual of the American Psychological Association*. (7a ed.). Washington, DC: APA.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (2011). *ABNT NBR 14724:2011: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT.

Benedetti, C. (2019). De la “industria del piquete” al “paraíso verde”. Turismo y pueblos originarios en un municipio del norte argentino. Revista de antropologia social, *28*(1), 1–21. https://doi.org/10.5209/raso.63764

Braida, R.G. A. (2017). O turismo como prática social em território indígena: a aldeia turística *Puiwa Poho* (Feliz Natal, Mato Grosso, Brasil). *Turismo: Estudos & Práticas 6* (1), 69-87. http://periodicos.uern.br/index.php/turismo

Brasil. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (2022). *Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Turismo*. Natal: UFRN.

Brasil. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (2022). *Resolução Nº 008/2022-CONSEPE*. Natal: UFRN.

Brumatti, P. N. M. (2020). *O espelho das concessões turísticas em Parques Nacionais do Brasil: uma perspectiva sobre vulnerabilidades*. 2020. 297f. Tese (Doutorado em Turismo). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Butler, R., & Hinch, T. (2007). *Tourism and Indigenous peoples: Issues and implications*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Butler, R. (1996). Tourism down under. *Annals of Tourism Research, 23*(1), 226–227. https://doi.org/10.1016/0160-7383(96)81496-4

Chambers, D. (2007). Interrogating the ‘Critical’ in Critical Approaches to Tourism Research. In Ateljevic, I., Pritchard, A., & Morgan, N. (Orgs.*), The critical turn in tourism studies* (pp. 105-119). Elsevier Science.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) (2020). *Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil*. Brasília, DF: CGEE.

Collet, C. (2014). *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria; Laced.

Corbari, S. D., Bahl, M., & Souza, S. D. R. de. (2018). A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras. *Caderno Virtual de Turismo, 18*(2). https://doi.org/10.18472/cvt.18n2.2018.1235

Corbari, S. D., Bahl, M., & Souza, S. do R. de (2017). Legislação Indigenista e Perspectivas para o Turismo em Terras Indígenas no Brasil. *Revista Turismo em Análise, 28*(1), 53–70. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i1p53-70

Cunha, M. C. da. (1987). *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense.

Eco, H. *Como se faz uma tese*. Perspectiva, 1977.

Enriz, N. (2020). No hay palabra indígena para decir turismo. *Diálogos Revista Electrónica, 21*(2), 140–157. https://doi.org/10.15517/dre.v21i2.39466

Espeso-Molinero, P., & Pastor-Alfonso, M. J. (2022). El turismo indígena desde la perspectiva política. una aproximación teórica. *VII IX Congreso Latinoamericano de Investigacion Turistica (CLAIT) y el 12° Congreso De La Sociedad Investigadores en Turismo de Chile (SOCIETUR)*, Valdivia, Chile.

Espeso-Molinero, P., & Pastor-Alfonso, M. J. (2020). Governance, community resilience, and indigenous tourism in Nahá, Mexico. *Sustainability, 12*(15), 5973. https://doi.org/10.3390/su12155973

Espeso-Molinero, P., & Pastor-Alfonso, M. J. (2019). Evolution of indigenous tourism among the Lacandon of Chiapas: an application of Weaver's model. *Journal of Heritage Tourism, 14*(3), 192–204. https://doi.org/10.1080/1743873x.2018.1527846

Espeso-Molinero, P., & Pastor-Alfonso, M. J. (2017). Turismo indígena: concepto y características de una actividad en auge. In Gascón, J. & C. Milano (org.), *El turismo en el mundo rural: ¿ruina o consolidación de las sociedades campesinas e indígenas?* (pp. 39-55). Barcelona, España: Pasos Edita. https://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita18.pdf

Feitosa, M. Z. De S., & Bomfim, Z. A. C. (2020). Povos originários em contextos de desigualdade social: Afetividade e bem viver como modos de (re)existência

ético-política. *Psicologia Política, 20* (49), 719-734. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n49/v20n49a19.pdf

Ferreira, I. V. (2018). *Unidades de conservação da natureza em terras indígenas no Brasil: conflitos e potenciais de transformação*. 2018. 278p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Frick, L. (2019). PhD by publication – panacea or paralysis? *Africa Education Review*, 16(5), 47–59. https://doi.org/10.1080/18146627.2017.1340802

Fonseca, I. L. da. (2017). *Desafios do planejamento e gestão turística: enfoque analítico sobre a Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraíra, Estado do Rio Grande do Norte*. 2017. 153f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal

Fontella, L. G. (2019). O conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidades coletivas. *Revista História Debates e Tendências, 20*(1), 19–35. https://doi.org/10.5335/hdtv.1n.20.10409

Foucault, M. (2020). *A arqueologia do saber.* (8a ed.). Rio de Janeiro. Forense Universitária.

Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros: curso no Collége de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collége de France (1978-1979).* São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2000a). O que são as luzes? In FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 335-351). Forense Universitária.

Foucault, M. (2000b). Sobre as maneiras de escrever a história. In FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 62-77). Forense Universitária.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade curso no Collége de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade curso no Collége de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso aula inaugural no Collége de France, 1970*. (3a ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Glon, E. (2016). O indígena participativo como ícone de um turismo de natureza protegida em escala mundial: algumas reflexões críticas. In Irving, M. de A., Calabre, L., Bartholo, R., Lima, M. A. G. de, Edilaine Moraes, A. de, Egrejas, M., Lima, D. R. (Orgs.). *Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

Gómez, E. (2019). Establecidos y marginados en áreas naturales protegidas: dos casos de estudio en México y Argentina. *Letras Verdes Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales, 26*, 51–68. https://doi.org/10.17141/letrasverdes.26.2019.3825

Grossi, M. P. (2004). A dor da tese. *Ilha Revista de Antropologia*, *6*(1, 2), 221–228. https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/16680

Han, B. C. (2015). Sociedade do cansaço. Petrópolis, RJ: Vozes.

Hine, C. (2000). *Virtual Ethnography*. London: Sage.

Hollinshead, K. (2016). Postdisciplinarity and the rise of intellectual openness: The necessity for “plural knowability” in tourism studies. *Tourism Analysis, 21*(4), 349–361. https://doi.org/10.3727/108354216x14600320851613

Hollinshead, K. (1999). Surveillance of the worlds of tourism: Foucault and the eye-of-power. *Tourism Management, 20*(1), 7–23. https://doi.org/10.1016/S0261-5177(98)00090-9

Irving, M. D. A., Coelho, A. M., & Arruda, T. O. (2020). Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. *Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, 14*(4), 73–105. https://doi.org/10.17648/raoit.v14n4.6661

Jamal, T., & Hollinshead, K. (2001). Tourism and the forbidden zone: the underserved power of qualitative inquiry. *Tourism Management, 22*(1), 63–82. https://doi.org/10.1016/s0261-5177(00)00020-0

Kimengsi, J. N., & Balgah, R. A. (2021). Colonial hangover and institutional bricolage processes in forest use practices in Cameroon. *Forest Policy and Economics, 125*, 102406. https://doi.org/10.1016/j.forpol.2021.102406

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lacerda, R. F. (2021). A “Pedagogia Retomada”: uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas no Brasil. *Interritórios | Revista de*

Educação Universidade Federal de Pernambuco, *7* (13). https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/download/250069/38045

Lather, P. (2013). Methodology-21: what do we do in the afterward? *International Journal of Qualitative Studies in Education: QSE, 26*(6), 634–645. https://doi.org/10.1080/09518398.2013.788753

Maczka, K., Matczak, P., Jeran, A., Chmielewski, PJ, & Baker, S. (2021). Conflicts in Ecosystem Services Management: Analysis of stakeholder participation in Natura 2000 in Poland. *Environmental Science & Policy, 117*, 16–24. https://doi.org/10.1016/j.envsci.2021.01.001

Martins, J. C. de V., Silva, T. M. C. da, Oliveira, A. M. de, Silva, E. V. da, & Oliveira, I. P. R. A. de. (2020). Potencialidades turísticas e aspectos socioambientais em duas comunidades autoidentificadas indígenas no Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), 13*(1). https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.9364

Masud, M., M., Aldakhil, M., A., Nassani, A., A., & Azam, N., M. (2017). Community-based ecotourism management for sustainable development of marine protected areas in Malaysia. *Ocean & Coastal Management, 136*, 104-112. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2016.11.023

Mendonça, T. C. de M., Santos, R. de O. dos, Souza, N. N. da S. de, & Andrade, S. dos R. (2021). *Sapukai* - o *nhandereko mbya* se transforma em turismo de resistência indígena no estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, 11* (dossiê especial), 234-60. https://doi.org/10.2436/20.8070.01.212

Miller-Rushing, J. A., Primack, B. R., Ma, K., & Zhou, Z.-Q. (2017). A Chinese approach to protected areas: A case study comparison with the United States. *Biological Conservation, 210*, 101-112. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.biocon.2016.05.022

Oliveira, W. A. (2017). *Turismo, Unidades de Conservação e Inclusão social: uma análise da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), RN*. 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Pereira, P. F., Scardua, F. P. (2008). Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. *Ambiente & Sociedade*, 11(1), 81–97. https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000100007

Pires Brito, S. B., Braga, I. O., Cunha, C. C., Palácio, M. A. V., & Takenami, I. (2020). Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. *Vigilância Sanitária em Debate, 8*(2), 54–63. https://doi.org/10.22239/2317-269x.01531

Pritchard, A., Morgan, N., & Ateljevic, I. (2011). Hopeful tourism. *Annals of Tourism Research, 38*(3), 941–963. https://doi.org/10.1016/j.annals.2011.01.004

Rosa, P. C., Rosa, L. M. V., & Nassar, P. M. (2020). Turismo indígena, protagonismo e desenvolvimento local: Experiência na terra indígena Jaquiri, Médio Solimões, AM. *Revista Turismo em Análise, 31*(2), 381–399. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i2p381-399

Rezende Filho, M. F. (2020). Futuro do Turismo. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, 8*(14), 6–16. https://doi.org/10.26512/revistacenario.v8i14.31957

Scheyvens, R., Carr, A., Movono, A., Hughes, E., Higgins-Desbiolles, F., & Mika, J. P. (2021). Indigenous tourism and the sustainable development goals. *Annals of Tourism Research, 90*(103260), 103260. https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103260

Sinay, L., Sinay, M. C. F. D. E., Carter, R. W. (bill), & Passos, F. V. D. E. A. (2019). Traditional people, protected areas and tourism: A 15-year Brazilian case study of cultural change. *Ambiente & sociedade, 22*(0). https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0070r4vu19l1ao

Soares, I. A. (2019). *Sustentabilidade socioambiental e efetividade de gestão de unidades de conservação*. 2019. 220f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Soares, I. A., Oliveira, J. E. L., & Lima, E. R. V. (2018). Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental de Jenipabu - RN. *Revista Brasileira de Geografia Física, 11*(2), 490–509. https://doi.org/10.26848/rbgf.v11.2.p490-509 https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103260

Souza, N. N. S. de, Irving, M. D. A., Souza, C. D. M. e., & Lima, M. A. G. de. (2021). Turismo étnico indígena: definición conceptual, potencialidades y desafíos en

Brasil. *Turismo - Visão e Ação, 23*(2), 308–328. https://doi.org/10.14210/rtva.v23n2.p308-328

Svampa, M. (2010). Movimientos sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios políticos en América Latina. *OneWorld Perspectives (1)*, 1-29. https://kobra.uni-kassel.de/handle/123456789/2010110334865?show=full

Tasso, J. P. F., Moesch, M. M., & Nóbrega, W. R. de M. (2021). Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: Uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 15*(1), 2141. https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2141

Tzanelli, R., & Korstanje, M. (2020). Introduction: Critical thinking in tourism studies. *Tourism Culture & Communication, 20*(2), 59–69. https://doi.org/10.3727/109830420x15894802540133

Vera, M. P., Garcia, A. P., & Campos, G. C. (2021). El turismo comunitario indígena: reto sociopolítico y oportunidad económica para comunidades mapuche en zonas precordilleranas del Sur de Chile. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional, 17*(1). https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i1.6179

Veyne, Paul. (1998). *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.* (4a ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Viken, A., Höckert, E., & Grimwood, B. S. R. (2021). Cultural sensitivity: Engaging difference in tourism. *Annals of Tourism Research, 89*(103223), 103223. https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103223

Wilson, E., & Hollinshead, K. (2015). Qualitative tourism research: Opportunities in the emergent soft sciences. *Annals of tourism research*, *54*, 30–47. https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.06.001

Yang, J., Ryan, C., & Zhang, L. (2016). Impersonation in ethnic tourism – The presentation of culture by other ethnic groups. *Annals of Tourism Research, 56*, 16–31. https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.10.005

Younès, C. (2016). Por uma nova cultura do turismo. In Irving, M. de A., Calabre, L., Bartholo, R., Lima, M. A. G. de, Edilaine Moraes, A. de, Egrejas, M., Lima, D. R. (Orgs.). *Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO... O CAMINHAR SE APRENDE CAMINHANDO

> A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes de fecundidade na produção dos resultados (Bruyne et al, 1977, p.29).

Ao longo do século XX a pesquisa em ciência social se viu às voltas com a noção de ciência. Questões de utilidade e validade permeavam as condições da produção do saber. Autores como Bruyne et al (1977) definiram a dinâmica da pesquisa em ciências sociais como uma prática metodológica quadripolar, através de do polo epistemológico, polo teórico, polo morfológico e polo técnico. Quando refletem acerca da autonomia da pesquisa e interdisciplinaridade os autores aludem sobre o equívoco de reduzir a construção científica a uma disciplina, pois, seria mais valioso delimitar metodologicamente um campo de análise do que um espaço epistêmico das ciências do homem.

À luz desse entendimento, ao discutir ciência e cientificidade Minayo (1994) orienta o entendimento a partir de duas pautas do debate científico. A primeira diz respeito ao fato das ciências sociais se assentarem nos métodos das ciências da natureza limitando assim seu objeto; e, a segunda seria assumir sua profundidade de modo a abandonar o estatuto de cientificidade em si. Neste sentido, Demo (1995) afirma que, sobretudo nas ciências sociais, tudo é passível de discussão. Isso implica em refletir que, nas ciências sociais os processos não se encerram em si. É nisso que reside a fala de Minayo (1994) quando observa que, neste caso, a cientificidade precisa ser visualizada não como reflexo de modelos de normas, mas sim, como uma ideia reguladora de alta abstração. O que significa afirmar que nas ciências sociais tudo é provisório, dinâmico e específico.

Alguns autores afirmam que neste início de século XXI o entendimento sobre “ser ou não ser ciência” nas ciências sociais parece está sendo ultrapassado. Esse é o caso de Lather (2013) em seu estudo sobre metodologia no século XXI. A partir da pergunta “depois do quê” a autora situa a pesquisa qualitativa no momento presente, afirmando que tal abordagem já passou por quatro fases, sendo a atual QUAL 4.0, cujo direcionamento se dá por meio práticas alternativas com o propósito de quebrar a rotina metodológica. Inspirada em Deleuze, Guattari, e Foucault, St. Pierre (2021) aborda tais questões nominando-as de investigação pós-qualitativa. Assim, ela

anuncia que o pensamento pós-qualitativo é filosófico e não metodológico assentado em dois compromissos principais: 1) recusar qualquer metodologia de pesquisa pré-existente; e, 2) ler a filosofia e permitir que a intensidade dos conceitos filosóficos reoriente o pensamento. Ao explicar a prática social foucaultiana na obra Como Foucault revoluciona a história, Veyne (1998, p. 280) afirma que “tramas que ela narra são a história das práticas em que os homens enxergaram verdades e das suas lutas em tomo dessas verdades”.

2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Neste texto já foi mencionado que nas ciências sociais a abordagem mais comum em estudos de natureza semelhante ao deste é a qualitativa. Fato deveras potencializado quando se delimita o contexto latino-americano. Por abordagem qualitativa cumpre refletir, conforme vem sendo demonstrado nesta seção, sobre sua importância para uma observação mais compreensiva e construtivista da vida em sociedade. No Brasil, os resultados do diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes confirmam tanto sua importância quanto a transversalidade entre as áreas (CGEE, 2020).

Como parte dessa interseção de áreas do conhecimento nos estudos do turismo esse tipo de posicionamento é percebido com pesquisadores como Wilson e Hollinshead (2019) quando oferecem o workshop *"Somewhere Over the (Methodological) Rainbow? Tourism and 'Qualitative Research 4.0*”, por exemplo. A proposta da temática é de refletir como pode ser o 'qualitativo' a partir de formas pós-disciplinares e pós-qualitativas. Hollinshead (2016) trata essas questões por meio da necessidade de conhecimento plural nos estudos do turismo. Como fora apresentado na justificativa teórica, este estudo assume contornos inspirados na leitura de mundo a partir de uma abordagem focada nos estudos críticos em turismo. Convém nesse aspecto apresentar o contexto indisciplinar do turismo como um elemento de diálogo nessa discussão, para só então adentrar na seara dos estudos críticos em turismo.

Tribe (1997) propõe uma epistemologia cuja base se sedimenta em três características principais: o turismo como um fenômeno no mundo externo; o estudo do turismo; e, a educação e formação em turismo. Assim, o autor traz a indisciplina como um *insight* para a leitura da realidade demandada pelo turismo enquanto campo do conhecimento, uma vez que o tomar na perspectiva disciplinar do método traria o

imperativo de excluir elementos do fenômeno inqualificáveis cientificamente. Neste sentido, a abordagem metodológica dessa tese se assenta no entendimento de que para observar o turismo é preciso assumir uma postura interdisciplinar que utilize conhecimentos buscados em diferentes áreas. O olhar de Oviedo-García (2016) traz um entendimento fundamental para essa questão, a distinção entre inter e multidisciplinaridade. As reflexões do autor levam ao seguinte entendimento: o que caracteriza a pesquisa interdisciplinar são os elementos de colaboração e integração de conceitos e métodos. Já na investigação multidisciplinar se propõe uma justaposição de disciplinas, sem nenhuma mudança ou integração.

O cenário ora apresentado vai ao encontro a fala de St. Pierre (2021) quando propõe à pesquisa um "novo" trabalho que também se constitua, dentre outras coisas, afetivo e que se utilize de uma filosofia da imanência. Em publicação anterior St. Pierre (2018, p. 1) desafia os estudiosos a "quebrar o hábito de correr para metodologias de pesquisa pré-existentes e, ao invés disso, seguir as provocações que vêm de todos os lados na indagação que é viver e escrever". É possível refletir que mesmo sem essa pretensão em si, este estudo traz um pouco desse desafio, tomando como espelho a inquietação de Wilson e Hollinshead (2019, p. 1) "trabalhar mais abertamente para resistir às amarras do positivismo, pragmatismo e expectativas do instrumentalismo hegemônico".

A fim de evitar interpretações equivocadas acerca da "validade científica" destas proposições é importante refletir em torno da organização de produções científicas que convergem à essas questões. Neste caso, cumpre trazer dois exemplos. A coletânea *The critical turn in tourism studies innovative research methodologies*[29] (Ateljevic et al, 2007) e os dois números do periódico *Tourism Culture & Communication*[30] editados por Tzanelli e Korstanje (2020). Dividida em duas partes a obra editada por Ateljevic et al (2007) trata das questões relacionadas aos motivos epistemológicos da abordagem e sobre técnicas, métodos de interpretação e estratégias de escrita. A coletânea que tem à frente Tzanelli e Korstanje (2020) versa por temáticas da autenticidade, novos espaços de lazer e pós-colonialidade, dentre outros. O empreendimento é fruto do escopo editorial da revista que prever não

[29]https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9780080470986/critical-turn-tourism-studies-irena-ateljevic-annette-pritchard-nigel-morgan?refId=2f007bd2-8f95-4dbb-b8a3-db64e5dfcd2d&context=ubx
[30] https://www.ingentaconnect.com/content/cog/tcc/2020/00000020/f0020002

colocar restrições ao leque de identidades culturais abrangidas, para além da necessidade de se relacionar com o turismo e a hospitalidade.

Os elementos aqui expostos são tensionados ao se observar o entendimento de Oviedo-García (2016) localizando o turismo como campo científico concentrado em uma dimensão específica da sociedade, suas manifestações turísticas. Ainda de acordo com autor a construção da interdisciplinaridade no turismo traz consigo a necessidade de interação entre quadros teóricos, metodologias e técnicas de pesquisa. Um primeiro caminho para tal seria a sinergia de filosofias e técnicas decorrentes de múltiplas disciplinas numa lógica multidisciplinar, para, só então conseguir avançar nos aspectos interdisciplinares inerentes ao campo.

Portanto, assumir a abordagem dos estudos críticos em turismo implica em compreendê-lo como um campo interdisciplinar que se preocupa menos em saber o que fazer e mais em permitir que a intensidade dos conceitos filosóficos reoriente o pensamento (St. Pierre, 2021). Isso implica em humanizar a pesquisa permitindo-se aflorar uma linguagem compreensiva e esperançosa da realidade, ou seja, a cognoscibilidade plural encontrada em Hollinshead (2016).

2.2 PROCESSO CRIATIVO DE CONSTRUÇÃO, ANÁLISE E COMUNICAÇÃO DO ESTUDO

> Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos, antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela (no sentido em que um "beneficiário" é beneficiário porque o faço beneficiar-se de alguma coisa, e em que, se guio alguém, esse alguém é o guiado). A relação determina o objeto, e só existe o que é determinado (Veyne, 1998, p. 249).

Eco (1977) já aferia que para empreender a escolha do tema na construção de uma tese se abarcaria em quatro situações principais: tema que responda aos interesses do candidato, fontes de consulta acessíveis, fontes de consulta manejáveis, e quadro metodológico da pesquisa esteja ao alcance da experiência do pesquisador. Assim, a discussão abre espaço neste momento para demonstrar como se chegou até aqui. Não se trata de um passo a passo, tampouco de um fluxo linear de procedimentos práticos estanques. Pelo contrário, o processo foi o mais plural e interconectado possível. Talvez, se aproxime daquilo que St. Pierre (2018, p.2) diz, “não há receita”. Esta subseção trará em alguns momentos uma espécie de prática discursiva autoetnográfica como processo. Santos (2017, p. 230) percebe o processo

como sendo o ato de “produzir descrições densas, estéticas e evocativas da experiência pessoal e interpessoal”.

Assim, para fins didáticos categoriza-se o processo em três elementos: construção, análise e comunicação, de modo que é pertinente esclarecer que eles não se encerram em si, nem assumem uma posição estática, tampouco de ordem cronológica de acontecimentos. A tríade que compõe a prática discursiva dos caminhos desta pesquisa será apresentada na sequência a seguir, e tem o propósito de discorrer uma redação acessível para o leitor deste Diário de Bordo.

2.2.1 A construção...

Comumente costuma-se narrar o processo de tese doutoral como um momento solitário e de introspeção do pesquisador, bem como, das reflexões advindas das sessões de orientação. No caso deste estudo tais momentos aconteceram, a materialização deste documento evidencia isto. Entretanto, o processo não se deu apenas de forma solitária. Convém frisar que a construção ter sido realizada no transcurso da pandemia da COVID-19 demandou a adoção do formato remoto para superar as limitações do distanciamento social. Como explicado nas considerações iniciais deste texto as possibilidades criadas pelo uso de qualidade da World Wide Web (WWW) foram relevantes, conforme Smith & Kollock (1999) afirmam quando apresentam as redes de computadores como um espaço criativo de interação social.

Neste estudo a WWW foi singular seja de forma síncrona ou assíncrona (Hine, 2000). A construção se deu num espaço que envolveu formação obrigatória, formação complementar, eventos virtuais (palestras, seminários, congressos, reuniões de grupos de pesquisa), pesquisas eletrônicas, correio eletrônico, grupos de notícias, salas de discussão, aplicativos de mensagens e redes sociais. Kozinets, (2014) apresenta tal cenário como sendo uma abordagem netnográfica, forma de classificar experiência cultural online. Para o autor tanto é possível observar fóruns, bate papos e grupos de notícias quanto blogs comunidades audiovisuais, fotográficas e de pod-casting, mundos virtuais, jogadores em rede, comunidades móveis e websites de redes sociais. De todos os processos, uma realidade que merece destaque neste cenário foi Exame de Qualificação de Doutorado exposto na figura 02.



Figura 02: Exame de Qualificação de Doutorado
Fonte: Dados da pesquisa

Obviamente que além do ambiente virtual esse estudo também aporta sua construção de observação do campo empírico na esfera física. Uma questão que merece atenção foi seguir a orientação apresentada pela banca examinadora do Exame de Qualificação de Doutorado. De acordo com a análise dos membros da banca seria interessante acessar o campo empírico de investigação, antes, inclusive, da redefinição de categorias de análise. Neste entendimento, assemelhando-se à investigação de Mendonça et al (2021) empreendeu-se num primeiro momento, o processo de observação participante sendo “visitante” no Território Indígena Eleotérios do Catu. Vale salientar que tais incursos se deram na companhia de uma “equipe” de observação composta por colaboradores voluntários nas áreas de antropologia/documentação digital, geografia e tecnologia da informação. A figuras 03 e 04 ilustram os eventos aqui descritos.





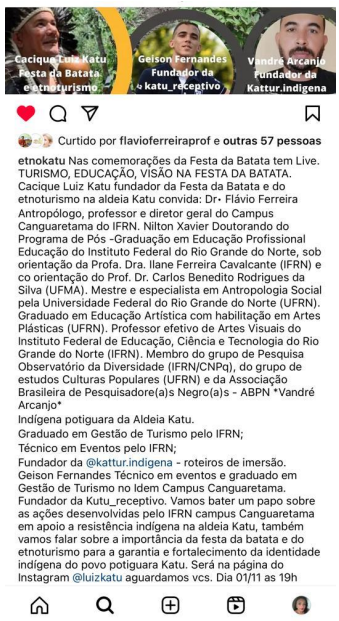
Figuras 03 e 04: “Equipe” de observação
Fonte: Dados da pesquisa

Assim como no trabalho de Mendonça et al (2021) o grupo investia os mesmos valores monetários que os demais visitantes que participavam das atividades ofertadas pela comunidade. Vale salientar que a observação contou com estratégias de catalogação de dados por meio de sensoriamento remoto, realização de registros fotográficos, anotações em diário de campo, diálogos informais com membros da comunidade, aquisição de produtos na comunidade. Além disso, também se realizou o registro documental, denominado etnografia fílmica. Um processo onde tanto o filme etnográfico quanto o cinema documentário possibilitam a revelação da subjetividade dos atores sociais que ocupam a posição de personagens na imagem (Lessa, 2014). Além dos benefícios metodológicos desta estratégia, a ação se deu em razão de se entender ser necessário uma devolutiva à comunidade para além do trabalho textual denominado tese, especialmente pelo fato de existir significativa quantidade de estudos que toma a comunidade como *lócus* de investigação, porém não há arquivos destes junto à comunidade. Assim, a intenção desta iniciativa é facilitar com que esta pesquisa não se coloque na posição de extrativista, contexto aludido por Barbosa (2019) como sendo um desafio à investigação científica crítica.

Neste sentido cumpre a reflexão acerca dos processos de partilha e construção colaborativa que foram realizados ao longo o estudo. Novamente a WWW entra em cena. Neste caso, tanto para o diálogo com os membros da comunidade por meio de aplicativo de mensagem (a comunidade não dispõe de sinal telefônico, porém, dispõe de sinal de internet wi-fi) quanto para observação da divulgação da oferta de práticas

de recepção nas redes sociais[31]. Some-se a isso o fato do maior evento da comunidade, a Festa da Batata, ter ocorrido em formato híbrido no ano de 2021. Desse modo, numa transmissão ao vivo realizada na rede social Instagram se tratou especificamente de tema foco deste estudo, a recepção de visitantes na comunidade, conforme demonstram a figuras 05 e 06. É válido ainda registrar que também houve participação nas atividades presenciais da festa, como mostra a figura 07.





Figuras 05 e 06: Divulgação da transmissão ao vivo na Festa da Batata/2021
Fonte: Reprodução Instagram



Figura 07: Observação das atividades presenciais na Festa da Batata/2021
Fonte: Dados da pesquisa

Assim, assumindo as características do comportamento social contemporâneo, neste estudo o processo de observação transita entre o mundo físico e o ambiente virtual. Importante observar neste aspecto que durante o desenvolvimento dos trabalhos a denominação de um dos perfis supracitados foi alterada nas redes sociais, fato que faz com que a apresentação desse dado varie de acordo com o momento de observação.

Confirmando a prospecção dos docentes presentes no exame de qualificação. O processo de observação fez aflorar categorias de análise imperceptíveis à redução do problema ao processo de planejamento e gestão das práticas turísticas, de modo que foi necessário dar um passo atrás no processo para recalcular sua rota por meio

[31] https://www.instagram.com/etnokatu/
https://www.instagram.com/katu_experiencias/
https://www.instagram.com/kattur.roteiros/

do redesenho do problema de pesquisa, bem como, suas justificativas teóricas e metodológicas. Vale ainda inferir que o estudo se situa na lógica interdisciplinar do campo do turismo. Portanto, tomando como mote a fala de Yang & Zhang (2016), o uso de técnicas de pesquisa antropológicas descritas até o momento nele se encaixam, mesmo o campo do estudo sendo o do turismo e não da antropologia. Haja vista que o imperativo de pensar o turismo criticamente implica em se permitir observar o fenômeno numa perspectiva de práxis (Chambers, 2007).

Nesse passo de observar a práxis do turismo foi necessário complementar a construção do conhecimento advinda da formação curricular do curso de doutorado. Conforme descrito nas considerações iniciais de estudo empreende-se uma formação transversal com caráter antropológico, filosófico e sociológico. Desta feita, em paralelo à tal formação são realizadas novas incursões no campo empírico por meio da realização de 12 entrevistas semiestruturadas com lideranças da comunidade e atores diretamente relacionados à recepção de visitantes. As figuras 07, 08 e 09 exemplificam o processo.



Figuras 08, 09 e 10: Realização de entrevistas
Fonte: Dados da pesquisa

Some-se a isso o intuito de passar um pouco mais de tempo na comunidade, a partir da vivência de seu cotidiano com a participação do momento mensal do Toré da Lua Cheia, bem como, a locação de um imóvel junto à mãe do aprendiz de pajé da comunidade. Este último intento não teve seu objetivo alcançado plenamente, porém, dele se gerou uma relação muito positiva com a proprietária. Vale ainda registrar que

em razão do vínculo anterior a realização do estudo fez com que o contato com ela ultrapasse os aspectos da formalidade. Isso faz com haja uma constante partilha de mão dupla, de modo que o contato com alguns membros se torna permanente por meio de aplicativo de mensagens.

Além disso, também foi adotado ao longo do processo técnicas utilizadas em estudo recente por Justino, Silva & Nóbrega (2021) quando analisam a Política, planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas: reflexões sobre a APAJ/RN, a citar: análise documental, de sensoriamento remoto e de conteúdo digital gerado na rede social Instagram na rede mundial de computadores, a World Wide Web (WWW), por meio de imagens de satélites georreferenciadas disponíveis no aplicativo Google Earth; sobreposição das imagens com o mapeamento das práticas de turismo na APAPU, elaborado a partir da marcação in loco, na imagem de satélite impressa e digitalização no programa Sistema de Informação Geográfica (QGis).

Por fim, como parte do processo de construção dos entendimentos para esta tese foi preciso aferir a visão dos participantes na recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu. No intuito de garantir a compreensão da visita em seus diversos contextos de recepção houve o convite a visitantes que tiveram a oportunidade de vivenciar experiências proporcionadas pelos três receptivos existentes naquele espaço. Assim, realizou-se um grupo focal em formato remoto, haja vista que o público entrevistado reside em vários estados do país. A figura 11, caracteriza o momento ora apresentado.



Figura 11: Realização de grupo focal
Fonte: Dados da pesquisa

A literatura afirma que o uso do grupo focal enquanto estratégia pode se dá sob vários contextos em uma pesquisa. Em alguns estudos se utiliza o mecanismo como principal instrumento de coleta de dados. Há ainda as pesquisas que o utilizam como

ferramenta complementar exploratória. Esta pode ser realizada tanto no início quanto no fim da investigação científica (Gatti, 2005). No caso deste estudo a realização do grupo focal se deu na etapa final da pesquisa, como uma forma ouvir tanto o público especializado do campo do turismo quanto visitantes que estiveram no Catu em diferentes contextos de intervenção, e, a partir disso refletir sobre os achados da pesquisa. Dos convites realizados, 7 visitantes confirmaram participação, número condizente com a afirmativa de Gatti (2005) de que o grupo focal de contemplar de 6 a 12 participantes. Destes, uma teve problema de saúde e não pôde comparecer ao encontro virtual. Entretanto, sua ausência não comprometeu os achados da iniciativa uma vez que ela fez uma breve explanação em momento posterior e responder ao formulário complementar apresentado aos entrevistados em momento de seu registro na atividade.

Vale ainda registrar que dentre as plataformas de reuniões virtuais, a escolha da *Microsoft Teams* se deu pelo fato desta ser uma plataforma unificada de comunicação e colaboração que combina bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração de aplicativos no local de trabalho. Deste modo, foi possível tanto registrar o momento por meio de gravação da reunião quanto pela transcrição dos diálogos realizados, fato que facilitou sobremaneira a análise dos dados.

2.2.2 A análise...

É importante retomar que, embora o processo aqui organizado de forma didática em três momentos, ele não se constitui de uma linha do tempo, tampouco se encerra em seus limites. Cumpre neste momento, trazer o entendimento foucaultiano de que a arqueologia do saber não se faz hermética tampouco estática. Assim, de acordo com Veyne (1998, p. 252)

> Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito. Ora, essa observação prova que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes.

As inquietações que moveram a busca por um aporte filosófico como lente analítica partiram das discussões ocorridas no componente curricular Políticas Públicas em Turismo cuja discussão girou em torno dos estudos críticos em turismo.

Assim, após concluído o componente, tais inquietações permaneciam latentes. Foi então que se procurou presencialmente um docente vinculado ao Observatório da Diversidade no IFRN[32], onde se recebeu o encaminhando ao mundo virtual do Grupo de Estudos Interdisciplinares, Práticas Discursivas e Políticas dos Corpos[33]. Além disso, também se empreendeu na participação de eventos em âmbito virtual com esse fim. Nota-se, portanto, novamente o atravessamento entre interações presenciais e remotas acontecendo no desenvolvimento do estudo. Desse modo, desde o segundo semestre de 2019 tem-se assumido essa iluminação reflexiva para melhor compreender os elementos de observação elencados na subseção anterior. Vale salientar que no exame de qualificação também se apresenta a necessidade de aprofundamento desta intenção de pano de fundo para análise da realidade.

Ainda como resultado do exame de qualificação foi necessário sair da superfície no que se refere à compreensão dos povos originários, não no sentido de desvelar o que se encontra submerso. Mas, na observação do seu discurso enquanto prática de vida. A imersão no mundo dos povos originários se deu por meio de cursos, eventos e afins, onde considerável maioria reside na exposição de conteúdos por professores indígenas. Fica o registro do mais duradouro deles, o curso Aprendizagens Interculturais - V Edição[34]. Vale novamente o registro o uso da WWW tanto de forma síncrona quanto de forma assíncrona. A escuta ativa no *lócus* da investigação. Além dos momentos de escuta na observação juntamente com as 12 entrevistas realizadas também lançaram luz ao entendimento sobre como se situa a prática social discursiva dos povos originários para além do senso comum.

Outro elemento fruto da necessidade de construir um espaço qualitativo de análise foi ampliar o repertório discursivo na observação do cenário das áreas naturais protegidas, também com usufruto das mesmas estratégias nesta seção mencionadas. A ênfase se dá ao acompanhamento do curso Conservação Colaborativa em Áreas Protegidas: um novo paradigma de gestão?[35], ofertado em formato remoto pela Universidade de São Paulo (USP).

Vale salientar que o cenário ora descrito trata de uma formação complementar, e que, portanto, como a própria nomenclatura diz complementa a formação curricular

[32] https://www.instagram.com/obdiversidade_ifrn/
[33] https://www.instagram.com/corpolitica/
[34] https://www.instagram.com/pea_biru/
[35] https://sce.fflch.usp.br/node/4155

obrigatória inerente aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Doutor em Turismo, até porque elas são condição *sine qua non* para a reflexão da práxis no campo do turismo, levando ao caminho dos estudos críticos em turismo. Em linhas gerais é possível afirmar que o aporte teórico para análise utilizado neste estudo tem inspiração filosófica na leitura foucaultiana. Entretanto, em razão das características do campo empírico de observação também foi preciso recorrer às teorias antropológicas, bem como, das ciências sociais.

Um elemento que vale ser sinalizado nessa discussão é capilaridade do uso de técnica *snowball* de leituras, onde a partir da leitura de um texto é possível encontrar outros textos que coadunam como a necessidade de ampliação dos quadros de leitura, e por conseguinte, de reflexão do pesquisador. Assim, considerando a medida em que se observa a relevância das produções levantadas se lança mão das referências elencadas nos textos de modo a agregar valor ao aporte necessário para compor os constructos objetos da análise (Vinuto, 2014). O autor destaca que tal forma de coleta apresenta três propósitos principais de utilização: (1) melhor compreensão acerca de um tema; (2) teste de viabilidade de estudos mais amplos; e (3) desenvolvimento de processos a serem empregados em outros estudos ou fases subsequentes da análise. Os caminhos assumidos nesse estudo como ferramenta de análise partem da necessidade principal de permitir a interseção turismo, povos originários e áreas naturais protegidas. A figura 12 traz um exemplo de como isso ocorre do ponto de vista prático, pois, apresenta uma síntese da literatura utilizada com esse propósito.

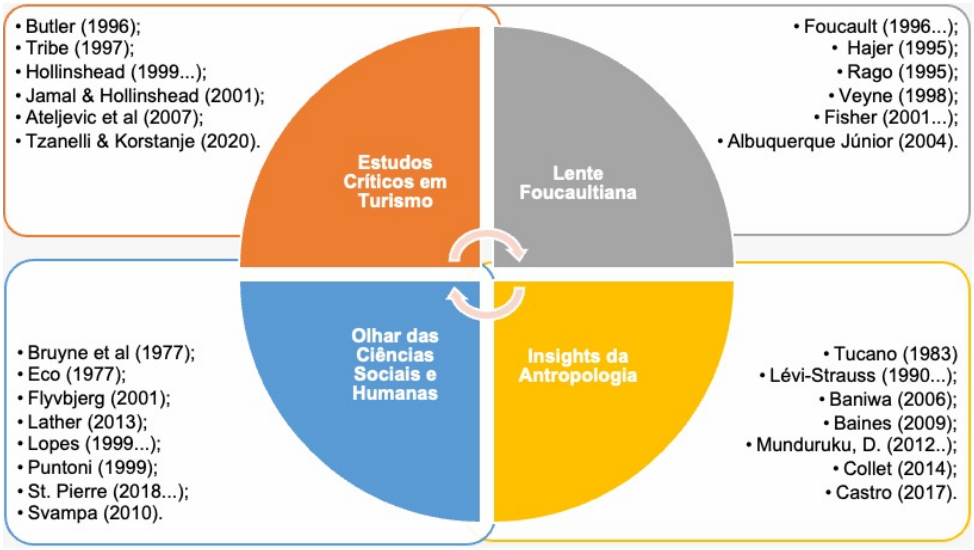


Figura 12: Elementos teóricos de análise
Fonte: Dados da pesquisa

A leitura dessa imagem permite retomar as falas de Tribe (1997) e Oviedo-García (2016). A primeira, no sentido de abandonar a busca de um paradigma do turismo em busca de torná-lo uma ciência para reconhecer e celebrar sua diversidade. A segunda, diz respeito ao desafio aos estudantes de doutorado deixarem de ser revisores da pesquisa disciplinar e observarem a lacuna dos estudos interdisciplinares como uma oportunidade de ampliar o repertório discursivo para o campo.

2.2.3 A comunicação...

O processo de fala foi significativamente valioso para materialização deste estudo. Não uma fala qualquer, alijada na retórica. Mas, uma fala imbuída da parresia foucaultiana (Foucault, 2010; 2011), que diz sobre a coragem dizer-a-verdade por meio da fala franca, ou seja, uma fala que não se trata de performance. Nesse estudo nem sempre a comunicação por meio da fala veio posterior a forma escrita. Em muitos momentos ela ocorria no contexto da observação, haja vista que tal qual um processo terapêutico escutar ativamente o que se refletia sobre o que se observava fazia encontrar as categorias analíticas ainda não observadas.

Assim, se falou sobre o estudo em reuniões dos grupos de pesquisa mencionados nas considerações iniciais deste documento. Falava-se em conferências presenciais e remotas realizadas em redes sociais ou salas de aula virtuais. Falava-se em eventos acadêmicos. Além da comunicação oral, os momentos materializados em que a escrita foi posterior a análise foram apresentados aos pares por meio da submissão aos eventos científicos. Essa fase teve uma contribuição significativa para qualificar o processo de construção textual, uma vez que os pareceres resultantes das avaliações foram incorporados à redação final da tese, bem como, aos artigos submetidos a periódicos científicos e aceitos para publicação, como fora mencionado em momento anterior. O quadro 03 ilustra essa discussão.

COMUNICAÇÃO DA PESQUISA	
Momentos em grupos de pesquisa	- Apresentação da discussão acerca das áreas protegidas no Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT/UFRN); - Apresentação da discussão sobre a Lente Foucaultiana de análise no Grupo de Pesquisa em Planejamento e Gestão do Turismo – (GPPGTUR/UFMA); - Reflexões sobre a observação do campo empírico no Grupo de Estudos Interdisciplinares, Práticas Discursivas e Políticas dos Corpos (Corpolítica/UFRN).
	- I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial do município de Ceará-Mirim/RN;

Conferências	- Palestrante da Mesa Redonda: Política e desenvolvimento no turismo: financiamento público e os cenários de exclusão e violência urbana, durante o XVI Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL); - Caminhos da resistência: a recepção de visitantes como prática social discursiva à visibilidade dos povos originários no Rio Grande do Norte/RN, Brasil na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); - Caminhos da resistência: a recepção de visitantes em aldeias no RN/BR no programa Raízes, desenvolvido pelo grupo Ser Educacional[36].
Comunicação oral em eventos	- XX Semana de Antropologia da UFRN; - IX Congreso Latinoamericano de Investigación Turística (CLAIT) y el 12° Congreso De Investigación Turística de Chile (SOCIETUR); - XVI Fórum Internacional de Turismo do Iguassu.
Artigo publicado	- Caminhos da resistência: a recepção de visitantes como prática social discursiva à visibilidade dos povos originários no Rio Grande do Norte/RN, Brasil. Aceito pela Revista Gestión Turística;
Artigo aceito para publicação	- A prática social discursiva foucaultiana como lente para um (des) caminho investigativo no turismo. Aceito pela Revista Ateliê do Turismo.

Quadro 03: Comunicação da pesquisa
Fonte: Dados da pesquisa

Os momentos ora descritos possibilitaram inúmeras partilhas. As reuniões em grupos de pesquisa, bem como, a reflexão com os pares nos artigos aceitos para publicação trouxe riqueza para se pensar a práxis do turismo interdisciplinar. Expertise também percebida nos debates gerados a partir das conferências, bem como, das comunicações orais.

No que confere aos eventos, é importante destacar que no ENTBL além da conferência e coordenação de Grupo Temático (GT) sobre as discussões afins a este estudo também foi possível participar, junto com colegas do PPGTUR e residentes da comunidade *lócus* da investigação, como proponente e executora da visita técnica "Turismo de base comunitária e ecoturismo: Aldeia Katu dos Eleotérios". Tal momento também rendeu mais uma intervenção de observação participante por meio das técnicas elencadas anteriormente neste texto. A visita técnica trouxe consigo um componente agregador de valor à prática discursiva dessa tese, o olhar do público especializado por meio de diálogos informais ao longo de um dia de atividades juntamente com a escolha de participantes para a realização de grupo focal. A iniciativa também vem ratificar o processo de parceria com os atores da comunidade, o que confere legitimidade aos discursos construídos.

Na semana de antropologia a partilha oportunizou demonstrar aos presentes que sim, é possível desenvolver estudos com caráter mais humanizado e compreensivo no campo do turismo. No evento do Chile uma maior aproximação das

[36] https://www.youtube.com/live/0hqYUbJ2Jb4?feature=share

discussões acerca dos povos originários na AL foi um divisor de águas para se permanecer nos caminhos que estavam sendo trilhados no estudo. A visita a comunidade indígena Pichimaule pertencente ao povo Mapuche, bem como, à Reserva Costeira Valdiviana, referência em gestão de áreas naturais protegidas, foram relevantes para a reflexão. As figuras 13, 14 e 15 ilustram a importância os momentos de observação *in loco*.



Figuras 13, 14 e 15: Observação *in loco* no Chile
Fonte: Dados da pesquisa

Ainda sobre o CLAIT, cumpre destacar que a comunicação oral se deu num contexto de conferência no evento paralelo *Encuentro de Turismo y Pueblos Originarios* realizado na cidade de Panguipulli. Neste cenário foi possível além de ampliar o debate acadêmico perceber iniciativas de práticas turísticas articuladas pelos povos originários, de modo que tal evento contribuiu significativamente para a ampliação do repertório discursivo que ora se apresenta nesta tese, bem como, para um olhar mais compreensivo ainda acerca do *lócus* de investigação que será tratado na próxima seção. As figuras 16 e 17 trazem um demonstrativo do momento.





Figuras 16 e 17: *Encuentro de Turismo y Pueblos Originarios*
Fonte: Dados da pesquisa

Assim como ocorreu em razão da participação no CLAIT, no Fórum Internacional de Turismo do Iguassu também se teve a oportunidade de vivenciar o acesso à espaços naturais protegidos, o Parque Nacional do Iguaçu (PARNA Iguaçu) no Brasil e o Parque Nacional Iguazú na Argentina. Além das significantes partilhas científicas participar dos eventos oportunizou a prática de experiências turísticas relacionadas com o objeto de estudo da tese. Por fim, vale ainda refletir o entendimento de Scheyvens et al (2021) quando considera que a pesquisa não se dá sobre e sim com a comunidade. Desse modo, ainda como parte da comunicação necessária para a produção textual gerada neste estudo contou-se com o olhar da comunidade no sentido de aferir a assertividade do que se comunica, bem como, num gesto de respeito e gratidão por todo o suporte ofertado ao longo do processo. Assim, ao longo do processo a comunidade foi consultada e apresentada ao que foi sendo construído. Esse processo é reflexo do respeito às lutas da comunidade, de modo a não apresentar ao público externo algo dissonante daquilo que a representa efetivamente. Neste sentido, cumpre frisar que a anuência da comunidade com o que se escreveu foi um elemento de sustentação para os resultados apresentados nesta tese, representando assim o respeito e a gratidão por todo acolhimento e partilha recebido ao longo de seu processo de construção.

2.3 PROCESSO DE ESCOLHA E CARACTERIZAÇÃO DO *LÓCUS* DE OBSERVAÇÃO

Inicialmente o *lócus* de observação deste estudo compreenderia o Norte do estado da Paraíba e o Sul do estado do RN, no Nordeste brasileiro. Na Paraíba a observação seria realizada no município Baía da Traição e no RN nos municípios de Canguaretama e Goianinha. Para tanto, levando em conta a discussão de Eco (1977), o primeiro precisou ser retirado do campo empírico de observação. O motivo de tal decisão, foi no sentido de que se observara um potencial de limitação de acesso às informações. Ao longo de um determinado tempo se tentava comunicação com agentes do poder público, residentes das comunidades, e atores com atuação na oferta de práticas de receptivo turístico. Tais sujeitos apresentaram cordial acolhimento inicial, porém, não apresentavam retorno às demandas apresentadas.

Assim, levando em consideração o componente da acessibilidade, juntamente com às questões relativas ao orçamento do estudo, toma-se a decisão de centrar a observação na Microrregião do Litoral Sul do RN, assumindo-se assim como *lócus* de observação o Território Indígena Eleotérios do Catu, localizado a 79 quilômetros em média da capital do estado, Natal (Rio Grande do Norte, 2013). A área onde o território se insere, compreende espaços tanto do município de Canguaretama quanto do município de Goianinha e compõe Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU), conforme ilustrado na figura 18.

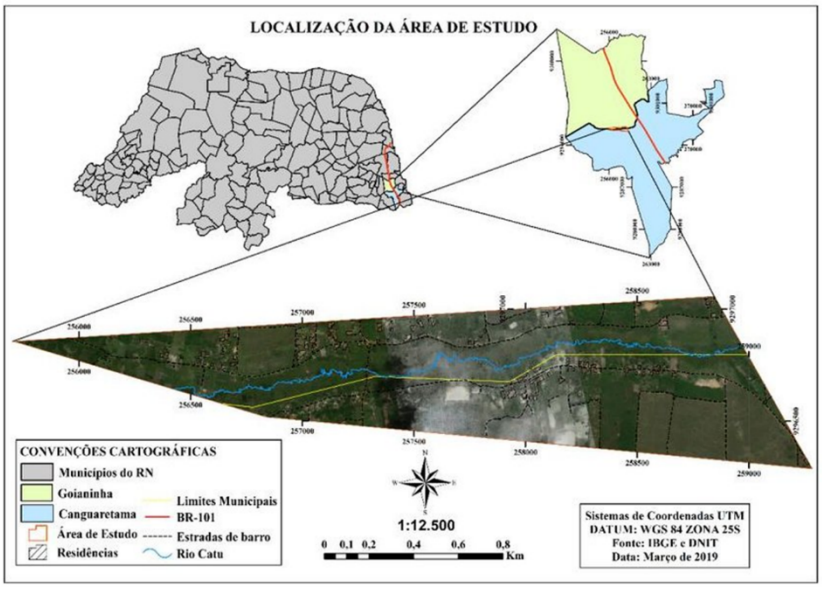


Figura 18: Localização Catu
Fonte: Silva e Filgueira (2020)

Desse modo, se assume o citado *lócus* para a observação da interseção turismo, áreas naturais protegidas e povos originários. A discussão se assenta numa abordagem compreensiva dos elementos, considerando o novíssimo paradigma para o olhar acerca da temática em questão, conforme defende Maretti (2019), afirmando que o século XXI traz o imperativo de compreender os espaços protegidos para além do paradigma tradicional, em que a concepção de parques nacionais é vista como exemplar da salvaguarda dos serviços ecossistêmicos, o estudioso apresenta a necessidade de se compreender a proteção dos espaços naturais como algo orgânico e sistêmico. Para tanto, é preciso que se chegue ao entendimento de que os parques não são a única forma de conservar; e de que é preciso incorporar os povos originários no processo decisório da gestão de tais espaços.

A Microrregião do Litoral Sul do RN é composta por 10 municípios cuja população total é de 143.610 habitantes de acordo com o Caderno de Caracterização do Estado do Rio do Grande Norte (Brasil, 2021). O documento descreve os indicadores socioeconômicos por microrregiões/municípios. No caso da Microrregião do Litoral Sul do RN ele apresenta a média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDM-M) de 0,591 e o Produto Interno Bruto (PIB) de 229.200,56. As informações foram elaboradas a partir de dados agregados nos seguintes índices: população estimada 2020; PIB per capita 2018; e IDH-M, GINI, THEIL, IVS, 2010 (Brasil, 2021). A figura 19 traz uma visão geral das características socioeconômicas do espaço.

Município	POP	IDH-M	PIB	GINI
Arês	14.417	0,606	447.728,23	0,532
Baía Formosa	9.322	0,609	149.062,58	0,484
Canguaretama	34.548	0,579	524.409,85	0,502
Espírito Santo	10.484	0,558	74.984,85	0,552
Goianinha	26.669	0,638	378.665,32	0,581
Montanhas	11.208	0,557	92.113,50	0,547
Pedro Velho	14.844	0,568	123.554,69	0,547
Senador Georgino Avelino	4.484	0,570	126.496,73	0,449
Tibau do Sul	14.440	0,645	336.559,59	0,605
Vila Flor	3.194	0,576	38.430,28	0,462

Figura 19: Características socioeconômicas da Microrregião do Litoral Sul do RN
Fonte: Adaptado de Brasil (2021, p. 115)

Destes 10 municípios 5 compreendem o espaço delimitado pela APAPU. A área natural protegida foi criada pelo Decreto Estadual 10.683/1990, como parte de um

contexto de conservação de natureza ocorrido na segunda metade do século XX. De início a área de abrangência do espaço protegido compreendia 12.000 hectares. Entretanto o Decreto Estadual 22.182/2011, amplia o espaço para 40.707,45 hectares. A APA se constitui a partir do objetivo de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, pois, no espaço por ela compreendido se encontra os Biomas de Mata Atlântica e Caatinga, assim como importantes rios que compõem as sub-bacias dos rios Curimataú, Catú e Jacú (IDEMA, 2013). Os elementos relacionados à APAPU são observados no capítulo 6 deste estudo.

Anterior a criação da APAPU, num espaço descrito por Silva (2007) como sendo parte de uma cartografia de ocupação maior que atual, o povo do Catu é lido como parte do contexto dos aldeamentos implantados desde o século XVI pela coroa portuguesa no Brasil. No caso, no espaço hoje entendido como Microrregião do Litoral Sul foi em parte assentado no aldeamento e posterior Vila, Igramació. Hoje ocupado pelos municípios de Vila Flor, Canguaretama, e, possivelmente Goianinha (Silva, 2007). Destes, os registros históricos destacam que o único efetivamente elevado à categoria de vila foi Vila Flor (Teixeira, 2017).

Assim, a partir do século XVII, num cenário de deslocamento voluntário ou compulsório, às margens do rio Catu se instala o Território Indígena Eleotérios do Catu hoje autodenominado como Potiguaras do Catu (EMIJLS, 2022). De acordo com a análise documental, bem como, das entrevistas realizadas com atores da comunidade essa nomenclatura traz algumas variações, tais como Catu dos Eleotérios ou Potiguras do Katu. Assim, quando houver a abordagem Catu do Eleotérios se refere aos primeiros residentes que ali chegaram, os três irmãos Eleotérios. Já a abordagem Potiguaras do Katu se refere a reivindicação étnica que o povo vive desde a virada do milênio.

Para fins protocolares de localização se assume Eleotérios do Catu em razão do Processo 08620.014669/2018-21[37] de identificação e delimitação de Terras Indígenas, existente no SEI/FUNAI. Além disso, de acordo com os próprios residentes essa denominação se dá no contexto de endereço postal e que, neste caso, Eleotérios associa-se aos lotes que foram ofertados pela igreja católica nas proximidades da

[37]http://sei.funai.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLl0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boq2TbjZvMIMmdLWBCLJcA6_Mu8TUTBdcL0kUVwbwV2UwJ

nascente do Rio Catu: Lotérios do Catu (numa referência a característica geográfica da região). As figuras 20 e 21 possibilitam uma melhor espacialização acerca dos elementos ora descritos.



Figuras 20 e 21: Espacialização do Território Indígena Eleotérios do Catu
Fonte: Dados da pesquisa

Em linhas gerais os Eleotérios do Catu organizam suas atividades produtivas eminentemente na agricultura familiar de subsistência e produção de alimentos que fazem parte da culinária regional como é o caso daqueles oriundos do beneficiamento da mandioca, por exemplo. Parcela menor da população se encontra no serviço público em atividades de educação e saúde, bem como, na agroindústria por meio de ocupações temporárias nas indústrias de beneficiamento da cana-de-açúcar instaladas na região. De forma mais tímida se observa micro empreendimentos no ramo de comércio varejista. Como parte do processo de resistência e etnogênese a recepção de visitantes vem paulatinamente tomando corpo na comunidade, de modo a agregar a produção associada de artesanato e produtos produzidos na comunidade, a citar alimentos da culinária indígena. O trabalho de Pimentel (2021) diagnostica atrativos com potencial turístico do Catu, a citar: a agricultura familiar, a oficina de tupi, o ritual toré, as plantas medicinais, as lendas, o artesanato, a Gastronomia, a trilha, os eventos e a pintura corporal. As figuras 22, 23 e 24, apresentam uma dimensão dessa descrição, quando se demonstra como tais elementos são incorporados ao cenário da recepção de visitantes.



Figuras 22, 23 e 24: Atividades produtivas da comunidade
Fonte: Dados da pesquisa

Do ponto de vista da busca por legitimação dos direitos originários à terra onde estão assentados pode-se afirmar que esse é um processo característico das primeiras décadas do século XXI. O contexto histórico demonstra que ele surge como ressonância da combinação de vários elementos, dentre eles: o autorreconhecimento advindo de influências internas e externas à comunidade; a luta para o que Estado reconheça a autoidentificação como direito ancestral; e, a materialização de políticas afirmativas por meio de mecanismos oficiais. Um deste é Marco Conceitual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte que mesmo afirmando que no estado não há terras indígenas demarcadas, assume a presença dos povos originários a partir de informações de órgão oficiais federais, como IBGE e FUNAI. Alegando que um dos desafios para se demarcar seja a presença de pessoas autodeclaradas não indígenas nas comunidades, identifica dentre as existentes no RN os Eleotérios do Catu (Rio Grande do Norte, 2013). Um exemplo mais recente, vem do município de Canguaretama que reconhece por meio da Lei 740/2019[38] que inclui no Calendário Oficial do Município de Canguaretama "o Dia da Batata", na Comunidade do Catú dos Eleotérios, data celebrada anualmente em 1º de novembro.

[38]http://topdown.servehttp.com:8080/Transparencia/pmcanguaretama/docs/leglocal/LEIS%20MUNICIPAIS/Leis%20Ordin%C3%A1rias/2019/Lei%20Ordin%C3%A1ria%20Municipal%20n%C2%BA%20740%202019%20-%20Inclui%20no%20Calend%C3%A1rio%20Oficial%20do%20Munic%C3%ADpio%20de%20Canguaretama%20o%20Dia%20da%20Batata.pdf

Por fim, quando se refere à visitação na comunidade vale salientar que esta também faz parte dos processos de resistência e etnogênese, como uma forma de tornar visível o que é visto. Neste sentido, pode-se inferir que a visitação ocorre de maneira concomitante aos elementos que caracterizam a busca por legitimação ao direito ancestral. Essa se dá a partir de contextos que interagem entre si numa lógica de complementariedade: o cunho acadêmico-científicos; o caráter pedagógico; o propósito de lazer/experiência; e o interesse jornalístico/documentarista[39]. Tais elementos são apresentados neste estudo nos capítulos 4 e 5.

REFERÊNCIAS

Albuquerque Júnior, D. M. de. (2004). A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. *Anos 90, 11*(19), 79–100. https://doi.org/10.22456/1983-201x.6352

Ateljevic, I., Morgan, N., & Pritchard, A. (2007). *The critical turn in tourism studies: innovative research methodologies*. Amsterdam: Elsevier.

Baines, S. G. (2009). Os povos indígenas na América Latina e sua exclusão e inclusão: uma perspectiva antropológica. In Almeida, M. G. (Org). (2009). *Territorialidades na América Latina* (14-26). Goiânia: Universidade Federal de Goiás. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/territorialidades_web.pdf

Baniwa, G. d. (2006). *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Barbosa, V. L. E. (2019). “Não extrativismo” epistêmico: desafios à investigação científica crítica. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia, (44)*. https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i44.a41818

Brasil. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). (2021). *Caderno de caracterização: estado do Rio Grande do Norte*. Brasília, DF: Codevasf.

[39]http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vivendo-igual-caranguejo-a-aresista-ncia-catu/438659
https://saibamais.jor.br/2023/04/nosso-povo-era-dado-como-extinto-cacique-luiz-katu-fala-da-luta-por-visibilidade-demarcacao-e-contra-ameacas-aos-territorios-indigenas-no-rn/
https://imaginariodigital.org.br/visoes-perifericas/2019/filme/tradicional-familia-brasileira-katu
https://youtu.be/hNBbwmkPOyo
https://www.youtube.com/watch?v=JF7OTXHjBPc

Bruyne, P., Herman, J., & Schoutheete, M. (1977). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Butler, R. (1996). Tourism down under. *Annals of Tourism Research, 23*(1), 226–227. https://doi.org/10.1016/0160-7383(96)81496-4

Castro, E. V. (2017). Os Involuntários da Pátria: Reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, 4*(5), 187-193. https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/140

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) (2020). *Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil.* Brasília, DF: CGEE. https://www.cgee.org.br/documents/10182/11009696/CGEE-2020-CHSSALLA.pdf

Collet, C. (2014). *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria; Laced.

Chambers, D. (2007). Interrogating the 'Critical' in Critical Approaches to Tourism Research. In Ateljevic, I., Pritchard, A., & Morgan, N. (Orgs.). (2007). *The critical turn in tourism studies* (pp. 105-119). Elsevier Science.

Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais.* São Paulo. Atlas.

Eco, H. (1977). *Como se faz uma tese*. Perspectiva.

Escola Municipal Indígena João Lino da Silva (EMIJLS). (2022). Projeto Político Pedagógico. Canguaretama: EMIJLS.

Fischer, R. M. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa [online], 114*, 197-223. https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009

Fisher, R. M. (2012). *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica editora.

Flyvbjerg, B. (2001). *Making social science matter : why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press.

Foucault, M. (2020). *A arqueologia do saber.* (8a ed.). Rio de Janeiro. Forense Universitária.

Foucault, M. (2010). *O Governo de Si e dos Outros: curso no Collége de France (1982-1983)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Foucault, M. (2011). *A Coragem da verdade: O governo de si e dos outros II: curso no Collége de France (1983-1984).* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collége de France (1978-1979).* São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2000a). O que são as luzes? In Foucault, M. (2000a). *Ditos & Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 335-351). Forense Universitária.

Foucault, M. (2000b). Sobre as maneiras de escrever a história. In Foucault, M. (2000b) *Ditos & Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 62-77). Forense Universitária.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade curso no Collége de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso aula inaugural no Collége de France, 1970*. (3a ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro editora.

Hajer, M. A. (1995). *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process*. Oxford: Oxford University Press.

Hollinshead, K. (2016). Postdisciplinarity and the rise of intellectual openness: The necessity for “plural knowability” in tourism studies. *Tourism Analysis, 21*(4), 349–361. https://doi.org/10.3727/108354216x14600320851613

Hollinshead, K. (1999). Surveillance of the worlds of tourism: Foucault and the eye-of-power. *Tourism Management, 20*(1), 7–23. https://doi.org/10.1016/S0261-5177(98)00090-9

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA. (2013). *Plano de manejo - APAPU.* Natal: IDEMA. https://drive.google.com/file/d/1IWOibX7Iym8x5YM2qfBxyW-yVXy6fUKi/view

Jamal, T., & Hollinshead, K. (2001). Tourism and the forbidden zone: the underserved power of qualitative inquiry. *Tourism Management, 22*(1), 63–82. https://doi.org/10.1016/s0261-5177(00)00020-0

Justino, A. N. da P., Silva, M. da C. da P., & Nóbrega, W. R. de M. (2021). Política, planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas: Reflexões sobre a APAJ/RN. *Ateliê do Turismo*, 5(2), 163–181. https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13140

Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.

Lather, P. (2013). Methodology-21: what do we do in the afterward? *International Journal of Qualitative Studies in Education: QSE, 26*(6), 634–645. https://doi.org/10.1080/09518398.2013.788753

Lessa, R. O. (2014). O sentido da etnografia fílmica compartilhada de Jean Rouch em "Crônicas de um verão". *Cadernos de arte e antropologia, 3*(1), 91–102. https://doi.org/10.4000/cadernosaa.329

Lévi-Strauss, C. (2012). *A Antropologia diante dos problemas do mundo contemporâneo.* Tradução Rosa Freire Aguiar. (1a ed). São Paulo: Companhia das Letras.

Lévi-Strauss, C. (1990). *De perto e de longe. (Entrevista a Didier Eribon).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Maretti, C. C. (2019, Outubro 14-17). *Áreas Protegidas, novíssimo paradigma e conservação colaborativa: relações sociedade-natureza* [Apresentação de trabalho]. "III Congreso de Áreas Protegidas de Latinoamérica y el Caribe", Lima, Peru.

Mendonça, T. C. de M., Santos, R. de O. dos, Souza, N. N. da S. de, & Andrade, S. dos R. (2021). *Sapukai* - o *nhandereko mbya* se transforma em turismo de resistência indígena no estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, 11* (dossiê especial), 234-60. https://doi.org/10.2436/20.8070.01.212

Minayo, M. C. de S. (2007). O Desafio da Pesquisa Social. In Deslandes, S. F., Gomes, & R. Minayo, M. C. de S. (Orgs). (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* (26a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Munduruku, D. (2017*). Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*. Lorena, SP: UK'A Editorial.

Munduruku, D. (2012). *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas.

Oviedo-García, M. Á. (2016). Tourism research quality: Reviewing and assessing interdisciplinarity. Tourism management, 52, 586–592. https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.08.011

Pimentel, M. J. dos S. (2021). *Análise do potencial de desenvolvimento do turismo étnico-criativo na comunidade indígena do Catu dos Eleotérios*. [Monografia de

Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Canguaretama. https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2132?show=full

Rago, M. (1995). O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social [online], 7*, 67-82. https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85207

Rio Grande do Norte. (2013). *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte –RN Sustentável: Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN.* Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/documentos/arquivo/5a93845dbf3bdbba95dac37b5a2115e6.pdf

Santos, S. M. A. (2017). O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural, 24*(1), 214–241. https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2017.113972

Scheyvens, R., Carr, A., Movono, A., Hughes, E., Higgins-Desbiolles, F., & Mika, J. P. (2021). Indigenous tourism and the sustainable development goals. *Annals of Tourism Research, 90*(103260), 103260. https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103260

Silva, C. M.M. da. (2007*) ...Em busca da realidade... : a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN).* [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social]. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12251

Silva, V. P. & Filgueira, P.V. S. (2020). Participatory rural appraisal to assess sustainability in the Catu indigenous community, Rio Grande do Norte, *Brazil. Research, Society and Development*, 9(7), 1-26. https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3791

Smith, M. A., & Kollock, P. (1999). Communities in cyberspace. In Smith, M. A., & Kollock, P. (1999). *Communities in Cyberspace*. London: Routledge. (pp. 3-24)

Svampa, M. (2010). Movimientos sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios políticos en América Latina. *OneWorld Perspectives (1)*, 1-29. https://kobra.uni-kassel.de/handle/123456789/2010110334865?show=full

St. Pierre, E. A. (2021). Why post qualitative inquiry? *Qualitative Inquiry: QI, 27*(2), 163–166. https://doi.org/10.1177/1077800420931142

St. Pierre, E. A. (2018). Writing post qualitative inquiry. Qualitative Inquiry: QI, 24(9), 603–608. https://doi.org/10.1177/1077800417734567

Teixeira, R. B. (2017). Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. *Confins, 32*. https://doi.org/10.4000/confins.12355

Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research, 24*(3), 638–657. https://doi.org/10.1016/s0160-7383(97)00020-0

Tucano, Á. D. (1983). *A Linguagem e a Resistência do Índio Tucano*. Rio Branco: Fundação Garibaldi do Brasil.

Tzanelli, R., & Korstanje, M. (2020). Introduction: Critical thinking in tourism studies. Tourism Culture & Communication, 20(2), 59–69. https://doi.org/10.3727/109830420x15894802540133

Veyne, Paul. (1998). *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.* (4a ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas, 22*(44), 203–220.

Wilson, E., & Hollinshead, K. (2019) "Somewhere Over the (Methodological) Rainbow? Tourism and 'Qualitative Research 4.0'," *Critical Tourism Studies Proceedings*: Vol. 2019 , Article 4. https://publishing.bceln.ca/index.php/cts-proceedings/article/view/185

Yang, J., Ryan, C., & Zhang, L. (2016). Impersonation in ethnic tourism – The presentation of culture by other ethnic groups. *Annals of Tourism Research*, *56*, 16–31. https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.10.005

3 A PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA FOUCAULTIANA COMO LENTE PARA UM (DES) CAMINHO INVESTIGATIVO NO TURISMO

Resumo: Foucault é um estudioso que revoluciona a interpretação da realidade na segunda metade do século XX. O escopo de sua obra muitas vezes coloca o sujeito analista que a utiliza na posição de desafiante e corajoso, pois, a perspectiva foucaultiana demanda uma multiplicidade de olhares, em sua maioria imperceptíveis às abordagens estruturadas de análise. Olhar para o turismo entendendo-o como fenômeno complexo e interdisciplinar abre a possibilidade de observação por meio das tecnologias foucaultianas. Fato que pode se tornar muito caro à sua epistemologia. Este estudo propõe analisar a prática social discursiva foucaultiana como lente analítica para o turismo. Para tanto, utilizou-se tanto de uma Revisão Narrativa da Literatura (RNL) quanto de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). A partir de operadores booleanos específicos na rede mundial de computadores, tais como: foucauldian and tourism; the discursive social practice of tourism: a view from the foucauldian perspectives; a prática social discursiva and turismo and perspectiva foucaultiana; foucaultiano and turismo; e, Foucault foi construída a investigação. O acesso aos conteúdos se deu por meio diversos formatos de apresentação, a citar: publicações em periódicos, atas de conferências, bem como, teses e dissertações construídas em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Os achados demonstram que observar a realidade sob a lógica foucaultiana demanda ao sujeito acessar o campo do turismo crítico numa posição que o coloque para além da crítica em si, pois, sua observação necessita posicionar-se inter e multidisciplinar, ultrapassando a estrutura das disciplinas. Também fica evidente que tais práticas são circunstâncias mais bem observadas nos estudos do século XXI, e que, muitos dos estudos que tomam o turismo como campo de observação a partir da prática social discursiva foucaultiana ainda são capitaneados por pesquisadores de outras áreas do conhecimento que não o turismo em si. Sendo uma lacuna de observação para a epistemologia do turismo.

Palavras-chave: Foucault; Prática Social Discursiva; Turismo; Epistemologia do Turismo.

FOUCAULDIAN DISCOURSE SOCIAL PRACTICE AS A LENS FOR A (DIS) INVESTIGATIVE JOURNEY IN TOURISM

Abstract: Foucault is a scholar who revolutionizes the interpretation of reality in the second half of the 20th century. The scope of his work often places the analyst subject who uses it in a challenging and courageous position, as the Foucauldian perspective demands a multiplicity of perspectives, most of which are imperceptible to structured approaches to analysis. Looking at the tourism, understanding it as a complex and interdisciplinarity phenomenon, opens up the possibility of observation through Foucauldian technologies. A fact that can become very dear to his epistemology. This study proposes to analyze Foucault's discursive social practice as an analytical lens for tourism. For that, both a Narrative Literature Review (RNL) and a Systematic Literature Review (SLR) were used. From specific boolean operators on the World Wide Web, such as: foucauldian and tourism; the discursive social practice of tourism: a view from the Foucauldian perspectives; discursive social practice and tourism and Foucauldian perspective; foucauldian and tourism; and, Foucault built the investigation. Access to the contents took place through different presentation formats, namely: publications in journals, conference proceedings, as well as theses and dissertations constructed in Stricto Sensu postgraduate programs. The findings demonstrate that observing reality under Foucault's logic requires the subject to access the field of critical tourism in a position that places him beyond criticism itself, since his observation needs to be inter and multidisciplinary, going beyond the structure of disciplines. It is also evident that such practices are circumstances better observed in studies of the 21st century, and that many of the studies that take tourism as a field of observation from Foucauldian discursive social practice are still led by researchers from other areas of knowledge that are not tourism itself. Being an observation gap for the epistemology of tourism.

Keywords: Foucault; Discursive Social practice; Tourism; Epistemology of Tourism.

3.1 INTRODUÇÃO

A prática social discursiva é a própria vida do sujeito, embora, muitas vezes ele nem perceba, uma vez que faz parte da rotina diária do uso da linguagem. A questão, neste aspecto, é quando entra em cena a sistemática, a metodologia e a filosofia (Wight, 2018). Assumir tais elementos torna o sujeito capaz de compreender as práticas sociais discursivas numa lente que o faz perceber como algumas “verdades” são “normalizadas”, em detrimento de outras silenciadas (Grimwood et al.,2015). Assim, quando se assume a hermenêutica filosófica de Michel Foucault como aporte para interpretação construtivista da realidade abre-se portas para a visibilidade, no espectro da pesquisa, para que os sujeitos compreendam a construção do conhecimento como parte de um todo descontínuo.

Examinar experiências e memórias dá a outorga para uma perspectiva de leituras da realidade não representada nas “histórias oficiais” (Wight, 2018). No turismo o pensamento foucaultiano pode ser uma lente para questionar crenças tidas como verdade. O que dá a possibilidade de corroborar com o exercício de uma práxis libertadora e libertária, seja no âmbito acadêmico ou no da organização produtiva. Isso implica em assumir uma abordagem processual que pense, por exemplo, o *lócus* de pesquisa considerando que não se estuda na comunidade e sim com a comunidade. Sendo assim, é importante refletir que os estudos do turismo do século XXI trazem consigo a demanda por um olhar assentado na necessidade de refletir o fenômeno para além da lógica da modernização, característica mais forte nos estudos da segunda metade do século XX. Nos meados da terceira década do novo milênio, cumpre pensar uma reflexão sobre o turismo que leve em conta a escala humana como preceito epistemológico no intento de se pensar um turismo responsável e integrador.

O propósito deste capítulo é analisar a prática social discursiva foucaultiana como lente analítica para o turismo. Para tanto, se constitui de um arcabouço que contempla a reflexão de como se dá a interpretação da realidade sob a lente foucaultiana. Dada a envergadura que a tarefa se propõe, vale-se do apoio da leitura da posição discursiva que estudiosos ocupam em relação a obra do autor, cuja seleção se deu a partir de buscas nos bancos de dados Publicações de Turismo e *Google Scholar*. Neste escopo também se inclui aqueles que se propõe a aplicá-la na

epistemologia do turismo por meio do olhar crítico impresso à observação da realidade do fenômeno.

No referencial teórico serão tratados elementos da lente foucaultiana para análise da realidade, bem como, a discussão de como uma epistemologia crítica do turismo poderá se valer de tais reflexões. A metodologia explica a abordagem processual de modo a demonstrar as razões das escolhas metodológicas para alcançar os resultados apresentados. Nos resultados e discussões será possível verificar como a prática social discursiva é um percurso que começa a reverberar nos estudos contemporâneos do turismo. Necessidade que Pinto e Moesch (2006) já traziam ao afirmar que centrar no pragmatismo limita à epistemologia do turismo. O que significa ponderar que, na perspectiva das implicações práticas e teóricas, o tema ora abordado se torna relevante, uma vez que ainda é pouco investigado por pesquisadores do turismo. Nas considerações finais o destaque se dá para reflexão de que a análise do turismo não pode ser reduzida à visão da organização produtiva, sendo, portanto, a prática social discursiva foucaultiana um caminho para a investigação.

3.2 A LENTE FOUCAULTIANA COMO UM CAMINHO PARA PROBLEMATIZAR A REALIDADE

É comum observar na literatura que analisa a obra de Michel Foucault a divisão de seu pensamento em três fases. Em termos didáticos é possível afirmar que tal atividade tem sua utilidade no tocante ao melhor entendimento das transições teórico-metodológicas do pensamento do autor. No entanto, quanto mais se aprofunda na literatura foucaultiana mais se percebe que seu pensamento é transfronteiriço, ou seja, identificar os limites entre as fases não ocorre de maneira tão simples. Assim, tem-se a arqueologia, a genealogia e ética como limites (não tão limites assim) enquanto forma de melhor entender a literatura produzida pelo autor (Veiga-Neto, 2007). No início década de 1960 a arqueologia trazia como preocupação principal investigar as condições de possibilidade dos saberes, tendo como foco o discurso. Com o olhar voltado para as lutas de forças que estão em jogo nos acontecimentos, no final da década de 1960 e início de década de 1970, a genealogia se voltava aos estudos para a análise do poder. Mais para o fim da vida do autor, da sua obra (uma vez que esta é atemporal), se incorporava a ética em suas configurações de análise

(Veiga-Neto, 2007). Nela o autor analisa a história das maneiras pelas quais os elementos da moralidade do sujeito se constituem por meio de suas próprias ações (Fischer, 2001). Observa-se, nesse aspecto, que por perspectivas diferentes, a compreensão do discurso permeia a obra do autor.

Para Foucault existe um cenário no discurso que precisa ser construído para se entender como a materialidade se conduz. Ele trabalha na perspectiva dos saberes porque tudo é discurso. Quem o define não é o conteúdo, e sim a forma. São as estruturas de poder que contribuem para a formação dos discursos. Estas se constituem a partir da ideia dos mosaicos ultrapassando a rigidez das disciplinas. Observar a realidade pela lupa foucaultiana implica em considerá-la tanto como procedimento quanto como recurso metodológico, ou ainda como perspectiva analítica da prática social discursiva.

Assim, o discurso acontece na interação dos sujeitos, valendo-se considerar sua não linearidade de construção, cabendo ao observador a capacidade de enxergar onde ocorrem suas rupturas. É por isso que não se pode afirmar, com a garantia que se tem na precisão matemática, que na obra de Foucault o discurso é palco somente na arqueologia, uma vez que sua análise está para além das regularidades pragmáticas, ou seja, há uma dispersão pela qual o analista precisa estar atento. Uma vez que isso implica em perceber quem são as vozes que falam por meio das posições ocupadas pelos sujeitos. Para cada posição haverá uma voz diferente, e é nesse contexto que arqueologia se faz proposta de análise (Foucault, 2008). Isso é considerado pelo autor quando discute poder, ao afirmar que ele vai se manifestar a partir da posição ocupada pelo sujeito numa perspectiva relacional imbrincada nos estatutos de verdade (Foucault, 1999a). No poder há em si uma produção de resistência.

São as coalizões das unidades discursivas que formam o discurso por meio do olhar acurado acerca das dispersões num processo histórico de rupturas descontínuas. O discurso muda à medida em que o sujeito muda sua posição de fala, uma vez que esta é circunstancial, ou seja, modifica-se de forma constante e deslizante. Não é apenas o que é dito, mas, as circunstâncias em que aquilo é dito. É nisso que residem as heterotopias[40], que segundo o autor são inquietantes por impedir que se nomeie “isto e aquilo”, sendo, portanto, necessário que se questione os

[40]Heterotopia (utopia localizada/espaço outro) e o modo como ela implica as noções de espaço, poder e saber (Batista, 2010).

regimes de verdade a partir da problematização das noções de sujeito e realidade implicadas na prática social discursiva (Foucault, 1999b). Foucault (2013) destaca que a realidade não é uniforme, pois depende, dos espaços ocupados por si e pelos outros. A multiplicidade é uma posição mais segura para se aportar quando se refere a “ciência”, pois, o discurso não se assenta em uma única história. Haja vista que é nas dobras de descontinuidade que podem se perceber elementos invisibilizados por um discurso unilateral, e, mesmo visíveis tais elementos desaparecem e reaparecem em virtude do contexto da observação.

Trazer os elementos da problematização para analisar o discurso enquanto objeto científico leva a perceber a escolha metodológica enquanto escolha política. É quando surge a necessidade do autoquestionamento: até que ponto se aceita a verdade do outro enquanto sujeito que analisa a prática social discursiva? Esse é um ponto de reflexão para ser considerado quando se entende que a história não é estática e que passa por constantes atualizações discursivas, embora os fatos históricos configurem como elementos da memória. Analisar história não faz do sujeito que a analisa um historiador, ele faz a análise do fato histórico a partir da leitura da realidade do momento presente de forma contextualizada por meio do que foi experienciado, uma vez que o sujeito humano é um sujeito social. Essa observação é importante quando se considera que a pesquisa social se faz de forma processual (Foucault, 2008).

Apesar de não ser oferecida uma estrutura de análise ao longo da obra de Michel Foucault, a descrição apresentada na arqueologia permite caracterizar o discurso a partir das regularidades discursivas, do enunciado e do arquivo (Foucault, 2008). Para tanto, “a arqueologia descreve um nível de homogeneidade enunciativa que tem seu próprio recorte temporal, e que não traz com ela todas as outras formas de identidade e de diferenças que podem ser demarcadas na linguagem; e neste nível, ela estabelece um ordenamento, hierarquias e todo um florescimento que excluem uma sincronia maciça, amorfa, apresentada global e definitivamente” (Foucault, 2008, p. 167). Considerando as regularidades enunciativas é possível depreender as unidades do discurso, as formações discursivas, a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias. No tocante ao enunciado e o arquivo tem-se elementos que convergem para um olhar que considere a definição do enunciado, a função enunciativa, a

descrição dos enunciados, juntamente com raridade, exterioridade, acúmulo a partir da prioridade histórica e o arquivo.

A descrição arqueológica traz consigo um *status quo* que a diferencia das formas estruturadas de apresentar o discurso, uma vez que a ordem arqueológica não é nem a das sistematicidades, nem a das sucessões cronológicas (Foucault, 2008). E, é neste sentido que no curso Em Defesa da Sociedade (Foucault, 1999a) a verdade da história é discutida pelo autor através das batalhas de poder para posicionamento do saber através da interpretação da realidade, de modo a se perceber a relevante contribuição da arqueologia enquanto lente de observação. Isso significa refletir que a verdade não se encerra em si, pois, esta se constrói a partir do posicionamento de quem a descreve. Este, por sua vez, desliza em razão das dispersões momentâneas, cujo resultado da descrição vai depender da capacidade de captura não linear dos fatos por parte do observador (Foucault, 1999b).

3.2.1 Prática social discursiva na perspectiva dos leitores da obra de Michel Foucault

A reflexão de leitores da obra do filósofo francês Michel Foucault é um elemento que traz a compreensão sobre que percurso pode se colocar como mais adequado à análise da realidade como uma prática social discursiva. Tal reflexão está assentada na prática que reconhece as questões relacionadas ao visível e ao enunciado no contexto das interseções que envolvem discursos. Fischer (2012), afirma que a análise das práticas discursivas dos sujeitos sob o olhar de Michel Foucault, precisa antes de qualquer coisa recusar explicações unívocas, as fáceis interpretações ou ainda o sentido oculto das coisas, pois, para o autor é preciso se ater unicamente ao nível das palavras, das coisas ditas, ou seja, a parresia[41] por meio da fala franca e livre.

Ao abordar o uso do possível, ou impossível uso, das expressões método foucaultiano e teoria foucaultiana, Veiga-Neto (2009, p. 4) afirma que “dependendo de onde se começa a falar sobre essas coisas, variará o conteúdo de verdade - e, reciprocamente, o conteúdo de falsidade - daquilo que dizemos sobre tais coisas.” Rago (1995), afirma que Foucault revoluciona a história ao afirmar que o *modus*

[41]A parresia consiste na fala franca, ou seja, a atividade de dizer tudo sem esconder nada assumindo os riscos, ou seja, a coragem da verdade (Vieira, 2013).

operandi, historicamente construído para compreender o passado, pelos historiadores, foi equivocado. Ela traz essa afirmação em meio à questionamentos sobre quais histórias e quais contextos são levados em consideração para contar a história. Neste aspecto, surge a inquietação acerca da verticalização, ou não, da história. Ou ainda, sobre como coetaneamente os fatos se entrelaçam, onde adotar uma abordagem cronológica linear impede o olhar holístico para o que é dito, ou não dito, pelos sujeitos. Sendo estes, portanto, elementos de significativa relevância para se historicizar as práticas discursivas, a partir da análise das coisas ditas e das não ditas. Segundo a autora, "a nova história se propõe como tarefa fundamental não interpretar os documentos, extraindo uma suposta veracidade intrínseca a eles, mas 'trabalhá-los desde o interior, elaborá-los'" (Rago, 1995, p. 12).

Albuquerque Júnior (2004), quando reflete a obra de Foucault no campo da historiografia, afirma que o sujeito que analisa a história é ativo no processo, uma vez que não se pode escrever a história como um observador que a vê de um binóculo a partir de um camarote refrigerado. Nessa perspectiva não se narra a essência, uma vez que ela inexiste, pois, esta é construída peça por peça por meio da participação dos sujeitos. Ao interpretar a literatura de Foucault, Hajer (1995) afirma que a ideia do autor é tornar visível o jogo de interdependências entre os discursos, e, que, portanto, as transformações sociais históricas se dão num contexto plural por meio das descontinuidades oriundas dos 'micropoderes' expressos nas posições e funções ocupadas pelos sujeitos em suas relações, notadamente no cenário das instituições. Sendo, portanto, a reflexão em torno de práticas que estejam além da disciplina institucional um desafio para lente que analisa a prática social discursiva assentada no cuidado com práticas, técnicas, e mecanismos, que, porventura, possam vir a ser "disciplinados" ou "disciplinares".

Na reflexão sobre arqueologia, Fischer (2001) afirma que embora alguns façam a leitura da obra como um elemento estruturado do pensamento de Foucault, onde o próprio autor faz apontamentos neste sentido, há na literatura elementos que apontam exatamente o contrário. De acordo com a autora, Foucault reflete acerca da inexistência de estruturas permanentes no espectro da prática social discursiva. Até porque é lícito afirmar, que em toda sua obra, o autor questiona caminhos fechados de análise na perspectiva das disciplinas. Sendo este o ponto de questionamento acerca do método enquanto disciplina. Na visão do autor, pensar para além do método implica numa transgressão inerente à prática social discursiva que se constrói para

além das estruturas. Neste sentido, quando se adota a perspectiva foucaultiana para problematizar a realidade é mais conveniente assumir constructo procedimento do que apontar um método em si, uma vez que tal postura contrariaria o pensamento do autor. A grande questão, neste aspecto, é o lugar que se dá ao objeto do discurso, seja ele teorético ou metodológico, uma vez que ele está ali para que se possa refletir sobre ele. Especialmente quando se considera que, sob a ótica foucaultiana, os objetos têm vida é possível levar em conta um (des) caminho investigativo que considere as (im) possibilidades metodológicas (Veiga-Neto, 2007).

3.2.2 (Des) caminhos investigativos e análise crítica na epistemologia do turismo

Nas pesquisas *stricto senso* espera-se que além da revisão da literatura, o sujeito seja capaz de identificar o significado de cada conceito-chave e como isso vai reverberar na teoria que por ele será construída. A ideia de uma teoria bem construída é que essa não se prenda ao *lócus* da pesquisa em si, embora ele seja importante para o constructo. Demo (1995) afirma que tudo em ciência é discutível, sobretudo, nas ciências sociais. Nas ciências sociais os processos não se encerram em si, como nas ciências naturais. Giddens (1991) destaca que a reentrada do discurso social no contexto em que se observa é um elemento da reflexividade da modernidade analisada sob a ótica das ciências sociais.

Ir além do discurso hegemônico indica aos pesquisadores do turismo caminhar rumo ao desenvolvimento de estudos ultrapassem a visão do campo enquanto atividade/setor (Martoni e Perdigão, 2019). Na discussão da “Teoria da Complexidade e o Ecossistema do Turismo”, por exemplo, Beni e Moesch (2017) propõem a ressignificação metodológica para análise deste na condição de fenômeno social. Esta, demanda para a construção epistemológica do campo enquanto tecido social complexo. Para tanto é necessário observar a realidade a partir dos princípios dialógico, recursivo e hologramático, tendo como premissa a ideia de que o turismo é um fenômeno eminentemente humano, e como tal, sua análise reduzida ao pragmatismo mercantil funcionalista não o contempla em sua totalidade.

É nessa perspectiva que o estudo de caso toma corpo quando oferece um olhar mais apurado sobre determinado objeto empírico de análise, como sugere Flyvbjerg (2001), quando afirma que não existe teoria preditiva, e que muitos estudos de caso

sobre a mesma coisa ajudam a construir uma densa teoria, uma vez que cada caso é singular exigindo um nível elevado de profundidade. A prática social discursiva foucaultiana não intenta em desvelar o objeto por meio de relações causa/efeito, contrariamente, seu propósito é mostrar as coisas como elas são, uma vez que ela não olha para o futuro e sim para o presente (Foucault, 2008). Isso implica em afirmar que assumir polos opostos como verdade absoluta é descartar o caráter emancipatório dos sujeitos. Entretanto, até isto não pode ser relativizado como um propósito em si a ser alcançado por meio da análise. Importa muito mais a construção de uma trajetória de historicização do campo da análise no sentido de construir significados.

Um exemplo dessa visualização é o estudo de Marques et al. (2021), quando analisam a dinâmica do discurso do desenvolvimento turístico em um contexto de conflitos entre mineração e conservação da natureza no Cerrado brasileiro. Os autores se utilizaram da coleta de dados de métodos múltiplos e de uma abordagem de análise de discurso que avalia os discursos de desenvolvimento do turismo que competem nas arenas políticas locais para refletir sobre os resultados das políticas que resultam desse processo.

Quando discutem o pensamento crítico na análise do turismo, Tzanelli e Korstanje (2020) trazem a tela quatro temas: pós-colonialidade e turismo, biopolítica e turismo, representações midiáticas, identidades sociais e turismo; e indústrias culturais e turismo. Isso implica considerar que a criticidade no turismo traz em sua essência elementos de observação da realidade apoiados no construtivismo social. A lógica desse viés analítico é criar reflexões que de certa forma transgridam a organização disciplinar do turismo como fora introduzida por Tribe (1997).

Nestas análises é possível sair da lógica desenvolvimentista atrelada ao pensamento sobre o turismo na segunda metade do século XX, especialmente no tocante aos discursos da governança neoliberal, e partir para um olhar que considere as lentes das ciências sociais e humanas para interpretação da realidade. Esse é o caso da lógica foucaultiana apresentada na discussão sobre biopolítica de Lapointe e Coulter (2020) quando apresentam tal perspectiva com a finalidade de buscar estratégias de pesquisa críticas e não convencionais. A construção dos autores traz consigo elementos de análise não lineares e multiescalares para as pesquisas em turismo que considerem os discursos, estruturas e práticas no local e na sociedade.

Vale considerar que em busca da maximização produtiva da eficiência turística não se deveria deixar de lado a análise dos elementos sociais que a compõem e vice-versa. Haja vista que o contexto é complexo e é algo que merece consideração em busca da transformação progressista de um *status quo* por meio do trabalho colaborativo. Fazito (2012) defende que a análise de discurso é chave para se entender as relações de poder em que se baseiam os conflitos, sendo esta, uma peça-chave para o fortalecimento do pensamento crítico no turismo. Considerando a perspectiva do autor, é possível inferir que tal posicionamento traz consigo o potencial para o olhar acerca de temas muitas vezes negligenciados pelo tangenciamento produtivo do turismo. Como é o caso das análises pautadas nos problemas sociais vistos como contemporâneos, mas, que são presentes no tônus da história, a citar como exemplo: questões raciais, de gênero e ambientais; condições de trabalho; violência; xenofobia; acessibilidade, entre outros. Assim, é possível refletir a fala de Fazito (2012) de que a virada do milênio traz consigo uma 'guinada crítica' nos estudos do turismo.

Tal processo leva a refletir o vislumbre de um turismo que traga consigo a emancipação dos sujeitos como marca por meio de escolhas operacionais que ultrapassem o pragmatismo produtivista. Entretanto, é importante inferir que tal propósito não carece ser um fim em si. Foi nesse viés que Chambers (2007) direcionou o olhar a necessidade de ampliação do foco da pesquisa em turismo para as questões teóricas e filosóficas mais amplas que contemplem os pressupostos ontológicos da realidade analisada, uma vez que ao considerar abordagens construtivistas/interpretativas o sujeito na posição de analista da realidade turística participa do entendimento de que esta é perspectiva e plural, e que, portanto, não se pode incorrer no equívoco analítico de intentar para realidades únicas acerca de suas práticas sociais discursivas.

É neste caminho que Costa (2014) apresenta a análise do discurso crítica no turismo como a indicação de metodologia às novas leituras do fenômeno. Dentre as possibilidades de lentes elencadas nos escritos do autor encontra-se a literatura foucaultiana. Ele dá ênfase à "ordem do discurso foucaultiana" na explicação de que esta tem sua relação com a língua enquanto prática social, porém, não encerra nos aspectos linguísticos, uma vez que o discurso se forja na própria prática social. Sendo assim, a partir de sua leitura pode-se inferir que o discurso não consiste apenas em palavras, e sim, em ações forjadas num contexto social e político.

3.3 METODOLOGIA

A construção científica em tela traz consigo dois momentos. O primeiro abarca o referencial teórico do estudo, e o segundo as demais etapas que seguem essa seção. Os elementos da investigação coadunam tanto para uma Revisão Narrativa da Literatura (RNL) quanto para uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo que contempla a análise das produções textuais/intelectuais num dado recorte temporal (Richardson, 1985).

Dada a envergadura demandada pelo referencial teórico do estudo, o papel da RNL é relevante por se tratar de uma discussão que suscita referências com reconhecido lastro científico pela comunidade acadêmica. Mendes-Da-Silva (2019) destaca que este tipo de revisão se aplica a questões exigem o escopo mais amplo e emblemático, bem como, opiniões dos especialistas na temática. Esta primeira etapa do estudo se constrói entre 2019.2 e 2022.2. Sendo, portanto, o conjunto de elementos que corroboram para a RNL do estudo. Já RSL se aplicou para uma melhor compreensão de questões específicas de pesquisa. Isso é visível na estratégia utilizada para discutir a prática social discursiva foucaultiana como lente analítica para o turismo, com ênfase aos elementos apresentados nos resultados e discussões do estudo. Ainda segundo Mendes-Da-Silva (2019) este tipo de revisão traz como base a formulação de uma questão bem definida acerca das evidências relevantes, seguidas ou não de uma meta-análise.

Assim, no segundo momento da investigação no ano de 2022 o uso das ferramentas tecnológicas se faz de significativa relevância no tocante aos processos de sondagem. Flick (2013) classifica a internet 2.0, um espaço onde é possível se utilizar de novas formas de comunicação, como por exemplo, o uso de georreferenciamento, mídias sociais e levantamentos em bancos de dados. Assim, a partir de unidades de busca juntamente com o suporte de operadores booleanos empreendeu-se na pesquisa com os seguintes elementos: *foucauldian and tourism*; *the discursive social practice of tourism: a view from the foucauldian perspectives*; a prática social discursiva *and* turismo *and* perspectiva foucaultiana; foucaultiano *and* turismo; Foucault. Vale salientar que as categorias utilizadas para a realização das buscas foram estabelecidas de modo a facilitar os critérios de significado, relevância,

qualidade, usabilidade e contexto das plataformas que serviram de espaço o levantamento do material analisado.

Assim, considerando que o objeto de análise da prática social discursiva neste texto é o turismo, o primeiro banco de dados investigado foi a plataforma Publicações de Turismo[42]. No total foram encontrados na plataforma 37 estudos, seguindo o padrão anteriormente mencionado. Destes, considerando à temática da prática social discursiva foucaultina e o turismo, foram selecionados 10 trabalhos para leitura, cuja análise ora incorporada considerou os 05 que discorreram com maior ênfase a relação a incorporação da lente foucaultiana com elemento de observação no turismo. Dada a quantidade de achados partiu-se para a plataforma *Google Scholar*, neste caso, a razão da escolha se deu em função da variedade de formatos de publicação. Em função do elevado número de resultados, girando em torno dos 20.000 achados, optou-se por analisar as 10 primeiras páginas encontradas, por se considerar que nestas havia os trabalhos com maior número de citação, e, em cada uma delas selecionar as publicações que tivessem relação direta com o foco dessa investigação em específico, resultando num total de 22 publicações, das quais 10 foram consideradas para a discussão. Os achados foram analisados levando em conta a lógica foucaultiana para reflexão da realidade apresentada na seção que contemplou o referencial teórico deste estudo, como será possível observar na seção que se segue.

3.4 PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA FOUCAULTIANA COMO UM (DES) CAMINHO PARA SE PENSAR O TURISMO

> De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição de conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho que ele conhece. Existem momentos da vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (Foucault, 1984, p. 13).

[42]Projeto de extensão do Programa de Pós-Graduação em Turismo da EACH-USP desenvolvido pelo Professor Glauber Santos, sitiado no domínio http://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/sobre.php. O banco de dados é composto por informações dos artigos publicados em periódicos científicos ibero-americanos de Turismo que utilizam o sistema OJS e tem artigos indexados no Brasil, Espanha, Portugal, Colômbia, México, Chile, Peru e Argentina.

Ao longo da segunda metade do século XX observar a realidade turística trouxe consigo com muito mais ênfase seu componente produtivo como problema de observação. Neste sentido, os discursos praticados para observação da realidade pelos atores a ele imbricados trouxeram, predominantemente, a dinâmica mercadológica. É lícito registrar que esta não se faz uma observação da realidade desnecessária, afinal, assim como qualquer outro segmento da organização produtiva é necessário elencar mecanismos para a qualificação contínua dos processos.

Entretanto, considerando o turismo como um fenômeno humano por natureza, cumpre aos seus estudiosos assumir diversificadas formas para sua problematização, tanto do ponto de vista prático quanto sob os aspectos teóricos que lhe conferem. É imbuído deste propósito que o estudo se propõe a analisar a prática social discursiva foucaultiana como lente de observação da realidade turística.

3.4.1 A lente foucaultiana nos estudos elencados na plataforma Publicações de Turismo

Conforme adiantado Publicações de Turismo é um banco de dados que aporta periódicos científicos ibero-americanos. Trata-se, portanto, num relevante espaço para se iniciar investiduras com o intento da realização de RSL no âmbito do turismo. Este foi a principal motivação para tal, além, é claro, de ser uma forma de valorizar o conhecimento científico produzido no Brasil. Considerando a temática do estudo, o quadro 04 demonstra a eficiência da plataforma no sentido de colaborar com o alcance do propósito da investigação.

Ano	Título	Autor(es)	Periódico
2008	Corpos autorizados: comunicação, poder eturismo	Siqueira, Euler David Siqueira; Denise Costa Oliveira.	Revista Hospitalidade
2011	Microfísica do poder no turismo: reflexões sobreas relações de poder no Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte	Virginio, Darlyne Fontes; Delgado, Anna Karenina Chaves; Fortes, Lore.	Caderno Virtual do Turismo
2013	Práticas discursivas e produção de sentidos do “patrimônio”: o mito da São Luís (MA), a Atenas	Carvalho, Conceição de Maria Belfort.	Revista Brasileira de Ecoturismo
2015	Patrimonialización, Desarrollo, Gobernanza Y Gubernamentalidad En Malinalco, Pueblo Mágico	Maldonado, María Royuela; la O, Irma Luz Ramírez de.	Cultur - Revistade Cultura e Turismo

2018	A tradição como fantasia de mercado: um estudo sobre a função da ideologia que orienta o consumo na Folia do Papangu	Cavalcanti, Rodrigo César Tavares; Leão, André Luiz Maranhão de Souza	Revista Iberoamericana de Turismo

Quadro 04: Resultados selecionados para análise Publicações de Turismo
Fonte: Elaboração própria

Conforme destacado anteriormente, na fase dos estudos genealógicos Foucault problematiza o poder. No caso de Siqueira e Siqueira (2008) esse tema foi problematizado para a legislação do Rio de Janeiro acerca do que "pode" e do que "não pode" na exploração midiática dos corpos. Os autores destacam as fragilidades do discurso institucional quando permitem corpos desnudos como cena "autêntica e original". O poder e Estado também são visualizados por Virginio et al (2011). Neste caso, a microfísica é utilizada como lente para descentralização da gestão pública do turismo. O trio destaca que, apesar de se tentar, ainda há um bom caminho a ser percorrido para que as estruturas institucionais de gestão se qualifiquem dentre da lógica da microfísica do poder elencada por Foucault, uma vez que, competência e vontade de tomada de decisão ainda se faz incipiente por parte de alguns gestores.

Orientada pelo pressuposto foucaultiano de que o discurso está articulado ao sujeito e à História, Carvalho (2013) afirma que essa articulação revela a própria trama que dá sentido às palavras e às coisas. É neste sentido que a autora discorre sua observação ao discurso de patrimônio na cidade de São Luís/MA. Ela afirma que são as descontinuidades que constituem a história, de modo que na genealogia foucaultiana não existe *a priori* ou *a posteriori*. É sobre isso que versa seu olhar, quando se utiliza da interpretação da construção do discurso da Atenas brasileira, atribuído aos "tempos áureos" da cidade e reproduzido pelo informativo turístico publicitário, o que permite a reprodução de um *status quo* vinculado à elite dominante, sob a tutela do conceito de patrimônio. Entretanto, ao aludir que além do indicativo de Atenas brasileira, São Luís também pode ser conhecida como Cidade Patrimônio da Humanidade e Capital brasileira do Reggae, dentre outras, Carvalho (2013) reflete que tais denominações não se dão sem um processo histórico de lutas e resistência. Sendo o turismo, parte desse tecido social que forja a ideia de sociedade.

Considerando a produção de "verdade" através dos mecanismos de governamentalidade alijados na literatura foucaultiana, Maldonado e Ramírez (2015) analisam o processo de patrimonialização associado às declarações de *Pueblo con Encanto* e *Pueblo Mágico* de Malinalco, no México. As autoras discutem que na

verdade institucional da cidade mágica não há setor produtivo que supere o turismo cultural na geração de emprego e renda. Entretanto, quando refletem essa realidade sob a ótica da boa governança é possível perceber que tal verdade não reflete na prática social discursiva da comunidade, apontando uma série de conflitos desde que a cidade foi declarada *Pueblo Mágico* em 2010 pelo Ministério do Turismo daquele país, o que leva ao questionamento acerca dos dispositivos de verdade assumidos para assentar a prática social discursiva *Pueblo Mágico*.

Ainda sobre o entendimento foucaultiano de que a verdade é fruto das construções simbólicas dos discursos, Cavalcanti e Leão (2018) trazem uma lógica de análise de discurso assentada na arqueologia do saber. Para tanto se utilizam dos elementos que compõem a objeto: enunciados, funções enunciativas, formações discursivas. Além disso, utilizam os entendimentos acerca de modalidade, conceito e estratégia. Vale salientar que esse escopo constituiu o propósito de analisar como a tradição atribuída à Folia do Papangu (cidade de Bezerros, interior de Pernambuco) foi utilizada para promover o festejo. Levando em conta a análise foucaultiana, o estudo estabeleceu a fantasia como fora revelada e não como esta havia sido atribuída no referencial teórico do estudo, pois, para os sujeitos da pesquisa esta era real; e não cabia aos autores questionar a verdade ali apresentada.

3.4.2 *Google Scholar* e os singulares achados para a reflexão da relação prática social discursiva foucaultiana e turismo

Seguindo a compreensão que o texto segue o caminho das concepções teóricas por meio da análise de registros que permitam a interpretação dos constructos prática social discursiva e (des) caminhos investigativos no turismo a partir do olhar foucaultiano esta seção aborda uma síntese do universo de possibilidades visualizados na plataforma Google Scholar. O quadro 05 traz a demonstração visual para os achados que serão analisados na sequência.

Ano	Título	Autor(es)	Publicação
2002	The Development of Community-based Tourism: Re-thinking the Relationship Between Tour Operators and Development Agents as Intermediaries in Rural and Isolated Area Communities	Stephen Leslie, Stephen; McDonald, Matthew.	Journal of Sustainable Tourism

2010	As Relações de Poder e sua Influência na Segmentação do Turismo: um Diálogo Foucaultiano	Fortes, Lore; Gonçalves, Salete; Moritz, Tatiana.	VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
2011	Turismo e ciência: reflexões em torno da produtividade do conceito foucaultiano de verdade da AD	Vilela-Ardenghi, Ana Carolina	PERcursos linguísticos
2011	Los obstáculos epistemológicos del turismo como dominio de saber	Niding, Marina; Andueza, Julieta; Farías, Diana; Alonso, María de los Angeles; Zamudio, Antonio R.	Aportes y Transferencias
2015	Responsibility in tourism: A discursive analysis	Grimwood, Bryan S.R.; Yudina, Olga; Muldoon, Meghan; Qiu, Ji.	Annals of Tourism Research
2016	Ecoturismo e produção de identidades: uma análise foucaultiana de discursos midiáticos	Antunes, Débora de Moura Mello	Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (Dissertação)
2016	The dynamics of tourism discourses and policy in Brazil	Fazito, Mozart Scott, Mark Russell, Paula	Annals of Tourism Research
2018	Turismo y Alteridad	Luna, Tzintli Chávez	Centro de Investigación y Estudios Turísticos (Tese)
2018	Travelling like locals: Market resistance in long-term travel	Kannisto, P€aivi	Tourism Management
2019	Putting Foucault to work in tourism research	Wight, A. Craig	International Journal of Tourism Research

Quadro 05: Resultados selecionados para análise Google Scholar
Fonte: Elaboração própria

Considerando as noções foucaultianas de poder/saber e governamentalidade, cujo apontamento indica que a maneira como se percebe o mundo molda a maneira como se age em relação a ele, Wearing e McDonald (2010) analisaram o Turismo de Base Comunitária (TBC) em Papua Nova Guiné de modo a pensar as práticas locais numa perspectiva de contradiscurso ao formato ocidental convencional de fazer turismo. Os autores refletem que Foucault não se propôs como um grande teórico, pois defendia que a pesquisa carecia de contextualização, o que, portanto, inviabiliza a ideia de fixidez das estruturas de análise. Destacam que um marco na análise do turismo pelas lentes foucaultianas é o trabalho de Hollinshead em 1999. Eles refletem que Foucault não se utiliza do termo poder isoladamente, assumindo assim ‘relações de poder’ enquanto constructo. Por conseguinte, vale destacar que o poder não pode

ser visto como algo essencialmente negativo, muito pelo contrário, pela tela foucaultiana poder é um fenômeno produtivo e positivo. Isso fica explícito quando se assume a noção do governamentalidade na perspectiva de se refletir ‘como as pessoas governam a si mesmas e aos outros por meio da produção e reprodução do conhecimento’. Considerando o campo empírico de análise os autores refletem que aquele povo tem sua própria expertise de conservação e desenvolvimento, sendo, portanto, desconhecê-las, em detrimento das noções ocidentais para tal, algo que pode se revelar como um dispositivo velado de controle e imposição do padrão eurocêntrico de gestão.

Ao analisar as relações de poder ocorridas na segmentação do turismo, a partir do discurso de Foucault, Fortes et al. (2010) discorrem acerca do fato de que no turismo não há um segmento diferenciado sob a perspectiva do poder. Nem mesmo segmentos considerados alternativos, de acordo com a noção de sustentabilidade, estão isentos de tais relações, como é o caso do ecoturismo. Segundo elas parte da segmentação é deflagrada pelo Estado, de forma coercitiva, onde a aliança do Governo com certos prestadores de produtos e serviços indica que os tipos e destinos turísticos devem ser difundidos, e o mercado e a sociedade adaptam-se a ele (Fortes et al., 2010). Entretanto, o poder é uma prática social que se constrói historicamente. Neste sentido, as autoras indicam que embora na segmentação do turismo o caminho seja direcionado pelo Estado, esta ação não lhe é exclusiva, uma vez que em Foucault o poder não é algo localizável e/ou passível de ser “propriedade” de alguns indivíduos. Desse modo, os discursos ditos “alternativos” na segmentação do turismo não estariam isentos das relações de poder, como é o caso do ecoturismo, do turismo ecológico, ou ainda do TBC, que se apresentam como uma contraposição às formas convencionais de operações turísticas.

Partindo da noção foucaultiana de verdade para o quadro da Análise do Discurso Vilela-Ardenghi (2011) analisa o que ela intitula como nova modalidade de turismo, turismo científico-cultural. Ela parte do pressuposto foucaultiano de que a vontade de verdade exerce uma certa pressão sobre outros discursos. Considerando o objeto de análise a autora tece suas considerações a partir do enunciado jornalístico sobre o tema. Apoiada nos preceitos de Foucault ela discute que a verdade é um sistema com caráter histórico, modificável e institucional. Exemplifica, sob olhar de autor, a institucionalização da verdade a partir do vértice eurocêntrico de olhar/modificar o mundo. Considerando a ‘vontade de saber’, o turismo cultural,

científico ou científico-cultural, segundo a autora, se apoiaria na premissa de oposição ao dito turismo massificado. No material midiático problematizado por Vilela-Ardenghi (2011) fica a reflexão do quão genuína a oferta turística pode vir a se tornar, por meio do entendimento de vontade de saber dos sujeitos-viajantes estimulado através da exposição às publicações da imprensa especializada e direcionada.

Ancorados em duas premissas principais, Niding et al. (2011) a) o emprego de um discurso binário na análise do turismo, “turismo bom ou turismo mau”; e b) aplicação equivocada de conceitos do saber turístico, seja pela fragilidade disciplinar, seja pelo imprecisões no conhecimento do campo, os pesquisadores constroem seu discurso. Assim, tomando como objeto o propósito de analisar os entraves epistemológicos do turismo como domínio do conhecimento tanto pelas perspectivas teóricas de autores de outros campos predominantemente aceitos pelo turismo, quanto pela dificuldade de ruptura epistemológica por meio de novas formações discursivas, eles trazem o entendimento foucaultiano de que a prática social é a racionalidade ou regularidade que organiza o que os homens fazem. Embora Foucault não indique uma estrutura de análise de sua obra, o *background* epistemológico dos autores dá conta de um caminho para analisar a prática social. Neste sentido, os estudiosos alertam para o risco da transposição acrítica de conhecimentos de outras disciplinas para o campo do turismo, pois, isso pode provocar desvios em relação ao seu significado original, sendo, portanto, um de seus principais obstáculos epistemológicos.

Tomando como entendimento de análise que para Foucault o poder opera através do discurso tanto para impor ou coagir, quanto para resistir e negociar Grimwood et al. (2015) partem do objetivo de relatar pesquisas que esclarecem como as normas turísticas associadas a certos discursos de responsabilidade operam e com que efeito. Os autores assentam a discussão a partir de um estudo de caso que teve como *lócus* de investigação a bacia hidrográfica do rio Thelon no Ártico canadense. O estudo apontou que mesmo em suas formas aparentemente benignas, o turismo está entrelaçado com discursos difíceis e diferenciais de poder. Enxergar o espaço como “área intocada” exclui o olhar para ameaças inerentes à presença humana, como a retirada ilegal de minerais, por exemplo, ou ainda, desconsidera a presença dos povos originários que ali existem. Embora afirmem não se tratar de uma denúncia acerca do uso do constructo responsabilidade no turismo, os autores alertam para o cuidado de se desviar de um olhar acrítico para tal. Sendo, portanto, importante a

existência de estudos que tomem como mote a compreensão da implementação do discurso de turismo responsável, de modo a não ser perder os valores éticos implicados na lógica da responsabilidade.

Guiada pelo propósito de como a ideia de natureza é concebida e fetichizada pelas práticas de lazer nos discursos de aproximação homem/natureza proferidos pelo mercado turístico, Antunes (2016) orienta sua observação da realidade. A autora parte da análise do discurso de material publicitário produzido para comercialização de espaços turísticos, valendo-se da perspectiva foucaultiana de poder. Um aspecto de poder observado pela pesquisadora está atrelado à apropriação humana dos elementos bióticos e abióticos do ambiente. Antunes (2016) se vale ainda da ideia de verdade em Foucault para registrar o poder das instituições sobre o que é dito e como isso reverbera no discurso ambiental e de sua apropriação pelo turismo. Além disso, para explicar a relação homem/natureza a autora se utiliza de entendimentos foucaultianos como heterotopia e biopoder. Assim, o ecoturismo é apresentado como um elemento coetâneo do momento histórico de preocupação com a conservação ambiental, sendo ele, portanto, objeto de fabricação de informações institucionalizadas que o colocam numa perspectiva idílica, o que a autora considera uma postura romântica de apresentar a natureza e o contato humano com ela, pois, desconsidera ou invisibiliza os pormenores dessa relação. É sob esse olhar que os constructos fetichismo e simulacro são trabalhados pela autora para caracterizar a publicidade que trata da comercialização turística dos espaços para a prática do ecoturismo.

Analisando o turismo numa perspectiva crítica, Fazito et al. (2016) trazem consigo a inspiração foucaultiana como tela para a análise. Os autores partem do objeto formulação de políticas de desenvolvimento do turismo na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço da UNESCO, Brasil. Embora reconheçam os avanços nos estudos críticos em turismo Fazito et al. (2016) consideram que a literatura acerca da elaboração de políticas e governança ainda necessita de um tratamento mais discursivo. Assim, os autores convergem para o entendimento de que Foucault está interessado em analisar 'regimes de prática', não instituições, teorias ou ideologias. E, portanto, sua análise aponta para identificar e posicionar micropolítica e discurso na prática do turismo. A compreensão da produção leva a ultrapassar a visão romântica de equilíbrio na dinâmica do planejamento da política pública do turismo como propõe a governança modernizante neoliberal.

Assumindo como mote de observação o olhar foucaultiano para biopolítica e governamentalidade Luna (2018) traz à reflexão a necessidade de olhar a posição dos sujeitos imbricados com o turismo para além da lógica de turista e anfitrião, uma vez que é premente enfocar a experiência dos indivíduos como seres humanos. Considerando que para Foucault não existe sociedade sem relações de poder, a autora discute a alteridade das relações humanas advindas do exercício do turismo. Ela assume o constructo o Outro para dá o tom do diálogo. Luna (2018) destaca que os encontros de “Outros” em cenários turísticos são considerados no quadro analítico por mecanismos de exercício de poder e controle social. Sendo, portanto, necessário um esforço coletivo e reflexivo para enfrentar ativa e conscientemente mal-entendidos interculturais para os sujeitos das relações turísticas se observarem como seres humanos. Desse modo, a autora reflete que, de acordo com a lente foucaultiana, o poder refere-se a jogos estratégicos que os indivíduos praticam para limitar o comportamento dos outros; enquanto a governamentalidade é o conjunto de tecnologias utilizadas para direcionar o comportamento dos governados, e está ligada à biopolítica, que busca racionalizar e controlar os fenômenos populacionais.

Souza (2018) traz seu arcabouço de Análise Crítica do Discurso (ACD) para observar como se constituem as representações discursivas em publicidades turísticas sobre o estado do Amazonas. Entretanto, a lente foucaultiana versa acerca do discurso visto como uma forma de dominação de uns sobre os outros. Para a autora, a exaltação da natureza abundante e inexplorada nas publicidades turísticas do Amazonas pode colocar em risco humanos e não humanos naquele espaço. Segundo ela, é preciso um olhar crítico para não cair no infortúnio de cristalizar conceitos sobre pessoas e lugares, por meio da ideologia de quem fala. Fato que é percebido pela lente da autora quando afirma que a realidade apresentada nos dispositivos publicitários traduz o olhar de quem os produziu. Olhar que contrapõe o contexto real vivenciado pelos atores representados, e pode ser visto tanto na comunicação institucional quanto na empresarial.

Kannisto (2018) olha para o viajante na perspectiva do sujeito que busca se diferenciar das formas convencionais/industriais, os chamados 'nômades globais'. Por meio de abordagens foucaultianas ela analisa a prática social discursiva contida na resistência turística que nômades apresentam a lógica mercadológica de se fazer turismo. Para tanto, traz a tela o conceito foucaultiano de poder, aquele que se configura como uma “batalha perpétua”. Neste aspecto, a autora observa que os

nômades não estão situados apenas objetos passivos, mas agentes ativos e empoderados. Entretanto, o estudo demonstrou ser praticamente impossível a prática turística que escape totalmente a lógica de mercado. Quando analisa prática, ela traz o entendimento foucaultiano para explicar que as práticas são ações cotidianas que formam sistematicamente os objetos de que falam. E, é neste sentido, que ela afirma na medida em que os nômades moldam seu comportamento numa perspectiva alternativa força o mercado a moldar-se a eles. Embora não assumam a posição de consumidores turísticos quando resistem na busca de experiências autênticas, os sujeitos nômades os são em algum momento das suas viagens, haja vista que, segundo a autora, viajar sem a infraestrutura necessária é muito difícil, e resistir ao mercado inclui reforçá-lo ao mesmo tempo.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para ampliar a tela de discussão no turismo se fez mister diversificar suas formas de análise. Não se trata de desconsiderar o pragmatismo convencional dos indicadores, bem como, das relações causa/efeito. Mas, também, compreender que enquanto fenômeno social complexo, o tecido das relações por ele despertado precisa de vertentes de análise que expandam a visão para além dos modelos. Esta se dá através da ausculta compreensiva daqueles que na maioria das vezes, são invisibilizados por uma ordem social produtiva que somente considera case de sucesso realidades que levam em conta a maximização de lucros enrustida num discurso político de geração de emprego e renda (Lapointe & Coulter, 2020).

Os autores destacam que é preciso incutir propósitos de análise que vão além dos negócios e do consumo e que se afastem das visões binárias de mundo, que no turismo se manifestam ora pelo impulso do desenvolvimento econômico ora pela defesa preservacionista das comunidades locais. Essa perspectiva já vinha sendo observada no início do século XXI por Milne e Ateljevic (2001) quando observavam o turismo enquanto fenômeno de um tecido social composto de momentos produtores e consumidores, bem como, se constituía de um processo global cujas manifestações são locais e regionais imbuídas de elementos que pressupõe um discurso de alteridade.

Analisar cenários por esse mote leva ao entendimento de que não se pode balizar qualquer realidade por seu momento presente, necessitando, portanto, da

construção de um processo histórico (Demo, 1995), porém, sem esquecer de considerar que em Foucault a história não é linear. Problematizar a constituição do turismo enquanto fenômeno social no limiar da terceira década do século XXI precisa incorporar o discurso de reestruturação do sistema produtivo que ultrapasse o arquétipo de transmissão do modelo neoliberal por meio da impressão de padrões de consumo ao redor do mundo, com ênfase à sociedade ocidental (Fazito, Scott, & Russell, 2016; Fazito, 2015; Almada, 2018). Isso implica em assumir posturas epistemológicas construtivistas, como é o caso de Cho (2021) quando se utiliza da abordagem historiográfica para compreender o hibridismo entre o colonizador e o colonizado exposto na produção patrimonial e seu consumo turístico, usando o exemplo de Gyeongju na Coréia do Sul.

Os grandes modelos epistemológicos da construção do saber turístico não funcionam num cenário plural que não tenha intenção de relativizar a realidade social onde as pesquisas busquem um olhar contextualizado na ausculta da voz dos excluídos. Isso vai ao encontro da fala de Beni e Moesch (2017) quando afirmam que modelos explicativos como os modelos sistêmicos do turismo são necessários, porém não são suficientes para explicar a complexidade do turismo. Segundo os autores a construção do conhecimento sobre o turismo vai além da construção de uma metodologia, pois esta carece ser um meio para o pensamento do turismo, não um fim em si. Pensar o turismo neste olhar implica em expandir a lente de análise, especialmente para a literatura das ciências humanas, como é o caso da prática social discursiva sob o horizonte foucaultiano. Para tanto é pertinente pensar o turismo para além da busca pela eficiência econômica, uma vez que ao se considerar somente tal constructo deixa-se de lado todos os elementos sociais.

Este capítulo versa sobre a prática social discursiva foucaultiana como lente analítica para o turismo. Parte-se do entendimento que se faz mister compreender que o momento presente se coloca como fluido e líquido, e que, portanto, numa era de velocidade nas formas de ser/existir, a análise do turismo não pode ser reduzida à visão da produção, distribuição e comercialização de mercadorias e serviços, ou seja, comoditização. Em suma, a realidade social traz consigo uma carga demasiada de simbolismos que o discurso hegemônico do capital não dá conta por si só de explicar. Empreender estudos científicos com esse mote traz consigo a possibilidade de ampliar a construção de um raciocínio crítico incrementando as discussões acerca do saber turístico, de modo que seja possível a liberdade em relação as amarras

metodológicas universalmente aceitas como verdades absolutas (Martoni & Perdigão, 2019).

Os resultados da pesquisa contribuem para ampliar o portifólio interpretativo do turismo considerando-o enquanto campo polissêmico de observação. O estudo mostra variadas formas de abraçar a perspectiva foucaultiana de análise, contribuindo para a superação das reticências dos investigadores da área quanto ao seu uso, uma vez que os dados coletados indicam a incipiência de estudos capitaneados por pesquisadores assentados no campo, haja vista que a quase totalidade dos textos analisados corresponde a pesquisas oriundas de outras áreas de conhecimento. Fato que se coloca como uma lacuna a ser preenchida pela epistemologia do turismo.

Obviamente, existem limitações neste capítulo, uma vez que poderiam ser utilizados outros operadores booleanos, bem como, outras plataformas de busca. Entretanto, como a interpretação da obra de Michel Foucault enseja, o ato de pesquisar também é um ato político e as escolhas metodológicas assumidas representam a posição que o sujeito pesquisador naquele momento espaço-tempo ao qual ele se encontra, uma vez que em Foucault (2008) o objeto do discurso é deslizante.

Por fim, cumpre reafirmar que a discussão contemporânea do turismo traz consigo o desafio de vê-lo enquanto campo cuja possibilidade de análise também se dá pelas lentes das ciências sociais e humanas. Isso implica em ultrapassar a visão racionalista mercantil construída ao longo de décadas de estudos e pesquisas. Desse modo, o delineamento dele se dá pela necessidade de enxergá-lo além da definição atividade, avançando à perspectiva do objeto enquanto fenômeno. Alcançar essa premissa implica em ultrapassar a fronteira das disciplinas, o que denota à necessidade da inserção de posturas epistemológicas capazes de alargar essa visualização. É neste cenário que o estudo propõe um olhar compreensivo das práticas discursivas que constituem os sujeitos numa perspectiva foucaultiana.

REFERÊNCIAS

Albuquerque Júnior, D. M. de. (2004). A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. *Anos 90*, *11*(19), 79–100. https://doi.org/10.22456/1983-201x.6352

Antunes, M. M., D de. (2016). *Ecoturismo e produção de identidades: uma análise foucaultiana de discursos midiáticos* [Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/D.100.2016.tde-09112016-174408

Almada, J. A. B. de. (2018). O turismo no período da mundialização cosmopolita. *Revista Geotemas*, *8*(2), 79–99. https://doi.org/10.33237/geotemas.v8i2.3176

Batista, F. (2020). Foucault e as heterotopias: espaço, poder-saber. *Griot*, *20*(2), 1–16. https://doi.org/10.31977/grirfi.v20i2.1503

Beni, M. C., & Moesch, M. (2017). A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Turismo - Visão e Ação*, *19*(3), 430. https://doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457

Carvalho, C. de M. B. (2013). Práticas discursivas e produção de sentidos do "patrimônio": o mito da São Luís (MA), a Atenas Brasileira. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, *6*(3). https://doi.org/10.34024/rbecotur.2013.v6.6069

Cavalcanti, R. C. T. (2018, Maio 14). A tradição como fantasia de mercado: um estudo sobre a função da ideologia que orienta o consumo na Folia do Papangu. *RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*.

Cho, H. D. (2021). Hybridity between the 'Self' and the 'Other': Visiting Gyeongju through the prism of colonial imaginary. *Annals of Tourism Research*, *89*(103187), 103187. https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103187

Chambers, D. (2007). Interrogating the 'Critical' in Critical Approaches to Tourism Research. In Ateljevic, I., Pritchard, A., & Morgan, N. (Orgs.). (2007). *The critical turn in tourism studies* (pp. 105-119). Elsevier Science.

Costa, M. d. (2014, Setembro 24-26). *Análise de discurso crítica no turismo: indicação de metodologia à novas leituras do fenômeno* [Apresentação de trabalho]. XI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Fortaleza, CE, Brasil.

Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais.* São Paulo. Atlas.

Fazito, M. (2015). Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In Figueiredo, S. L., Azevedo, F. F, & Nóbrega, W. R de M. (Orgs.). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo* (pp. 108-126). NAEA.

Fazito, M. (2012, Agosto 30-Setembro 01). *Turismo Crítico* [Apresentação de trabalho]. IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo, SP, Brasil.

Fazito, M., Scott, M., & Russell, P. (2016). The dynamics of tourism discourses and policy in Brazil. *Annals of tourism research*, *57*, 1–17. https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.11.013

Fisher, R. M. B. (2012). *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte. Autêntica editora.

Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisas*, 114, 197–223.

Flick, U. (2013). *Introdução à Metodologia da Pesquisa*. Porto Alegre. Penso.

Flyvbjerg, B. (2001). Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again. Cambridge University Press.

Fortes, L., Gonçalves, S., & Moritz, T. (2010, Setembro 21-22). *As Relações de Poder e sua Influência na Segmentação do Turismo: um Diálogo Foucaultiano* [Apresentação de trabalho]. VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo, SP, Brasil.

Foucault, M. (2013). *O corpo utópico; As heterotopias.* São Paulo. n-1 Edições.

Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. (7a ed.). Rio de Janeiro. Forense Universitária.

Foucault, M. (1999a). *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975/ 1976)*. São Paulo. Martins Fontes.

Foucault, M. (1999b). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.* (8a ed.). São Paulo. Martins Fontes.

Foucault, M. (1984). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres.* Rio de Janeiro. Graal.

Foucault, M. (1991). *As consequências da modernidade.* São Paulo. Editora UNESP.

Grimwood, B. S. R., Yudina, O., Muldoon, M., & Qiu, J. (2015). Responsibility in tourism: A discursive analysis. *Annals of tourism research*, *50*, 22–38. https://doi.org/10.1016/j.annals.2014.10.006

Hajer, M. A. (1995). *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process*. Oxford University Press.

Kannisto, P. (2018). Travelling like locals: Market resistance in long-term travel. *Tourism management*, *67*, 297–306. https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.02.009

Lapointe, D., & Coulter, M. (2020). Place, labor, and (im)mobilities: Tourism and biopolitics. *Tourism Culture & Communication*, *20*(2), 95–105. https://doi.org/10.3727/109830420x15894802540160

Luna, T. C. (2018). *Turismo y Alteridad.* [Tese de doutorado não publicada]. Universidad Autónoma del Estado de México.

Maldonado, M. R., & Ramirez de la O, I. L. (2015). Patrimonialización, desarrollo, gobernanza y gubernamentalidad en Malinalco, Pueblo Mágico. *CULTUR - Revista de Cultura e Turismo*, *9*(2), 92–116.

Marques, N., Fazito, M., & Cunha, A. (2022). Tourism development discourse dynamics in a context of conflicts between mining and nature conservation in the Brazilian Cerrado Hotspot. *Journal of Sustainable Tourism*, *30*(11), 2574–2594. https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1914066

Martoni, R. M., & Perdigão, P. M. M. (2019). Teorias do turismo: os espelhos dos métodos. *TURYDES Revista Turismo y Desarrollo local sostenible*, *junio*. *12*(26), 1-14.

Mendes-Da-Silva, W. (2019). Contribuições e Limitações de Revisões Narrativas e Revisões Sistemáticas na Área de Negócios. *Revista de Administração Contemporânea*, *23*(2), 1–11. https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190094

Milne, S., & Ateljevic, I. (2001). Tourism, economic development and the global-local nexus: Theory embracing complexity. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Place, Space and the Environment*, *3*(4), 369–393. https://doi.org/10.1080/146166800110070478

Niding, M., Andueza, J., Farías, D., Alonso, M. de L. A., & Zamudio, A. R. (2011). Los obstáculos epistemológicos del turismo como dominio de saber. *Aportes y Transferencias*, *15*(1), 13–38.

Pinto, D. B., & Moesch, M. M. (2006, Julho 7-8). *Inventariação Turística: por um modelo de superação metodológica* [Apresentação de trabalho]. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, Caxias do Sul, RS, Brasil.

Rago, M. (1995). O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*, *7*(1–2), 67–82. https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85207

Richardson, R. J. (2012). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3a ed.). São Paulo. Atlas.

Siqueira, E. D., & Siqueira, D. C. O. (2008). Corpos autorizados: comunicação, poder e turismo. *Revista Hospitalidade*, 97–116.

Souza, D. T. M. S. de (2018). *A Construção de representações discursivas em publicidades turísticas sobre o Estado do Amazonas.* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Estado do Amazonas.

Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, *24*(3), 638–657. https://doi.org/10.1016/s0160-7383(97)00020-0

Tzanelli, R., & Korstanje, M. (2020). Introduction: Critical thinking in tourism studies. *Tourism Culture & Communication*, *20*(2), 59–69. https://doi.org/10.3727/109830420x15894802540133

Veiga-Neto, A. (2009). Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*, *0*(34).

Veiga-Neto, A. (2007). *Foucault e a educação.* (2a ed.). Belo Horizonte. Autêntica.

Veiga-Neto, A. (2007). Olhares... In Costa, M. V. *Caminhos Investigativos I:*
novos olhares na pesquisa em educação. (3a ed. pp. 23-38). Rio de Janeiro. Lamparina editora.

Vieira, P. P. (2013). *A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Estadual de Campinas.

Virginio, D. F., Delgado, A. K. C., & Fortes, L. (2011). Microfísica do poder no turismo: reflexões sobre as relações de poder no Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte. *Caderno Virtual de Turismo*, *11*(2).

Wearing, S., & McDonald, M. (2002). The development of community-based tourism: Re-thinking the relationship between tour operators and development agents as intermediaries in rural and isolated area communities. *Journal of sustainable tourism*, *10*(3), 191–206. https://doi.org/10.1080/09669580208667162

Wight, A. C. (2019). Putting Foucault to work in tourism research. *International Journal of Tourism Research*, *21*(1), 122–133. https://doi.org/10.1002/jtr.2246

4 DE ELEOTÉRIOS A POTIGUARAS: A VERDADE SOBRE SI DO POVO ORIGINÁRIO QUE VIVE ÀS MARGENS DO RIO CATU NO NORDESTE BRASILEIRO

Resumo
A virada do século XX para o século XXI constitui um divisor de águas no perceber-se indígena do povo que vive às margens do Rio Catu. Certamente, isso não se dá como obra do acaso. Haja vista que o contexto latino-americano se associa ao cenário de etnogênese vivenciado pelo povo do Catu. Este estudo busca verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários. Para tanto se vale uma abordagem qualitativa que compreende revisão narrativa e sistemática da literatura, observação participante, uso tecnologias e realização de entrevistas. Cumpre registrar que o dizer sobre si dos Potiguaras do Katu tem estreita relação com a recepção de visitantes inseridos no universo acadêmico. Vale ainda registrar que não são apenas os agentes externos que vêm colaborando para a reescrita historiográfica sobre o povo do Catu, eles próprios vêm reescrevendo a verdade sobre si. Uma verdade que remete a saída do olhar cristalizado para indígena do século XVII, compreendo toda a configuração histórica em que se chegou ao cenário atual. O processo que tensiona à construção de um repertório discursivo soma-se às vozes latino-americanas no sentido de se buscar Estados Plurinacionais. Entretanto, no contexto brasileiro dispositivos como o PL 490/2007 tem se colocado como um obstáculo para tal.

Palavras-chave: Povos originários. Verdade sobre si. Eleotérios do Catu. Potiguaras do Katu.

FROM ELEOTÉRIOS TO POTIGUARAS: THE TRUTH ABOUT SELF OF THE ORIGINAL PEOPLE WHO LIVE ON THE BANKS OF THE CATU RIVER IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

Abstract

The turn of the 20th century to the 21st century constitutes a watershed in the perception of being indigenous by the people who live on the banks of the Catu River. Certainly, this does not happen by chance. Given that the Latin American context is associated with the ethnogenesis scenario experienced by the people of Catu. This study seeks to verify how the counter-hegemonic discourse reveals the truth about the original peoples themselves. For this, a qualitative approach is used, comprising a narrative and systematic review of the literature, participant observation, use of technologies and interviews. It should be noted that what the Potiguara do Katu say about themselves is closely related to the reception of visitors from the academic universe. It is also worth mentioning that it is not just external agents who have been collaborating in the historiographical rewriting of the people of Catu, they themselves have been rewriting the truth about themselves. A truth that refers to the departure of the crystallized look for the indigenous people of the 17th century, I understand the entire historical configuration in which the current scenario arrived. The process that stresses the construction of a discursive repertoire adds to Latin American voices in the sense of seeking Plurinational States. However, in the Brazilian context, provisions such as PL 490/2007 have been an obstacle to this.

Keywords: Original peoples. Truth about Oneself. Eleotérios from Catu. Potiguaras from Katu.

4.1 INTRODUÇÃO

Tornar visível a “invisível” prática social discursiva acerca da população indígena no RN remete a posicionar o discurso como parte da efervescência latino-americana da segunda metade do século XX. Isso implica em observar como os

dispositivos supranacionais colaboraram para os processos etnogênese e retomada que foram se estruturando a partir da mobilização dos movimentos sociais como um processo de resistência aos séculos de tentativa de silenciamento e apagamento. Embora visto com ressalvas, estudiosos apontam que a “América espanhola” tem se posicionado positivamente na implementação de estados plurinacionais. No Brasil, a Constituição de 1988 traz consigo o imperativo do Art. 231 que trata da matéria dos povos originários. Dentre outros elementos, o instrumento legal traz o entendimento de território tradicionalmente ocupado. É importante mencionar que em 2023 têm-se um marco na valorização dos povos originários quando se lança a primeira Constituição em língua indígena[43]. Uma referência às iniciativas alusivas à Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) das Nações Unidas[44].

O contexto ora apresentado traz consigo o imperativo de anunciar que este estudo objetiva verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários. O campo empírico de tal observação se dá no território indígena Eleotérios do Catu, situado no Nordeste brasileiro. Sua escolha se dá a partir da lógica foucaultiana de tornar visível o que é visto (Foucault, 1996) de modo que a posição ocupada pelos sujeitos por meio dos atravessamentos imbricados nos estatutos de verdade (Foucault, 1999a) remetem ao imperativo de visitar os regimes de verdade na relação dos sujeitos consigo e com os outros (Foucault, 2010).

Assim, o estudo em tela discorre sobre a prática social discursiva dos povos originários no RN sem descolar a discussão de um contexto maior onde iniciativas em âmbito internacional e nacional vão reverberar no processo de etnogênese vivido pelo povo do Catu na virada do século XX para o século XXI. O texto ainda reflete acerca do papel da academia na construção da verdade sobre si dos Potiguaras do Katu onde tanto os visitantes quanto os residentes da comunidade têm colaborado para a construção de um repertório discursivo que assenta o entendimento contemporâneo acerca do que é “ser indígena”.

Para alcançar o objetivo proposto o estudo se vale de uma abordagem qualitativa que contempla elementos de revisão da literatura tanto narrativa quanto sistemática, bem como, a realização de campo empírico por meio da observação participante, uso de tecnologias de georreferenciamento, registros fílmicos e

[43]https://www.cnj.jus.br/ao-lancar-primeira-constituicao-em-lingua-indigena-presidente-do-stf-e-do-cnj-destaca-momento-historico-para-o-brasil/
[44]https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/indigenous-languages.html

fotográficos entre os anos de 2021 e 2023. Além disso também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 lideranças da comunidade entre os meses de julho e agosto de 2022. Desse modo, o estudo apresenta-se em duas partes. Na primeira há uma reflexão contextualizada acerca dos elementos que levaram ao apagamento, bem como, ao ressurgimento dos povos originários do RN na historiografia oficial, notadamente o povo do Catu. Na segunda, se discute a prática social discursiva dos Potiguaras do Katu, a partir dos resultados do trabalho de campo, enquanto elemento de etnogênese e resistência aos séculos de silenciamento advindos da colonização portuguesa. Por fim, se reflete que embora a autodeclaração seja uma prerrogativa constitucional, na prática ainda um caminho a ser percorrido pelos povos originários tanto do RN quanto do Brasil, haja vista a tramitação legislativa e judiciária do dispositivo Marco Temporal presente no PL 490/2007.

4. 2 ENTRE O VISÍVEL E O VISTO NA PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

> *La expropiación de los indígenas –usurpación de sus tierras y de su fuerza de trabajo– ha resultado y resulta simétrica al desprecio racial, que a su vez se alimenta de la objetiva degradación de las civilizaciones rotas por la conquista. Los efectos de la conquista y todo el largo tiempo de la humillación posterior rompieron em pedazos la identidad cultural y social que los indígenas habían alcanzado* (Galeano, 2004, p.47).

Compreender a presença dos povos originários que habitam o vale do Rio Catu remete a sair da busca de evidências por meio da materialidade objetiva e assumir a oralidade como um componente singular no tensionamento de uma elaboração contextualizada. Em linhas gerais é possível afirmar que a partir da primeira década do século XXI essa oralidade tem saído do campo tácito e tomando um corpo explícito. Isso se dá a partir de documentos institucionais, numa escala macro, como é o caso Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN, anexo ao Manual Operativo Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Grande do Norte (RN) Sustentável (Rio Grande do Norte, 2013). Mas, também é possível perceber essa tendência numa escala micro, em documentos produzidos pela própria comunidade como é o caso do Projeto Político Pedagógico (PPP) da primeira escola reconhecidamente indígena do RN, a Escola Municipal Indígena João Lino da Silva (EMIJLS) (EMIJLS, 2022).

Contudo, mesmo com a existência de elementos formais capazes de explicitar o conhecimento, quando se remete aos povos originários, o norte para construção de tal sistematização reside na ausculta ativa dos elementos tácitos a eles imbricados, ou seja, é preciso conceber a oralidade como uma parcela significativa da prática social discursiva. Assim, quando pesquisadores começam a questionar a historiografia oficial e iniciam suas inquietações investigativas tomando como mote a emergência étnica dos povos originários no RN, a oralidade toma um corpo significante. Um dos destaques a esse respeito se dá ao território Eleotérios do Catu, quando ele passa a atrair a atenção como um campo passível de observação para os estudiosos da temática. Neste sentido, merece destaque o estudo de Silva (2007) pelo pioneirismo, cujo propósito foi elucidar o processo de construção da etnicidade dos Eleotérios. Nele, a autora enfatiza que a ampliação das relações sociais e políticas do povo do Catu deram visibilidade à sua suscetibilidade de acesso às políticas específicas destinadas às populações indígenas.

Convém, destacar neste aspecto, que esse cenário não se configura como uma exclusividade dos povos originários do RN, tampouco do Nordeste brasileiro. A efervescência étnica pautada na luta pela reafirmação se assenta num contexto próprio da América Latina (AL), conforme assevera Haesbaert (2021). Mesmo apontando várias ressalvas ao uso do termo América Latina, o autor afirma que neste espaço, a luta primeira se dá em defesa do território. Movimento já destacado por Svampa (2016) como sendo a defesa mais relevante do direito à autodeterminação dos povos indígenas, a linha do “território originário”. Isso implica trazer à baila o discurso de Silva (2016) quando afirma que as décadas de 1970/80 são um marco no processo de reetnização na AL, cuja natureza política se configura como extremamente complexa. Assim, a “r-existência” dos povos originários na AL, traz consigo os atravessamentos de vários eventos da segunda metade do século XX para as primeiras décadas do século XXI, dentre eles a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho em 1989 (OIT) (OIT, 2011) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007 (UNESCO, 2009) que podem ser apresentados como marcos do discurso da virada do milênio.

À esteira dos dispositivos oriundos dos organismos supranacionais ainda é válido citar o fim de regimes militares latino-americanos, bem como, a assunção de governos progressistas, de modo que as pautas em tela passaram a fazer parte não só das agendas de governo, mas também de constituições de alguns países, como é

o caso das constituições da Bolívia e Equador, que segundo Santos (2018) fazem parte de um movimento de contraposição a noção eurocêntrica de desenvolvimento. Embora valendo-se da cautela ao refletir tais questões, no sentido de que até mesmo em contextos progressistas o discurso traz consigo elementos hegemônicos. A autora destaca a relevância de tais agendas como um passo importante que se dá por meio da incorporação da prática social discursiva dos povos originários e dos movimentos sociais na constituição de Estados Plurinacionais, sobretudo, no tocante ao diálogo intercultural.

No Brasil, embora visto por muitos estudiosos de maneira controversa (Cunha, 1987), um marco legal de referência às questões dos povos originários é o Estatuto do Índio, Lei 6.001/1973. No país, de um modo particular, os povos originários têm na Constituição de 1988 um dispositivo que demarca o repertório discursivo direcionado à ancestralidade. Nisso reside, por exemplo, a noção de território tradicionalmente ocupado como um ponto pacífico dos direitos originários (Brasil, 1988). Além disso, a primeira década do século XXI traz à tela instrumentos legais importantes como é o caso da promulgação da Convenção 169 OIT por meio do Decreto 5.051/2004[45].

A implementação de dispositivos legais relacionados à educação, saúde e gestão territorial ratificam os direitos dos povos originários. No tocante à educação, em 2008 a Lei 11.645/2008[46] alterou a Lei no 9.3947/1996[47] no que compete às diretrizes e bases da educação nacional, de modo a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A mudança, por sua vez, é seguida pelo Decreto 6.861/2009[48] que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, e define sua organização em territórios etnoeducacionais. Assim, assegura-se o direito a educação escolar diferenciada, intercultural, multilíngue e comunitária.

Além das garantias legais mais específicas, de forma transversal, ações afirmativas do início dos anos 2000 também posicionam o discurso de proteção às populações primeiras no Brasil, de modo a colocar a igualdade racial na agenda das políticas públicas (Feres Júnior, 2018). O quadro 06, ilustra o cenário ora desenhado.

[45]https://www.gov.br/antt/pt-br
[46]https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
[47]https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a
[48]https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm

Dispositivo	Finalidade
Lei Nº 10.639/2003	Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
Lei Nº 11.096/2005	Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI).
Decreto Nº 6.096/2007	Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).
Lei Nº 12.513/2011	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).
Lei Nº 12.711/2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
Programa Nacional de Bolsa Permanência (2013)	Concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados.

Quadro 06: Ações afirmativas no início dos anos 2000
Fonte: Elaboração própria adaptado de Feres Júnior (2018)

Precedendo a normativa educacional, tem-se ainda Lei nº 9.836/1999[49] que instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena formado pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Agregando valor às ações afirmativas, a rede de proteção recebe outro mecanismo através da Lei Nº 12.288/2010[50] que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Também como dispositivo que assegura direitos, surge a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) instituída pelo Decreto Nº 7.747/2012[51]. Vale ainda acrescentar que dentre as atribuições do Ministério Público Federal, insere-se a responsabilidade de defender judicialmente os direitos indígenas. Esta, por sua vez, ocorre de forma independente aos processos legais de demarcação de Terras Indígenas (TIs). Como se pode observar o cenário recente traz consigo o imperativo de fortalecer a emergência dos processos de autoidentificação dos povos originários, contribuindo assim com a emancipação dos sujeitos relegados à borda da sociedade, conforme discute Krenak (2019). Isso pode ser lido a partir da literatura foucaultiana como elementos que corroboram para tornar visível o que é visto (Foucault, 1996).

Como desdobramento de elementos como os artigos 231 e 232 da Constituição de 1988, a convenção 169 OIT e a PNGATI, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) institui normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas, por meio da Instrução Normativa 03/2015[52]. Fica claro, neste sentido, a recepção de visitantes como um elemento da dinâmica recente

[49]https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm
[50]https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm
[51]https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm
[52] https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/in-03-2015.pdf

do *modus vivendi* dos povos originários. Por fim, como um marco de reconhecimento e da valorização da ancestralidade dos povos primeiros, no ano de 2023 se cria, no Brasil, o Ministério dos Povos Indígenas[53].

Durante a escrita deste texto dois dispositivos legais figuram a pauta legislativa: a) o requerimento de urgência para o projeto de lei do marco temporal na demarcação de terras indígenas (PL 490/2007)[54]; e, o Relatório da Medida Provisória (MP) 1154/2023[55] que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. De acordo com organizações da sociedade civil, a forma como o legislativo tem conduzido tais iniciativas tem potencial de enfraquecimento da agenda tanto ambiental quanto indigenista[56]. Quando analisa "da negação da identidade e do território ao direito originário à terra no Amazonas" referindo-se aos povos indígenas Faria et al (2022, p. 929) trazem uma fala ao contrário disso, quando afirmam que "as políticas públicas diferenciadas, sejam efetivadas para que possam continuar vivendo em suas terras e assegurar seus direitos constitucionais e fundamentais, entendidos aqui como originários".

Vale ainda acrescentar que o cenário ora destacado não se trata apenas de uma mera descrição cronológica de fatos, muito pelo contrário ele reflete a força da mobilização social no período, seja por meio de organização formal seja por meio da participação em eventos. Mas, sobretudo, na ocupação de espaços que outrora lhes fora negado a partir da construção de agendas progressistas. Para exemplificar essa fala tem-se a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), uma Organização Indígena não governamental regional sem fins lucrativos, criada em maio de 1990[57]. Também é possível citar eventos como o Fórum Social Mundial (FMS)[58], com atividades iniciadas em 2001; e, o Acampamento Terra Livre (ATL), a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil que acontece desde 2004[59]. Como um dos primeiros desdobramentos do ATL surge a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)[60], criada em 2005.

---

[53]https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br
[54]https://www.camara.leg.br/noticias/965416-camara-aprova-urgencia-para-marco-temporal-na-demarcacao-de-terras-indigenas
[55] https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/155651
[56]https://oeco.org.br/noticias/relatorio-da-mp-da-reestruturacao-esvazia-ministerio-do-meio-ambiente/
[57]https://apoinme.org/
[58]https://www.fsm.org.br/
[59]https://apiboficial.org/historicoatl/
[60]https://apiboficial.org/sobre/

4.2.1 A “verdade” sobre os povos originários na historiografia oficial do RN do século XX

A verdade dos registros oficiais está relacionada a quem a escreve e sob que circunstâncias são escritas (Foucault, 2010). No Brasil, até meados da segunda metade do século XX, a maior parte dos registros dão conta de uma historiografia que, na maioria das vezes, remete apenas a versão do colonizador. Tais cenários merecem ser observados para além da lente assimilacionista do processo colonizador que conduz ao apagamento histórico dos povos originários.

No Nordeste tais questões são mais latentes em estados como Piauí e RN, uma vez que estes não compõem o mapa da demarcação das TIs no país, como pode ser observado na figura 25.

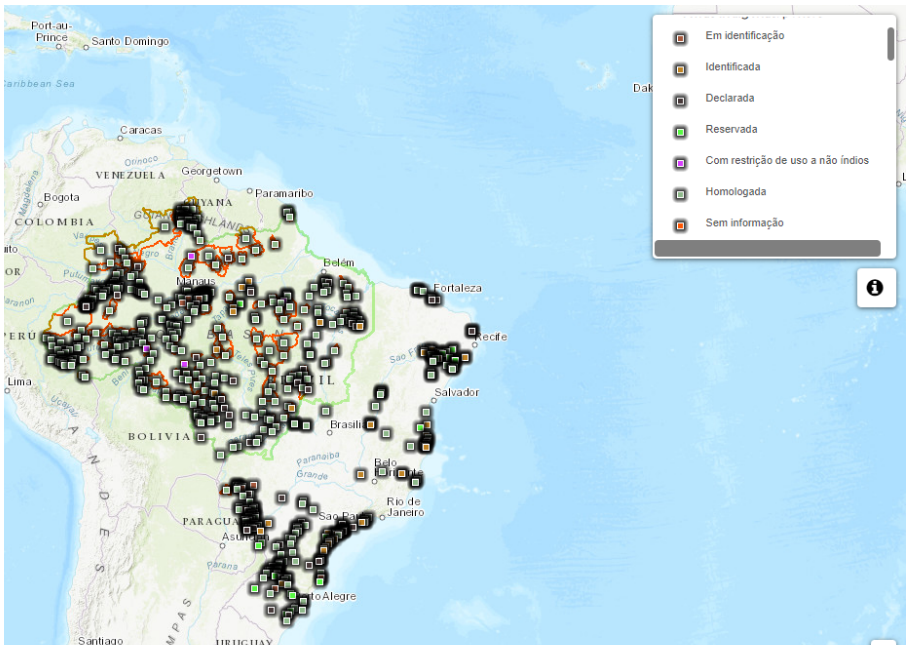


Figura 25: Terras Indígenas do Brasil
Fonte: ISA (2023)[61]

No caso do povo que vive às margens do Rio Catu é possível afirmar que entrelaçamentos históricos como o morticínio no Engenho Cunhaú[62], e, o posterior discurso da extinção dos povos indígenas no RN tem relevante contribuição para séculos de silenciamento e apagamento. Por meio da oralidade é possível perceber que a comunidade se recente de tais eventos. Haja vista que eles vão levá-los a negar sua ancestralidade como uma das estratégias para sobrevivência. Isso porque o

[61] https://terrasindigenas.org.br/
[62] https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/727/1/arquivo4664_1.pdf

primeiro caso, contribui para a construção de um repertório discursivo de medo aos povos originários. E o segundo, as alianças das populações indígenas com os europeus fazem com que a universalização eurocêntrica seja uma verdade predominante ao longo dos séculos.

É lícito afirmar o papel do tratamento dado a tais eventos pela historiografia oficial, pois, mesmo ocorrendo em razão da ocupação europeia seja holandesa ou portuguesa, houve a cristalização de prática discursiva acerca dos povos originários enquanto sujeitos perigosos e violentos. Uma evidência, neste sentido, é a canonização dos participes das celebrações religiosas palco dos eventos que culminaram com os morticínios de Cunhaú e Uruaçu. Oliveira (2010) chama a atenção para as posições em cada sujeito foi assumindo ao longo da história. De modo que aos povos originários coube o papel de antagonista agressor.

O intuito de provocar essa reflexão é de alertar ao fato de que ao longo dos anos a historiografia oficial não estabelece pontos de inflexão, de modo, a considerar o cenário vivido nos séculos XVI e XVII no tocante aos elementos de escravização e silenciamento da população indígena, especialmente no Nordeste brasileiro. Tal ensejo se dá no sentido de possibilitar inferir que tais comportamentos estariam assentados em posições de resistência, de uma forma primeira, e não de agressividade e violência gratuita. Em linhas gerais, o acontecimento de Cunhaú aparece na literatura como um grande massacre e carnificina indígena sob articulação holandesa (Paula, 2020). Peixoto (2014, p. 35) relata que

> O livro *Os Holandeses no Rio Grande* escrito e publicado pelo Padre Paulo Herôncio de Melo em 1937, além de ter sido a fonte para a beatificação dos Protomártires do Brasil foi também o ponto de partida para a invenção da identidade católica no Rio Grande do Norte.

Isso leva a observar que os discursos são posicionados sob o olhar de quem está “contando” a história. Neste caso, a referência cita a versão de um religioso que ocupa posição de destaque e credibilidade na sociedade norteriograndense, seja por sua função eclesiástica seja por sua ascendência familiar. Peixoto (2014) ainda afirma que, embora pouco explorado, o texto influenciou a percepção de referências acadêmicas da historiográfica do RN ao longo do século XX. De acordo com Guerra (2009) estudiosos como Luiz da Câmara Cascudo; Rocha Pombo; Tavares de Lira; Tarcísio Medeiros; Vicente Lemos Guerra, trouxeram uma visão limitada acerca dos eventos do período colonial no RN, sobretudo, sobre a presença indígena e negra. Lopes (1999) atribui a superficialidade da observação ao fato de o olhar historiográfico

convencional ter sido lançado à preocupação com a história da colonização portuguesa da antiga Capitania do Rio Grande, alijando do processo atravessamentos significativos da “contação” da história, como é o caso do fato da presença indígena e africana nos eventos serem reduzidas a mera uma descrição cronológica. Excluir as contingências do descontinuo transversal histórico limita a prática discursiva (Foucault, 2000).

O estudo de Cavignac (2010) demonstra que tal processo reside no fato de que no RN a historiografia oficial se dá num espectro alheio ao universo acadêmico, haja vista que a história apresentada remete aos interesses das elites locais. De modo que, ainda segundo a autora a versão amplamente difundida de vários fatos históricos chega a ser caricata. O que corrobora com a reflexão apresentada no início desta seção, o fato dos povos originários terem sido dados como “desaparecidos” no RN. Tal “desaparecimento” é associado aos conflitos territoriais do período colonial. O cenário em que se seguem os eventos se dá a partir da saída holandesa do solo norteriograndense e a efetiva ocupação territorial portuguesa num contexto de luta e resistência dos povos originários, notadamente os não “pacificados”, que se estende até o século XVIII. Quando reflete este contexto, Medeiros (2005) observa que ele não é exclusivo do povo do RN, haja vista que em todo o Nordeste há enfrentamento e resistência à ocupação portuguesa, notadamente, no interior. É neste sentido, que o autor destaca a pouca ênfase dada pela historiografia aos fatos que levaram ao sucesso da Coroa portuguesa, como é o caso das alianças entre colonizadores e povos originários. É lícito citar que tais alianças se deram com mais ênfase junto às populações indígenas que habitavam o litoral, como discute Peixoto (2015) ao citar a referência dada pelo Padre Paulo Herôncio de Melo ao potiguara Felipe Camarão ao descrevê-lo como um guerreiro-católico.

Puntoni (1999) elucida que a chamada “Guerra dos Bárbaros” na verdade se configura como uma série heterogênea de conflitos que envolveram indígenas, residentes, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa ao longo do século XVII. O autor ainda reflete que

> Diferentemente do século anterior, quando em contato com os grupos tupi da costa e no contexto de afirmação do domínio colonial face à disputa inter-imperial, estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão. "Bárbaros" eram estes povos não só porque viviam para além dos limites do império, mas porque tinha-se em conta que tencionavam invadi-lo (Puntoni, 1999, p. 262).

No RN, tais eventos impuseram aos povos originários valores eurocêntricos indo do sedentarismo às profissões de fé numa realidade que perpassa a autonegação de si num “desaparecimento” que lhes garantia sobrevivência. Some-se a isso toda uma política de Estado que, para “fins legais”, se encarregou de desestruturar e existência das populações primeiras, de modo que não mais existia “índios” e sim “mestiços” (Lopes, 2005). Apesar disso, como visto na seção anterior, apesar do esforço colonizador, os povos originários vem sendo resistência e os eventos da segunda metade do século XX, com maior força nas primeiras décadas do século XXI, vêm demostrando isso. No RN a eminência de processos de retomada e etnogênese[63] vem reafirmando a resistência e a re-existência dos povos originários.

4.3 PERCURSO METODOLÓGICO

O texto em tela se constrói a partir do propósito de verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários. Para tanto, se vale do cenário da “América portuguesa", mais precisamente de um povo assentado nas proximidades do litoral do Nordeste brasileiro. A construção se dá a partir da reflexão acerca do desaparecimento/reaparecimento das populações indígenas no RN. Para tanto, foi preciso a organização de um discurso contextualizando os elementos da oralidade dos sujeitos que vivem às margens do Rio Catu, por meio de 12 entrevistas concedidas entre os meses de julho e agosto de 2022, com eventos históricos relacionados ao discurso de inexistência/r-existência de populações indígenas no RN. O diálogo ainda se constrói a partir da observação participante da recepção de visitantes para fins turísticos e recreativos entre outubro de 2021 e maio de 2022, bem como, no evento Festa da Batata de 2021, que faz parte do calendário oficial de eventos do município de Canguaretama. Além de outras visitas à comunidade entre os anos de 2021 e 2023.

Assim, o estudo conta com um levantamento bibliográfico de abordagem historiográfica contemporânea aos eventos do Brasil colônia, bem como, faz um

[63]“a noção de etnogênese constitui-se numa ferramenta conceitual que contribui para caracterizar processos muito diversos de transformações políticas e identitárias de um grupo ao longo do tempo, enfatizando as capacidades de adaptação e criação de povos indígenas, os quais, por sua vez, buscaram estabelecer espaços de autonomia em que pudessem realizar suas próprias avaliações e traçar estratégias para trilhar intrincados processos que produziam novas configurações sociais que não só refletiam as pressões coloniais como também as escolhas dos próprios índios” (Fontella, 2019, p.23).

paralelo documental acerca da agenda pública recente no tocante à mecanismos supranacionais juntamente com ações afirmativas e de garantias por parte das iniciativas governamentais, fruto do fortalecimento dos movimentos sociais da virada do século XX para o século XXI. Essa etapa consiste na Revisão Narrativa da Literatura (RNL), um tipo de revisão que se aplica a questões exige um escopo mais amplo e emblemático juntamente com a opinião dos especialistas na temática (Mendes-Da-Silva, 2019). Ainda como forma de dialogar com a oralidade das entrevistas realizadas, empreendeu-se na Revisão Sistemática da Literatura (RSL) que compreendeu o levantamento das produções acadêmicas sobre o Povo do Catu. Assim, a partir da definição de categorias especificas se buscou evidências relevantes sem necessariamente se projetar uma meta-análise (Mendes-Da-Silva, 2019).

O caminho percorrido tanto para a construção da RNL quanto pela RSL se deu na rede mundial de computadores que Flick (2013) classifica como internet 2.0. a RNL abordou os temas do discurso contra hegemônico da historiografia oficial, bem como, os elementos das agendas progressistas do século XXI. Já na a RSL foi utilizada para embasar a verdade sobre si dos povos originários. Em ambos os casos foram utilizadas as ferramentas de pesquisa na World Wide Web (WEB). Na RSL ainda se utilizou de buscas no Google Scholar, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), repositórios do IFRN, da UFRN e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). As unidades de busca foram Catu dos Eleotérios, Eleotérios do Catu e Potiguaras do Catu, totalizando 54 achados com publicações acadêmicas específicas. Outras 26 foram excluídas, porém relacionadas. Além de notícias específicas, documentos do poder público e relatórios sobre o tema que vêm sendo abordados ao longo dessa redação.

É lícito ainda afirmar que tanto as entrevistas quando a observação participante se deu num contexto de etnografia fílmica (Lessa, 2014), como uma forma de ampliar as possibilidades de análise, bem como, disseminação do conhecimento por meio da possiblidade do uso dos dados de diversas maneiras a partir de uma análise contextualizada (Pinheiro et al, 2005). Neste caso em específico, além de qualificar os elementos de análise o conteúdo digital será utilizado para a produção de material audiovisual como devolutiva à comunidade. Vale ainda acrescentar que o diálogo com a comunidade também se dá através do uso de ferramentas de comunicação via aplicativos de mensagens conectados a web, haja vista que nos dias de hoje é possível conectar-se à rede mundial de computadores na comunidade. Ademais ainda

se utiliza de registros fotográficos, bem como, o uso de georreferenciamento para construção de mapas de localização.

Por fim, vale ainda considerar que o percurso metodológico ora descrito se assenta na abordagem qualitativa de pesquisa. Este se dá tanto por vias tradicionais quanto por meio práticas alternativas com o propósito de quebrar a rotina metodológica. Fato que Lather (2013) classifica como do sendo QUAL 4.0. Sendo esta uma característica da pesquisa qualitativa do século XXI.

4.4 POVO POTIGUARA DO KATU COMO PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA

> O Catu antigamente
> Era um lugar isolado
> Só existia uma mata
> Com um caminho cercado
> Os moradores daqui
> Viviam todos amoitados
> (Silva (Vando), 2008)

O território Eleotérios do Catu está localizado na Microrregião do Litoral Sul do RN a 79 quilômetros em média da capital do estado, Natal (Rio Grande do Norte, 2013). A área onde o território se insere compreende espaços tanto do município de Canguaretama quanto do município de Goianinha, cuja divisão geográfica é o rio homônimo ao povoado, o Rio Catu. Além disso, o espaço faz parte dos 40.707,45 hectares de espaço protegido em âmbito estadual Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU). Segundo informações do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC)[64] obtidas a partir das secretarias de saúde dos municípios de Canguaretama e Goianinha, residem no Catu 913 habitantes cadastrados no sistema. Informações extraoficiais[65] registram que aproximadamente 700 habitantes se autodeclaram indígenas e 200 não indígenas. A figura 26 ilustra a área ocupada pelo povo do Catu.

[64]https://aps.saude.gov.br/noticia/2300

[65]A época da construção dessa redação os dados censitários por setor ainda não haviam sido divulgados.

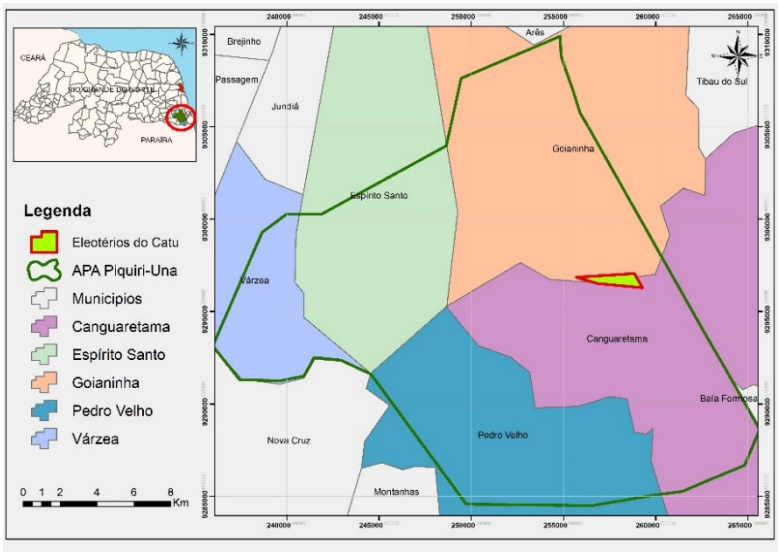


Figura 26: Localização Catu/APAPU
Fonte: Adaptado de (IDEMA, 2013), Silva e Filgueira (2020)

Como grande parte dos povos originários do Nordeste, os Eleotérios do Catu tiveram que se “amoitar” para garantir sua sobrevivência. Acontece que não foi somente um ato de “esconder-se”. A forma como eles expõe sua chegada na região onde vivem atualmente diz muito sobre como foram para um lugar “isolado”. Quando se amplia o olhar e se observa a vida dos povos originários no RN no período colonial é possível compreender que além de afastar-se de sua região de origem, assim como os demais remanescentes no RN, os Eleotérios do Catu tiveram que assumir um *modus vivendi* eurocentrado. Vale rememorar a regulação dos povos originários pela Coroa portuguesa no século XVIII através da lei denominada Diretório dos Índios[66], bem como, os desdobramentos do dispositivo legal nos séculos que se sucederam.

O mecanismo implementado entre anos de 1757 e 1798 trouxe significativo impacto na configuração social no período colonial, uma vez que modifica as relações econômicas, políticas e territoriais (Apolinário e Moreira, 2021). Em sua tese, Lopes (2005) conclui que tal dispositivo agiu de maneira compulsória às populações indígenas, de modo a obrigá-las a submeter-se às ocupações precárias, substituir aldeias por vilas com habitações individualizadas, assumir o português como idioma oficial, bem como sobrenomes de origem portuguesa, profissão de fé cristã; dentre tantas outras formas de opressão à sua ancestralidade.

Como mencionado no início desse texto, as construções explícitas sobre os povos primeiros carecem da conferência ao estatuto da oralidade como elemento

[66]http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/167-diretor-diretorio-dos-indios

discursivo. Considerando os elementos que vêm sendo aqui discutidos assumir a oralidade como um aspecto de observação da prática social discursiva se faz como condição *sine qua non*. Tais questões ainda vêm sendo muito caras à agenda da historiografia acerca da “América Portuguesa” (Apolinário e Moreira, 2021), uma vez que versões historiográficas que remetam ao protagonismo dos povos originários são pautas relativamente recentes no universo discursivo da temática. O povo que vive às margens do Rio Catu, diz que lá é um lugar bom ou ainda, um lugar bom para bem viver. Essa fala remete a palavra *Katu* no tupi antigo, cujo significado é

> Adjetivo: 1 bem, bom; 2 conservado, limpo; 3 muito direito, retilíneo, reto. No grau superlativo, pospõe-se ao adjetivo "eté". Advérbio: precisamente. Verbo predicativo: ser bom. Requer pronome paciente. Ex. xe katu: eu sou bom. = ngatu. (Carvalho, 1987, p. 146)

Duas questões perpassam os dizeres sobre si do povo do Catu. A primeira, remete a lógica do território tradicionalmente ocupado e segunda às doações de terras por parte da igreja católica. Ambas coadunam com as questões discutidas em momento anterior. Sobre território tradicionalmente ocupado, vale retomar o artigo 231 a Constituição de 1988, que reconhece os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Assim, a fala de lideranças do Catu acerca do território tradicionalmente ocupado remete originalmente ao século XVII quando se refere à presença indígena no aldeamento Igramació, elevado posteriormente à Vila Flor. A afirmativa também é encontrada em publicações como o PPP da escola EMIJLS (EMIJLS, 2022) e Lira et al (2021), de modo que a existência do povo do Catu localiza-se junto aos povos primeiros a ocupar o espaço hoje denominado Rio Grande do Norte. Desse modo, a partir da figura 27 é possível ter uma dimensão da noção de território tradicionalmente ocupado para os Eleotérios do Catu.



Figura 27: Território tradicionalmente ocupado pelos Eleotérios do Catu.
Fonte: Elaboração própria

Nesse contexto, tal território seria a forma inversa ao caminho feito pelo Rio Catu que desagua entre os municípios de Canguaretama e Tibau do Sul, localidades de Barra do Cunhaú e Sibaúma, respectivamente. Assim, de acordo com um dos entrevistados ao longo da realização da parte empírica desse estudo, o povo do Catu foi migrando das proximidades da foz do Rio Catu passando pelas localidades hoje denominadas Catuzinho e Maxixe até chegar no espaço delimitado na figura 02 apresentada anteriormente, nas proximidades da nascente do rio.

Lopes (2005) relata que considerar o período da implementação dos aldeamentos é fundamental para compreender o “apagamento” dos povos originários na historiografia oficial do RN. Outro elemento levantado pela autora remete a etnicidade potiguara no RN, uma vez que ela destaca que este foi o povo que, certamente graças às alianças com a Coroa portuguesa, que tem maior índice de sobrevivência à política de ocupação territorial de Portugal. Tal entendimento coaduna com contexto conflituoso do período colonial descrito por Puntoni (1999), de modo que é necessário asseverar o relato dos entrevistados quando citam que muitos indígenas, fixados inicialmente na região que virou Igramació, ou fugiram para o espaço que hoje se conhece como o norte do estado da Paraíba, com ênfase a região hoje denominada Baía da Traição; ou se ajustaram aos mecanismos de ocupação colonial e migraram para outras áreas, seguindo a condução da igreja católica.

Desse modo, já no século XIX outro evento é atrelado à historiografia dos Eleotérios do Catu, o cenário que se assenta a segunda questão levantada no início desta seção. A doação de terras pela igreja católica, na pessoa do padre Góis, aos três irmãos Eleotério: Serafim, Manoel e Francisco. Assim, tem origem a comunidade Catu dos Eleotérios, numa referência ao Rio Catu e àqueles que primeiro habitaram às proximidades da sua nascente (Silva, 2008; EMIJLS, 2022). Convém ainda afirmar que de acordo com os elementos da oralidade observados nas entrevistas com as lideranças da comunidade há ainda um entendimento de que o sobrenome Eleotério atribuído aos primeiros habitantes da localidade havia sido uma interpretação equivocada feita pelas pessoas que faziam os registros cartoriais à época da ocupação. Neste sentido, o termo seria Lotérios advindo dos lotes ora doados. Entretanto, oficialmente a denominação encontrada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da FUNAI é Eleotérios do Catu, onde Eleotérios se refere aos povos e Catu a característica natural que localiza espacialmente o povoado.

É válido ressaltar que a época das doações, na primeira metade do século XIX, o povo ali residente já era visto pelos registros oficiais como parte da mestiçagem, os caboclos. Prática social amplamente difundida, numa clara ação de negação da presença indígena. Fato que fora concretizado no censo 1872, quando a categoria "índio" desaparece da contagem populacional no RN (Lopes, 2005). De modo que a temática somente volta à cena historiográfica nas investigações científicas na virada do século XX para o século XXI. Apolinário e Moreira (2021) afirmam que tais conteúdos ainda são marginalizados aos estudos historiográficos em razão do fato dos olhares e perspectivas colonialistas ainda predominarem no universo acadêmico.

Por fim, e não menos importante, é mister ainda apresentar uma terceira questão para compor a prática discursiva "De Eleotérios a Potiguaras", a grafia que de um dos termos que compõe a denominação do povo que vive às margens do Rio Catu, a palavra Catu/Katu. De acordo com parte das lideranças entrevistadas Catu, com "C", remete a localização geográfica da comunidade associada à característica física do rio homônimo. Já Katu, com "K", retomando o que fora inicialmente aqui explicitado refere-se etimologicamente ao Tupi antigo. Motivo pelo qual em seu processo de autoidentificação e autorreconhecimento como povo indígena os Eleotérios do Catu também se autodenominam Potiguaras do Katu. De acordo com a fala de parte dos entrevistados o uso comum é o termo com "C", pois, com "K" é uma forma de relacionar à escrita indígena. De modo que "C" é utilizado na documentação oficial para se referir à comunidade.

4.4.1 O descobrir-se indígena dos Potiguara do Katu

> Vanda, Dão, Luis e Vando
> Seu Nascimento falando
> Estamos se organizando
> Para caboclos se afirmar
> (Soares Filho (Nascimento), 2008)

Passados quase quatro séculos, mais precisamente entre os anos de 1999 e 2000, os Eleotérios iniciam o processo de etnogênese que vai culminar na sua autoidentificação como Potiguaras do Katu. Evidente que o cenário não se dá como uma mera obra do acaso, ele reflete o contexto latino-americano e brasileiro descrito em momento anterior e destacado pelos próprios indígenas da comunidade (EMIJLS, 2022). A reafirmação da indianidade do povo do Catu fica evidente na construção

deste estudo tanto no processo de observação *in loco* das práticas de recepção de visitantes quanto nas entrevistas realizadas. Fica perceptível o quanto do *modus vivendi* dos Eleotérios do Catu é remanescente dos seus ancestrais do século XVII. Entretanto, a fim de evitar interpretações equivocadas, é lícito afirmar que tais práticas não estão cristalizadas na noção do "bom selvagem", como alertado por Diegues (2008). A historiografia tem mostrado que os povos originários em território brasileiro, sobretudo na faixa litorânea, foram alijados a toda sorte intempéries num projeto eurocentrado universalizando e silenciador, como foi o caso do Diretório dos Índios. Com o povo isso do Catu isso não foi diferente. Na figura 28 é perceptível observar a prática de arco e flexa contemporânea na comunidade, cujo uso foi ressignificado da caça para fins recreativos.



Figura 28: Prática recreativa do arco e flexa durante a Festa da Batata 2021.
Fonte: Dados da pesquisa

Ademais, o trabalho demonstra que a prática social discursiva implicada na etnogênese está associada ao entender, aprender e reaprender a "ser indígena". Neste sentido, a jornada em busca do entendimento se dá inicialmente num contexto de formação acadêmica de alguns membros da comunidade quando cursavam a graduação em pedagogia[67] e são convidados a conhecer a realidade dos povos originários da Baía da Traição. Desta feita, "Vando[68]" e "Nascimento" (hoje encantado),

[67]A formação em pedagogia foi realizada através de um convênio da Prefeitura Municipal de Canguaretama com Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Esta se deu em razão da Década da Educação vinculada à promulgação da Lei Nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo artigo 62 previa que, ao final do ano de 2007, o exercício do magistério seria exclusivo àqueles habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço (Suficier, 2020).

[68]https://www.instagram.com/vando_arcanjo07/?igshid=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D

como são conhecidos Vandregecílio Arcanjo da Silva e Manoel Serafim Soares Filho, aventuram-se na empreitada que vai preparar o terreno para os eventos que se sucederam ao longo da primeira década dos anos 2000. Segundo o primeiro, foi um processo inicial de medo e muitas vezes descrédito por parte de alguns membros da comunidade. Apesar disso, as visitas demonstraram quão próxima à ancestralidade dos povos originários estavam os elementos do cotidiano do povo do Catu, a citar o exemplo dos hábitos alimentares.

Ainda como parte do entender, são organizados além das idas à Baía da Traição incursões no RN a fim do conhecimento e do reconhecimento de outros povos que também se encontrassem em processo de etnogênese. Os cinco anos iniciais de movimentação e articulação política resultaram na realização, em 15 de junho de 2005, da primeira Audiência Pública para tratar da questão do reconhecimento da presença indígena no RN, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN)[69]. Como um dos desdobramentos do evento, o aprender começa a tomar corpo entre os Eleotérios do Catu, especialmente após integrantes da comunidade fazerem parte das delegações indígenas nas conferências da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) tanto em âmbito regional quanto em âmbito nacional (EMIJLS, 2022).

Assim, o cenário nacional da Educação Escolar Indígena também chega ao Catu, de modo que em 2009 a EMIJLS passa a refletir sobre a incorporação de um currículo que também estivesse inserido no contexto de etnogênese pelo qual a comunidade vinha passando, o que vai culminar em seu reconhecimento oficial como primeira escola indígena do RN (EMIJLS, 2022). Este se dá em 2015 através da Lei 637/2015 do município de Canguaretama. Além disso, em 2018 também é outorgado pelo poder público municipal o processo de eleição democrática para a gestão escolar (Prefeitura Municipal de Canguaretama, 2019). Nisso tudo reside o reaprender a “ser indígena” que tem como exemplo inclusão do ensino bilíngue, onde além da língua portuguesa o povo do Catu também aprende o Tupi. Também se dá como exemplo dessa fase a incorporação de componentes curriculares como Etno-história, bem como, práticas interculturais como a recepção de visitantes (EMIJLS, 2022). As figuras 29, 30 e 31 exemplificam essa informação.

[69]https://cimi.org.br/2005/06/23590/



Figuras 29, 30 e 31: Aula de campo na Escola Indígena do Catu, RN.
Fonte: 3ª Diretoria Regional de Educação e Cultura do RN[70]

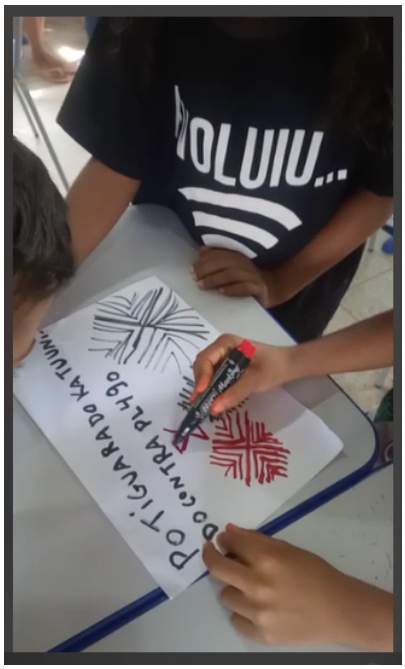
É importante registrar que assim como a EMIJLS em 2019 através da Lei 1.955/2019, o município de Goianinha cria Escola Municipal Indígena Alfredo Lima (EMIAL), como reflexo da incorporação de tais elementos em seu currículo também como reflexo do processo de etnogênese vivenciado pela comunidade[71]. Desse modo, o PPP da escola também vem sendo construído no intuito de incorporar no cotidiano escolar a prática social discursiva sobre si do povo do Catu (EMIAL, 2018).

É importante mencionar que a realização do I Seminário de Educação Escolar Indígena do RN[72] em 2014, um espaço de discussão que contou com a presença de representações indígenas e do Estado, teve um papel determinante para o reconhecimento oficial das duas escolas indígenas da comunidade. Como mencionado na contextualização desse estudo, o momento de sua escrita ocorre na ocasião das discussões da delicada questão do Marco Temporal para delimitação de Terras Indígenas através reincorporação do PL 490/2007 tanto na pauta legislativa quanto judiciária nacional. As figuras 32, 33 e 34 caracterizam um momento de mobilização da comunidade escolar da EMIAL neste sentido.

[70]http://3direднc.blogspot.com/2017/11/aula-de-campo-na-escola-indigena-do.html
[71]http://goianinha.rn.gov.br/escola-do-municipio-desenvolve-projeto-para-fortalecimento-da-cultura-indigena/
[72]https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/i-seminario-de-educacao-escolar-indigena-do-rn-comeca-amanha/







Figuras 32, 33 e 34: Mobilização contra o PL 490/2007 na EMIAL.
Fonte: Carla Liziane da Silva (Vice-gestora da escola)

De forma paralela aos eventos ora explicitados, o repertório discursivo da autoafirmação alinhado ao reaprender ganha corpo ao longo da primeira década dos anos 2000 com a chegada dos primeiros visitantes acadêmicos, bem como, de outros povos do RN que veem nos Potiguaras do Katu uma referência de etnogênese. Fato que resulta na realização da I Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte (AIRN)[73] que acontece na capital do estado no período de 11 a 14 de dezembro de 2009. A partir desse momento várias outras assembleias são realizadas na década seguinte, incluindo as Assembleias de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte, 2012 e 2018 respectivamente. Como consequência de toda essa mobilização social se fortalece o movimento indígena no RN por meio da sua afiliação à APOINME. Até o período de realização deste estudo foram realizadas sete assembleias indígenas e quatro assembleias de mulheres indígenas no RN.

Vale salientar como desdobramento posterior à I AIRN tem-se a implantação da Coordenação Técnica Local da FUNAI no RN em 2011[74]. Fato que demanda à comunidade a apresentação de uma liderança para realizar a interlocução com a autarquia estatal, tal qual a estrutura de diálogo ensejada em todo território nacional.

[73]https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20I%20ASSEMBLEIA%20DOS%20POVOS%20IND%C3%8DGENAS%20DO%20RN.%20FUNAI.pdf
[74]https://cimi.org.br/2011/07/32322/

Embora essa questão de uma liderança única para articular as demandas de uma população indígena específica seja uma questão controversa desde a implementação do Estatuto do Índio a década de 1970, o povo Potiguara do Katu, oficializa José Luis Soares (Luiz Katu[75]) como sua liderança política, em razão de seu desempenho nas mobilizações políticas desde a audiência pública na ALRN no ano de 2005. A figura 35 representa um momento de diálogo com Luiz Katu, enquanto liderança indígena dos Potiguara do Katu.



Figura 35: Interação com o cacique Luiz Katu durante a observação participante.
Fonte: Dados da pesquisa

Assim, os Eleotérios do Catu paulatinamente vão reafirmando sua identidade indígena, mas, não uma identidade anacrônica assentada no “selvagem” do século XVII. A identidade dos povos originários no século XXI implica não só em se reconhecer e viver a ancestralidade, ela emana também a necessidade de compreensão de que os processos aos quais as populações indígenas foram historicamente submetidas moldaram o seu “ser indígena”. Especialmente aqueles que são parte do todo que compõe os aglomerados urbanos.

Para tanto, é preciso estar alerta quando se observa essa realidade de modo a não construir inferências estereotipadas que ao invés de colaborar vão depor contra o movimento indígena. Como fora relatado em uma das entrevistas, referindo-se ao fato de um profissional do jornalismo ter se referido ao entrevistado como “indígena banda larga”, pelo simples fato dele estar fazendo uso de um computador na ocasião da sua visita. Vale salientar que a época em que tal profissional esteve no Catu, nem sinal da rede mundial de computares havia na comunidade. Nisso reside a reflexão de que o fato dos Potiguras do Katu andarem vestidos, terem acesso às facilidades tecnológicas e não residirem em ocas, por exemplo, não ser motivo para terem sua indianidade questionada. Fazer inferências nesta perspectiva recai num reducionismo

[75]https://www.instagram.com/luizkatu/

superficial e equivocado de um observador desatento/desavisado acerca do que foi o período da ocupação colonial portuguesa.

4.4.2 A virada do milênio e o papel da academia na visibilidade dos povos originários no RN

Adiantando este verso
Ao deus de Davi eu peço
Encha a vida de sucesso
Pra professora Juli.

Aucides Sales pediu
E a Juli lhe ouviu
No vento não se, "istruiu"
Oqu' ele falou dali
(Soares Filho (Nascimento), 2008)

Ao longo de um pouco mais de duas décadas o povo Potiguara do Katu vem se tornando cada vez mais visível a partir do conhecimento acadêmico sobre ele produzido. Como se percebe na fala do encantado Nascimento, alguns personagens tiveram/tem um papel determinante no processo de etnogênese dos Potiguaras do Katu. Assim, além da fala de Nascimento e a partir da fala da comunidade convém nominá-los a fim de posicioná-los não somente como referências acadêmicas, mas, também como exemplo de renovação do olhar historiográfico para às questões étnicas no RN. Estudiosos como Alcides Bezerra de Sales, Julie Antoinette Cavignac, Cláudia Maria Moreira da Silva e Jussara Galhardo Aguirres Guerra, são constantemente citados pelos percussores do movimento indígena entre os Potiguaras do Katu.

De acordo com o levantamento realizado neste estudo, a dissertação intitulada "...Em busca da realidade...: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN)" apresenta-se como o primeiro trabalho acadêmico de referência acerca da população indígena do Catu. Imbuída do propósito de elucidar o processo de construção da etnicidade dos Eleotérios (Silva, 2007) realiza a pesquisa que é referenciada em boa parte dos trabalhos que assumem o Catu como *lócus* de observação. Sob a ótica da etnografia a autora constrói um contradiscurso ao determinismo da inexistência das populações indígenas no RN, contribuindo assim para a ampliação do repertório discursivo da temática em questão. Além disso, Silva (2007) assume a etnogênese como categoria que melhor qualifica a emergência étnica no RN, notadamente, a partir da virada do milênio.

Até 2009 as menções sobre o povo do Catu vão se concentrar no discurso jornalístico, nos projetos vinculados a emergência étnica do RN e nas ações do Grupo de Estudos da questão indígena do RN[76], vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Vale registrar como exemplo de tais iniciativas os projetos "Paraubaba: a questão indígena no Rio Grande do Norte" (2008-2010)[77] e "Mocepi: valorização da história e cultura indígenas em sala de aula" (2009-2010)[78]. Tais projetos foram desenvolvidos como ações de extensão da UFRN, com ênfase ao Museu Câmara Cascudo (MCC) que também atuava em parceria com a Fundação José Augusto (FJA). Neste aspecto vale destacar a fala de Silva (2007) quando enfatiza que as iniciativas apresentavam mais como ações individuais dos proponentes do que propriamente uma ação institucional do Estado. Guerra (2009) confirma essa fala ao afirmar que apesar de todo movimento do início dos anos 2000, as ações governamentais ainda se apresentavam de forma incipiente.

A partir de 2010, como consequência da repercussão dos eventos de autoidentificação, observar a realidade dos Potiguaras do Katu deixa de ser interessante academicamente falando apenas para a antropologia. Neste sentido, o povo do Catu vira tema de investigação de várias áreas do conhecimento, a passo que, enquanto na primeira década dos anos 2000 havia apenas um estudo com esse fim, na segunda e início de terceira década do século XXI este estudo documentou 64 trabalhos acadêmicos tendo o Catu como *lócus*. Neste sentido, os trabalhos foram categorizados em publicações em: trabalhos (artigos, resumos expandidos e resumos) apresentados e publicados em anais de evento científico (18); artigos publicados em periódicos científicos (16); dissertações (12); livros/capítulo de livro (9); relatórios de conclusão de curso de ensino médio (2); trabalhos de conclusão de curso de graduação (8); e teses (2). Para fins de melhor exemplificar tal afirmativa o quadro 07 foi elaborado contendo as produções em âmbito stricto sensu já publicadas.

Ano	Tipo de publicação	Programa/ Instituição	Título	Autoria
2019	Tese	PPGE/UFPB	Katu: "uma escola com a nossa cara" e seus efeitos políticos na (re)organização de uma escola indígena	Lelis, Creusa Ribeiro da Silva

[76]https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/index.html
[77]https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/Projetos%20de%20extens%C3%A3o%20do%20GP%20-%20MCC.UFRN%202.pdf
[78]https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/Projetos%20de%20extens%C3%A3o%20do%20GP%20-%20MCC.UFRN.pdf

2022	Tese	PPgPsi/UFRN	Processos de alcoolização e atenção psicossocial em uma comunidade indígena potiguar	Barreto, Ivan Farias
2007	Dissertação	PPGAS/UFRN	...Em busca da realidade...: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN)	Silva, Cláudia Maria Moreira da
2010	Dissertação	PPGTUR/UFRN	Turismo no espaço rural e comunidades tradicionais: uma análise das percepções da Comunidade do Catu/RN.	Moritz, Tatiana
2016	Dissertação	PPGH/UFRN	“Nós, os potiguara do Catu”: emergência étnica e territorialização no Rio Grande do Norte (Século XXI)	Silva, Gildy-Cler Ferreira da
2018	Dissertação	PRODEMA/ UFRN	Etnoconhecimento sobre plantas medicinais e inter-relações com o meio ambiente na comunidade do Catu, Canguaretama (RN, Brasil)	Silva, Amanda Stefanie Sérgio da
2019	Dissertação	PPgUSRN/IFRN	Desvendamento das condições de vida e ações de desenvolvimento da comunidade indígena Catu para a sustentabilidade	Filgueira, Paulo Victor da Silva
2019	Dissertação	PROFHISTÓRIA UFRJ/UFRN	A escola que os índios querem: experiência escolar indígena Potiguara no Catu dos Eleotérios em Canguaretama/RN (2009 - 2018)	Cardoso, Halisson Seabra
2019	Dissertação	GEOPROF/ UFRN	A temática indígena na Geografia escolar: proposições de sequências didáticas para o Ensino Médio	Silva, Maria da Conceição da Paz
2019	Dissertação	PPGEd/UFRN	Saberes indígenas, Cultura de Movimento e Interculturalidade: cenários na comunidade do Catu/RN	Medeiros Neto, Carlos Gomes de
2020	Dissertação	PPGCISH/UERN	A vida e o saber entrelaçados: a escola indígena no Katu-RN	Silva, José Alberto da
2020	Dissertação	PROFHISTÓRIA UFRJ/UFRN	"Não há conflito se for feita releitura": a experiência escolar dos Potiguara do Catu no contexto de convivência intercultural numa escola não indígena (Goianinha/RN, 2015-2019)	Santos, Tiago Cerqueira
2022	Dissertação	PPgUSRN/IFRN	Diagnóstico de soluções alternativas coletivas de abastecimento de água em comunidades rurais	Mayer, Juliana de Sousa Lima
2022	Dissertação	PPgPsi/UFRN	Trilhando "caminhos de volta": o que se aprende ao andar na fronteira	Santos, Franciele Alves dos

Quadro 07: Produções em âmbito *stricto sensu* sobre o povo Potiguara do Katu
Fonte**:** Elaboração própria

Ao se observar a figura é perceptível o aspecto multidisciplinar das abordagens assumidas pelos estudiosos que realizam suas investigações científicas junto à comunidade a partir do processo de etnogênese por ela vivenciado. Isso implica considerar que quando se abre as portas para a recepção de visitantes também se

abre a oportunidade para ratificação da fala do povo originário do Catu, por meio de investigações científicas.

4.4.3 A chegada dos visitantes como aporte para a construção do conhecimento sobre si do Povo do Catu

> De vocês eu me despeço
> Dizendo uma coisa exata
> Venha conhecer o Catú
> Passear na nossa mata
> Eu quero lhe encontrar
> La na Festa da Batata
> (Silva (Vando), 2008)

Como visto na seção anterior, de acordo com a fala do povo do Catu, a chegada de visitantes do universo acadêmico teve uma contribuição significativa ao processo de autoidentificação especialmente para os residentes da quarta geração em diante, como é o caso dos percussores Vando e Nascimento. Segundo o primeiro, embora reconhecendo traços tanto de biotipo quanto dos elementos da cultura dos povos originários, as gerações anteriores a dele tem certa dificuldade de se autoafirmar indígena. Baniwa (2006) observa esse fato como sendo uma das seqüelas do período colonial repressivo.

No Catu, a situação é bastante compreensível quando se observa o relato dos entrevistados quanto ao tratamento hostil por eles recebido quando saiam dos limites do povoado. Estes iam do lançamento de materiais no transporte escolar que os levava para estudar fora da comunidade ao uso pejorativo de referências ao local de modo que o uso do termo “catuzeiro”, que é utilizado para designar os nascidos na Aldeia Catu, era feito como uma forma negativa de identificação. Em sua fala “Vando” afirma se sentir muito orgulho de ser identificado por tal gentílico, pois seus ancestrais assim se identificavam.

Este foi um dos cenários abordados por Santos (2020) quando reflete a interculturalidade em uma escola não indígena que tem uma parcela de sua comunidade escolar vinda de um território autoidentificado indígena. O estudo, assim, como muitos outros que tem o povo do Catu como sujeitos de pesquisa levou em conta o novo contexto da historiografia descrito por Apolinário e Moreira (2021) como parte do interesse recente dos estudiosos para uma versão da história para além dos discursos pessimistas e colonialistas. Como o trabalho de Santos (2020) muitos outros estudos que tomam o Catu como *lócus* demonstram que a visita ao território nasce

intimamente relacionada ao processo educativo. Elemento presente até o momento. Percebe-se, portanto que ao ponto que se estuda na comunidade se aprende com ela e se colabora para a efervescência do processo de etnogênese nela existente.

Como visto neste texto, o repertório discursivo que vem sendo construído a partir da fala dos Potiguaras do Katu tem sido determinante para a reescrita da historiografia oficial da presença indígena no RN. É lícito afirmar que não apenas agentes externos têm escrito sobre e com dos Potiguaras do Katu, a própria comunidade tem colaborado para a reescrita sua história, fato deveras relevante como apontado por Scheyvens et al (2021) quando afirma que no século XXI as pesquisas com os povos originários carecem levar em conta sua inserção para além de sujeitos de pesquisa, de modo que se eles não estiverem estudando os elementos de sua ancestralidade estejam ao menos colaborando para tal. O quadro 08 demonstra como isso vem ocorrendo com o povo do Catu.

Ano	Tipo de produção	Vinculação	Título	Autoria
2009	Projeto	Grupo de Estudos da questão indígena do RN	Projeto Povo potiguara Unido	Guerra, Jussara Galhardo Aguirres; Silva, Thaise Campos da Silva; Soares, José Luis; Falcão, Luciano.
2018	Resumo	Secitex/IFRN	Educação, trabalho e territorialidade na prática educativa na escola indígena João Lino da Silva	Cavalcanti, Ivickson Ricardo de Miranda.; Fonseca, Kaya. I.; Oliveira, Meyriane Costa de..
2018	Resumo	Secitex/IFRN	Guia On-line da Comunidade Indígena do Catu dos Eleotérios	Silva, Ageilson de Holanda; Silva Filho, Everaldo da; Gomes, Bianca Alexandria; Ferreira, Flavio Rodrigo Freire; Marinho, Eberton da Silva
2019	RCC Curso Técnico em Eventos	Curso Técnico em Eventos/ IFRN	Eventos culturais indígenas e experiências criativas associadas ao turismo: Planejamento e organização da Festa da Batata da aldeia Catu	Silva, Alexandre Pedro da Silva, Geyson Fernandes da
2020	Livro	PPGAS – PPGH/UFRN	Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte	Cavignac, Julie A.; Alveal, Carmen (coord); Soares, José Luiz; Oliveira, Meyriane Costa de.
2021	Trabalho de	Curso Superior de Tecnologia	Análise do potencial de desenvolvimento do turismo Étnico-	Pimentel, Maria José dos Santos

	Conclusão de Curso	em Gestão de Turismo/IFRN	Criativo na comunidade do Catu dos Eleotérios	
2021	Trabalho de Conclusão de Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo/IFRN	Análise do perfil e da satisfação dos visitantes da aldeia Catu do Eleotérios com a experiência imersiva do roteiro	Arcanjo, Vandregefson da Costa
2021	Trabalho de Conclusão de Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo/IFRN	Percepções e apoio da comunidade local ao desenvolvimento turístico em municípios da Região Geográfica Imediata de Canguaretama/RN	Silva, Geyson Fernandes da

Quadro 08: Produções com autoria dos Potiguaras do Katu
Fonte**:** Elaboração própria

O quadro 08 demonstra o quanto o chamamento para que as pessoas vissem seu modo de viver que vem ocorrendo desde a audiência pública de 2005 tem sido determinante para a autoafirmação da comunidade. Não só os visitantes têm escrito sobre o Catu. Os próprios catuzeiros também o tem feito sobre si. Certamente, esse cenário tem ligação direta com o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) que vem visitando o Catu com o propósito de compreender a indianidade contemporânea no RN. É lícito afirmar, conforme descrito na contextualização desse estudo, que isso tudo também se dá como consequência da série de ações afirmativas que passam a fazer parte da agenda governamental do início do século XXI.

A respeito das IES, a ênfase maior neste sentido fica a cargo da UFRN na primeira década do século XXI e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a partir da implantação da unidade no município de Canguaretama em 2013. Assim, em 10 anos de atuação na Microrregião do Litoral Sul do RN, em suas diversas formas de oferta de ensino, o Campus Canguaretama atendeu 70 residentes da comunidade do Catu. Além de várias iniciativas tanto de pesquisa quanto de extensão. Vale citar o exemplo o da implementação do Programa Saberes Indígenas na Escola[79], juntamente com as ações do Observatório da Diversidade[80] e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)[81] no campus. Tanto a fala dos entrevistados quanto em estudos como o de Silva & Filgueira (2020) demonstram como tais intervenções impactam positivamente na percepção do “ser indígena” do povo do Catu.

Além das iniciativas das IES, o trabalho intercultural das duas escolas da comunidade e mais recentemente as práticas de recepção com fins turísticos e

[79] https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/718
[80]https://docente.ifrn.edu.br/flavioferreira/avisos/conheca-o-observatorio-da-diversidade
[81]https://www.instagram.com/neabicang/

recreativos tem sido determinante para os processos de etnogênese que os Potiguaras do Katu têm vivenciado desde o início dos anos 2000. Sendo, portanto, um dos caminhos encontrados pela comunidade para exercitar sua resistência. Isso, inclusive, tem despertado outros tipos de recepção, como é o caso das emissoras de televisão com o propósito de produção de programas que tenham como pauta a temática indígena no RN[82], bem como, cineastas profissionais a fim de produzir documentários[83] que identifiquem os povos originários no RN. Vale salientar que um dos produtos do presente estudo será uma produção fílmica acerca do processo de levantamento e análise de dados.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do propósito de verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários este capítulo assentou-se numa abordagem qualitativa que abarcou RNL e RSL como estratégia de sistematização de informações, bem como, trabalho de campo compreendendo o uso de estratégias como observação participante, registros fotográficos/fílmicos e realização de entrevistas. Elementos observados por meio da lente foucaultiana nas tecnologias de estatuto de verdade e governo de si e dos outros (Foucault, 1996, 1999, 2010).

A partir dos elementos empregados foi possível perceber que observar as questões relacionadas a etnicidade do Eleotérios do Catu implica em despir-se dos estereótipos que posicionam a figura dos povos originários a uma visão caricata de selvageria e medo. Implica ainda superar expectativas de encontrá-los com características de povos isolados no que se refere a seu *modus vivendi*. Até porque manter um olhar anacrônico neste sentido, significa assumir a posição da historiografia oficial que até meados do século XX afirmava inexistir população indígena no RN deste o século XIX. O dizer de si dos Potiguaras do Katu remete a reconhecer que assim como a realidade do Nordeste brasileiro houve incorporação de práticas discursivas do colonizador, notadamente após a imposição do Diretório dos Índios no século XVIII. Porém, também é pertinente precisar sua resistência em si quando resolve “amoitar-se” e muitas vezes negar sua indianidade para fins de salvaguarda de suas práticas culturais.

---

[82]https://www.youtube.com/watch?v=hNBbwmkPOyo e https://www.youtube.com/watch?v=JF7OTXHjBPc

[83]https://imaginariodigital.org.br/visoes-perifericas/2019/filme/tradicional-familia-brasileira-katu

Uma limitação do estudo foi não ampliar a ausculta da oralidade aos visitantes acadêmicos. Entretanto, vale considerar que todas as 64 obras elencadas na RSL tiveram sua leitura contemplada para elaboração do repertório discurso acadêmico. Fica neste sentido a sugestão que estudos futuros considerem ouvi-los seja por meio de grupos focais ou ainda de entrevistas semiestruturadas. Dentre as contribuições do estudo vale registrar seu uso no sentido de contextualizar de forma explícita a fala do povo do Catu sobre si, bem como, o cenário em que ela se insere. Desta feita, ainda se acrescenta a contribuição do estudo para situar a fala dos residentes no processo de recepção de visitantes a partir de sua própria oralidade que sai do universo tácito e adentra o explícito na construção do conhecimento com o apoio deste texto.

REFERÊNCIAS

Apolinário, J. R., & Moreira, V. M. L. (2021). Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *Sæculum – Revista de História, 26*(44), 281–289. https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.60290

Baniwa, G. d. (2006). *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico.

Carvalho, M. R. de. (1987). *Dicionário tupi (antigo) - português*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia.

Cavignac, J. A. (2010). A etnicidade encoberta: 'índios' e 'negros' no Rio Grande do Norte. Mneme - *Revista De Humanidades*, 4(08). https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167

Diegues, A. C. (2008). *O mito moderno da natureza intocada*. (6a ed.). São Paulo: Hucitec.

Escola Municipal Indígena Alfredo Lima (EMIAL). (2018). Projeto Político Pedagógico. Goianinha: EMIAL.

Escola Municipal Indígena João Lino da Silva (EMIJLS). (2022). Projeto Político

Pedagógico. Canguaretama: EMIJLS.

Faria, I. F. de, Castro, C. C., & Osoegawa, K. D. (2022). Povos indígenas: da negação da identidade e do território ao direito originário à terra no amazonas. *Revista Ciência Geográfica*, 26(2), 926–950. https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2926

Feres Júnior, J., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). História da ação afirmativa no Brasil. In Feres Júnior, J., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). *Ação afirmativa: conceito, história e debates* (p. 65–89). Rio de Janeiro: EDUERJ. https://doi.org/10.7476/9786599036477.0006.

Flick, U. (2013). *Introdução à Metodologia da Pesquisa.* Porto Alegre. Penso.

Fontella, L. G. (2019). O conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidades coletivas. *Revista História Debates e Tendências, 20*(1), 19–35. https://doi.org/10.5335/hdtv.1n.20.10409

Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros: curso no Collége de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2000). O que são as luzes? In FOUCAULT, M. (2000a). *Ditos & Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 335-351). Forense Universitária.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade curso no Collége de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso aula inaugural no Collége de France, 1970*. (3a ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Galeano, E. (2004). *Las venas abiertas de América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI editores.

Guerra, J. G. (2009). Construindo outra história: do silêncio às múltiplas vozes indígenas do Rio Grande do Norte. *XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza - CE - Brasil: Associação Nacional de História. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_a85e687df64b980e0d5831f7c28f3515.pdf

Haesbaert, R (2021). *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografía; Universidade Federal Fluminense. Libro digital, PDF.

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA. (2013). *Plano de manejo - APAPU.* Natal: IDEMA. https://drive.google.com/file/d/1IWOibX7Iym8x5YM2qfBxyW-yVXy6fUKi/view

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras.

Lather, P. (2013). Methodology-21: what do we do in the afterward? *International Journal of Qualitative Studies in Education: QSE, 26*(6), 634–645. https://doi.org/10.1080/09518398.2013.788753

Lessa, R. O. (2014). O sentido da etnografia fílmica compartilhada de Jean Rouch em "Crônicas de um verão". *Cadernos de arte e antropologia, 3*(1), 91–102. https://doi.org/10.4000/cadernosaa.329

Lopes, F. M. (2005). *Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. [Tese de Doutorado em História]. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7480

Lopes, F. M. (1999). As missões religiosas na Capitania do Rio Grande nos séculos XVII e XVIII. In Almeida, L. S. de, Galindo, M. & Silva, E. (edit.). (1999). *Índios do Nordeste*: *temas e problemas.* Maceió: EDUFAL. http://www.etnolinguistica.org/index:almeida-1999-indios

Lira, D. R. de., Oliveira, J. P. F. de., Costa Filho, J. B., Pessoa, K. K. A., Alves, N. J. (2021). *Canguaretama: cidade da gente: estudos regionais: anos finais.* Fortaleza: Didáticos editora.

Medeiros, R. P. de. (2005). Bárbaras guerras: povos indígenas nos conflitos e alianças pela conquista do sertão nordestino colonial. *XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina - PR - Brasil: Associação Nacional de História. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206574_097ffb912f98b77ef3c48fd676516340.pdf

Mendes-Da-Silva, W. (2019). Contribuições e Limitações de Revisões Narrativas e Revisões Sistemáticas na Área de Negócios. *Revista de Administração Contemporânea, 23*(2), 1–11. https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190094

Paula, T. do N. T. de. (2020). Terras do norte: a formação da capitania do Rio Grande

(séculos XVI, XVII e XVIII). *Contraponto - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*, *9*(1). https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/11503/6590

Pinheiro, E. M., Kakehashi, T. Y., & Angelo, M. (2005). O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. *Revista latino-americana de enfermagem, 13*(5), 717–722. https://doi.org/10.1590/s0104-11692005000500016

Peixoto, R. A. (2015). Por Deus, pela Pátria e pelo Rei – Os Holandeses no Rio Grande e a fabricação dos conceitos acerca do espaço na década de 1930. *Revista De História Regional, 20*(2). https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/8111

Peixoto, R. A. (2014). 'Duas Palavras': 'Os Holandeses no Rio Grande' e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. *Revista De História Regional, 19*(1). https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6016

Prefeitura Municipal de Canguaretama. (2019). *Relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no ano de 2018*. Canguaretama: Prefeitura Municipal de Canguaretama. http://topdown.servehttp.com:8080/Transparencia/pmcanguaretama/docs/prestacaocontas/21%20Relatorio%20Circunstanciado%202018.pdf

Puntoni, P. (1999). Apontamentos para o estudo da Guerra dos Bárbaros. In Almeida, L. S. de, Galindo, M. & Silva, E. (edit.). (1999). *Índios do Nordeste*: *temas e problemas.* Maceió: EDUFAL. http://www.etnolinguistica.org/index:almeida-1999-indios

Rio Grande do Norte. (2013). *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte –RN Sustentável: Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN.* Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/documentos/arquivo/5a93845dbf3bdbba95dac37b5a2115e6.pdf

Santos, M. do C. R. da C. F. dos (2018). O Constitucionalismo Pluralista do Bem Viver: a reação latino-americana ao paradoxo do desenvolvimento. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, 12*(1). https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15983

Santos, T. C. (2020). *"Não há conflito se for feita releitura": a experiência escolar dos Potiguara do Catu no contexto de convivência intercultural numa escola não*

indígena (Goianinha/RN, 2015-2019). [Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/30047

Scheyvens, R., Carr, A., Movono, A., Hughes, E., Higgins-Desbiolles, F., & Mika, J. P. (2021). Indigenous tourism and the sustainable development goals. *Annals of Tourism Research, 90*(103260), 103260. https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103260

Silva, C. M.M. da. (2007*) ...Em busca da realidade... : a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN).* [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social]. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12251

Silva, D. J. de S. (2016). Movimento indígena latino-americano: uma primeira revisão da literatura. *Revista Geográfica Acadêmica, 10*(2), 154–163. https://revista.ufrr.br/rga/article/view/3812

Silva, V. A. da. (Vando). (2008). O Catu de ontem e de hoje. In Silva, V. A. da. (Vando). & Soares Filho, M. S. (Nascimento). (2008). *Minha vida do passado e O Catú de ontem e de hoje: projeto Xilogravura Catú.* Natal: Banco do Nordeste/Gráfica Manimbu.

Silva, V. P. & Filgueira, P.V. S. (2020). Participatory rural appraisal to assess sustainability in the Catu indigenous community, Rio Grande do Norte, *Brazil. Research, Society and Development*, 9(7), 1-26. https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3791

Soares Filho, M. S. (Nascimento). (2008). Minha Vida do Passado. In Silva, V. A. da. (Vando). & Soares Filho, M. S. (Nascimento). (2008). *Minha vida do passado e O Catú de ontem e de hoje: projeto Xilogravura Catú.* Natal: Banco do Nordeste/Gráfica Manimbu.

Suficier, D. M., Azadinho, M. P. M., & Muzzeti, L. R. (2020). Exigências legais para a atuação de professores nos anos iniciais do ensino fundamental (1996-2019). *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 1461–1473. https://doi.org/10.22633/rpge.v24i3.13597

Svampa, M. (2016). Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: Dilger, G., Lang, M., & Pereira

Filho, Jorge (Orgs.) (2016). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.

Oliveira, L. A. de. (2010). O teatro da memória e da história: alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Cunhaú - RN. *Mneme - Revista De Humanidades, 4*(08). https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/168

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2009). *Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas: perguntas e respostas.* (2a ed.). Rio de Janeiro: UNIC; Brasília: UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000185079

Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2011). Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. (5a ed.). Brasília: OIT.
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf

5 CAMINHOS DA RESISTÊNCIA: A RECEPÇÃO DE VISITANTES COMO PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA À VISIBILIDADE DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO RIO GRANDE DO NORTE/RN, BRASIL

Resumo: Compreender a recepção de visitantes como uma prática social que ratifica o discurso de resistência dos povos originários abre espaço para a compreensão do fenômeno turístico por meio de inserção da dimensão política como perspectiva de análise. Assim, este estudo analisa a recepção de visitantes como um elemento de visibilidade e resistência por parte da comunidade Potiguaras do Catu no Estado do Rio Grande do Norte (RN)/Brasil. Para tanto, foi necessário percorrer diversos caminhos indo desde levantamento bibliográfico físico e na World Wide Web (WWW), à observação em mídias sociais e participante *in loco* por meio da vivência das experiências ofertadas na comunidade. Os resultados apontaram que há uma articulação de alguns grupos residentes que traz em seu bojo o discurso da existência de povos originários no RN, contradizendo, inclusive, aos discursos hegemônicos, da promoção institucional do turismo no estado, localizando, portanto, o ato de recepcionar como um discurso político de resistência.

Palavras-Chave: Povos originários, Resistência, Turismo, Potiguaras do Catu.

PATHS OF RESISTANCE: THE RECEPTION OF VISITORS AS A DISCURSIVE SOCIAL PRACTICE TO THE VISIBILITY OF THE FIRST NATIONS IN RIO GRANDE DO NORTE (RN), BRAZIL

Abstract: By understanding visitor reception as a social practice that ratifies the resistance discourse of the first nations, it makes room to analyze tourism from a political lens. This study examines visitor reception as an element of visibility and resistance among the Potiguares do Catu community in the state of Rio Grande do Norte (RN), Brazil. To that end, several methods were followed, including a literature review on the World Wide Web (WWW), a review of social media, and participant observation of various experiences offered in the community. Results reveal that there is a movement among some resident groups, who, at their core, defend the existence of first nations in RN, thereby contradicting the hegemonic discourses of the institutions responsible for promoting tourism in the state. Therefore, the act of welcoming becomes a political discourse of resistance.

Key words: First nations, Resistance, Tourism, Potiguaras do Catu.

5.1 INTRODUÇÃO

A partir de uma perspectiva ampliada, a observação do constructo em relação aos povos originários possibilita constatar que o lugar-comum do discurso, vias de regra, dá conta de sua existência a partir do olhar eurocêntrico, como consequência da expansão ultramarina europeia. Isso se dá em razão do fato da difusão da necessidade de exercício cultural universalizante, onde os povos pretéritos à chegada europeia, notadamente na América Latina, foram alvo de políticas assimilacionistas e de invisibilização (Baines, 2009). O agravante ainda é maior quando tal fato é tratado somente numa lógica de passado, pois, tem-se mais um reforço ao projeto histórico de apagamento e silenciamento dos povos originários. Castro (2017, p.193) destaca que “Os povos indígenas originários viram cair-lhes sobre a cabeça uma “Pátria” que não pediram, e que só lhes trouxe morte, doença, humilhação, escravidão e despossessão”.

Sendo o turismo um fenômeno que se apresenta historicamente à esteira do processo civilizador eurocêntrico, cabe destacar, que sua organização produtiva convencional vai assimilar tais elementos em sua constituição. Quando reflete a virada do olhar para os estudos críticos em turismo, Chambers (2007) traz a necessidade de ampliação do foco da pesquisa em turismo para questões teóricas e filosóficas mais amplas que contemplem os pressupostos ontológicos da realidade analisada, uma vez que ao considerar abordagens construtivistas/interpretativas o sujeito na posição de analista da realidade turística participa do entendimento de que esta perspectiva é plural, e que, portanto, não se pode incorrer no equívoco analítico de buscar realidades únicas acerca de suas práticas sociais discursivas.

Assim, este estudo propõe analisar como a recepção de visitantes se constitui num elemento de visibilidade e resistência por parte da comunidade Potiguaras do Catu no Estado do Rio Grande do Norte (RN)/Brasil, frente ao apagamento proporcionado pelas fontes históricas oficiais. O texto está estrurado em duas etapas. Na primeira se discute a criticidade de pensamento e como a práxis do turismo se insere neste cenáro. Na segunda se analisa a relação de tais elementos com os resultados alcançados a partir da observação da realidade presente na recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu.

5.2 SABEDORIAS INVISIBILIZADAS COMO APORTE PARA A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO

5.2.1 Lapidando o olhar para os povos originários e suas cosmovisões

Um dos elementos do apagamento do saber tradicional reside nas leituras equivocadas do que venha ser o povo originário, uma vez que se questiona sua forma de ser/existir quando esta se adequa aos padrões eurocêntricos historicamente impostos, seja no seu modo de falar, de vestir, ou habitar, por exemplo. Nos tempos atuais, um exemplo do protagonismo dos povos originários é a posição de alguns povos considerados "extintos" lutando pelo ancestral direito à terra e suas práticas culturais.

Infelizmente, se questiona a originalidade dos povos e seus saberes tradicionais associando estereotipadamente a necessidade do viver associado a uma ideia fixa da posição indígena cristalizada pela historiografia oficial. O processo histórico de apagamento e silenciamento dos povos originários, colocando-os numa posição fixa de passado resultante de um processo de integração/assimilação a uma única nação. Os desdobramentos disso tudo são extremamente nocivos num contexto de luta por visibilidade. Perceber o bem viver indígena é compreender uma lógica de mundo diferente do paradigma antropocêntrico hegemônico. São outras filosofias de existência onde o respeito, a gratidão, e o viver no presente se fazem essência do existir.

Como exemplo dessa fala, se traz o olhar que se dá ao tempo de infância do povo Guarani[84]. Na infância guarani a liberdade e autonomia das crianças/adolescentes é percebida nas várias fases de sua educação. Não se educa para o "sucesso", mas, para aproveitar o tempo presente, onde os conhecimentos são construídos/registrados por meio da oralidade e das vivências cotidianas. Ao observar tais questões sob a ótica eurocêntrica, é possível situá-las num cenário de racismo/sexismo epistêmico. Sair desta lógica tem sido um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. As práticas discursivas institucionais ratificam a ideologia da inexistência de povos originários. As epistemologias dos povos

[84]“Conhecer as comunidades Guarani e considerar o que diferencia a sua concepção de mundo da cosmologia ocidental moderna que predomina entre os não-indígenas assinala, ao mesmo tempo, que o *com* da com-vivência aponta também para “um mundo compartilhado”” (Bergamaschi, 2013, p. 225).

originários trazem consigo a possibilidade de reduzir a "branquitude" epistemológica, especialmente quando se reconhece a potência da oralidade. Isso implica pensar/assumir que a educação eurocêntrica é disciplinar, higienista, universalizante e invisibilizante, sendo por si só, o primeiro passo para perceber a importância interdisciplinar de ruptura metodológica. Cumpre, portanto, destacar que empreender ações de tamanha envergadura trazem consigo o imperativo de desconstrução/reconstrução de premissas preestabelecidas na historiografia oficial. Sendo necessário um olhar holístico daqueles que se propõe a pesquisar, independente da área de formação/atuação quer sejam as propedêuticas ou técnica/tecnológica/profissionalizante.

Quando Maffesoli (2001) traz as inquietações para se vê o mundo com outros olhos faz o sujeito refletir sobre verdades. Ao apresentar a reflexão sobre o ‘estatuto da verdade’ Foucault (1999) faz seu leitor pensar e se posicionar sobre os dizeres da historiografia oficial e os silenciamentos que ali estão sepultados. Receber os discursos dos povos originários requer, antes de tudo, ao não indígena despir-se daquilo que o discurso ocidental apresenta como conhecimento. Implica em perceber a realidade para além da branquitude e desvelá-la do romantismo e folclorização/fetichização da historiografia oficial. Nisso, cumpre frisar que, ao não indígena, cabe posicionar-se não apenas como não racista, mas, como antirracista. E isso se dá por meio do reconhecimento da legitimidade da retomada dos direitos ancestrais, sendo este, portanto, um mecanismo de avivamento da pluralidade dos povos originários como forma de se contrapor ao seu histórico processo de silenciamento e invisibilização.

Assim quando assume o termo povos originários, na perspectiva da antropologia social, no *estudo De la “industria del piquete” al “paraíso verde”: Turismo y pueblos originarios en un municipio del norte argentino*, Benedetti (2019) afirma que seu uso está intimamente ligado à mudança da negação ou assimilação de identidades étnicas em conjuntos nacionais. Entendimento que corrobora com o entendimento de Krenak (2019) ao utilizar o termo como uma forma de honrar a ancestralidade desses povos, apontando questionamentos acerca da resistência e dos desafios por eles enfrentados para lidar com a colonização. Assim, ainda na perspectiva de Benedetti (2019), considerando o turismo enquanto elemento mercantil, essa adoção faz com que os sujeitos na condição de povos originários saiam de seu lugar subordinado da herança indígena na construção da identidade

local, uma vez que a relação entre identidade étnica[85] se sobrepõe a noção de mercantilização.

5.2.2 Resistir para (re) existir: um exercício diário

Taussig (1993) apresenta elementos da relação violenta entre o colonizador e os indígenas da Colômbia, uma trama entre exploração, morte e sabedorias de cura na região de Putumayo. Neste livro as formas de se relacionar com o mundo demonstram a forte discriminação entre as culturas pela forma de pensar entre colonizadores e indígenas. A simplificação, a invisibilidade e as distorções direcionadas aos povos originários pelo colonizador, pela ciência e pelos olhos da mundialização, como acontece em algumas instituições, por exemplo, torna menos capilar, a cada dia, a relação da sociedade com as práticas e hábitos originais de seu lugar.

A invisibilidade sobre a importância dos povos originários na preservação dos biomas e da sabedoria secular ancestral, construída por séculos, se concretiza na destruição das florestas que vem causando mudanças na biosfera. Essa relação dos povos originários com a floresta deve despertar um novo olhar sobre as práticas econômicas em seus territórios, à exemplo do turismo. Vale salientar que o cenário de desrespeito aos saberes e práticas indígenas se constitui no processo cruel que marca negativamente a relação exploradora dos europeus contra as sociedades nativas, originárias, e seus espaços. Cumpre aqui citar as explorações minerais ilegais em terras indígenas Yanomamis[86], a expulsão dos povos guaranis de suas terras por grileiros e o avanço do desmatamento em solo brasileiro[87]. Outro exemplo, são as mineradoras em terras indígenas do povo Krenak[88] que fazem sucumbir os rios. O que não é diferente nas terras indígenas do Estado do Rio Grande do Norte (RN), à exemplo da população indígena Potiguaras do Katu que sofre com o avanço da monocultura da cana-de-açúcar[89] entre os municípios de Canguaretama e Goianinha.

---

[85]Noção relacional de afirmação política perante o outro que reivindica direitos coletivos (Cardoso de Oliveira, 1976).
[86]https://www.camara.leg.br/noticias/898328-terra-yanomami-e-palco-de-tragedia-humanitaria-dizem-especialistas/
[87]https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ms-povos-indigenas-guarani-kaiowa-lutam-por-demarcacao-da-ti-guyraroka/
[88]http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=583
[89]https://saibamais.jor.br/2023/04/nosso-povo-era-dado-como-extinto-cacique-luiz-katu-fala-da-luta-por-visibilidade-demarcacao-e-contra-ameacas-aos-territorios-indigenas-no-rn/

Caso também evidente nas terras indígenas de Trabanda[90], na localidade de Sagi, município de Baía Formosa.

Esse cenário traz consigo a negativa herança do processo de colonização. Entretanto, cumpre frisar que tal evento carrega em si a resistência dessas populações, pois como destaca Foucault (1999) no poder há em si uma produção de resistência. É possível afirmar que atualmente, ainda é a colonização, travestida de diferentes formas, a maior expressão de exploração do homem sobre o homem. Como sequela desse momento histórico emergiram fortes fragmentações na sociedade. Rompeu-se as formas de pensar em favor da hegemonia de uma única cultura; destruiu-se a diversidade para impor uma monocultura do pensar; reduziu-se as múltiplas manifestações da vida à uma vida pragmática; supervalorizou-se o econômico, em detrimento do espiritual; impôs-se sua língua, seus costumes, suas ideias e puniu-se a quem resistiu. Expulsando, castigando e exterminando nações inteiras; distorcendo a história e ocultando saberes.

Ao conhecer os processos históricos e colher informações que apresentam de longe os ataques sofridos pelos povos nativos é possível apreender a dinâmica que levou aos nativos e, consequentemente, sua forma de ver o mundo, serem empobrecidos e negados. A inquisição perversa da ciência é o segundo momento de interdição dos saberes dos povos originários. Após séculos de colonização, marcada pela catequização, apropriação de saberes e recursos e de outras formas sutis de dominação e imposição de um discurso único, de modo que o pensamento moderno e as ideias da ciência prevaleceram, no século XIX, marcado pela abertura e redução do isolamento dos conhecimentos.

Como consequência desse tempo, se expressa o aprisionamento do pensamento em uma monocultura mental, como explica Vandana Shiva (2003). Na compreensão de Shiva (2003), o aprisionamento e a domesticação do pensamento alienam consciências, ameaçam as diversidades culturais e naturais, já que o desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento de alternativas. Adjetivos como “primitivos” e “anticientíficos” são usados para desqualificar os saberes locais, promovendo sua deturpação (Shiva, 2003). Logo, “o primeiro plano da

[90]https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/12/no-rn-empresa-invade-terras-onde-indios-plantam-proprio-alimento.html#:~:text=Uma%20empresa%20de%20cana%2Dde,Formosa%2C%20no%20Litoral%20Sul%20potiguar.

violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber" (Shiva, 2003, p. 22). Submetidos ao esquecimento e distorcidos diante das regras científicas vigentes, saberes ancestrais desenvolvidos entre diferentes povos nativos e tradicionais são tidos como ultrapassados, sem valor para pensar a existência.

Inicia-se, então, ora uma europeização, ora uma americanização do mundo. A ciência passa a buscar comprovações e interpretações dos fenômenos por meio de procedimentos tidos como neutros, reveladores de verdades. Aos poucos, todo conhecimento que guiou o homem e suas atividades nas sociedades anteriores ao surgimento da ciência moderna, passou a ser desclassificado e adormeceu nas sociedades atuais. Na contramão dessa manipulação do conhecimento científico, temos estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, entre os quais Lévi-Strauss (2012), Morin (2008), Shiva (2003), Munduruku (2017), que postulam sobre a importância da busca pelo aprendizado a partir de outras referências que não só as ocidentais.

Pensar sobre a condição humana a partir do diálogo com reservas antropológicas de pensamento tem sido também uma das preocupações de Edgar Morin. Ao escrever a obra *Para um pensamento do sul* (2011), o autor diz que é necessário bricolar diferentes heranças culturais, mediterrâneas, africanas e sul-americanas. Essas reversas de pensamento comportam modos míticos que integram o cosmos e a natureza. Tradições que podem ensinar a integrar e não destruir, dando atenção aos múltiplos saberes sobre os reinos vegetal, animal e mineral (Morin, 2011).

O filósofo e educador indígena Daniel Munduruku, afirma que em seu povo a memória os remete ao princípio de tudo, lembra que são apenas um fio na teia da vida. Ao lembrar que são parte de um todo os impedem de se acercarem da vida ególatra nutrida pelo Ocidente. Na cultura Munduruku a memória é um método educativo que prepara as crianças e jovens para viverem integralmente os valores inscritos em suas tradições ancestrais (Munduruku, 2012). Essas sabedorias ancestrais possuem um caráter multidimensional - físico, metafísico, biológico, ecológico, material e imaginário.

Morin (2013) é incisivo ao explicar que o pensamento ocidental faz com que aflore o lado sombrio do individualismo, revelando no egocentrismo a ânsia por lucro. É esta globalização tecno-econômica que impede a emergência de uma sociedade mundo que conecte além do mercado, as solidariedades multiculturais. É necessária

uma política de civilização para reverter a hegemonia, explica Morin (2013), e que possa restaurar as antigas solidariedades destruídas pela ocidentalização e globalização. O diálogo com as reservas de pensamentos inscritas em sabedorias ancestrais multidimensionais, pode contribuir para a abertura de horizontes de uma vida sustentável, de indivíduos responsáveis diante de si mesmo e diante de uma comunidade em permanente partilha fraterna.

"ko yvy oreko hara", "Ao pé da letra", significa, na língua Tupi-Guarani, "*Esta terra tem dono"*. A tradução não está direcionada apenas ao território, nem expressa a ideia de propriedade (conceito imposto pelos europeus). Foi um grito contra a colonização do pensamento que viria com a invasão dos europeus, assim como ocorreu nas diversas culturas nativas existentes no Brasil nos séculos passados. Essa foi a frase proferida pelo guerreiro indígena Sepé Tiaraju diante da invasão dos colonizadores à sua comunidade nativa. A frase refere-se também à proibição da língua, somado à repressão aos hábitos, às práticas e aos inúmeros elementos da cultura nativa. Apesar de não ter impedido o massacre contra seu povo, a exemplo dos povos guaranis e de tantos outros, as palavras do guerreiro indígena provocam a pensar acerca da tomada de consciência da potência dos saberes que existem ainda na América Latina.

Reconhecer os pensadores da floresta que conhecem a floresta, as espécies de fauna e flora, os espaços sagrados, as representações, os saberes; acolher aqueles que sentem e vivem o ciclo da vida, a dimensão espiritual em todos os seres, mas que também sofrem com a poeira do solo desmatado, a falta da água represada, a lama liberada das mineradoras e o alimento contaminado por agrotóxicos. Foi, é e sempre será necessário resistir. Discutir essas questões implica em considerar as mais diversas esferas etimológicas do resistir, ou seja, do "ficar firme"/"aguentar". Isso significa refletir que, em linhas gerais, tudo que existe esforça-se para continuar existindo de modo que esse esforço vai gerar em si uma resistência àquilo que porventura vier a opor-se a tal. Observar esse pressuposto vai levar a percepção de que a resistência é uma máxima presente tanto nos processos naturais quanto sociais.

Do ponto de vista social é possível considerar que a resistência sempre ocorreu, desde a primeira sociedade nativa até as sociedades urbanas atuais, seja contra a colonização, seja contra a monocultura do ser, seja contra a invasão dos corpos e das ideias. Haverá sempre núcleos de solidariedades que compartilham de um pensamento aberto que dissolve barreiras para construir pontes. Esse

entendimento encontra na discussão de Foucault (1988, p. 91) caminhos para refletir que a resistência advém “das relações de poder, do papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão”. Isso implica considerar que a resistência é plural e que embora seja um processo de oposição, ela não se encerra nisso. Haja vista que na resistência a sociedade muitas vezes se redesenha atravessando os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles.

Lévi-Strauss, no livro *De perto e de Longe* (1990), em entrevista à Didier Eribon, fala que “o colonialismo foi o maior pecado do Ocidente” (1990, p. 198) referindo-se não só aos aspectos de destruição da pluralidade das crenças, mas também em relação à tradução e a observação que se faz dos povos indígenas, por exemplo, onde se perde vários aspectos de sua riqueza no processo de fragmentação. É necessário co-criar com a natureza por meio de um mundo sem bordas, em várias direções, e sem prisões (Almeida, 2017). Acolher modos de pensar e viver “que se organizam por princípios, valores e práticas diversas, distintas e complementares (...) capacidades criativas de regeneração da diversidade cultural” (Almeida, 2017), sendo então uma via para pensar e agir no mundo que tende a reorganizar a humanidade, estando os saberes indígenas neste “cardápio” de experiências que requer disseminação e ampliação. É urgente e necessário o aprendizado à resistência indígena, ouvir suas posições discursivas e conhecer suas práticas para ser possível conhecer suas formas de ver o mundo, seja através do turismo ou nas diversas interações em que se tornem visíveis.

5.2.3 O turismo enquanto elemento da ordem produtiva e a necessidade do olhar para o fenômeno

O cenário no qual se inserem as viagens turísticas, como entendidas atualmente, surge no início do século XX numa realidade compreendida por Elias (2011) como de competição pelos meios de consumo e produção. É neste cenário turbulento de controle econômico sob a lógica do capital internacional que o turismo se apresenta como um dos elementos reprodutores do processo civilizador imperialista orquestrado pela lógica neoliberal e difundido sob a perspectiva mercadológica. Figueiredo & Ruschmann (2008) afirmam como características da viagem turística a aventura e a curiosidade. Boyer (2003) classifica o fenômeno como prática elitista alicerçada no desejo de ser feliz a partir da dicotomia campo/cidade,

ainda como forma de diferenciação da nobreza em relação a burguesia. Krippendorf (2001) elucida que apesar de tais processos migratórios remeterem-se a realidades advindas do século XIX, foi no período pós-guerras que eles se intensificam, sob a ótica do sistema econômico industrial. Neste contexto, de acordo com autor, implica afirmar que as viagens fazem parte de um círculo vicioso de fuga do cotidiano, sendo parte do processo produtivo.

Isso fez com que a partir da década de 1980 o foco do Estado reverberado nas políticas de governo reduzisse o olhar para o turismo enquanto segmento da cadeia produtiva com foco nas pesquisas de mercado e na estruturação do marketing de operações por meio do estímulo à criação de corporações ou acordos comerciais com provedores externos (Dredge & Jenkins, 2011). Moesch (2004) reflete que isso limitou o conhecimento sobre a essência do fenômeno. Sob essa ótica, a intervenções turísticas nada mais são que uma “invenção” de lugares que reproduzem as práticas historicamente construídas (Boyer, 2003). Tal fenômeno se expande exponencialmente como parte das transformações oriundas do processo de mundialização. Na perspectiva de Almada (2018) o espaço geográfico produzido a partir do final do século XX, seguiu às imposições da competitividade em escala global. No turismo isso se manifesta por meio da adoção de estratégias para a criação de novos espaços, bem como, a refuncionalização dos existentes. Em razão da dinâmica do fenômeno, a produção e o consumo do espaço se tornam algo extremamente complexos, pois, por tratar-se de um segmento do setor produtivo, quando se pensa em políticas públicas para o setor não se pode deixar de referenciar as premissas neoliberais no sentido de se fortalecer o empreendedorismo dos locais. Fato que pode ser visualizado na perspectiva da competitividade dos destinos turísticos.

Na utilização do espaço pelo turismo não se compreende determinadas lógicas de distribuição como, por exemplo, a noção de rural e urbano, natural e cultural, real ou simulado (Paiva e Comin, 2013). Considerando o fenômeno e reconhecendo-se a ultrapassagem da visão acrítica, Anjos e Limberger (2013) trazem a prática turística assentada nos diversos atores sociais como condição *sine qua non* para a área do planejamento e da gestão do espaço turístico, uma vez que são nestes espaços onde o turismo é criado e praticado, ou seja, onde ocorre seu planejamento e gestão. Assim, para entender o turismo como fenômeno complexo é preciso ir além dos discursos governamentais., Binfaré (2018) afirma que não se pode pensar o turismo

hipermoderno[91], somente sob a perspectiva de bases conceituais atreladas à métodos de investigação e análise que se restringem a segmentação de um mercado fluido, uma vez que tais modelos reproduzem fórmulas implementadas em realidades distintas e não são condizentes com a experiência turística real do sujeito que a realiza.

É neste sentido que Almeida et al. (2015) discutem a necessidade da realização de estudos que abordem a metodologia qualitativa como forma de maior conhecimento e compreensão do tópico a partir de estudos longitudinais. Almada (2018) reflete que este cenário abre espaço para o surgimento de um par dialético onde se visualize outro tipo de indivíduo praticante do turismo, o sujeito que busca o diferente, que queira viver sensações para além dos simulacros, por meio de experiências reais que não sejam a reprodução de um folheto criado pelo mercado para anunciar sonhos e desejos, buscando a viagem turística como um meio de aprendizado. Uma forma de tornar isso possível seria sair do discurso dominante da modernização e da produção do conhecimento, dando voz às comunidades marginalizadas e oprimidas pelo turismo mercadológico; e identificando os discursos alternativos de desenvolvimento turístico nas fontes de resistência social (Fazito, 2015).

É válido retomar que as práticas turísticas convencionais se caracterizam como um fenômeno constituído ao longo do século XX, notadamente, a partir da sua segunda metade. Um dos elementos chave para o estímulo aos deslocamentos está nos atributos naturais das localidades turísticas, o que faz com que em determinadas regiões, a presença do turista seja em razão destes. Quando se fala em atributos naturais vem à baila o discurso dos espaços naturais protegidos. Estes se inserem no cenário que traz como desafio à humanidade criar mecanismos que possibilitem sua convivência harmônica com a natureza. Quando se trata do desenvolvimento do turismo nestes espaços tais necessidades são ampliadas, no que compete ao reconhecimento e visibilidade para aqueles que Krenak (2019) chama de sub-humanidade, que por não adotarem o discurso do “ser civilizado” tem seus saberes e vivencias ignorados pelas estruturas historicamente construídas.

[91]“compreendidos a partir dos seus elementos característicos como o deslocamento, temporalidade, motivação e a experiência” (Idem, p. 153).

5.3 PERCURSO METODOLÓGICO

O capítulo se divide em três etapas. A primeira trata do levantamento bibliográfico e documental tomando como mote as unidades de pesquisa: povos originários e suas cosmovisões, resistência e perspectiva crítica do turismo. Tais elementos são observados por meio de um olhar direcionado à discussão do planejamento e gestão do turismo como um elemento de visibilidade e resistência de povos indígenas. Posteriormente, a lente é direcionada ao *lócus* investigação. Num primeiro momento o olhar se direciona ao uso de mídias sociais, como forma de captar a comunicação dos atores locais por meio de perfis que comunicam a prática de recepção na rede social Instagram. Flick (2013) classifica como internet 2.0, onde é possível se utilizar de novas formas de comunicação, como por exemplo, o uso de georreferenciamento e mídias sociais. Neste aspecto, foram considerados como sujeitos, os responsáveis por perfis de divulgação das atrações da comunidade na citada rede social.

Além disso, o estudo também contempla a incursão *in loco* cujo levantamento empírico se dá por meio de anotações, registros fotográficos, bem como, da observação participante com a realização do recurso chamado de etnografia fílmica (entre outubro de 2021 e setembro de 2022), que consiste em realizar o registro audiovisual das práticas e vivências cotidianas da comunidade interlocutora (Goulart, 2007), de modo a investigar como o protagonismo dos povos originários a partir da recepção de visitantes se constitui um elemento de visibilidade e resistência por parte da comunidade Potiguaras do Katu. É importante salientar, que em razão do processo adotado para a construção do estudo as etapas não se encerram em si, e que, ocorrem, de modo concomitante, para que potenciais ajustes possam ser considerados na medida em que foram necessários, garantindo que não se comprometa o produto ao final da pesquisa.

5.4 A RECEPÇÃO DE VISITANTES COMO ELEMENTO DE RESISTÊNCIA

5.4.1 A resis(exis)tência dos Povos Originários no Rio Grande do Norte

Em momento anterior deste texto foram apresentadas as perspectivas de Benedetti (2019) e de Krenak (2019) para discutir a admissão do termo povos

originários. A fala deles denota o entendimento latente da resistência como mecanismo político para assegurar a presença ancestral daqueles que habitaram originalmente os espaços assumidos pelo processo de colonização. À época da invasão (grifo nosso) os dados estimam que na Pindorama[92] habitavam pelo menos 5 milhões de pessoas, na ocasião da chegada da expedição portuguesa, no ano de 1500 (Baniwa, 2006). Esse contingente populacional estava reduzido a pouco mais de 896.000 pessoas em 2010 (IBGE, 2013), o que significa que muitas coisas ruins atingiram os povos originários ao longo de pouco mais de 500 anos do "descobrimento" (Baniwa, 2006). O Nordeste brasileiro, em razão da sua localização geográfica de proximidade com a Europa é uma das regiões com maior reminiscência da invisibilidade indígena, resultante dos inúmeros conflitos para a ocupação do território. Santos (2021, p. 336) afirma que "apesar de sermos criminalizados, atacados, feridos, presos e mortos, fazemos a Autodemarcação dos nossos Territórios através de Retomadas". Tal posicionamento de resistência se deve à ausência do Estado em fazer cumprir os princípios constitucionais, notadamente os artigos 231 e 232 da República Federativa do Brasil[93].

É neste cenário que se insere a discussão da resistência dos povos originários no RN, estado do Nordeste brasileiro, uma vez que a memória registrada em sua historiografia tradicional-oficial tem alimentado um ideário de "inexistência" de população indígena (Guerra, 2009). De uma forma ampliada, ao se observar tais questões, é possível situá-las num cenário de racismo/sexismo epistêmico, que segundo Grosfoguel (2016) se configura como um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2013) afirma inexistir no RN População Indígena, por localização do domicílio e percentual nas Terras Indígenas[94], segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. Entretanto, de acordo com pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de Antropologia da UFRN, no estado há 17 comunidades declaradas: Tapuia Paiacu (Apodi), Caboclos (Assu), Sagi (Baia Formosa), Sagi Trabanda (Baia Formosa), Jacu (Baía Formosa), Catu (Canguaretama/Goianinha), Rio dos Índios (Ceará-Mirim),

[92]Designação dada ao Brasil pelas populações dos Andes e dos pampas. https://dicionario.priberam.org/pindorama

[93]https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988
https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643425/artigo-232-da-constituicao-federal-de-1988

[94]A categoria "Terra Indígena" (TI) é utilizada pela FUNAI para oficializar terras homologadas pelo Estado.

Cachoeira/Nova Descoberta (Jardim de Angicos), Amarelão (João Câmara), Marajó (João Câmara), Açucena (João Câmara), Serrote de São Bento (João Câmara), Santa Teresinha (João Câmara), Lagoa do Mato (Macaíba), Ladeira Grande (Macaíba/São Gonçalo do Amarante), Lagoa de Tapará (Macaíba/São Gonçalo do Amarante) e Amarelão Novo (Natal).

Isso se ratifica em consulta ao Sistema Indigenista de Informação (SEI)[95] da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) onde é possível constatar que atualmente no RN, existem terras em processo de estudo de delimitação com fins de demarcação, como é o caso das populações residentes na Microrregião do Litoral Sul do RN[96], a citar Sagi/Trabanda no município de Baía Formosa (processo 08620.009557/2017-77 que coloca a terra na situação Jurídica em estudo) e Eleotérios do Catu nos municípios de Canguaretama e Goianinha (processo 08620.014669/2018-21, solicitando o início dos trabalhos para Identificação e Delimitação de Terras Indígenas). Sendo o segundo território o *lócus* deste estudo, na seção a seguir será detalhado um olhar para o turismo para além do discurso hegemônico produtivo situando as práticas de recepção do Catu como elementos de visibilidade aos povos originários do RN.

5.4.2 Os povos originários no RN a partir do discurso apresentado na recepção dos visitantes na Comunidade do Catu: algumas observações no campo

Observar o turismo a partir da recepção dos povos originários faz parte do processo de reconhecer as limitações do atual formato de planejamento e gestão, cujos vieses se concentram em questões que vão da estrutura à processos técnicos da operação gerencial perpassando por entraves financeiros e sociopolíticos. A partir das cosmovisões indígenas associadas ao Bem Viver, que veem o planeta Terra como um organismo vivo, cuja essência de vida está pautada na ancestralidade dos povos originários (Krenak, 2020), levantar essas questões a partir do fomento de práticas turísticas traz consigo a necessidade de enxergá-lo além da definição atividade, avançando à perspectiva do objeto enquanto fenômeno.

[95]http://sii.funai.gov.br/funai_sii/index.wsp
[96]https://portal.ifrn.edu.br/campus/canguaretama/observatorio-da-diversidade/documentos-sobre-a-diversidade/caracterizacao-dos-municipios/view

O Território Indígena Potiguaras do Katu, localizado na Microrregião do Litoral Sul Potiguar numa área que compreende espaços tanto do município de Canguaretama quanto do município de Goianinha no estado do Rio Grande do Norte (RN). Registros do PEC dão conta de 913 cidadãos vivendo na comunidade, somados os municípios de Canguaretama e Goianinha. As lideranças da comunidade indicam que ali vivem em torno de 300 famílias, destes em torno 700 habitantes se autodeclaram indígenas e 200 não indígenas. Dependendo da liderança consultada esse discurso pode variar um pouco, dado que somente poderá ser verificado após a divulgação dos números oficiais do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2022. Fato que não difere muito da realidade de autoafirmação étnico-racial dos brasileiros, uma vez, que estes números vão se alterando a medida em que os cidadãos vão auto-reconhendo sua ancestralidade. O espaço citado também se insere na Unidade de Proteção (UC) estadual Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU), conforme apresentado na figura 36.

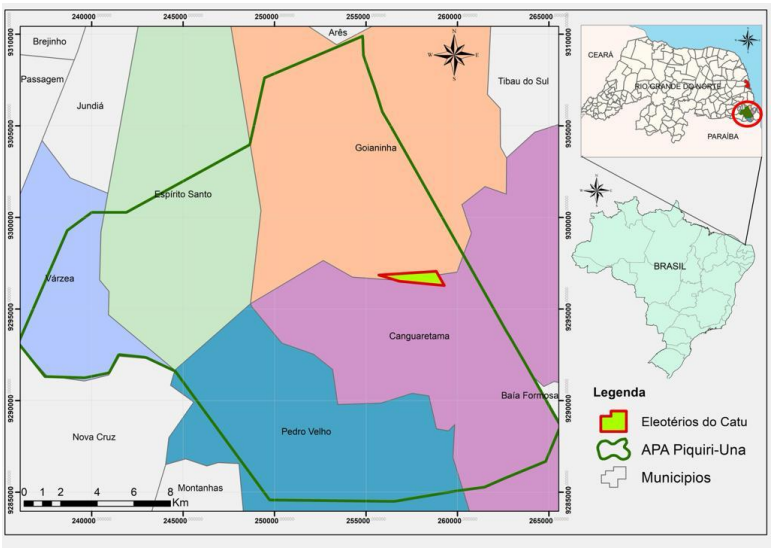


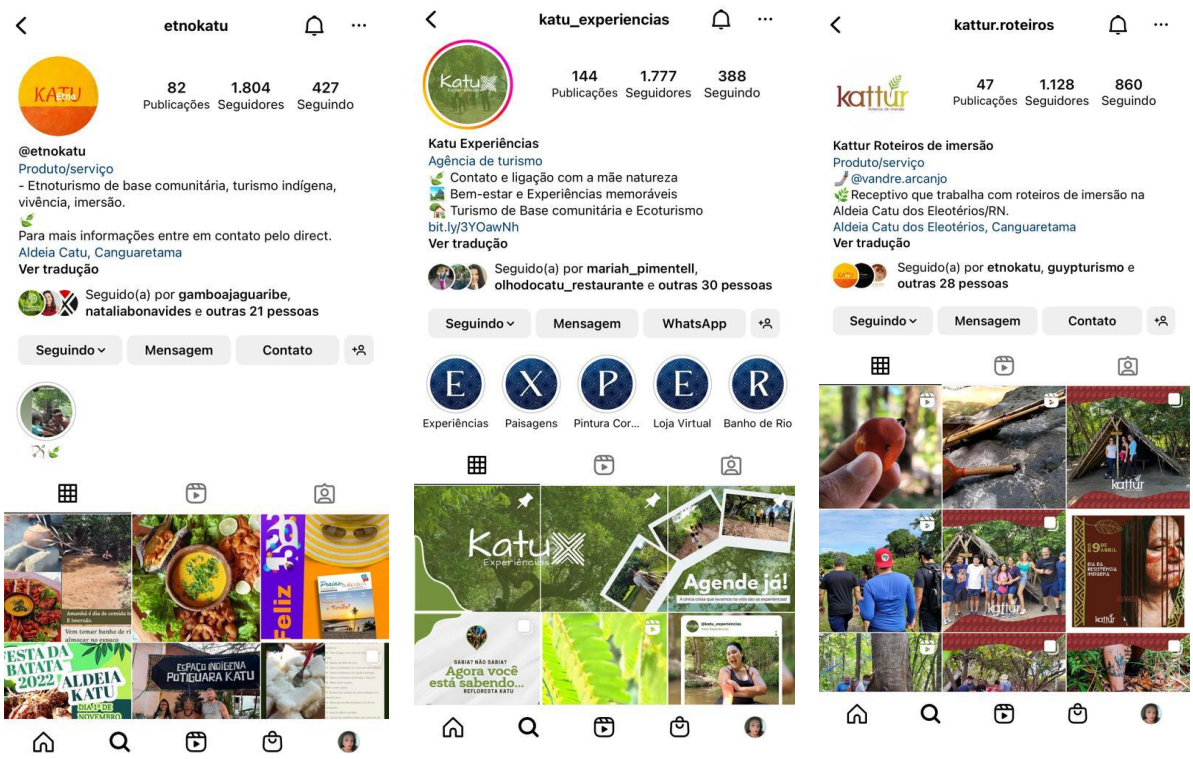
Figura 36: Localização Catu/APAPU
Fonte: Adaptado de (IDEMA, 2013), Silva e Filgueira (2020)

De acordo com matéria publicada pelo veículo de imprensa Tribuna do Norte em 2019, a comunidade do Catu quase já desapareceu e nos anos 2000 retomou sua organização para reivindicar junto aos órgãos competentes seu reconhecimento enquanto comunidade tradicional (Oliveira, 2019). Embora não reconhecida oficialmente como Terra Indígena (TI), o Catu, enquanto comunidade, aparece em comunicações oficiais de Estado, como é o caso de notícias na página da FUNAI, bem como, no Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN, anexo ao Manual Operativo Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Grande do Norte-

RN Sustentável (Rio Grande do Norte, 2013) e do Plano de Manejo da APAPU (IDEMA, 2013).

Assim, investigações realizadas sobre a comunidade Potiguaras do Katu têm se “motivado pela preocupação com a continuidade e reprodução dos patrimônios étnicoculturais indígenas e de seus saberes tradicionais” (Ferreira e Bezerra, 2018, p. 83). Ao analisar as percepções dos residentes de comunidades indígenas e quilombolas no Rio Grande do Norte (Brasil), dentre elas o Catu, Félix et al. (2020) destacaram que é no turismo onde os participantes do estudo visualizam maior percepção de benefícios pessoais. Vale ainda acrescentar elementos do estudo de Silva e Filgueira (2020), acerca das condições de vida e ações de desenvolvimento da comunidade indígena Catu, foi identificado que o turismo é visto pela comunidade como uma força em seu ambiente interno. É neste sentido que se inserem as demandas empíricas dessa pesquisa, uma vez que a recepção de visitantes vem se mostrando como potencial contribuinte para o enfrentamento do processo de apagamento histórico de tal povo.

Assim, o levantamento deste estudo indica um direcionamento de determinados membros da comunidade para a recepção de visitantes. Tais práticas trazem consigo um discurso assentado na apresentação de elementos da ancestralidade como posicionamento contra hegemônico ao silenciamento e apagamento dos povos originários no estado. A prática dos Potiguaras do Katu remete a discussão de Espeso-Molinero e Pastor-Alfonso (2022), no sentido de observar que os aspectos políticos imbricados na recepção de visitantes residem dentre as estratégias de resistência às tentativas históricas de apagamento da ancestralidade dos povos originários. De acordo com Foucault (1999) a prática social discursiva observada no Catu está atrelada à ordem dos aspectos capazes de codificar as oposições sociais de resistência à dominação de uma raça sobre outra. As figuras 37, 38 e 39 evidenciam o uso de uma rede social como veículo de divulgação das vivências realizadas com os visitantes.



Figuras 37, 38 e 39: Mobilização comunitária nas redes sociais para recepção de visitantes
Fonte: Reprodução Instagram (2022).

Vale registrar que o Plano de Manejo da APAPU sugere o turismo de base comunitária para a Zona Tradicional de Uso Sustentável do Catú (IDEMA, 2013). Apesar disso, Lemos et al. (2021) quando analisaram as comunicações eletrônicas advindas da campanha publicitária institucional do Governo de Estado do Rio Grande do Norte (RN) “Tudo começa aqui” observaram que as práticas discursivas institucionais ratificam a ideologia da inexistência de povos originários na unidade federativa, corroborando com o silenciamento dos povos originários no RN, o que ratifica a pertinência epistemológica para a realização deste estudo. Shiva (2003) discute tais questões como sendo um dispositivo do sistema político dominante, de modo que se faz os saberes locais desaparecerem negando sua existência, ou seja, “não os vendo”. Este é um dos sentidos pelos quais o Catu surge como um território de resistência ao silenciamento dos povos originários no RN.

De acordo com os residentes, a retomada do território enquanto espaço da ancestralidade indígena se fortalece na virada do milênio em razão da chegada de Instituições de Ensino Superior (IES) naquela região. Essa se dá inicialmente por meio do processo de formação continuada oferecida pelo município de Canguaretama em

atendimento a normativa nacional do início do século XX que previa formação em nível superior para todos os professores da educação básica. A figura 40 representa esse processo, quando o residente Vandregecílio Arcanjo (um dos contemplados por essas políticas de valorização da educação) demonstra o processo de confecção e uso do cachimbo, utensílio ancestral.



Figura 40: Vandregecílio Arcanjo (precursor no processo de autoidentificação)
Fonte: Acervo pessoal Meyriane Costa (2010)

Assim, ao se ampliar o olhar para as questões étnico-raciais o povo do Catu iniciou um processo com características semelhantes ao que ocorria na América Latina, a retomada. Silva (2016) discute que o processo indígena latino-americano da virada do milênio assume contornos de movimento social. Isso fica evidente no Catu, especialmente ao longo da primeira década do século XXI, quando em consonância com as investigações científicas ali presentes se apresentam as políticas afirmativas de um governo federal progressista que reverberam na forma como a comunidade se auto identifica. Assim, de acordo com as falas dos residentes, sucederam-se vários eventos dentro e fora da comunidade que vem contribuindo paulatinamente para esse processo de retomada, a citar como exemplo: I Audiência pública dos povos indígenas na Assembleia Legislativa do Estado (2005); Assembleias dos povos indígenas (cuja primeira edição foi em 2009); e I Seminário sobre Educação Escolar Indígena do RN (Organizado pela população indígena do RN, IFRN/Canguaretama e FUNAI em 2014).

Tais iniciativas reverberaram na reorganização do contexto escolar da comunidade, surgindo assim os encaminhamentos que fizeram da Escola Municipal Indígena João Lino da Silva (EMIJLS) a primeira escola indígena do RN em 2015; e, posteriormente a Escola Municipal Indígena Alfredo Lima (EMIAL) em 2019 , que dentre os elementos destacados em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) se encontra a educação bilíngue, de modo que há no local um compromisso para o reavivamento da língua tupi, que, anterior ao processo de colonização teve presença marcante em grande parte do litoral brasileiro. Oliveira (1998) já visualiza esse processo identificando-o como etnogênese, cujas características são “tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecida” (Idem, 1998, p. 53). As figuras 41 e 42 exemplificam esse processo de retomada e de autoidentificação por meio de práticas pedagógicas que inserem a recepção de visitantes como parte das iniciativas de intercâmbio cultural.





Figuras 41 e 42: Recepção de visitantes na Escola Municipal João Lino da Silva
Fonte: Reprodução Facebook (2014)

Baniwa (2006) destaca que os povos originários sempre resistiram à dominação, massacre e colonização européia, sendo um ponto de partida para compreender um pouco esse processo conhecer as diferentes estratégias de resistência para tal. No Catu, uma das estratégias que mais caracterizam seu processo de etnogênese é a atração de visitantes, cujo convite vem sendo feito desde as primeiras iniciativas de autoidentificação enquanto Potiguaras do Katu.

Assim, a recepção de visitantes na localidade perpassa fases. É importante destacar que estas não se encerram em si, pois, nunca deixam de existir. Ao contrário, paulatinamente novos elementos vão sendo incorporados sem desconsiderar os elementos existentes. O que pode haver são adaptações características da dinâmica de recepção praticada na comunidade. Inicialmente a visita se dá num contexto de incursões cujo mote circula em torno da investigação científica tendo como ator

principal o Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena no Rio Grande do Norte - Grupo Paraupaba (GP), criado em fevereiro de 2005 no Museu Câmara Cascudo (MCC-UFRN)[97]. Em razão dos desdobramentos da I Audiência pública dos povos indígenas se desperta o olhar jornalístico para a pauta da legitimidade dos povos originários no RN e o Catu se torna um espaço que passa a receber repórteres, documentaristas dentre outros profissionais ligados à área de comunicação.

Conforme relatado na transmissão ao vivo realizada por meio da rede social Instagram (por ocasião da Festa da Batata[98] em 1º de novembro de 2021) foi iniciado em 2013, surge outro contexto de recepção. Desta vez, ele se dá como reverberação de várias ações que vão modificando entre os membros da comunidade o sentimento do que é 'ser indígena', bem como, a partir do surgimento de novos atores externos. Um deles é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN), que na execução da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar no fim dos anos 2000, estimula a incorporação dos caminhos na mata do Vale do Catu às atividades realizadas com os visitantes. Vale ratificar que a política pública progressista de valorização dos povos originários no Brasil tem relevante contribuição nesse processo, neste caso em específico se trata de uma ação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)[99].

Neste período a recepção passa a girar em torno de grupos escolares (notadamente nível fundamental e médio), cujo foco centrava-se na EMIJLS (Canguaretama), e mais adiante na EMIAL (Goianinha). A importância da incorporação das atividades do currículo das escolas da comunidade dentre as estratégias de resistência ao apagamento historiográfico permite um discurso contra hegemônico ao sistema globalizado apresentado por Shiva (2003) como responsável pelo desaparecimento do saber local.

Além da recepção nas escolas, os eventos da comunidade se apresentam como estratégia de recepção de visitantes, como a já mencionada no texto, Festa da Batata. A celebração faz parte do calendário oficial de eventos do município de Canguaretama através da Lei nº 740/2019 que "inclui no Calendário Oficial do Município de Canguaretama "o Dia da Batata", na Comunidade do Catú dos

[97]https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/paraupaba.html
[98]https://revistaaba.ojsbr.com/ABA/article/view/1208
[99]https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf

Eleotérios, no âmbito do município de Canguaretama/RN”[100]. O evento remonta a segunda metade do século XX (Bezerra, 2017), porém, de acordo com o cacique Luiz Katu, passou por um período de apagamento, sendo retomado com novos contornos no início dos anos 2000. A ação também se localiza dentre as iniciativas da comunidade para manter viva sua ancestralidade.

Ainda de acordo com os residentes presentes na transmissão ao vivo[101], o processo de organização do evento toma uma nova dimensão de organização com a presença dos estudantes da comunidade capacitados pelo eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), notadamente nos anos de 2018 e 2019. Vale salientar que a inserção de instrumentos e novas tecnologias não indígenas não torna o povo do Catu menos indígena. Pelo contrário, tais elementos contribuem para a defesa de seus direitos e o fortalecimento de seus modos próprios de vida a partir de melhores condições de sobrevivência como qualquer outra sociedade humana (Baniwa, 2006). As figuras 43 e 44 representam momentos da operacionalização do evento em 2019.





Figuras 43 e 44: Festa da batata 2019
Fonte: Reprodução Facebook (2019)

Assim como ocorrido na Festa da Batata, mais para o fim da segunda década dos anos 2000, especificamente o ano de 2019, a comunidade incorpora uma nova forma de recepção, a oferta de incursões com perfis de público mais variados, bem como, programações a eles ajustadas. Como fora apresentado no início da seção o

[100]http://topdown.servehttp.com:8080/Transparencia/pmcanguaretama/docs/leglocal/LEIS%20MUNICIPAIS/Leis%20Ordin%C3%A1rias/2019/Lei%20Ordin%C3%A1ria%20Municipal%20n%C2%BA%20740%202019%20-%20Inclui%20no%20Calend%C3%A1rio%20Oficial%20do%20Munic%C3%ADpio%20de%20Canguaretama%20o%20Dia%20da%20Batata.pdf

[101]Geyson Fernandes (perfil @katu_experiencias, Vandré Arcanjo (perfil @Kattur.roteiros) e Luiz Katu (perfil @etnokatu)

uso das redes sociais para divulgação das atividades tem sido a marca dessa fase, tanto pelos residentes quanto pelos agentes de viagens que intermediam algumas das visitas realizadas.

Embora assuma alguns contornos da organização produtiva convencional do turismo como o diálogo com agências de viagens, por exemplo, no Catu a recepção traz como marca o fato de que as práticas ofertadas aos visitantes serem de fomento e organização exclusiva da comunidade. Fato que corrobora com a lógica da ressignificação proposta por (Tasso et al, 2021). A ideia de avivamento da ancestralidade originária presente no local condiz com a preocupação de Irving; Coelho & Arruda (2020) no que se refere aos novos olhares para planejamento turístico. As figuras 45, 46 e 47 demonstram traços da recepção de visitantes pelos Potiguaras do Katu.



Figuras 45, 46 e 47: Recepção de visitantes @katu_experiencias, @Kattur.roteiros e @etnokatu
Fonte: Dados da pesquisa

Em linhas gerais, nessa fase a recepção se dá com atividades que duram em torno de oito horas de execução, sendo a maior parte do tempo no percurso na mata do Vale do Rio Catu. A caminhada ocorre nos caminhos abertos pelos indígenas para fins de deslocamento entre a comunidade e municípios vizinhos, quando ainda não havia rodovias na região. Além de servir de espaço para a caça de animais para consumo, juntamente com a coleta de vegetais para consumo próprio e comercialização nas feiras livres da região. Além de visualizar os elementos da flora e fauna, os visitantes vivenciam rituais da cultura dos povos originários a citar: a pintura corporal, os jogos e brincadeiras indígenas, os banhos de limpeza e purificação espiritual e o Toré sagrado, onde se dança e entoa cânticos em exaltação e gratidão às forças da natureza. Assim se constroem os Caminhos da Resistência, onde é possível perceber a ancestralidade do povo Potiguara do Katu.

Esse movimento traz consigo o olhar para comunidade enquanto espaço de

locação para produções audiovisuais, sendo, portanto este mais um momento de reafirmação da identidade do Povo Potiguara Katu. Fato que vai corroborar para novos olhares para comunidade, especificamente do ponto de vista das práticas turísticas e recreativas, conforme demonstrado na figura 48.

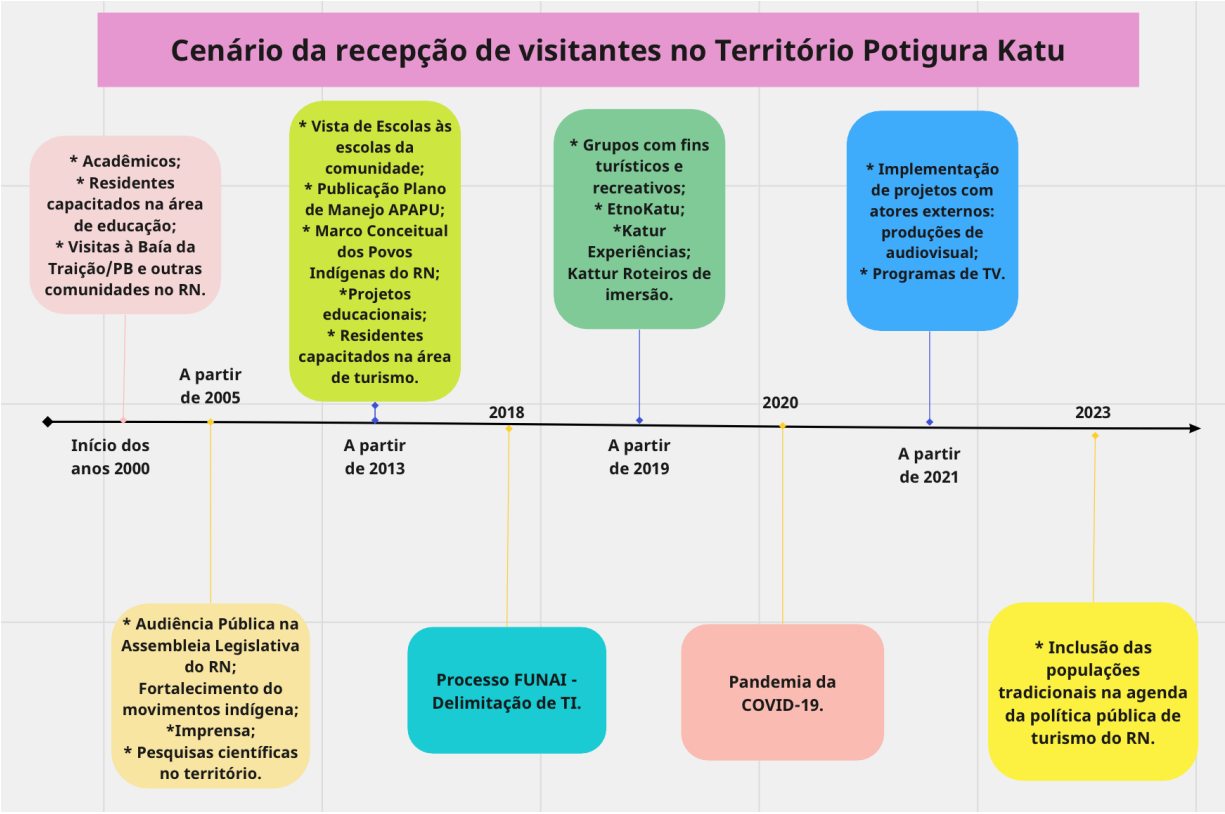


Figura 48: Contingências que formam o cenário da recepção de visitantes no Território Potigura Katu
Fonte: Dados da pesquisa

O processo de visitação no Catu remete a lapidação do olhar tanto do visitante quanto do visitado para questões que ultrapassem a visão homogênea de humanidade. De modo que a visita não se torne mais um elemento do consumo, como alerta Krenak (2019) ao falar dos contextos neoliberais. Assim, a organização das atividades de imersão é articulada de acordo com o perfil e quantidade de público recepcionado também em consonância com o receptivo escolhido pelo visitante. Entretanto, os elementos-chave da recepção residem na efervescência do processo de etnogênese. A figura 49 ilustra elementos do momento de visitação ocorridos na mata do rio Catu.



Figura 49: Percurso Caminhos da Resistência no Vale do Rio Catu
Fonte: Dados da pesquisa

A observação participante demonstrou que os locais para realização de refeições e de visitas fora do ambiente da mata podem variar. Durante o processo foi possível realizar café da manhã em duas residências, e o almoço em três ambientes de restauração distintos, bem como, visualização de práticas ainda latentes na comunidade como o processamento e produção de alimentos oriundo da mandioca e o cultivo de ervas para fins medicinais. Segundo os agentes de receptivo local ainda é possível visualizar a produção artesanal do azeite do dendê, de licores e de cachaça, por exemplo, juntamente com o acompanhamento do cotidiano dos agricultores familiares da comunidade, uma vez que 80% do povo ali residente sobrevive da agricultura familiar e da coleta na mata, especialmente da mangaba[102], cujo escoamento se dá nas feiras-livres da região.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade dos povos originários do Brasil foi durante muito tempo observada pela posição hegemônica do “vencedor” enquanto protagonista, ou seja, um discurso construído a partir do dito “descobrimento” do espaço que hoje é percebido como nação brasileira. Esta por sua vez, desconsidera os elementos históricos anteriores ao século XIV, numa tentativa de apagamento das cosmovisões pré-existentes ao eurocentrismo (Tucano, 1983). Quando se inverte o olhar e se posiciona o discurso a partir protagonismo dos povos originários, “os vencidos”, a lógica de descobrimento

[102]*Hancornia speciosa*

cede lugar ao discurso da invasão.

Apesar dos registros oficiais de geografia e estatística do Brasil indicarem a inexistência de Terras Indígenas no RN, sua territorialidade se faz presente e resistente, o que indica a intensificação do processo de etnogênese, notadamente, a partir da virada do milênio. Quando se considera a recepção de visitantes é possível afirmar que esta consiste numa ação exclusiva da articulação de alguns grupos residentes que traz em seu bojo o discurso vívido de que existem povos originários no RN, contradizendo, inclusive, os discursos hegemônicos, da promoção institucional do turismo no estado do Rio Grande do Norte.

Vale salientar que tanto os processos de retomada quanto os processos de recepção de visitantes não se encerram em si, uma vez que um alimenta o outro e vice-versa. Por um lado, têm-se uma comunidade que vem se redescobrindo e reafirmando sua ancestralidade e por outro a prática discursiva de demonstração dessa aos visitantes faz com que memórias sejam avivadas e alguns elementos retomados ao cotidiano da comunidade. Assim, ao se refletir sobre a prática da recepção de visitantes, a partir da experiência em territórios indígenas, é possível ampliar o diálogo sobre um novo *modus operandi* produtivo e a importância dos povos originários, suas pautas econômicas, identitárias, ecológicas, educativas e sociais. Nessa ampliação, cumpre também pensar o fazer do turismo que agrega novos valores e estratégias para atuação de forma humana, respeitosa e integradora evidenciando reconhecimento e visibilidade dos povos originários, suas práticas culturais e suas sabedorias. Tais iniciativas trazem consigo o papel de contribuir para a inserção da dimensão política à prática discursiva do turismo enquanto fenômeno social complexo e dinâmico.

Pensar o turismo em espaços protegidos, implica compreender o discurso produtivo em que ele se insere, considerando a necessidade de se refletir ligação estreita entre as práticas de planejamento e gestão e o revestimento político destas a partir do olhar dos povos originários. Tal entendimento vai ao encontro ao discurso de Espeso-Molinero e Pastor-Alfonso (2022) quando refletem *El turismo indígena desde la perspectiva política* ao afirmar que autonomia sobre a terra, organização e poder de decisão da comunidade, propriedade intelectual ou empoderamento de indivíduos e instituições indígenas são elementos por elas encontrados quando realizaram uma análise teórica dos aspectos políticos de desenvolvimento de Turismo de Base Local (TBL) em contextos indígenas. Cabe, portanto, trazer a fala Krenak (2019), quando

afirma que a forma como o Estado coloca há redução do termo comunidades tradicionais ou até mesmo a palavra indígena, diante da amplitude da representatividade dos povos, motivo pelo qual se assume a categoria povos originários neste estudo.

Os escritos ora apresentados encontram limitações por se tratar de um estudo de caso único. Entretanto, conforme afirma Flyvbjerg (1993) esta é uma forma das pessoas se tornarem especialistas em determinado espectro de investigação. No caso dos Potiguaras do Katu, desde que se inicia o processo de retomada vários estudos têm tomado o território como lócus. Fato que credencia os autores a olhar essa realidade cada vez mais para melhor conhecê-la. Assim, a partir do estudo em tela abre-se a possibilidade para outros estudos de advindos da observação junto aos Potiguaras do Katu, a citar: o papel da academia na visibilidade dos povos originários no RN e como este reverbera nos processos de visitação na comunidade do Catu; a realidade das práticas turísticas inseridas na APAPU/RN e a lógica da recepção no Catu; o componente político do discurso na recepção de visitantes no Catu; o discurso político percebido pelos visitantes no território indígena Potiguaras do Catu.

REFERÊNCIAS

Almada, J. A. B. de. (2018). O turismo no período da mundialização cosmopolita. *GEOTemas*, 08(2), 79-99. https://doi.org/10.33237/geotemas.v8i2.3176

Almeida, F., Balbuena, A., & Cortes, R. (2015). Residents' attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives*. (13), 1-16.

Almeida, M. C. (2017). *Ciências da Complexidade e Educação: razão apaixonada e politização do pensamento*. (2a ed). rev. Curitiba: Appris.

Anjos, F. A. dos, & Limberger, P. F. (2013). Destino turístico e gestão integrada. *VII Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*, Foz do Iguassu, PR, Brasil.

Baines, S. G. (2009). Os povos indígenas na América Latina e sua exclusão e inclusão: uma perspectiva antropológica. Em M. G. (Org), *Territorialidades na América Latina*, 14-26. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/territorialidades_web.pdf

Baniwa, G. d. (2006). *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf

Benedetti, C. (2019). De la “industria del piquete” al “paraíso verde”. Turismo y pueblos originarios en un municipio del norte argentino. *Revista de Antropología Social*, 1-21. https://doi.org/10.5209/RASO.63764

Bergamaschi, M. A. (2013). Infância nas aldeias Guarani: um modo próprio de estar dos Kyringüe. *Revista Contexto & Educação*, *23*(79), 223–247. https://doi.org/10.21527/2179-1309.2008.79.223-247

Bezerra, N. X. (2021). A Festa da Batata no Catu dos Eleotérios do RN: celebração da colheita e da identidade indígena. *Arquivos Brasileiros De Alimentação*, *2*(1), 86–93. https://doi.org/10.53928/aba.v2i1.1208

Binfaré, P. W. (2018). *As transformações conceituais de turismo à luz da complexidade do lazer na hipermodernidade.* [Tese de Doutorado em Turismo]. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26414

Boyer, M. (2003) *História do turismo de massa*. Bauru-SP: Edusc.

Cardoso de Oliveira, R. (1976). *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira.

Castro, E. V. (2017). Os Involuntários da Pátria: Reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista,* *4*(5), 187-193. https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/140

Chambers, D. (2007). Interrogating the ‘Critical’ in Critical Approaches to Tourism Research. In Ateljevic, I., Morgan, N., & Pritchard, A. (2007). *The critical turn in tourism studies: innovative research methodologies* (pp. 105-120). Amsterdam: Elsevier.

Dredge, D., & Jenkins, J. (2011). New Spaces of Tourism Planning and Policy. In *Stories of Practice:* Tourism Policy and Planning*.* London: Ashgate. https://doi.org/10.4324/9781315610849

Elias, N. (2011). *O processo civilizador:* formação do Estado e Civilização (vol. 2). Rio de Janeiro:Jorge Zahar editor.

Fazito, M. (2015). Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. *In:* Figueiredo, S. L., Nóbrega, W. R. M., & Azevedo, F. F. (Org.). (2015). *Perspectivas Contemporâneas de Análise em*

Turismo. (1a ed). Belém: NAEA. https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/16

Félix, J. P. S., Farias, M. F. de, Chagas, M. M. das, & Marques Júnior, S. (2020). Turismo de base local e cultura: Uma análise da relação entre o apoio ao turismo e seus antecedentes em comunidades indígenas e quilombolas no Rio Grande do Norte (Brasil). *Turismo: Estudos & Práticas (UERN)*, 9 (1), 1–25. http://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/613

Ferreira, F. R. F; Bezerra, N. X. Vamos ver quem é que acaba o resto da empeleitada. Arte Indígena entre os Potiguaras da aldeia Catu dos Eleotérios e Sagi-Trabanda. *Revista Mundaú (UFAL)*, 4 (1), 80 - 103, 2018.

Figueiredo, S. L., & Ruschmann, D.V. de M. (2008). Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, 7 (1). http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v7i1.40

Flick, U. (2013). *Introdução à Metodologia da Pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso.

Foucault, M. (1999). *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975/ 1976).* São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber.* Rio de Janeiro: Edições Graal,

García, F. A., Vázquez, A. B., & R. C. Macías. Residents' attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives*. 13, 33–40. https://doi.org/10.1016/j.tmp.2014.11.002

Glon, E. (2016). O indígena participativo como ícone de um turismo de natureza protegida em escala mundial: algumas reflexões críticas. *In:* Irving, M. de A., Calabre, L., Bartholo, R., Lima, M. A. G. de, Edilaine Moraes, A. de, Egrejas, M., Lima, D. R. (Orgs.). *Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. https://agora.ie.ufrj.br/pdf/Marta_de_Azevedo_Irving/6.Turismos_Naturezas_e_Culturas.pdf

Goulart, L. L. (2007). *O canto das senhoras :Análise do discurso do sujeito coletivo (DSC) de velhas mulheres da Ponta do Tubarão, no Rio Grande do Norte.* 2007. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13772

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado, 31*(1), 25-49. https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003

Guerra, J. G. (2009). Construindo outra história: do silêncio às múltiplas vozes indígenas do Rio Grande do Norte. *XXV Simpósio Nacional de História.* Fortaleza - CE - Brasil : Associação Nacional de História.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2013). *O Brasil Indígena*. Brasília: IBGE.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA. (2013). *Plano de manejo - APAPU.* Natal: IDEMA. https://drive.google.com/file/d/1IWOibX7Iym8x5YM2qfBxyW-yVXy6fUKi/view

Irving, M. D. A., Coelho, A. M., & Arruda, T. O. (2020). Turismos, sustentabilidades e pandemias: Incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 14(4), 73–105. https://doi.org/10.17648/raoit.v14n4.6661

Krenak, A. (2020). *Bem viver.* São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras.

Krippendorf, J. (2001). *Sociologia do turismo: por uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.

Lemos, D. D., Marília Barbosa Gonçalves, Guilherme Arnaud Lopes Nunes, & Renata Laize Alves Coelho Lins Paino Ribeiro. (2021). Tudo começa aqui? A anulação da presença dos povos indígenas no RN e a vitória do invasor branco retratadas pelas escolhas lexicais em canais de comunicação do destino Rio Grande do Norte. *Brazilian Journal of Development, 7*(11), pp. 104067-104089. https://doi.org/10.34117/bjdv7n11-160

Lévi-Strauss, C. (2012). *A Antropologia diante dos problemas do mundo contemporâneo.* Tradução Rosa Freire Aguiar. (1a ed). São Paulo: Companhia das Letras.

Lévi-Strauss, C. (1990). *De perto e de longe. (Entrevista a Didier Eribon)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Maffesoli, M. (2001). *Elogio da Razão Sensível.* Petropólis, RJ: Vozes.

Morin, E. (2013). *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil.

Moesch, M. (2004). *Epistemologia social do Turismo*. Tese de doutorado USP. São Paulo.

Morin, E. (2011). Para um pensamento do sul. In: *Encontro Internacional Para Um Pensamento do Sul*. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio (SESC).

Morin, E. (2008). *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Participação de Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond.

Munduruku, D. (2017). *Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*. Lorena, SP: UK'A Editorial.

Munduruku, D. (2012). *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas.

Oliveira, I. (2019). *Tribuna do Norte - Vivendo igual caranguejo – a resistência Catu.* Recuperado 25 de julho de 2021, de http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vivendo-igual-caranguejo-a-a-resista-ncia-catu/438659

Oliveira, J. P. de. (1998). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana [online].*, *4*, (1), 47-77. https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003

Paiva, R. A., & Comin, H. (2013). Sobre a relação turismo e urbanização. *Revista Pós*, 20 (33). https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v20i33p126-145

Espeso-Molinero, P., & Pastor-Alfonso, M. J. (2022). El turismo indígena desde la perspectiva política. una aproximación teórica. *VII IX Congreso Latinoamericano de Investigacion Turistica (CLAIT) y el 12° Congreso De La Sociedad Investigadores en Turismo de Chile (SOCIETUR)*, Valdivia, Valdivia, Chile. https://societur.cl/libro-de-resumenes-de-ponencias-ix-congreso-latinoamericano-de-investigacion-turistica-y-12-congreso-de-la-sociedad-de-investigadores-en-turismo-de-chile/

Rezende Filho, M. F. (2020). O Futuro do Turismo. *Cenário: Revista Interdisciplinar Em Turismo E Território*, *8*(14), 6–16. https://doi.org/10.26512/revistacenario.v8i14.31957

Rio Grande do Norte. (2013). *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte –RN Sustentável: Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN.* Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/documentos/arquivo/5a93845dbf3bdbba95dac37b5a2115e6.pdf

Santos, C. A. (2021). Povos Originários: Resistimos porque (Re)Existimos – Cosmologias e memórias de Povos que alguns diziam dizimados. In Neumann, G. R., Richter, C., & Daudt, M. I. (2021). *Literatura comparada, ciências humanas, cultura, tecnologia* (pp. 331-344). Porto Alegre: Class. https://www.ufrgs.br/ppgletras/wp-content/uploads/2021/10/ABRALIC-Literatura-comparada.pdf

Shiva, V. (2003). *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia.

Silva, D. (2016). Movimento indígena Latino-americano: uma primeira revisão da literatura. *Rev. Geogr. Acadêmica*, *10* (2), 154-163. https://revista.ufrr.br/rga/article/view/3812

Silva, V. P. & Filgueira, P.V. S. (2020). Participatory rural appraisal to assess sustainability in the Catu indigenous community, Rio Grande do Norte, *Brazil. Research, Society and Development*, 9(7), 1-26. https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3791

Tasso, J. P. F., Moesch, M. M., & Nóbrega, W. R. de M. (2021). Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: Uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, *15*(1), 2141. https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2141

Taussig, M. (1993). *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura.* São Paulo, Paz & Terra.

Tucano, Á. D. (1983). *A Linguagem e a Resistência do Índio Tucano.* Rio Branco: Fundação Garibaldi do Brasil.

6 OLHARES SOBRE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS, TERRITÓRIO INDÍGENA E TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO

Resumo: O século XXI traz consigo o desafio de superar os entraves observados na gestão de espaços protegidos empreendida ao longo do século XX. Surge assim a conservação colaborativa como um novíssimo paradigma. No caso do Brasil, as discussões sobre áreas protegidas vão além da constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), um dos motivos pelos quais este estudo pondera a questão do território indígena na observação de um espaço que contempla práticas turísticas em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Assim, o objetivo deste estudo é reconhecer o entrelaçamento Áreas Naturais Protegidas e Terras Indígenas na prática discursiva dos espaços naturais protegidos. O alcance dos objetivos se dá a partir da construção teórica seguida da análise documental acerca da temática em questão. Ainda como estratégia de pesquisa se utilizou da realização de um grupo focal com visitantes, bem como, diálogos informais com gestores públicos por meio de aplicativos de mensagens e entrevistas semiestruturadas com a população residente, com ênfase aquela que atua diretamente na recepção de visitantes. O Território Catu dos Eleotérios compõe a Zona Tradicional de Uso Sustentável da APA Piquiri-Una, o que remete a necessidade de integração entre os saberes ocidentais e a ancestralidade indígena fazendo com os planejadores e gestores do turismo considerem tais elementos para a gestão dos espaços. Isso gera a demanda para ampliação do diálogo e ampliação das formas do fazer/pensar o turismo no território. É importante elencar que no Catu as iniciativas de uso público para fins turísticos e recreativos situam-se nas iniciativas dos residentes, sendo, portanto, pertinente que as intervenções ali existentes levem em conta o processo de etnogênese presente na prática social discursiva do território. Isso vale para parcerias com iniciativa privada, ações do Estado, ou ainda, o olhar dos visitantes que ali chegam. A realidade do espaço demanda novos olhares para a recepção de visitantes, porém, sem deixar de lado o atendimento aos dispositivos normativos, bem como, às condições básicas de infraestrutura e segurança tão caros a uma área natural protegida.

Palavras-chave: Povos originários. Áreas Naturais Protegidas. Eleotérios do Catu. Potiguaras do Katu. APA Piquiri-Una.

VIEWS ON PROTECTED NATURAL AREAS, INDIGENOUS LAND AND TOURISM IN NORTH-EAST BRAZIL

Abstract: The 21st century brings with it the challenge of overcoming the obstacles observed in the management of protected spaces undertaken throughout the 20th century. Collaborative conservation thus emerges as a brand-new paradigm. In the case of Brazil, discussions on protected areas go beyond the constitution of the National System of Nature Conservation Units (SNUC)one of the reasons why this study considers the issue of indigenous territory in the observation of a space that includes tourist practices in an Environmental Protection Area (APA). Thus, the objective of this study is to recognize the intertwining of Protected Natural Areas and Indigenous Lands in the discursive practice of protected natural spaces. The achievement of the objectives is based on the theoretical construction followed by the documentary analysis about the theme in question. Still as a research strategy was used to conduct a focus group with visitors, as well as informal dialogues with public managers through messaging applications and semi-structured interviews with the resident population, that acts directly in the reception of visitors. The Catu dos Eleotérios Territory composes the Traditional Zone of Sustainable Use of APA Piquiri-Una, which refers to the need for integration between western knowledge and indigenous ancestry making planners and tourism managers consider such elements for the management of spaces. This generates the demand to expand the dialogue and expand the ways of doing/ thinking tourism in the territory. It is important to list that in Catu initiatives of public use for tourist and recreational purposes are in the initiatives of residents, that the existing interventions consider the process of ethnogenesis present in the discursive social practice of the territory. This goes for partnerships with private initiative, state actions, or even the eyes of visitors who arrive there. The reality of the space demands new looks for the reception of visitors, however, without leaving aside the attendance to the normative devices, as well as, to the basic conditions of infrastructure and security so expensive to a protected natural area.

Keywords: Indigenous peoples. Protected Natural Areas. Eleotérios do Catu. Potiguaras do Katu. APA Piquiri-Una.

6.1 INTRODUÇÃO

As Áreas Naturais Protegidas (ANPs) se inserem no desafio de harmonizar a convivência a convivência humana com a natureza. O discurso toma corpo a partir de segunda metade do século XX quando noções como a de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade entram nas agendas políticas de organismos supranacionais, nacionais e subnacionais. Com a ampliação das discussões sobre a temática da conservação o papel das populações originárias passa a ocupar a posição de salvaguarda e não de destruição dos habitats, de modo que, politicamente sua lógica de viver passa a ser aceita uma forma de manejar o uso dos espaços.

Assim como a lógica de conservação vem sendo alterada ao longo das últimas cinco décadas, o entendimento acerca das áreas protegidas também vem sendo ampliado. Dispositivos como a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) já demonstram que do ponto de vista internacional várias são as possibilidades espaciais de existência de ANPs, de modo a incluir no contexto da conservação tanto espaços urbanos quanto espaços rurais. Diegues (2019) afirma que isso só vem sendo possível graças aos movimentos sociais por meio da proposição de alternativas ao modelo de conservação neoliberal excludente. Neste sentido, na seara da conservação entra em cena terras e territórios indígenas, territórios quilombolas e de comunidades caiçaras, por exemplo. No Brasil, eles vão ampliar o olhar da conservação para além do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que surge como parte no cenário internacional emergente na segunda metade do século XX.

Dentre as formas de uso das ANPs ver-se no turismo uma possibilidade conciliadora. O que coloca seus planejadores numa posição de atenção detalhada para as intersecções advindas do uso público nos espaços protegidos. Neste sentido, além do SNUC acrescenta-se aí o Decreto N° 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais[103];

[103] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

o Decreto Nº 7.747/2012[104], que propõe etnoturismo e ecoturismo como iniciativas indígenas sustentáveis; juntamente com a Instrução Normativa Nº03/2015 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas (Brasil, 2015).

Isso porque, pensar o turismo numa ANP implica refletir se além do SNUC também está também se insere no contexto das populações tradicionais, a exemplo dos povos originários. Desse modo, a prática discursiva precisa ir além de considerar os elementos convencionais de planejamento e gestão, uma vez que o diálogo com os povos originários remete a observar outros *modos vivendi*. O que implica apontar que a prática turística precisa ultrapassar a lógica de prestação do serviço em si, caminhando para elementos que imprimam um caráter socioantropológico no fazer alinhando noções de sociobiodiversidade[105]. Nisso reside o cuidado para que as práticas não se tornem meras simulações para fins de entretenimento.

No Rio Grande do Norte (RN), a criação de áreas naturais protegidas estaduais, remonta à década de 1970, com a criação do Parque Estadual Dunas de Natal. A Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU) foi criada em 1990, um contexto que reflete o cenário da divulgação do Relatório Brundtland, o documento intitulado Nosso Futuro Comum. A década de 1990 é um momento em que a emergência étnica também começa a dar os primeiros sinais no estado por meio da reivindicação do reconhecimento da presença indígena no estado, fato negado pela historiografia oficial ao longo de todo o século XX.

Os elementos ora descritos ilustram o propósito deste capítulo que é reconhecer o entrelaçamento Áreas Naturais Protegidas e Terras Indígenas na prática discursiva dos espaços naturais protegidos. Assim, a discussão gira em torno do entendimento de como isso se apresenta nas iniciativas de recepção turística tendo como mote os olhares dos residentes, do poder público e dos visitantes recepcionados no território indígena Eleotérios do Catu inserido no espaço da APAPU.

---

[104]https://catalogo.ipea.gov.br/politica/44/politica-nacional-de-gestao-territorial-e-ambiental-de-terras-indigenas

[105]cada vez mais a diversidade cultural humana — incluindo a diversidade de línguas, crenças e religiões, práticas de manejo do solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos humanos — é interpretada como sendo um componente significativo da biodiversidade, considerando as recíprocas influências entre o ambiente e as culturas humanas. Desse modo, o conceito de biodiversidade vem sendo ampliado para o de sociobiodiversidade (Albagli, p. 63, 1998).

6.2 PRÁTICA DISCURSIVA DO LOCAL E DO GLOBAL E O UNIVERSO DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Historicamente a salvaguarda da natureza advém do Oriente, séculos antes de Cristo (Davenport e Rao, 2002). De acordo com os autores, os registros das primeiras áreas protegidas remontam às sociedades pré-agrárias na Ásia e no Oriente Próximo[106]. Estes ainda acrescentam que sob a perspectiva do paradigma preservacionista moderno, a proteção dos espaços naturais emerge da forma ocidental de se entender o mundo, capitaneada pelo modelo americano de conservação na segunda metade do século XIX. Terborgh e Van Schaik (2002) indicam que o aumento significativo da extinção das espécies e o comprometimento da qualidade ambiental com a perda da biodiversidade justificam a criação de tais áreas, notadamente dos parques.

Num cenário de novas formas de consumo do espaço, as ANPs surgem como um conforto na ideia da conservação sob o propósito da salvaguarda da natureza por meio da criação de espaços intocados, assentado no entendimento da preocupação para com o futuro da manutenção da vida no planeta. Diegues (2008) classifica tais espaços como “ilhas selvagens” afastadas do contato destruidor humano, cujo fim em si, não se resumia à proteção, mas, também, como válvula de escape para que os indivíduos pudessem se refazer após as rotinas estafantes das florestas de pedra surgidas com o impulso da Revolução Industrial. Com mais velocidade, a criação dos parques foi observada nos países considerados desenvolvidos. Entretanto, no período pós-guerras do século XX, com o fortalecimento do discurso preservacionista, os países considerados terceiro mundistas passam a ser foco de vultosos investimentos por parte de organismos internacionais a fim de garantir a salvaguarda ambiental global.

A necessidade da utilização racional dos serviços ambientais, pensado em seu uso pelas futuras gerações comumente está associada a noção recursos. Porém resumir a conservação a tal noção remete a um caráter da valoração econômica, fato que por si só já merece profundas reflexões, uma vez que se caracteriza à noção antropocêntrica de posse. Apesar de tais prerrogativas o que se observa no início do século XXI é que embora haja a necessidade de avançar nas estratégias de

[106]https://www.scielo.br/j/his/a/RGbWpJmKsPdjRRvD6bVGHMj/?format=pdf&lang=pt

implementação destes espaços, o modelo que continua sendo implementado é o proposto pelos Estados Unidos no século XIX. A esse respeito Redclift (2006) assevera que a política ambiental que se ergue no século XXI traz consigo o imperativo dos discursos negociados a partir de interesses de grupos específicos, apoiados nos discursos de global e local, mais precisamente glocal. Entendimento que Lourenço (2014) atribui vocábulo japonês *dochakuka* que em princípio estava associado às técnicas agrícolas, na década de 1980, e posteriormente foi cooptado pelo mundo dos negócios.

Nessa perspectiva cabe trazer a fala de Escobar (2005), quando observa que o entendimento de globalização tem enfraquecido a premissa do lugar, o que seguramente traz consequências de difícil mensuração. Pautar a conduta de modo a ultrapassar essa lógica perpassa pela necessidade de se compreender a relação local-global, onde o segundo não suprime o primeiro (Lourenço, 2014). Tomá-la somente pela ótica dos negócios fomenta a criação de cenários excludentes, e de maneira recorrente para as populações tracionais assentadas nos espaços declarados como naturais protegidos. Embora seja um possível primeiro entendimento da leitura ora apresentada, não se trata de uma discussão de negação à criação dos espaços naturais protegidos nos países em desenvolvimento. A proposta, neste momento, é no sentido de convidar à reflexão acerca do cenário em que tal modelo de proteção da natureza tem se instalado em todo mundo a partir da segunda metade do século XX, como maior ênfase nos países tropicais.

No período, Van Schaik e Rijksen (2002) evidenciam um fato que faz com se perceba a necessidade de se considerar a criação dos parques para além do prisma das ciências naturais, o questionamento moral acerca da exclusão dos povos originários de dentro dos parques. Além disso, embalado pelo crescimento do movimento ambientalista das décadas de 60 e 70 do século XX, é premente analisar a variável conservacionista do ponto de vista humano, pois, compreender o sentido das ações pelo olhar das ciências naturais não seria um único caminho para explicar os fenômenos sociais. Isso significa que não se pode isolar o elemento humano do discurso de criação das ANPs. Tiburcio et al (2023) ponderam que apesar de conflituoso, o processo de criação de ANPs é fundamental para a conservação da biodiversidade, a partir de uma relação que reconheça a sociedade como parte do processo. Além disso, considerando o contexto da sociobiodiversidade se reconhece que os parques não são a única possibilidade de proteção, sendo, portanto,

necessário “reconhecer, respeitar e incorporar a diversidade de interesses, perspectivas, culturas, linguagens, opções etc, dos atores sociais” Tiburcio et al. (2023, p. 8).

Neste sentido, é importante se pensar o processo de planejamento para gestão destes espaços para não incorrer nas falhas apontadas por Van Schaik e Rijksen (2002), acerca da implantação do Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento (ICPDs): “a) engano que todos os integrantes da população estão interessados; b) falta de neutralização da corrupção de alto nível e exploração ilegal de recursos; c) impossibilidade de utilizar modelos de engenharia na concepção de projetos.” Refletir sobre essas questões remete a pensar os usos dos espaços naturais, incluindo-se aí o uso público, cuja ênfase neste texto se dá para utilização com fins turísticos.

No Brasil, a noção de áreas naturais protegidas ganha força no discurso desenvolvimentista empreendido no mundo a partir da década de 1970. Como já mencionado neste texto, a visão utilitária dada a estes espaços denotou interpretações negativas por parte das comunidades locais, especialmente quando se utiliza o discurso da globalização e da garantia universal dos recursos para os grandes projetos de implementação de parques naturais nos chamados países em desenvolvimento, pois, estes têm se colocado como uma reprodução dos processos imperialistas de colonização (Bouças et al, 2018). A esse respeito vale ainda trazer a noção de proteção os espaços ocupados ancestralmente pelos povos originários, no país situados legalmente como TI, que do ponto de vista legal tem na Lei Nº 6.001/1973[107] um dos seus marcos. A partir de tal dispositivo cumpre observar vários outros que disciplinam o uso de espaços protegidos pela existência de povos originários, bem como, a movimentação das próprias populações originárias nesse sentido, haja vista que observar tais pressupostos garante a salvaguarda do componente local no propósito da conservação. E, sendo as ANPs parte das soluções atreladas à conservação, incluir de forma qualitativa os atores sociais implicados no processo se torna uma demanda proeminente.

Um exemplo disso são os Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCAs), uma noção internacional de conservação onde os povos e comunidades tradicionais podem eventualmente se

[107]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm

associar se entenderem que é benéfico para seu fortalecimento (Maretti e Simões, 2020). Vale ainda acrescentar que tal conceito traz consigo o imperativo reconhecimento da ligação e dos direitos dos povos sobre seus territórios (WWF, 2022). Globalmente, várias organizações vêm endossando o conceito por meio de apoio às iniciativas, a citar: Consórcio TICCA; *Global Support Initiative*; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); *Natural Justice*; e União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) (IPAM/ ISPN/Rede Cerrado, 2023).

Essa lógica de conservação natureza está intimamente associada a saída dos padrões não indígenas de relação com o ambiente, sob o entendimento de uma compreensão de território que considere a conexão com outros domínios de vida, para além do discurso hegemônico da produção (Kaingang e Schwingel, 2022). Ainda sobre os TICCAs é lícito afirmar que no Brasil se destacam neste sentido as organizações Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN), o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), a Rede Cerrado, o World Wildlife Fund (WWF-Brasil) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) (IPAM/ ISPN/Rede Cerrado, 2023).

Compreender tais questões neste princípio de século XXI remete ao entendimento de que a conservação passa a ser vista pela perspectiva da colaboração. Nesta ótica àqueles que outrora foram deslocados de seus espaços originários, notadamente os povos indígenas, passam a ser vistos por meio de suas práticas ancestrais como elemento da conservação e não ameaça. Tal cenário faz parte de um conjunto de desdobramentos advindos da última década do século XX, a citar a Convenção sobre Diversidade Biológica, um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, parte dos encaminhamentos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 (Brasil, 2008). Além disso, é importante ressaltar que os povos indígenas estão entre os mais importantes guardiões da Terra (WWF, 2008), e por isso, no século XXI já não se pode pensar em conservação sem incluir aqueles que habitam cerca de 20% do planeta. Assumir tal entendimento implica num passo significativo para a reparação histórica dos direitos subtraídos dos povos originários.

Considerar que uma das formas de uso das ANPs se dá por meio da visitação faz refletir acerca do papel do turismo e a pressão que ele exerce sobre uma

determinada área, abrindo espaço para a reflexão acerca do planejamento e gestão do turismo nos espaços naturais protegidos (Van Schaik et al, 2002). Entretanto, fica o alerta para que as práticas turísticas não reproduzam modelos como no município de Feliz Natal (Mato Grosso, Brasil), onde o turismo enquanto negócio se apropria da ancestralidade *Wauja* para reproduzir um território secundário para fins de visitação (Braida, 2017). Desse modo, ultrapassar a redução do uso do espaço à concepção dos produtos turísticos implica no fortalecimento do diálogo intercultural no processo de planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas.

6.2.1 Planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas

As ANPs incluem-se dentre os espaços propícios para se verificar a relação intrínseca entre o turismo e a natureza. O desafio dessa afirmativa consiste em aliar a prática responsável integrada à diversidade sociocultural e à conservação da biodiversidade. O diálogo vigente nos séculos XIX e XX, acerca da proteção destes espaços, compreendia a criação de áreas destinadas à proteção integral, nas quais somente algumas atividades humanas eram permitidas, como a visitação. Já no século XXI é preciso refletir sobre a revisão desse entendimento de intocabilidade das áreas naturais protegidas (Diegues, 2008), pois, a participação humana nestes espaços é importante para a qualidade da vida dos que buscam não só novas experiências com a natureza, mas a todos que ali convivem.

As discussões teóricas sobre política, planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas envolvem, sobremaneira, reflexões acerca da governança e da sustentabilidade como elementos norteadores do processo de tomada de decisão. Convém frisar neste aspecto, que a coletânea de *papers* publicada na edição do *Journal of Sustainable Tourism* aborda temas associados aos aspectos teóricos e conceituais; à governança do turismo em escalas nacional, regional e local; e à explicação das mudanças temporais na governança do turismo e na sustentabilidade e na aprendizagem social em tais processos (Bramwell e Lane, 2011). A esse respeito vale considerar que um processo de planejamento em que não se faça presente a participação e protagonismo de povos e comunidades tradicionais se apresenta como mais uma ação de reforço ao continuum histórico de exclusão, ou seja, se configura como mais um ato de racismo estrutural em nome da conservação.

Os espaços naturais protegidos, por sua essência de criação, e até mesmo por questões espaciais e de distribuição de território trazem consigo dificuldades e complexidades de gestão, cujos vieses se concentram em questões que vão da estrutura a processos técnicos da operação gerencial perpassando por entraves financeiros e sociopolíticos. No que se refere a gestão do turismo, pode-se considerar sua inserção nesse cenário desafiador, tendo como ponto de partida as demandas para o alcance da gestão descentralizada e compartilhamento global de informações.

O pressuposto para o planejamento nos espaços protegidos traz como princípio a mobilização social e participação comunitária. Estas tornam-se evidentes à medida em que se instituem as instâncias de governança como premissa básica no gerenciamento do manejo dos recursos presentes nesses espaços, por meio de mecanismos que facilitem tal processo na prática. Graham et al (2003) discutem a governança como sendo uma metodologia de tomada de decisão por parte das sociedades e organizações (públicas e privadas). Esta sustenta-se nos princípios da legitimidade e voz, direção, desempenho, responsabilidade e equidade.

A instituição de instâncias de governança abre espaço para a tomada de decisão de forma participativa, responsável e democrática, fortalecendo a implementação de políticas públicas. Conceição et al (2019), discutem relações de poder entre os atores da governança nas regiões turísticas brasileiras desde sua implantação e seus impactos para a organização da organização turística regional no Brasil. Tais relações muitas vezes são assimétricas em sua acepção. Apresentando o caso da Colômbia, Restrepo e Clavé (2019) destacam que as instituições são importantes impulsionadores do desenvolvimento do turismo regional. Nisso carece observar o quanto estas instituições têm fomentado dispositivos que possam garantir a participação dos residentes seja através de seu protagonismo nos processos deliberativos seja pela valorização dos saberes locais.

Alcançar esse pressuposto é atingir a premissa da governabilidade como forma de controle social e gestão compartilhada. Nepal (2000) sugere questões relacionadas às políticas e gestão devem ser resolvidas para promover equilíbrio regional no turismo e diversificar seu produto turístico. Fato que Krutwaysho e Bramwell (2010) discutem na perspectiva da implementação de políticas por meio de uma abordagem relacional "centrada na sociedade". Levando-se em conta o turismo, vale considerar a necessidade de protagonismo dos atores frente a perspectiva mercantil,

favorecendo o desenvolvimento endógeno, através do fortalecimento da governabilidade (Figueiredo e Nóbrega, 2015).

No Brasil, pensar o turismo em ANPs implica em articular os elementos inerentes à sua prática de planejamento e gestão para compreender a natureza destes espaços do ponto vista jurídico-institucional, além de, é claro das características dos sujeitos que habitam estes espaços, considerando o olhar para todas as formas de vida ali existentes. Tomando como mote a prerrogativa constitucional, os últimos trinta anos levaram a política de gestão do espaço turístico às premissas da governança institucional. Inicialmente numa perspectiva da descentralização municipal, e posteriormente sob a ótica de regiões turísticas. Já a gestão das áreas protegidas, surge associada ao modelo americano de preservação da natureza. Cozzolino e Irving (2006) destacam que em se tratando de Unidade de Conservação (UC), é premente a participação da sociedade para o bom desenvolvimento dos processos de gestão.

Tal propósito entra em cena, no sentido de se pensar um processo de planejamento para gestão destes espaços, para não se incorrer nas falhas apontadas por Bouças Silva e Ribeiro (2018). Em seu estudo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses os autores evidenciaram questões que ainda não foram superadas quase vinte anos depois da criação do SNUC, a citar: dificuldades de gestão, manejo inadequado dos autóctones, do uso da terra e dos bens culturais, disparidade de interesse e entendimento do fim em si de um espaço natural protegido, por parte dos atores sociais envolvidos.

Considerando o objeto proposto neste estudo, o primeiro passo para inserir turismo no contexto das ANPs, é reconhecer que é possível que um espaço além de ser uma UC também tenha a possibilidade de estar inserido na seara de outras formas de ANPs quais sejam: terras indígenas; territórios quilombolas e de comunidades tradicionais; parques lineares; áreas verdes e azuis; geoparques; reserva da biosfera; sítios Ramsar; sítios do Patrimônio Mundial; dentre outras formas de espaços destinados a conservação do patrimônio. Tratando-se das TIs, tal cenário implica em pontuar uma série de complexidades e contradições como aponta Crespo (2017). De acordo com a autora, nisso reside o entendimento do que é dito, exibido e pensado para que não se contribua ainda para o silenciamento histórico das vozes dos povos originários.

Assim, é premissa básica a cautela para que as práticas turísticas não recaiam na reprodução de modelos de negócios de fora para dentro, desconsiderando os

elementos da pluralidade daqueles que estão ali de forma primeira. Sendo, portanto, o caminho para tal considerar as vozes dos povos originários de modo a garantir seu protagonismo na oferta das práticas. Um exemplo disso pode ser observado pelos indígenas Māori da Nova Zelândia, cujos valores ancestrais impactam fortemente nas práticas turísticas de negócios e na sustentabilidade dos negócios. Vale citar a esse respeito os achados do estudo de Ransfield e Reichenberger (2021) que demonstram o quanto os valores comunitários e o senso de coletividade sobrepõem a noção ocidentalizada de gestão de negócios. Isso se dá através de um processo educativo contínuo da comunidade que culmina com a adoção de práticas que minimizem os impactos das pressões externas, reduzindo o risco de imposição da universalização ou ainda da apropriação cultural indevida.

Por fim, no Brasil é pertinente conhecer de maneira aprofundada as possibilidades de uso para cada tipo específico de ANP, de modo a observar os disposições legais previstos tanto no SNUC quanto em outros instrumentos como é o caso da normativa que regulamenta o uso das TI´s. Ainda é importante frisar que no contexto da conservação colaborativa a gestão dos espaços naturais protegidos ultrapassa o discurso institucional, uma vez que a voz da comunidade local deve ser contemplada no processo de planejamento e gestão. Isso implica que as proposições devem contemplar ações de visem o menor impacto ao se acessar o espaço de modo a assegurar a salvaguarda ambiental e cultural daqueles que ali vivem.

6.3 PERCURSO METODOLÓGICO

O constructo segue o caminho das concepções teóricas, registros documentais e factuais que permitiram a interpretação do fenômeno advinda de uma análise reflexiva acerca dos resultados encontrados. Para tanto, lança-se mão de um conjunto de atividades que compreendem desde à elaboração de um arcabouço teórico à realização de um grupo focal com sujeitos recepcionados na posição de visitantes do Território Eleotérios do Catu. Além disso, também se utilizou de consulta a documentos institucionais, bem como, diálogos com gestores públicos com atuação na área de intervenção. Tais estratégias se enquadram aos pressupostos da abordagem qualitativa de pesquisa utilizada para a análise do turismo enquanto fenômeno social (Richardson, 1985). Desse modo, o discurso se constrói tomando por referência a análise metodológica acerca da dimensão ambiental e turística.

A pesquisa está assentada no estudo de caso que leva em conta as considerações de Flyvbjerg (1993) quando afirma que esta é uma forma das pessoas se tornarem especialistas em determinado assunto. Demo (1995) afirma que tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais. Isso implica refletir que nas ciências sociais os processos não se encerram em si, como nas ciências naturais. Ao assumir uma abordagem epistemológica o pesquisador social parte do pressuposto de que há um todo descontínuo histórico inesgotável. No caso dos pesquisadores do turismo, desenvolver estudos com consistência e rigor epistemológicos vai garantir sua consolidação enquanto campo do conhecimento para além do discurso produtivo que o considera como atividade/setor (Martoni e Perdigão 2019).

Por fim, de posse de tais elementos, aliado ao constructo teórico em que se foi lançado mão, analisa-se o entrelaçamento ANPs e TIs na prática discursiva vivenciada na recepção de visitantes do Território Eleotérios do Catu, inserido na APAPU. Assim, se reconhece as unidades temáticas anteriormente mencionadas nos textos, as bases de sustentação dos discursos, bem como, as abordagens e posicionamentos teóricos adotados pelos pesquisadores e articula-se com o diagnóstico realizado por meio do levantamento empírico.

6.4 APAPU/RN COMO UM ESPAÇO DE INTERAÇÃO ENTRE POPULAÇAO TRADICIONAL, ÁREA PROTEGIDA E TURISMO

O SNUC, instituído pela Lei nº 9.985/2000[108] prevê que as UCs sejam divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral; e Unidades de Uso Sustentável. Como exemplares das UCs de Proteção Integral tem-se cinco categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e, Refúgio de Vida Silvestre. Já as UCs de Uso Sustentável são compostas por: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A UC da tipologia Área de Proteção Ambiental (APA) é uma modalidade de espaço protegido, que permite variadas possibilidades de uso, uma vez que esta tem por finalidade associar e compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, a fim de explorá-los garantindo a

[108]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

continuação do ambiente renovável e de seus processos ecológicos, garantindo a preservação de biodiversidade e de seus atributos de forma socialmente igual e economicamente possível (Brasil, 2011).

Ainda sobre APA é possível considerar que normativa diz que seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento sustentável, para conservação e preservação dos ecossistemas, protegendo as espécies, as paisagens e as características relevantes da natureza, além de incentivar pesquisas científicas e promover a educação ambiental e as atividades recreativas, e valorizando a cultura, a fim de desenvolvê-las de forma socioeconômica (Brasil, 2011).

Uma das possibilidades de intervenção produtiva nesse tipo de ANP é o turismo. Tal evidência é um fator que emana atenção por parte dos gestores destes espaços, uma vez que seu desafio é conciliar os mais diversos interesses de modo a potencializar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos causados pela pressão antrópica advinda do fluxo migratório de indivíduos em tais espaços naturais. Fato que demanda a noção de turismo acolhida desde o final do século XX por estudiosos do turismo crítico, ou seja, uma concepção de práticas que avancem ao entendimento exclusivo da compreensão ocidental de mundo dos negócios (Fennell e Eagles,1990), (Hollinshead, 1990).

Tal premissa remete à necessidade de constituir instâncias de governança, como ferramentas de planejamento e gestão em constante construção, cujas deliberações favoreçam o processo de continuidade de ações por meio do planejamento, implementação e monitoramento das políticas. Alcançar esse pressuposto é atingir a premissa da governabilidade como forma de controle social e gestão compartilhada de modo a considerar a necessidade de protagonismo dos atores frente a perspectiva mercantil, favorecendo o desenvolvimento endógeno (Figueiredo & Nóbrega, 2015).

Considerando o ordenamento jurídico como prisma de observação, ao analisar uma instância de governança no estado brasileiro do Rio Grande do Norte sob a ótica dos planos diretores municipais, Justino & Nóbrega (2020) evidenciam que a sobreposição é um elemento limitador para implementação de uma governança. O que implica à reflexão do quão eficiente os preceitos do planejamento e gestão se visualizam do ponto de vista prático. Assim, o propósito dessa responsabilidade compartilhada reside no fato de que os atores sociais são o cerne da governança,

como forma gerenciamento da tomada de decisão em âmbito local para o atendimento de políticas participativas voltadas ao desenvolvimento (Nóbrega e Figueiredo, 2015).

6.4.1 APU/RN e Território Eleotérios do Catu no contexto das ANPs

APA Piquiri-Una (APAPU), integra o SNUC no âmbito das UCs estaduais do estado do Rio Grande do Norte (RN), localizado na região Nordeste do Brasil. Sua gestão fica a cargo do órgão ambiental estadual, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA). A APAPU ocupa uma área de 40.707,45 hectares, que compreendem espaços dos municípios de Goianinha, Espírito Santo, Várzea, Pedro Velho e Canguaretama, parte dos municípios que compõem a Microrregião do Litoral Sul do RN. O ato de criação da APAPU se deu em 06 de junho de 1990 pelo decreto n° 10. 683, cujos limites foram posteriormente modificados pelo Decreto Estadual nº 22.182, de 22 de março de 2011. A APA foi concebida a partir do objetivo geral de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (IDEMA, 2013). A figura 50 demonstra com mais precisão a localização da ANP.

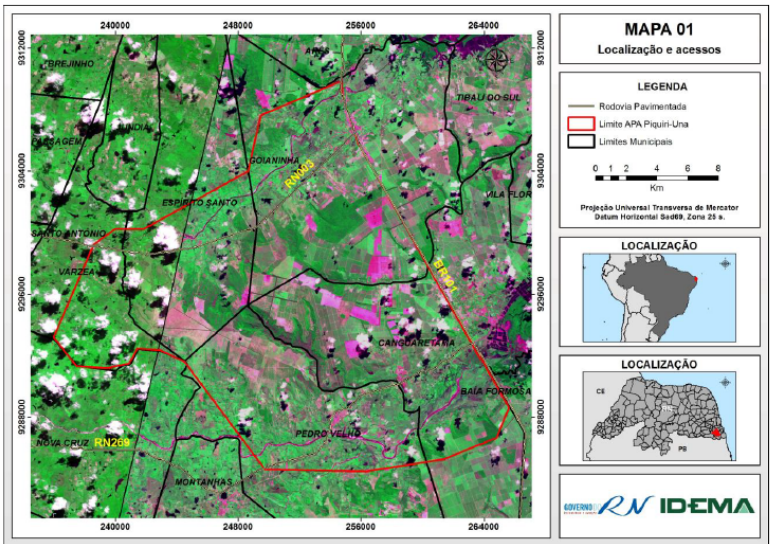


Figura 50: Localização e acessos à APA Piquiri-Una.
Fonte: IDEMA (2013)

Conservar os recursos hídricos, especialmente das bacias hidrográficas do Jacú, Catú e Curimataú se constitui a premissa básica de criação da UC, além assegurar a manutenção e a preservação dos fragmentos de vegetação dos biomas de Mata Atlântica e Caatinga ali existentes. É válido salientar que há uma inconsistência entre a área definida no decreto de criação e a considerada no Memorial Descritivo referência apresentada no mesmo dispositivo legal (IDEMA,

2013). Este fato é considerado pela gestão da UC como um fator limitante a construção do Ecoposto[109] da ANP, em razão de divergências no entendimento de regularização fundiária e de posse da área destinada a tal edificação. Levando-se em conta que a APAPU tem 33 anos de criação é possível refletir tal questão como um exemplar das falhas na implementação de ANPs discutidas na primeira parte deste texto (Van Schaik e Rijksen, 2002; Bouças Silva e Ribeiro, 2018)

Quando se amplia o olhar à APAPU ao contexto das ANPs verifica-se que no espaço também se contempla o território onde uma população indígena vem reivindicando seus direitos originários desde a virada do século XX para o século XXI (Rio Grande do Norte, 2013). No documento definido como Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN, anexo ao Manual Operativo Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do RN, RN Sustentável, se menciona tal território a partir de suas características físicas de localização.

Assim, de acordo com o documento, nos municípios de Goianinha e Canguaretama se localizariam os indígenas Eleotérios do Catu contando com população estimada em 364 habitantes e no município de Goianinha os Potiguara-Catu, com população estimada em 430 habitantes. O documento ainda ressalta como fatores limitantes à implementação de políticas públicas junto às populações indígenas a ausência de regularização fundiária, bem estudos técnicos com a finalidade de demarcação (Rio Grande do Norte, 2013). A divisão também é percebida na assistência básica a população por parte do poder público municipal dos municípios supracitados, a citar como a exemplo a existência escolas públicas distintas, bem como, Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

É importante mencionar que em razão da realização do Censo Demográfico de 2022 a pesquisadora consultou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e obteve a resposta de que “dados sobre Populações e Comunidades Tradicionais específicas deverão ser disponibilizadas apenas quando da divulgação definitiva dos resultados da operação censitária” (IBGE, 2023). Também se tentou atualização destes dados via poder público municipal de cada município. Assim, os dados obtidos no PEC via Secretaria de Saúde do Município de Canguaretama demonstram que no

[109]Sedes descentralizadas do ambiental estadual implementadas nas UCs criadas pelo Governo do RN. O Ecoposto é um espaço que busca facilitar o processo de gestão das Unidades de Conservação Estaduais. É constituído basicamente de 4 estruturas, sendo elas o Pórtico de Entrada, Sede da Companhia Independente de Proteção Ambiental (CIPAM), Casa do Pesquisador e Sede da Unidade Executora (IDEMA, 2013).

ano de 2022, havia 410 habitantes cadastrados no sistema. Quanto às informações obtidas junto ao município de Goianinha a afirmativa foi de que há 503 registros de cidadãos residindo naquela parcela de espaço.

Por se tratar de um território autodeclarado também houve consulta oficial à FUNAI, contudo, a resposta apresentada não se adequava ao contexto do estudo, pois, o órgão demandou uma solicitação de autorização de pesquisa que não se enquadrava nos dispositivos legais vigentes sobre a matéria. Isso se dá em razão de que, embora solicitado, o processo de demarcação encontra-se estanque no citado órgão federal. Neste sentido, assim como determinadas políticas públicas não podem ser implementadas junto à população do Catu[110] outros procedimentos administrativos alusivos à TIs ainda não são passíveis de consideração. Assim, mesmo apresentando tal contexto a FUNAI, não se obteve resposta à solicitação de informações relativas às intervenções do órgão junto aos Eleotérios do Catu. Vale ainda registrar que quando se consulta o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da FUNAI[111], há várias ações vinculadas à comunidade.

Vale considerar, neste aspecto, que do ponto de vista da etnicidade tanto a fala da população autodeclarada quanto de outros documentos e estudos relacionados ao território não consideram a divisão Catu/Canguaretama e Catu/Goianinha, pois, apesar da separação física em razão da passagem do rio homônimo, os residentes do território se enxergam como um único povo. Discurso também percebido no Plano de Manejo da APAPU, quando define a Zona Tradicional de Uso Sustentável do Catú (ZTUSC), explicitada na figura 51.

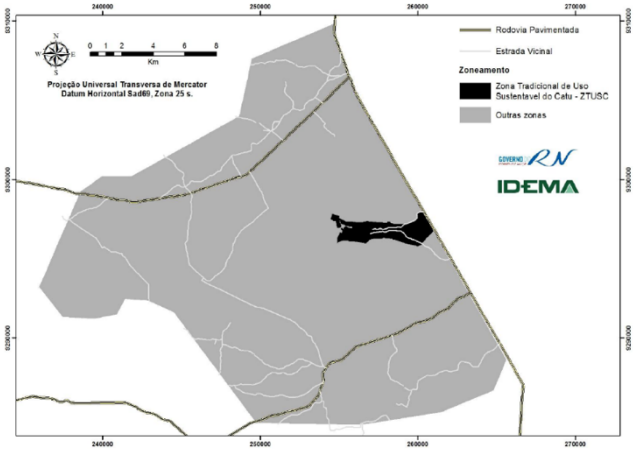


Figura 51: Zona Tradicional de Uso Sustentável do Catú (ZTUSC)
Fonte: IDEMA (2013)

[110]https://apublica.org/2021/02/plano-de-vacinacao-contra-covid-19-exclui-indigenas-do-rio-grande-do-norte-e-do-piaui/
[111]https://www.gov.br/funai/pt-br/canais-de-atendimento/sei/sei

A definição desse zoneamento está atrelada aos objetivos de criação da UC, dentre eles o que prevê “desenvolver nas comunidades locais, nos empreendedores e nos visitantes, consciência ecológica e conservacionista sobre o patrimônio natural e os recursos ambientais” IDEMA (2013). Entretanto, o cenário retratado à época da publicação do Planejo de Manejo da APAPU ainda continua evidente dez anos depois, haja vista que a infraestrutura tanto para o processo de gestão da UC, quanto à realização de atividades importantes como fiscalização e visitação turística ainda é limitada. A esse respeito Melo e Araújo (2018) refletem a ausência de recursos humanos, deficiência na capacitação dos gestores, e orçamento prévio como entraves à gestão da unidade. Fato também evidente no estudo de Oliveira (2018) que ao utilizar o método RAPPAM[112] verificou que ainda existem lacunas na gestão da UC. Especificamente sobre a pauta uso público com fins turísticos, no período de 2013 a 2016, as Reuniões Ordinárias do Conselho Gestor da UC não contemplaram tal discussão (Teixeira et al, 2019).

6.4.2 Realidade das práticas turísticas inseridas na APAPU/RN e a lógica da recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu

6.4.2.1 A gestão da ANP enquanto UC

A gestão da APAPU se dá através de Conselho Gestor Consultivo instituído através do Decreto Estadual nº 22.182/2011, cuja composição foi alterada pelo Decreto Estadual nº 22.989/2012 (IDEMA, 2013). Ao todo, o colegiado é composto por 21 atores sociais vinculados ao Estado, setor produtivo e sociedade civil organizada cuja atuação é orientada a partir da normativa do seu Regimento Interno. Pensar/fazer uso público com fins turísticos e recreativos em ANPs remete ao entendimento da complexidade em que isto está inserido. No caso APAPU, estas questões levam aos mais diversos atravessamentos seja do ponto de vista dos dispositivos de gestão nas várias esferas de governo, seja no entendimento da atenção dada aos atores sociais em sua realidade inserida. Nóbrega & Figueiredo (2015), tratam essa temática na perspectiva do turismo, considerando a perspectiva do desenvolvimento local e/ou

[112]https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/rappam.pdf

endógeno como sendo a máxima a ser preterida no âmbito do planejamento das políticas de turismo.

Quando analisaram o discurso sobre as práticas turísticas visualizadas pelos atores sociais representantes do poder público no Conselho Gestor da APAPU, Nascimento et al (2018) observaram que a leitura da realidade por tais atores demonstrava que as práticas acerca do uso público para fins turísticos e recreativos eram pontuais. Assim, dentre as práticas visualizadas no espaço da APA as atividades na Aldeia Catu tomam destaque na fala de alguns gestores. No geral, o discurso direcionado ao Catu faz referência à organização de trilhas e eventos culturais (Nascimento et al, 2018).

Assim como no trabalho de Teixeira et al (2019) que analisou atas de 2013 a 2016, este estudo analisou as atas das reuniões do Conselho Gestor da APAPU (CGAPAPU) no período de 2017 a 2023. Dada a emergência de questões emblemáticas e históricas na APA como regularização fundiária, combate às queimadas, e implementação de tanques de armazenamento de combustíveis, por exemplo, outros temas vêm sendo menos contemplados nas pautas das reuniões. Some-se ao rol de fatores limitantes à gestão da unidade no período de 2020 e 2023 a ocorrência da pandemia da COVID-19[113]. Fator que influenciou inclusive a recomposição do CGAPAPU para o biênio 2022/2023. Apesar dos entraves à gestão é possível observar que nos últimos dois anos a UC vem integrando o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)[114]. Lá é possível observar a efetividade das ações de gestão de acordo com os indicadores estabelecidos no escopo da ferramenta.

Assim, é possível afirmar que mesmo após 10 anos de implementação do Planejo de Manejo que prevê a implantação de um programa de visitação cujo objetivo é “explorar o potencial para visitação existente na APA Piquiri-Una através da realização de atividades de visita, seja ela turística, de interpretação ou educação ambiental” (IDEMA, 2013, p. 329) as discussões acerca da recepção de visitantes na UC ainda aparecem de forma tímidas nas reuniões CGAPAPU.

[113]https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19
[114]http://samge.icmbio.gov.br/Uc/947

No período analisado, basicamente a discussão da recepção de visitantes no CGAPAPU girou em torno das pesquisas realizadas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e do estudo Trilhas Interpretativas como Ferramenta de Educação Ambiental (EA) na Mata da Nascente do Catu em Área de Proteção Ambiental – APA Piquiri-Una, Goianinha e Canguaretama – RN, realizado por bolsistas e técnicos do IDEMA. O estudo teve o objetivo de identificar e mapear as trilhas ecológicas interpretativas presentes na Mata da Nascente do Catu na APA Piquiri-Una, de modo que foram catalogadas 12 trilhas ecológicas interpretativas na Zona de Preservação 2 da UC. Em linhas gerais o estudo corrobora com as intenções de iniciativas de preservação e conservação do meio ambiente bem como para as ações na conscientização do desenvolvimento da educação ambiental (Sousa et al, 2022), conforme demonstra a figura 52, utilizada em material de folhetearia com informações sobre a APA.

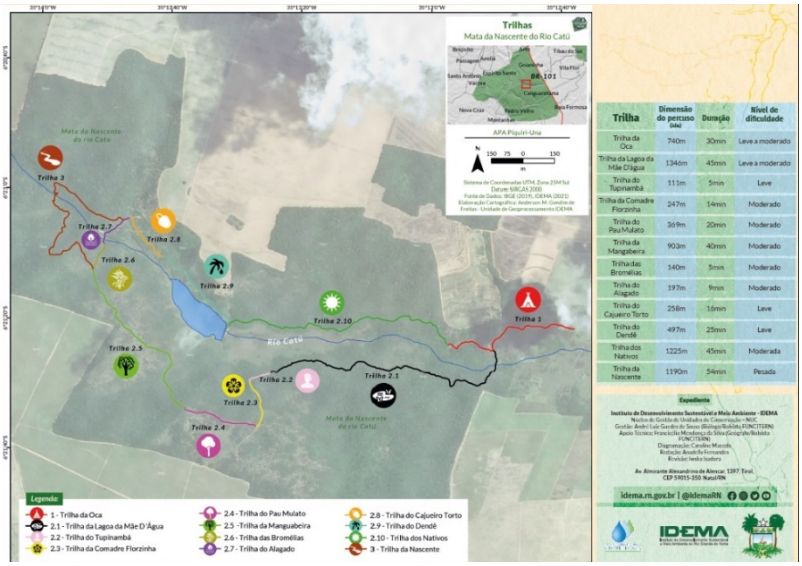


Figura 52: Trilhas Mata do Catu
Fonte: IDEMA (2022)

Embora a seara da recepção de visitantes ainda apareça de forma limitada no processo de gestão, recomenda-se evitar um olhar apressado à questão, haja vista que tal ação poderia levar a inferir sobre essa realidade um aspecto negativo de gestão. Entretanto, considerando a complexidade do turismo e as variadas particularidades encontradas na APA, tratar a temática de forma cautelosa e tendo como ponto de partida as pesquisas científicas se coloca como uma oportunidade de se pensar/fazer o turismo para além das características convencionais do universo dos negócios.

Além das pesquisas relacionadas à visitação de visitantes discutidas no âmbito do CGAPAPU há ainda outros dois estudos com a temática em tela cadastrados junto ao órgão ambiental estadual, um concluído e outro em andamento. Ambos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Entretanto, apesar das pesquisas nas UCs estaduais do RN precisarem seguir as normas estabelecidas pela Instrução Normativa Nº. 001/2015[115], este estudo diagnosticou a existência de outras 61 publicações relacionadas a APAPU, 54 especificamente com referência aos Eleotérios do Catu. Destas, 15 são relacionadas à realização de atividades de uso público com fins turísticos e recreativos.

6.4.2.2 A recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu como iniciativa da comunidade

No tocante à recepção de visitantes é válido destacar que o Território Indígena Eleotérios do Catu é o espaço na APAPU onde tal prática apresenta maior notoriedade. A população indígena ali residente vem realizando tais atividades de forma concomitante ao seu processo de etnogênese, de modo que o componente político vem sendo um elemento presente no discurso na recepção de visitantes no Catu. Neste sentido, pode-se observar que a recepção de visitantes é operacionalizada no território em diversas fases, percorrendo as duas primeiras décadas do século XXI. A primeira, parte da inquietação sobre o que é “ser indígena” por parte de lideranças da comunidade. Estas sob o estímulo de instituições de ensino e pesquisa iniciam a jornada que pode culminar com o processo político de autoafirmação e reescrita historiográfica da presença dos povos originários no RN, pois, segundo a historiografia oficial essa população já não mais existia deste o final do século XIX. Assim, a recepção acadêmico-científica operacionalizada pelo povo do Catu se constitui a primeira fase de recepção no Território Indígena, cuja característica principal é a realização de pesquisas científicas e ações extensionistas.

Num segundo momento a comunidade se organiza para receber estudantes do sistema regular de ensino, notadamente escolas de nível fundamental e médio. Neste momento o elemento da interculturalidade presente nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) das escolas da comunidade se faz presente, de modo que o

[115]http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000179256.PDF

objeto da recepção gira em torno das escolas. Mais para o final da segunda década do século XXI o componente recreativo é incorporado a recepção, por meio de incursões na mata adjacente à nascente do Rio Catu. Nesta fase, amplia-se o público recepcionado e diversifica-se a oferta de atividades, incluindo-se na roteirização novos espaços para visitação, bem como, atores sociais que não haviam sido integrados às fases anteriores.

É válido considerar que a recepção acadêmico-científica não se restringe aos eventos iniciais, perpassando todo o processo de recepção, inclusive, intensificando-se em outras fases de recepção. Outra caraterística que se torna mais presente a partir da fase de intercâmbio cultural com as escolas é o olhar externo às práticas de recepção na comunidade, a citar: veículos de comunicação para fins de realização de programas televisivos e documentários; e o Estado por meio de iniciativas para implementação de políticas voltadas ao turismo. É importante mencionar que salvo poucos estímulos de iniciativas governamentais a recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu se dá num contexto de dentro para fora, onde a atuação da população residente se configura como elemento propulsor da atuação.

A recepção de visitantes no Catu é apresentada nos relatórios de gestão da APAPU disponíveis no SAMGe[116] como recursos e valores de conservação na UC. Neles as trilhas ecológicas interpretativas na Mata da Nascente do Catu e o etnoturismo de base comunitária indígena Katu são apresentadas como iniciativas permitidas e incentivadas na APAPU. Entretanto, é mister registar que tais atividades ainda não tem o devido monitoramento por parte da gestão da APA, como por exemplo, atuação a partir de definição de capacidade de suporte conforme previsto no Plano de Manejo da unidade. Neste aspecto apresenta-se a linha tênue da conservação colaborativa, pois, é quando se percebe que os novos contextos de gestão não excluem as comunidades da tomada de decisão (Maretti e Simões, 2020); (Diegues, 2019). Assim, a definição de limites com vistas a operacionalizar as rotinas de visitação nas Zonas de Preservação Ambiental, carece ultrapassar o modelo de gestão do século XX que excluía os povos originários dos processos, colocando-os numa posição de “invasores” de seu próprio espaço.

Também é importante frisar que não se pode excluir o elemento político das práticas realizadas pelo povo do Catu, haja vista que ao passo em que a comunidade

[116]http://samge.icmbio.gov.br/Samge/947/2021/Painel
http://samge.icmbio.gov.br/Samge/947/2022/Painel

se abre para os visitantes também é estimulada ao conhecimento sobre si por meio da prática social discursiva implicada na recepção. Isso significa que pautar a lógica da conservação somente sob o prisma dos aspectos bióticos a abióticos da natureza leva a desconsiderar as características antropológicas nos espaços que precisam ser conservados. Especialmente quando se observa a sabedoria ancestral como um elemento de relevante contribuição para a conservação.

O cenário ora descrito vem inspirado ações governamentais no âmbito do turismo com foco no Território Eleotérios do Catu[117]. É lícito afirmar que assim como nos demais aspectos da historiografia oficial a existência de povos originários também fora invisibilizada da promoção oficial do turismo no RN (Lemos, 2021). Como dito anteriormente tais fatos precisam ser observados de uma forma mais ampliada, haja vista que o contexto encontrado nesta terceira década do século XXI demandam a contextualização do fenômeno. O turismo no Catu vem sendo estudado desde 2010, de modo que já existe um repertório discursivo que pode servir de apoio ao planejamento e gestão das práticas de recepção. Vale salientar ainda que não somente estudiosos do turismo vem empreendendo investigações científicas no contexto dos povos originários no Território Eleotérios do Catu, de modo que, dadas as demandas interdisciplinares que as práticas turísticas ensejam observar, levar isso em conta configura-se como um caminho de saída às iniciativas convencionais de turismo assentadas exclusivamente nos modelos de negócios capitalistas (Ransfield e Reichenberger, 2021).

6.4.2.3 A atenção do Estado à recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu

Para observar as iniciativas no tocante a recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu por parte do Estado se considerou os municípios de Canguaretama e Goianinha, do Governo do RN e da União. No geral, ratifica-se a fala de que as iniciativas ali existentes são fruto de um processo de reescrita da história pelos membros da comunidade. Entretanto, cumpre trazer a discussão alguns elementos específicos observados na realização deste estudo. Vale registrar que embora ainda não haja a inclusão oficial dos Eleotérios do Catu como TI oficialmente demarcada, é importante trazer o entendimento de reconhecimento extralegal no sentido de

[117]https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/04/24/governo-do-rn-assina-convenio-de-consultoria-com-sebrae-no-valor-de-r-12-mi-para-interiorizacao-do-turismo.ghtml

enfatizar que o território recebe “algum nível de atuação governamental além da legislação – por exemplo: menções, programas, cadastros etc.” (Maretti e Simões, 2020, p. 75).

Assim, desde 2005 quando se realiza a primeira Audiência Pública para tratar das questões de reconhecimento dos povos originários no âmbito do RN, vários tem sido os dispositivos governamentais que atestam a existência e resistência dos Eleotérios do Catu, assim como as demais 16 comunidades autodeclaradas no estado. Especificamente sobre uso público com fins turísticos na APAPU, tendo como ênfase as práticas ofertadas pelo povo do Catu, além do plano de manejo há registros explícitos nos trabalhos acadêmicos-científicos fomentados pelas mais diversas Instituições de Ensino Superior (IES). Some-se a isso a atenção a recente atenção que vem sendo dada tanto em âmbito municipal quanto no contexto do governo do RN.

No tocante a atuação municipal o registro maior se dá ao município de Canguaretama, haja vista que este faz parte Polo Costa das Dunas[118] considerado a “porta de entrada” para o turismo do RN. O município ainda compõe na categoria C, o Mapa do Turismo Brasileiro[119], cuja participação é aberta a todos os municípios brasileiros, desde que observem os critérios estabelecidos em Portaria Ministerial nº 41/2021[120]. Sobre o município de Goianinha, não foi possível identificar semelhantes características no tocante a gestão pública do turismo, embora haja na estrutura administrativa do município a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Quando consultada, a gestão municipal afirmou a existência de fragilidades na gestão municipal do turismo em razão da carência de pessoal qualificado na região, o que soa potencialmente contraditório haja vista que há 10 anos o IFRN vem atuando na formação profissional na área de turismo e hospitalidade de cidadãos da Microrregião do Litoral Sul e proximidades.

Apesar de não figurar na comunicação oficial do governo do estado sobre o município de Canguaretama, as práticas de recepção do Território Eleotérios do Catu têm aparecido em mecanismos de promoção institucional de âmbito municipal, a citar o estande de participação na Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN[121],

[118]https://setur.rn.gov.br/polocostadasdunas#
[119]https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home
[120]https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/11/2021&jornal=515&pagina=130
[121]https://www.instagram.com/femptur/

bem como, no perfil institucional criado em uma rede social para promover o município[122], denominado “Vem Viver Canguaretama”. Além do perfil, há destaque ao Catu na exposição itinerante “Vem Viver Canguaretama”, alusiva aos 138 de emancipação política do município com telas que circulam por vários espaços públicos ao longo do ano de 2023. Vale registrar neste sentido, que a contratação desde 2016, em cargo de comissão, de um residente do Catu autodeclarado indígena pode estar contribuindo para o incremento da visibilidade dos povos originários no que se refere à promoção turística do município.

No tocante à gestão municipal do turismo, a única ata de reunião do Conselho Municipal que o estudo teve acesso não se menciona iniciativas no Território Eleotérios do Catu, apesar de haver assento de representação indígena na composição da instância de governança. Vale ainda registrar que, embora as reuniões ordinárias possam deliberar como maioria simples presente, o ampliado número de representações na instância de governança poderia dificultar a participação efetiva de toda a composição do conselho, fato corrigido pela emenda parlamentar sancionada em janeiro de 2022. Outro aspecto importante nesta seara é que visando o fortalecimento institucional da gestão do turismo em Canguaretama, o IFRN vem contribuindo com iniciativas de ensino, pesquisa e extensão a citar: Inventário da Oferta Turística [123], Plano Municipal de Turismo[124], dentre outros[125].

Ampliando o espectro da gestão ao âmbito do Polo Costa das Dunas registra-se que o Governo do RN por meio do Convênio nº 2/2022, celebrado em dezembro de 2022 junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RN) formalizam de parceria para desenvolvimento e fortalecimento do Turismo de Base Comunitária no Rio Grande do Norte. O intuito da parceria é capacitar e orientar os profissionais e empresas do segmento turístico para o desenvolvimento de boas práticas do Turismo de Base Comunitária em comunidades tradicionais. Neste aspecto o Território Eleotérios do Catu aparece em posição de destaque, dentre as três comunidades que serão atendidas pelo convênio (RIO GRANDE DO NORTE, 2022).

---

[122]https://www.instagram.com/vemvivercanguaretama/
[123]https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1097
[124]https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/947
[125]https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1542?show=full
https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/360
https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1720?show=full

Vale salientar neste aspecto que discussões relacionadas a tal convênio não aparecem nas atas analisadas tanto no âmbito da gestão municipal do turismo no município de Canguaretama quanto no CGAPAPU. No Conselho Estadual de Turismo (CONETUR), a reunião que tratou do planejamento das ações para o ano de 2022 a temática também não aparece. Esta por sua vez é observada no planejamento das ações para o ano de 2023, tanto por parte da Secretaria de Estado do Turismo do RN (SETUR/RN) quanto por parte da Empresa Potiguar de Promoção Turística S/A (EMPROTUR). No primeiro caso se fala do termo de fomento entre SETUR/RN e SEBRAE/RN. No segundo, é mencionado o fomento à interiorização do turismo.

Até o momento da conclusão da escrita não havia sido possível acessar as atas do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas, uma vez que não se obteve retorno da secretaria executiva do polo mesmo com intermediação oficial da SETUR/RN. Entretanto, um entendimento preliminar denota que a iniciativa trata de uma ação isolada da SETUR no âmbito da roteirização nos polos de turismo, sendo, portanto, pertinente o envolvimento das variadas instâncias de governança que podem interagir no Território Eleotérios do Catu para garantir a integração das ações. Como citado anteriormente não se logrou êxito na consulta realizada à FUNAI, pois, no entendimento dos técnicos do órgão seria necessário inicialmente uma autorização para realização deste estudo naquele órgão. Entretanto, como também fora explicado o Território Eleotérios do Catu ainda não é TI legalmente demarcada.

Em consulta ao SEI/FUNAI[126] observa-se que em linhas gerais os processos relacionados ao território estão associados à direitos indígenas e assessoramento jurídico. Especificamente sobre o uso público para fins turísticos e recreativos foi possível diagnosticar o processo n° 08786.000102/2016-12, que tratava da Festa da Batata no ano de 2016. A festividade foi reconhecida em 2019 pelo município de Canguaretama como parte do seu calendário oficial de eventos.

6.4.2.4 O olhar dos visitantes ao Território Eleotérios do Catu

São várias as motivações que levam os visitantes ao Território Eleotérios do Catu. Em linhas gerais as características do povo que se autodeclara da etnia

[126]http://sei.funai.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar_paginado&inicio=0&id_orgao_acesso_externo=0&hash=b571f5516ed165992fbef2232294896f

potiguara[127] é o que chama a atenção. No Catu, a recepção se configura como uma das estratégias de autoafirmação e de autorreconhecimento na comunidade, de modo que o componente político da resistência é evidente na prática social discursiva implicada no processo. Este, vai da explanação dos condutores locais às práticas cotidianas que são apresentadas ao visitante.

Como explanado anteriormente, os visitantes chegam ao Catu pelo interesse acadêmico-científico, para práticas interculturais, de lazer e de cunho jornalístico/publicitário. Como também dito, a dinâmica vai mudando de perspectiva ao passo que novos atores da comunidade vão se incorporando ao processo de recepção. Assim, embora os elementos base da visita sejam as características étnicas da comunidade, o conteúdo da recepção se diferencia pelo ator que recebe o visitante. No Catu, ao passo que a visita pode tomar um foco mais político-reflexivo ela também incorpora o discurso da qualidade na prestação de serviços.

A qualidade na prestação de serviços é visível no estudo de Arcanjo (2021) quando analisa a satisfação dos visitantes da aldeia Catu dos Eleotérios com a experiência imersiva do roteiro. Os principais elementos observados pelo autor foram: seguintes serviços prestados, intenção de recomendar o local, grau de interesse em outros tipos de práticas nas visitas futuras. Assim, o componente político da autoafirmação étnica não foi tão presente no estudo em razão das indagações realizadas pelo autor. Dos 15 estudos diagnosticados por essa pesquisa, apenas o trabalho ora citado traz o olhar do visitante para a análise acadêmica da recepção no Território Eleotérios do Catu.

Para melhor compreender como se apresenta tanto o discurso político-reflexivo quanto qualidade na prestação de serviços é preciso apreender como se operacionaliza a visita, pois, a depender do ator social que recebe e das concepções de mundo de quem visita se tem a construção do olhar acerca da comunidade. Uma questão importante que este estudo observou é que nem todos os sujeitos estão dispostos a compreender a discussão da etnogênese vivida pelo povo do Catu. Estereótipos cristalizados na sociedade podem gerar certa nebulosidade para se perceber a dinâmica cotidiana ali presente.

Um elemento a se considerar neste sentido é que no contexto atual cada visita por mais semelhanças que tenha é única. Vale ainda considerar que quanto menor for

[127]https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/p_catu.html
https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara

o público maior é compreensão acerca do processo de etnogênese vivenciado pelo povo do Catu. Obviamente que esse quantitativo precisa garantir as condições mínimas de manutenção da operação. O público ouvido por este estudo em grupo focal trouxe alguns elementos que merecem reflexão.

De acordo com os entrevistados foi sentido a necessidade de preparação do público para realização da visita. Isso leva a compreender que quem visita o território carece de orientações acerca de elementos básicos, como por exemplo, o fato de no Brasil existir 305 etnias indígenas[128]. Neste sentido ficou evidente a necessidade de se saber que ao chegar no Catu não se encontraria um cenário de indígenas isolados como em algumas TI na Região Norte, ou ainda que termos como “índio” ou “tribo”[129] não são considerados de bom tom para fazer referência as populações originárias, haja vista que tais elementos são uma forma de caracterização assumida ao longo do processo de colonização do Brasil, e no contexto atual representam a memória da universalização pela qual os povos originários foram submetidos no período colonial. Nisso implica considerar em abrir possibilidades de entendimento para que esse visitante não chegue à comunidade imbuído de expectativas cujo alcance somente seja possível por meio de simulações de realidade que não levem em conta seu processo de etnogênese.

Ainda de acordo com os visitantes é importante considerar se quem visita o território está ali pela experiência, pela resistência ou pela espiritualidade. Segundo os relatos apresentados no grupo focal é possível que se vivencie ao longo da visita tanto os três elementos ou algum deles de forma isolada, o que vai depender do estado de espírito do visitante, suas crenças e história de vida. Ainda é pontuado que independente dos motivos pelos quais se visita o Catu se a implementação de condições básicas de infraestrutura e segurança são evidentes, a citar: o limite de visitantes por atividade, pontos de apoio para paradas estratégicas com sanitários secos, água, primeiros socorros, acessibilidade e comercialização de alimentos rápidos, por exemplo.

Embora tragam esses pontos de reflexão o grupo pondera que o contexto da visita não carece de elementos da sofisticação próprios das formas mais

[128]https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias#:~:text=Segundo%20dados%20do%20%C3%BAltimo%20Censo,ind%C3%ADgenas%20de%20305%20diferentes%20etnias.

[129]https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio

convencionais de recepção turística. Isso remete a outra questão relevante, endossar a discussão sobre quem visita o Catu. Ela diz respeito ao fato de direcionar a captação de visitantes àqueles que tem o hábito de conhecer lugares fora das características convencionais da chamada “bolha turística”.

O discurso do grupo ainda declara a necessidade de esclarecimentos acerca do processo de etnogênese vivido pela comunidade tanto por meio de oralidade quanto por meio da existência de elementos materiais. Isso se faz necessário para contribuir com a desconstrução de eventuais estereótipos acerca do indígena contemporâneo, bem como, reforça a lógica da conservação colaborativa nas ANPs que pode ser observada no Território Eleotérios do Catu. Um mapa de localização acompanhado de uma breve contextualização é apontado como uma estratégia de primeiro contato com a apresentação de práticas vivenciadas na comunidade. A esse respeito vale registrar que já existe um trabalho na comunidade de catalogação de artefatos para criação de um museu comunitário[130].

6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças para o entendimento da humanidade dos últimos séculos vêm reverberando nas interações com meio biótico e abiótico. Isso implica num movimento histórico singular, do ponto de vista da organização social, política, do sistema produtivo e da distribuição espacial populacional. A criação de espaços naturais protegidos ganha força com a missão de salvaguardar o patrimônio, sendo o turismo um dos usos passíveis de promover tal pressuposto.

O cenário ora discutido partiu do intuito de reconhecer o entrelaçamento ANPs e TIs na prática discursiva vivenciada na recepção de visitantes do Território Eleotérios do Catu. Os resultados do estudo demonstram um cenário complexo de intervenção com vários atores sociais envolvidos, o que remete ao entendimento contemporâneo de conservação colaborativa. Esta por sua vez carece não ficar reduzida aos discursos de conservação cristalizados no século XX. Assim, a saída para tal seria pautar o olhar para os processos comunitários. No caso específico do *lócus* deste estudo além de salvaguarda do patrimônio, a recepção de visitantes tem um papel

[130]https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/32

peculiar de contribuir com os dizeres sobre si de um povo que vem paulatinamente reescrevendo sua história enquanto população originária.

Refletir sobre essas questões implica em compreender que a realidade das práticas turísticas inseridas na APAPU e a lógica da recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu traz consigo elementos interdisciplinares que extrapolam o discurso hegemônico do turismo. O primeiro deles consiste em considerar que apesar de existir um aparato institucional de orientação às atividades, a citar o Plano de Manejo da APAPU, no Território Eleotérios do Catu a recepção de visitantes se configura numa perspectiva que vai além da normatização do uso dos espaços. Haja vista que ela nasce a partir da necessidade de autoafirmação e luta por direitos originários de um povo.

Por fim, cumpre ainda frisar que qualquer iniciativa que vise estimular boas práticas assim como outros elementos da operação de recepção de visitantes precisa levar em conta os atores da comunidade e o cenário em que o espaço se insere. Haja vista que como fora demonstrado neste texto tem-se ali os mais variados imbricamentos institucionais de modo que reduzir as intervenções a dinâmica convencional do turismo constitui-se uma provável possibilidade de equívoco operacional.

REFERÊNCIAS

Albagli, S. (1998). *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Arcanjo, V. da C. (2021). *Análise do perfil e da satisfação dos visitantes da aldeia Catu do Eleotérios com a experiência imersiva do roteiro*. [Monografia de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Canguaretama.

Bramwell, B., & Lane, B. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability, *Journal of Sustainable Tourism 19* (4-5), 411-421. https://doi.org/10.1080/09669582.2011.580586

Braida, R.G. A. (2017). O turismo como prática social em território indígena: a aldeia turística *Puiwa Poho* (Feliz Natal, Mato Grosso, Brasil). *Turismo: Estudos & Práticas 6* (1), 69-87. http://periodicos.uern.br/index.php/turismo

Brasil. Ministério da Justiça. (2015). Fundação Nacional do Índio. *Instrução Normativa nº 3, de 11 de junho de 2015*. http://dspace.mj.gov.br/handle/1/6891

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2011). *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto no 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.* Brasília: MMA/SBF. Recuperado em 23 de setembro de 2019, de https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/SNUC.pdf

Brasil. Senado Federal. (2008). *Convenção sobre Diversidade Biológica e Legislação Correlata*. Brasília: Senado Federal. http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182959

Brasil. Câmara dos Deputados. (2000). *Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Brasília: Centro de Documentação e Informação. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-normaatualizada-pl.pdf

Conceição, C. C., Anjos, F. A. dos, & Gadotti dos Anjos, S. J. (2019). Power Relationship in the governance of Regional Tourism Organizations in Brazil. *Sustainability, 11*(11), 3062. https://doi.org/10.3390/su11113062

Crespo, C. (2017). Contornos de lo decible, exhibible y pensable. Los pueblos originarios en las políticas turístico-culturales en el noroeste de Chubut (Patagonia, Argentina). *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 15*(3), 533–544. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2017.15.036

Davenport, L., & Rao, M. (2002). The History of Protection: Paradoxes of the Past and Challenges for the future. In Terborgh, J. et al. (2002). *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.

Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.

Diegues, A. C. (2019). Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. Desenvolvimento e meio ambiente, 50. https://doi.org/10.5380/dma.v50i0.66617

Diegues, A. C. (2008). *O mito moderno da natureza intocada*. (6a ed.). São Paulo: IUGITEG/NUPAUB.

Escobar, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In Lander, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso.

Fennell, D. A., & Eagles, P. F. J. (1990). Ecotourism in Costa Rica: A conceptual framework. *Journal of Park and Recreation Administration, 8*(1). https://js.sagamorepub.com/index.php/jpra/article/view/1883

Figueiredo, S. L., & Nóbrega, W. R. M. (2015). Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In Figueiredo, S. L., Azevedo, F. F., & Nóbrega, W. R. M (Org.). (2015). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA. https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/16

Flyvbjerg, B. (1993). Sócrates não gostava do método de Estudo de Casos: por que você gostaria? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 74*(177). https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.74i177.1198

Hollinshead, K. (1990). The powers behind play: The political environments for recreation and tourism in Australia. *Journal of Park and Recreation Administration*, *8*(1). https://js.sagamorepub.com/index.php/jpra/article/view/1880

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023. *OFÍCIO Nº 105/2023/SES/RN/IBGE*. Natal: Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA). (2022). *Roteiro de Trilhas Interpretativas da Mata da Nascente - Catu: lazer, aventura e educação ambiental*. Natal: IDEMA.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA). (2013). *Plano de manejo - APAPU.* Natal: IDEMA. https://drive.google.com/file/d/1IWOibX7Iym8x5YM2qfBxyW-yVXy6fUKi/view

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)/Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)/Rede Cerrado. (2023). *Tô no Mapa: O que são TICCAs?* https://tonomapa.org.br/ticcas/

Justino, A. N. da P., & Nóbrega, W. R. M. (2020). Desenvolvimento Regional do Turismo do Rio Grande Do Norte no Contexto das Smart Cities: Um olhar sobre o Polo Costa das Dunas. In: Rosário, J. O. R., Guimarães, P. B. V. Xavier, Y. M. de A. (Orgs). *Meio ambiente, desenvolvimento e tecnologia: os direitos em transição paradigmática*. Natal/RN: Editora Motres, 2021.

Kaingang, D., & Schwingel, K. (2022). *Direito ao território, direito à vida*. Porto Alegre: COMIN: Fundação Luterana de Diaconia. https://comin.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Comin-_Direito-ao-territorio-direito-a-vida-2022-web.pdf

Krutwaysho, O., & Bramwell, B. (2010). Tourism policy implementation and society. *Annals of tourism research, 37*(3), 670–691. https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.12.004

Lemos, D. D., Marília Barbosa Gonçalves, Guilherme Arnaud Lopes Nunes, & Renata Laize Alves Coelho Lins Paino Ribeiro. (2021). Tudo começa aqui? A anulação da presença dos povos indígenas no RN e a vitória do invasor branco retratadas pelas escolhas lexicais em canais de comunicação do destino Rio Grande do Norte. *Brazilian Journal of Development, 7*(11), pp. 104067-104089.

Lourenço, N. (2014). Globalização e glocalização. O difícil diálogo entre o global e o local. *Mulemba, 4* (8), 17–31. https://doi.org/10.4000/mulemba.203

Maretti, C.C., & Simões, J.F. (2020). *TICCAs: Análise da situação legal e da implementação no Brasil; territórios e áreas de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais no Brasil e relações com os conceitos associados aos TICCAs*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Ticcas_Brasil_estudo_legal.pdf

Martoni, R. M., & Perdigão, P. M. M. (2019). Teorias do turismo: os espelhos dos métodos. *TURYDES Revista Turismo y Desarrollo local sostenible, junio*. https://www.eumed.net/rev/turydes/26/teorias-turismo-metodos.html

Melo, C. de S. M., & Araujo, M. A. D. de. (2018). Gestão Participativa: avanços e desafios da participação na Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una. *Gestão e sociedade, 13*(34). https://doi.org/10.21171/ges.v13i34.2487

Nascimento, M. V., Justino, A. N. P., Ferreira, F. J. S., & Teixeira, R. R. L. (2018, Outubro, 23-31). *O uso público para fins turísticos e recreativos da área de proteção ambiental Piquiri-Una-RN: a percepção de representantes do poder público no conselho gestor*. [Apresentação de trabalho]. IV Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão (SECITEX) / XIV Congresso de Iniciação Científica (CONGIC), Natal, RN, Brasil.

Nepal, S. K. (2000). Tourism in protected areas. *Annals of Tourism Research, 27*(3), 661–681. https://doi.org/10.1016/s0160-7383(99)00105-x

Nóbrega, W. R. M., & Figueiredo, S. (2015). Arenas públicas de turismo: proposta metodológica para avaliação de Instâncias de Governança Local/Regional. *Anais do 7 Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.*

Oliveira, R. F. C. de. (2018). *Avaliação do contexto e da efetividade da gestão da área de proteção ambiental Piquiri-Una.* [Artigo de Mestrado em Uso Sustentável de Recursos Naturais]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal. http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1619

Ransfield, A. K., & Reichenberger, I. (2021). Māori Indigenous values and tourism business sustainability. *AlterNative (Auckland, N.Z.: 2005), 17*(1), 49–60. https://doi.org/10.1177/1177180121994680

Redclift, M. R. (2006). Os novos discursos da sustentabilidade. In Fernandes, M., & Guerra, L. D. (2006). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. (2006). (2a ed.). Belém: Associação de universidades amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Restrepo, N., & Anton Clavé, S. (2019). Institutional thickness and regional tourism development: Lessons from Antioquia, Colombia. *Sustainability, 11*(9), 2568. https://doi.org/10.3390/su11092568

Richardson, R. J. (1985). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.

Rio Grande do Norte. (2022*). CONVÊNIO Nº 2/2022 - Processo nº 02410019.001444/2022-90*. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Rio Grande do Norte. (2013*). Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte –RN Sustentável: Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN.* Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Teixeira, R. R. L., Justino, A. N. da P., Galvão, A. K. de L., Ferreira, F. J. S., & Brumatti, P. N. M. (2019). O USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS NA APA PIQUIRI-UNA (APAPU): UMA ANÁLISE DAS REUNIÕES DO CONSELHO GESTOR. In Zuffo, A. M. (2019). *A produção do Conhecimento nas Ciências Agrárias e Ambientais 4*: Atena Editora.

Terborgh, J., & Van Schaik, C. (2002). Why the World Needs Parks. In Terborgh, J. et al. (2002). *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.

Tiburcio, A. C., Fukuda, J. C., Oliveira, E., & Maretti, C. C. (2023). Comunicação e afeto em prol das áreas protegidas. *Revista de Comunicação Dialógica, 9*, 3–11. https://doi.org/10.12957/rcd.2023.74815

Van Schaik, C., & Rijksen, H. D. (2002). Integrated Conservation and Development Projects: Problems and Potential. In Terborgh, J. et al. (2002). *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.

Van Schaik, C., Terborg, J., Davenport, L.; & Rao, M. (2002). Making Parks Work: Past, Present, and future. In Terborgh, J. et al. (2002). *Making Parks Work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Washington: Island Press.

WWF Brasil. (2022). *TICCAS: reconhecimento para os territórios tradicionais*. https://www.wwf.org.br/?82348/TICCAS-reconhecimento-para-os-territorios-tradicionais

WWF Internacional. (2008). *Povos Indígenas e Conservação Ambiental: Declaração de Princípios do WWF*. Gland, Suíça: WWF Internacional. https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/povos_indigenas_e_conservacao_ambiental_declaracao_de_principios_do_wwf.pdf

7 CONSIDERAÇÕES FINAS DA TESE... À GUISA DE UMA CONCLUSÃO

O turismo é um fenômeno complexo e com tal demanda uma práxis que se proponha a compreendê-lo de uma forma ampliada. Pensar a amplitude de sua dimensão implica em assumir que é importante compreender os elementos do universo produtivo, porém, assentir que o fenômeno não se encerra apenas neste espectro. A depender do contexto em que se observa as práticas turísticas se faz necessário o suporte de vários campos do conhecimento para abarcar suas externalidades. Nisto reside o caráter interdisciplinar do turismo.

Tais elementos são postos à lente de observação que norteia essa tese, uma vez que se parte da premissa de que não se pode empreender iniciativas de planejamento em espaços turísticos sem uma análise aprofundada do cenário abarcado em tais intervenções. Para tal, toma como mote um estudo de caso no Território Indígena Eleotérios do Catu, situado na Microrregião do Litoral Sul do RN. Considerando a interdisciplinaridade, a observação do cenário não reduz a observação das práticas turísticas em si de modo que se leva em conta a teia de conexões que atravessam a prática social discursiva no território para não se correr o risco de apresentar um olhar limitado acerca da realidade em questão.

É nisto que reside a importância do estudo de caso, tensionar elementos que, porventura, possam ser negligenciados em outros tipos de iniciativas de investigação. Assim, se procurou construir um conhecimento amplo e detalhado sobre o território de modo a alcançar o objetivo de analisar a prática social discursiva presente na interseção turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da compreensão de elementos advindos da emergência dos processos de resistência e etnogênese no território indígena Eleotérios do Catu/RN/Brasil.

Vale registar que a pesquisa assume a postura de uma construção colaborativa, uma vez que a literatura que abrange a temática demanda o trabalho com a comunidade e não na comunidade. Fica evidente, neste sentido, um processo de desconstrução e reconstrução sobre o fazer científico. Haja vista que neste estudo ele se apresenta numa perspectiva alicerçada na lógica processual da construção metodológica contínua por meio do atravessamento entre a idas e vindas da construção, análise e comunicação. É valido ainda registrar que a etapas ora mencionadas não se constituem de processos estanques, pois, fazem parte de um processo de retroalimentação constante.

Considerando a questão secundária “em que consiste a prática social discursiva foucaultiana como lente analítica para o turismo?” é importante mencionar que conceber a construção do conhecimento sob esse olhar constitui um significativo ferramental para a observação construtivista da realidade no turismo. É nisso que reside sua localização na inspiração arquegenealógica foucaultiana. Na visão arqueológica o estudo procura compreender as contingências que levaram a prática social discursiva sobre si, atrelada a recepção de visitantes dos Potiguaras do Katu. Quando às questões relacionadas a genealogia observa-se o componente político de resistência em meio às relações de poder estabelecidas para tal e que se fazem presentes no processo de etnogênese vivenciado pela comunidade.

Convém ressaltar que não se tem a pretensão de se assumir um discurso histórico, porém, para sua compreensão não se desloca a necessidade de se observar a prática social discursiva que vai compor o repertório de contradiscurso historiográfico acerca dos povos originários no RN. É nisto que se situa a questão “como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários?”. No território se observa a possibilidade da apresentação de novos olhares acerca da ocupação da “América Portuguesa”, sob o prisma do discurso dos povos originários, a partir do seu secular processo de resistência. Ao se observar como se conta essa “outra história” percebe-se a resposta à questão “por que a recepção de visitantes se apresenta como um elemento de visibilidade e resistência para os povos originários?”. Esta se coloca com uma das estratégias políticas de autoafirmação de um povo que vive a retomada da verdade sobre si por meio de um processo etnogênese.

Assim, o processo de recepção de visitantes oportuniza o exercício e a demonstração de elementos característicos da indianidade representada nas mais diversas atividades descritas no apêndice E, a citar: jogos e brincadeiras, hábitos alimentares, produção artesanal e rituais espirituais, além do contato com os saberes ancestrais por meio do cultivo de alimentos e plantas medicinais. Estes elementos representam importantes símbolos da resistência e da etnogênese, e, por meio da oferta deles enquanto atração, a comunidade se reconhece e recebe o reconhecimento por parte dos visitantes. Neste sentido, quando se permite observar a realidade a partir das dobras históricas dos vários cenários imbricados no processo de etnogênese dos Potiguaras do Katu, e por conseguinte, da sua prática discursiva

de resistência a partir do olhar foucaultiano, pode-se perceber que esta se coloca como um desdobramento das relações de poder.

A perspectiva foucaultiana de análise traz ainda elementos para se refletir que observar as contingências que formam o cenário da recepção de visitantes na comunidade implica em levar em conta a resposta à questão “como o entrelaçamento Áreas Naturais Protegidas e Terras Indígenas se apresenta na prática discursiva dos espaços naturais protegidos”. Isso se dá a partir do entendimento de que, embora, oficialmente o espaço em que se insere o território não componha o quantitativo da TIs oficialmente demarcadas, este faz parte do SNUC ao estar inserido na APAPU. O que demanda mais um olhar ao planejamento das práticas de recepção de visitantes a fim de não se assumir posturas equivocadas na implementação de intervenções cuja finalidade seja a recepção de visitantes.

É válido trazer como exemplo dessa necessidade o fato de que no momento da realização deste estudo acontece ato solene de lançamento convênio firmado entre o governo do RN e o Sebrae para consultoria visando o desenvolvimento do TBC e a interiorização do turismo do estado acontecia em Brasília o 19º Acampamento Terra Livre[131]. Fato que inviabilizou a participação de representações do povo do Catu no evento promovido para publicizar o atendimento daquela comunidade no escopo da política pública estadual para o turismo. Além disso, levando-se em conta o espectro da APAPU, a política em questão não foi apreciada pelo CGAPAPU. A situação ora explicitada corrobora para a discussão de que desconsiderar o contexto pode levar intervenções de planejamento e gestão do turismo deslocadas da realidade.

Outra vez, a inspiração foucaultiana se faz presente quando se traz a tela as contingências que compõe o estatuto de verdade. Uma vez que as verdades institucionais nem sempre coadunam com a prática social discursiva situada no *a priori* histórico apresentado por Foucault. É nisso que reside a prática social discursiva foucaultiana como lente analítica para o turismo assumindo-o para além de questões herméticas, porém, sem colocá-lo em suspenso. Compreendendo-o como parte do tecido social, e, portanto, saindo do olhar para a relações de causa-efeito de modo a

[131]https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/no-19o-acampamento-terra-livre-joenia-wapichana-garante-que-funai-dara-prioridade-as-demarcacoes#:~:text=Maior%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20do%20Brasil,causadas%20pelas%20mudan%C3%A7as%20no%20clima.

direcionar o olhar para o contexto. A figura 53 simboliza os elementos aqui enunciados.

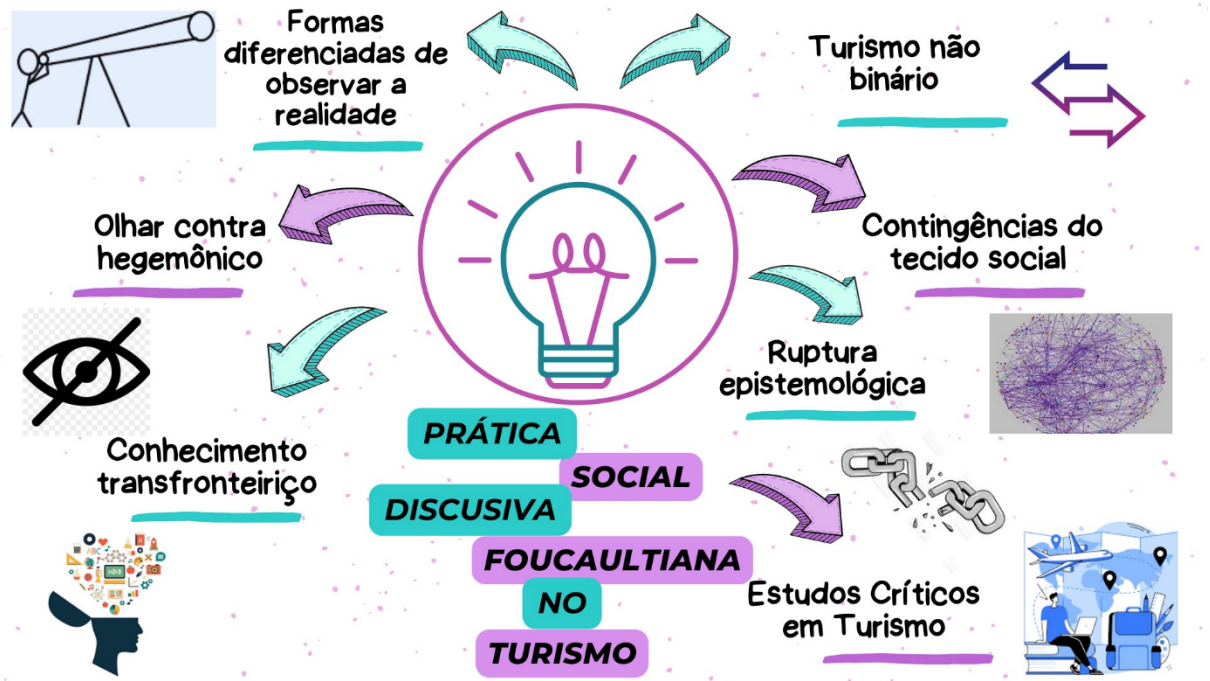


Figura 53: Prática social discursiva foucaultiana no turismo
Fonte: Elaboração própria

A discussão em tela demonstra como a interseção turismo, áreas naturais protegidas e povos originários se torna uma evidência da maneira como as externalidades interferem e necessitam de consideração nas ações de planejamento e gestão do turismo. Para tanto a ampliação do olhar para o turismo além da visão da organização produtiva demanda questões como as que foram tratadas nesta tese, a citar o fato de que conceber a ancestralidade dos povos originários como elemento de atratividade implica em ultrapassar a visão estereotipada e universalizante acerca das populações anteriores ao período colonial. Neste estudo, foi possível observar que as expectativas criadas a partir de uma visão anacrônica da indianidade pode levar à frustração no que compete às práticas realizadas de acordo com o cotidiano de uma população que vive a efervescência de seu processo de etnogênese. O que levanta duas questões: 1) a preparação do público-alvo com relação ao que vai ser experienciado, levando à ultrapassagem da visão simplista acerca do “ser indígena” destas populações; e, 2) a cautela de não reproduzir simulacros a fim de atender a expectativas de uma oferta turística convencional. Assim, embora necessária, não se pode chegar a tais ponderações reduzindo o olhar das práticas ofertadas ao discurso

hegemônico do turismo.

É preciso ir além. Foi essa a proposta desta tese. E, trazer a dimensão política como parte da prática social discursiva na recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu demonstra isso. O que coaduna com os estudos críticos em turismo, uma vez que a abordagem ora apresentada traz a voz daqueles invisibilizados pela historiografia oficial a partir da amplitude de seus contextos políticos, econômicos, culturais e sociais. A esse respeito vale registrar o fato de o *lócus* da investigação ter demonstrado que mesmo assumindo contornos do formato convencional de recepção turística esta não se apresenta reduzida a tal, uma vez que sua prática social desliza tanto no que compete ao perfil de público recepcionado quanto de acordo com o agente receptivo local (vide apêndice E) trazendo características próprias de uma visita única, pois, a cada visita realizada na observação participante se percebia algum tipo de alteração no formato de receber ali ofertado. A figura 54 sintetiza a dinâmica da recepção de visitantes no território.



Figura 54: Dinâmica da recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu
Fonte: Elaboração própria

Com relação ao público, ainda é possível afirmar que sua motivação e quantidade também interferem na forma e conteúdo de como se recebe visitantes na comunidade. É importante considerar que apesar da variação no formato de recepção e do cunho político de resistência que ela enseja é necessário não se negligenciar elementos básicos da técnica do fazer turístico como a infraestrutura mínima e o zelo para com a capacidade de carga do espaço, por exemplo. O que não invalida o mote da discussão que revela a necessidade de reflexão acerca das práticas convencionais de turismo serem alicerçadas no prisma do discurso produtivo hegemônico não serem

as únicas lentes para observação do fenômeno, notadamente quando este ocorre em espaços cuja efervescência política é latente, como é o caso dos territórios da ancestralidade dos povos originários. Neste sentido, é importante enfatizar o processo de visitação como uma porta para a formação de uma sociedade menos racista. Por isso é tão importante o entendimento e apresentação do contexto em que se concebe a visitação nas comunidades. Algo que extrapola a lógica da formatação dos produtos turísticos sob a lógica da comoditização. Além disso, no caso do Brasil, é preciso levar em conta intersecção entre a institucionalização proposta pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), juntamente com a que define e outros tipos de espaços protegidos, como é o caso da TI.

É importante destacar que este é um problema de investigação para vários campos do conhecimento, cabendo ao estudioso do turismo ocupar seu lugar de sujeito-pesquisador quando os problemas de pesquisa afetam diretamente as práticas de planejamento e gestão do fenômeno. Isso se dá no intuito de superar possíveis lacunas advindas do olhar hegemônico de observação, de modo a contribuir para a construção de uma teoria do turismo que vá além do viés mercadológico. Refinar a observação para o turismo em áreas naturais protegidas, a partir das intervenções dos povos originários, faz parte do processo de reconhecer as limitações do atual formato de planejamento e gestão, cujos vieses se concentram em questões que vão da estrutura à processos técnicos da operação gerencial perpassando por entraves financeiros e sociopolíticos, excluindo-se assim a exposição da dimensão política tão cara a este tipo de experiência de recepção de visitantes.

Isso remete mais uma vez a fala da relevância de se observar o contexto. No caso estudado considerar o entrelaçamento Áreas Naturais Protegidas e Terras Indígenas é um elemento desafiador para o planejamento e gestão das práticas de recepção de visitantes. Estes por sua vez são parte de um público diferenciado que busca experiências que extrapolem a “bolha turística” de modo a permitir-se a vivência fora do conforto do turismo convencional, bem como, com mentalidade ampliada às expectativas quanto aos povos originários. Vivenciar esse tipo de prática em espaços do Nordeste brasileira implica em considerar elementos neste estudo de caso. No RN, especificamente, fica demonstrado a necessidade da saída do olhar anacrônico à ancestralidade indígena uma vez que o ato receber visitantes pautado na ancestralidade indígena traz consigo a marca do processo de etnogênese.

Compreender tal discurso implica em situar o Território Eleotérios do Catu no

novíssimo paradigma das áreas protegidas, o da conservação colaborativa. Tal perspectiva vai além da normatização do uso dos espaços. E, especificamente a respeito da recepção de visitantes significa afirmar que esta prática social discursiva possibilita que memórias sejam avivadas e alguns elementos retomados ao cotidiano da comunidade. Registra-se, neste sentido, o contínuo processo de aprendizagem que a comunidade vem passado ao incorporar paulatinamente em seu dia a dia elementos da sua ancestralidade. A prática mensal do ritual Toré, de jogos e brincadeiras indígenas, e o ensino bilíngue nas escolas da comunidade, são um exemplo do processo de etnogênese.

Além disso, ainda se têm a ressignificação de atividades como é o caso do uso de arco e flexa que outrora teve fins utilitários na realização da caça e atualmente é utilizado para fins recreativos. O que denota que o ato de receber não se configura apenas como um elemento de dinamização das atividades produtivas na comunidade. Ele faz parte de um exercício de retomada de práticas ancestrais, ou seja, a recepção de visitantes faz parte de um contexto de mudança social da comunidade em questão. É importante destacar que esse movimento de retomada não se dá para fins de atração aos visitantes, entretanto, tais práticas fazem parte do rol de elementos que constituem o conjunto de atividades realizadas na ocasião da realização da recepção.

Ainda sobre as contingências que levaram às verdades apresentadas neste estudo cumpre trazer o determinante papel da educação, bem como, das políticas afirmativas em nível federal nas primeiras décadas do século XXI, notadamente a primeira. Estas vêm tendo uma significativa influência na verdade sobre si do povo que habita às margens do Rio Catu. Assim, paulatinamente os processos de educação formal e não formal vem contribuindo para a ressignificação do olhar sobre si da comunidade. Vale salientar que a curiosidade sobre o “descobrir-se” indígena toma corpo a partir de uma formação universitária de alguns membros da comunidade.

Várias têm sido as intervenções dos acadêmicos naquele espaço, demonstrando a força da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Mas, o processo crítico e político não se resume às interferências externas à comunidade. Também é passível de ponderação sua auto-organização no sentido de constituir-se politicamente para sediarem duas escolas indígenas, sendo uma delas a primeira do RN. Em ambas, o currículo contempla como elemento basilar os elementos da interculturalidade. Ainda assim, embora se autodeclare indígena a comunidade apresenta traços significativos das práticas disciplinares do processo colonizador

assimilacionista. Um exemplo disso reside na profissão de fé, onde nem todos assumem as práticas ancestrais de culto aos elementos da natureza como seus. Este é mais um exemplo de que não se pode isolar elementos de observação num cenário tão complexo quanto o que ora vem sendo apresentado, e que, portanto, o estudo de caso cumpriu a função de tentar exaurir o contexto de observação do objeto.

É importante frisar que tal ponderação não seja lida como um fator desqualificante da etnogênese aqui apresentada. Pelo contrário, ele só o reforça ao demonstrar que o processo de autoafirmação vem sendo construído paulatinamente e que a recepção de visitantes tem se posicionado como um elemento capaz de elevar a autoestima dos catuzeiros, aumentando naqueles que fazem parte do processo, seu senso de pertencimento aos povos originários. Mas, qual a inovação desta tese? É exatamente essa, apresentar a contextualização de um espaço onde se observa iniciativas de uso público com fins turísticos e recreativos assentado em iniciativas de visibilidade aos povos originários no RN. Ela compõe o repertório discursivo com potencial de promoção à mudança social no caminho para o alcance de um turismo mais compreensivo, ou seja, que leve em conta a prática social discursiva presente nos espaços objeto das intervenções a partir das contingências que formam as relações entre os sujeitos. Isso implica em assumir uma epistemologia cujo propósito seja a observação construtivista da realidade como mote, de modo a construir um discurso de não desconsidere, porém, não se reduza a uma perspectiva pragmática de olhar para o turismo.

Nisso se constrói um percurso de visitas e revisitas no que compete aos polos teórico, epistemológico, morfológico e metodológico da pesquisa, bem como, junto aos aspectos que compõe o campo empírico num cenário de que o “caminhar se aprende caminhando”. Assim se aprende que, apesar da necessidade de se viabilizar operacionalmente, a recepção presente no Território Eleotérios do Catu se coloca como um processo de visibilidade que está para além da lucratividade. O que reside no fato de que, apesar da necessidade de elementos da técnica de recepção de visitantes não é papel deste estudo apontar contradições nos processos ali existentes, pois, ele estaria se posicionando tal qual os processos assimilacionistas e universalizantes aos quais os povos originários vêm sendo submetidos desde a chegada dos europeus no século XVI.

Some-se a isso o fato de que não é papel desse estudo desvelar as entrelinhas da prática social discursiva implicada no processo de recepção de visitantes do

Território Eleotérios do Catu. Caso fosse, não estaria sendo apresentado um olhar aludido à inspiração foucaultiana. Haja vista que para Foucault a prática social discursiva se releva tal como ela é, pois, representa a posição dos sujeitos naquele momento em que se observa a realidade. Sendo, portanto, importante frisar que este estudo se preocupa em apresentar o momento presente em que se captou os atravessamentos que possibilitaram as análises ora apresentadas. Neste aspecto vale mencionar que fixar o olhar para o presente assenta-se no entendimento foucaultiano do *a priori* histórico, no que concerne inferir que a prática social discursiva de recepção de visitantes não é estática, como a observação participante do estudo evidenciou.

Apesar de apresentar como um elemento de considerável contribuição para o planejamento e gestão de práticas turísticas em espaços que contemplem o entrelaçamento ANPs e TIs, o caráter preditivo não foi assumido nesta tese. Mais uma evidência da mutabilidade característica do *a priori* histórico foucaultiano que considera o tempo presente, uma vez que as contingências que cercam a prática social discursiva a torna dinâmica e deslizante entre as posições dos sujeitos, o que leva a compreender que estes podem movimentar-se em várias direções ou ainda novos sujeitos serem implicados no tecido social imbricado pelo processo de recepção de visitantes do Território Eleotérios do Catu. O que demonstra que o turismo não se desloca da realidade e considerar seu planejamento sem levar conta as intersecções e descontinuidades da trama social de um dado território conduz à caminhos rígidos e fechados passíveis de equívocos de execução.

Convém mencionar que esta é a verdade deste estudo, o que não exclui as verdades apresentadas em estudos anteriores, tampouco dos estudos futuros. De modo que o contingenciamento aqui apresentado não se encerra em si. O que denota que, apesar de se tratar de um estudo de caso, não se pode afirmar que o entrelaçamento ora apresentado foi observado à exaustão por tempo indeterminado. Fato passível ser percebido como uma limitação do estudo. Entretanto, considerando a lógica foucaultiana a prática social discursiva aqui apresentada representa o tempo presente a partir de escolhas políticas acerca dos caminhos investigativos assumidos no momento da realização da pesquisa.

É possível que se utilizados outros percursos metodológicos seja passível de se perceber diferentes práticas sociais discursivas das aqui apresentadas? Sim, pois, a prática social discursiva não se encera em si uma vez que ela desliza conforme as contingências do posicionamento dos sujeitos. O que abre espaço para novos

estudos, inclusive, com outras possibilidades na abordagem de observação da realidade. Fato que pode colaborar para suprir a limitação da realização de um estudo de caso, uma vez que tal análise poderia ampliar o repertório de categorias de análise a partir da assunção de múltiplos casos para análise. Neste sentido, cumpre novamente mencionar alguns fatores para os caminhos escolhidos e aqui apresentados: acessibilidade, tempo e orçamento.

Acerca da tese desse estudo que traz a indissociabilidade dos atravessamentos que constituem um território com complexa contingências como é o caso do Eleotérios do Catu, vale registrar a necessidade de se construir o diálogo povos originários, áreas naturais protegidas e turismo. Isso se deve ao fato de que isolar o contexto da observação especificamente ao turismo pode levar a deixar escapar elementos significativos das externalidades que o compõe distanciando-se assim de uma visão mais compreensiva do fenômeno. Isso não vai levar uma interpretação romântica da realidade, tampouco distanciada do pragmatismo que o fenômeno enquanto atividade demanda. Muito pelo contrário, observar a realidade através da interdisciplinaridade que o cenário enseja vai orientar uma técnica com posturas mais progressistas de intervenção uma vez que se incorpora as questões que se fazem latentes no tecido social.

Neste caso em específico, as questões políticas imbricadas no “ser indígena” dos Potiguaras do Katu carecem de atenção por parte dos planejadores do turismo, assim como os elementos que fazem o território estar inserido numa Área Natural Protegida. É nisso que reside essa tese, abrir espaço para se pensar sobre tais questões de forma ampliada de modo a provocar a reflexão dos planejadores do turismo acerca das nuances que envolvem a complexidade em que o território se insere. Como as incursões *in loco* e o levantamento de material para a construção da problemática do estudo demonstraram, sua realidade pode ser a de muitos outros territórios com características semelhantes não apenas no Brasil, mas, também na América Latina.

Assim, se percebe como equivocado desenvolver um discurso de antes e depois da incorporação da técnica do turismo para localizar as práticas de recepção de visitantes na comunidade. E, levando em conta o *a priori* histórico, o mais coerente seria apresentar as fases da recepção ao longo dos últimos vinte anos com o intuito de demonstrar o histórico da luta implicado nos processos de retomada e etnogênese vivenciado no território, como apresentado neste estudo. Uma questão a se considerar

é que as fases não são estanques, tampouco encerram-se em si. Eles se complementam e se retroalimentam. A figura 55 representa esta explanação.



Figura 55: Fases da recepção de visitantes no Território Eleotérios do Catu
Fonte: Elaboração própria

É assim que se constrói o discurso dos caminhos da resistência ao retratar as contingências que fizeram do território uma atratividade turística, de modo a demonstrar que a caminhada na mata vai além de uma trilha interpretativa. Explicitamente ela cumpre essa função, porém simbolicamente ela a extrapola quando se coloca como um espaço de memória e se reproduz através da prática social discursiva presente para que aquele espaço seja utilizado como elemento da oferta de práticas recreativas aos visitantes que ali procuram utilizar o seu tempo disponível.

Novamente, o *a priori* histórico se faz presente nessa prática discursiva, pois, além das fases de recepção pelas quais a comunidade vem passando há ainda os diversificados formatos de recepção, cujo detalhamento pode ser observado no apêndice E deste documento que apresenta os roteiros das práticas de recepção realizadas na observação participante. Fato que demonstra, à luz do entendimento foucaultiano, quão deslizante o discurso pode se apresentar levando-se em conta a posição da fala dos sujeitos. Cumpre reafirmar que classificar como certo ou errado o formato de recepção leva às práticas hegemônicas de discurso, o que seguramente não é a intenção desta tese. Entretanto, se faz necessário refletir em que cenário o território se insere, e que, portanto, do ponto de vista legal quais normativas carecem de atenção como é o caso da capacidade de carga no ato de receber, por exemplo.

O cuidado neste aspecto reside em não reproduzir equívocos apresentados na discussão teórica deste estudo, notadamente a que trata das áreas naturais protegidas. Além disso, é importante destacar que embora a recepção de visitantes no território traga consigo uma considerável carga política por meio do processo de etnogênese, pontuar a imanência de uma prática discursiva deslizante entre os desdobramentos danosos do período colonial, às práticas ancestrais existentes e ressignificadas pelos residentes, bem como, o processo de resistência ali presente é uma latente característica a ser considerada em qualquer processo de planejamento turístico.

Vale retomar o discurso de que o estudo não tem a intenção de encerrar as pautas em questão. Até porque como sua epígrafe já se demonstra “não vemos as coisas como são: vemos as coisas como somos”. E isso se aplica muito ao imaginário de quem visita o Território Eleotérios do Catu, pois, quanto mais se sabe sobre o que ali vai encontrar melhor se compreende os atravessamentos que fizeram do espaço um elemento de atratividade turística mais genuína ao ser legitimada a partir da imersão no conteúdo de etnogênese e retomada ali presente. Desse modo, menores serão as expectativas alimentadas previamente a partir da saída do conteúdo imagético cristalizado sobre a indianidade, evitando assim anacronismos na interpretação da realidade e se localizando na questão indígena contemporânea. Fato que demonstra os limites da comercialização do espaço enquanto atração.

É importante destacar que a intenção da tese não é apontar de caminhos, mas de refletir acerca do que está sendo visto. Assim, se propõe antes de qualquer coisa ser um elemento de contribuição para que se observe às questões ora apresentadas e discutidas de forma ampliada na esperança de ter produzido elementos que oportunizem uma prática social discursiva mais compreensiva de turismo, integrando assim o repertório das construções alijadas no rol das discussões de estudos críticos em turismo. Esperança não no sentido de esperar e sim de esperançar, uma vez que o propósito ora apresentado busca revelar um olhar construtivista às práticas turísticas, especificamente àqueles que remetem ao diálogo entre povos originários, áreas naturais protegidas e turismo. E, que por deste tipo de intervenção seja possível oportunizar aos visitantes a reflexão acerca da realidade à qual estão inseridos. Um fato que implica, inclusive na formação de demanda para tal. Neste sentido, um elemento que pode ser associado ao constructo desta tese foi o convite a participar de uma reunião com a finalidade de apresentar o andamento do trabalho da

consultoria de Turismo de Base Comunitária com comunidades tradicionais, em razão Convênio nº 2/2022, celebrado entre SETUR e SEBRAE/RN.

Por fim, apesar de se ter ciência da pluralidade como característica dos povos originários é possível que os elementos aqui visualizados possam vir a ser observados em outras realidades com semelhantes características de prática social discursiva. Ao longo deste texto muito se abordou a respeito das práticas convencionais de turismo a partir do discurso hegemônico do sistema produtivo. Quando se reflete acerca de tais práticas se leva em consideração elementos massivos de produção e consumo contemporâneo ao quais o turismo não deixa escapar. Isso está intimamente relacionado a comoditização dos espaços ao reduzi-los a meros atrativos, o que inclui a criação de rótulos de segmentação de modo a encaixar a oferta de atrativos nas mais variadas caixinhas. Um leitor mais atento, talvez tenha percebido que ao longo dessa tese se assumiu a postura de não problematizar elementos como definições de turismo, turista, tipologias de atrativos a partir de categorias de análise. Embora se reconheça a existência deles e se perceba algumas de suas características no território, como é o caso do processo de intermediação por meio de agentes receptivos oriundos da capital do estado do RN.

Isso se deu não pelo fato de enxergar a discussão como desnecessária, mas, pelo motivo de que não existe uma palavra indígena para definir turismo, e, sendo um dos motes da reflexão deste trabalho as práticas de recepção de visitantes a partir de posicionamentos políticos de autoafirmação de um povo originário, observar as questões por um viés que não se prendesse a conceitos pré-estabelecidos se fez necessário para assegurar o posicionamento analítico a partir da ótica foucaultiana. Até porque, considerando os elementos teóricos de análise desta tese seguiu-se por um caminho que coaduna com a apresentação de novas vozes e novos olhares para o campo do turismo. O que a faz ser situada na abordagem do turismo crítico. De modo que, neste momento, localizar a reflexão nos conceitos limitaria a compreensão das mais diversas externalidades que o objeto propõe, a exemplo do entendimento do processo histórico de silenciamento e apagamento dos povos originários e a forma de retomar tais questões por meio de práticas de visitação que se dá como contributo ao processo de autoafirmação e reconhecimento da verdade sobre esses sujeitos, por meio de uma outra história que não aquela apresentada pelos detentores do poder. Sendo, portanto, tal posição um contributo para que estudos futuros possam abordar a construção de conceitos no campo do turismo a partir dos achados desta pesquisa.

A inexistência de uma palavra indígena para dizer turismo se dá porque o turismo não se forja na ancestralidade dos povos originários. Ele é fruto das relações ocidentais modernas de consumo. Entretanto, considerar os elementos da etnicidade dos povos originários abre a oportunidade para que os atores do turismo apreendam novas possibilidades de enxergar o mundo. Na pesquisa em tela, tentou-se captar a essência deste outro modo de viver por meio de capacitações e leituras de referências indígenas. Com tal procedimento ficou claro que transmutar essa lógica para o contexto acadêmico da ciência ocidental tem suas limitações uma vez que não possível falar como um indígena quando não se é indígena. E nisso que reside uma questão para reflexão, trazer autores indígenas para dar conta daquilo que a forma ocidentalizada de construção do saber não dá conta de resolver.

Assim, quando se orienta a discussão pela lógica da recepção de visitantes não se parte do intento de desconhecer os elementos da organização produtiva do turismo convencional, mas, de refletir que embora haja a presença deles no território, o mote da reflexão não se encerra neles em si. Uma vez que a verdade sobre si que o povo do Catu apresentada aos visitantes traz consigo as contingências de retomada e de etnogênese por eles vivenciada. Esta se dá a partir dos conhecimentos prévios construídos no encontro academia – saberes locais, cujos conteúdos culturais ali presentes são transformados em atrativos graças a esse conhecimento e ao autorreconhecimento da comunidade. É nisso que reside uma parte da discussão deste estudo, dedicar tempo de observação e análise de tais contingências para não assumir uma posição reducionista de interpretação da realidade. Talvez, do ponto de vista da antropologia, por exemplo, tais questões se coloquem como resolvidas. Porém, no campo do turismo lançar luz a estes elementos direciona o olhar para se posicionar as intervenções com fins turísticos e recreativos como caminho para compreender as mais variadas contingências da formação do povo brasileiro, a partir de (re) existência fruto de um processo de resistência de povos originários.

Apesar disso, ainda não seria pertinente afirmar que ali existe a formatação de um produto turístico, mesmo sendo sob a lógica do TBC. Até porque, embora esteja evidente nos documentos institucionais da APAPU, por exemplo, essa posição ainda é muito incipiente na prática discursiva da comunidade, e, no momento da construção deste estudo foi quando se percebeu o início do olhar do Estado para tais questões no âmbito da implementação de políticas de turismo com este fim no RN. Neste sentido, considerando o contexto no qual se deu a observação empírica da pesquisa

seria precipitado apresentar de forma categórica tais afirmações como uma verdade acerca do momento em que se escreve, sendo esta, portanto, outra questão a ser trabalhada em estudos futuros.

Seguindo essa linha de raciocínio duas questões que podem parecer ter sido tangenciadas nas reflexões acerca dos achados do estudo se referem a aplicação da IN 03/2015/FUNAI, juntamente com as discussões dos conflitos fundiários no território. Embora sendo parte da problematização de pesquisa tais constructos não se colocaram tão evidentes na prática discursiva de alguns residentes ali presentes por uma questão basilar, a demarcação. Sem demarcação não se consegue implementar os elementos norteadores da IN 03/2015/FUNAI. Embora ela possa ser reconhecida como um elemento a ser considerado. A respeito da questão fundiária é possível afirmar que, apesar de latente, na prática a ação dos residentes fica muito limitada, pois, considerando que, do ponto de vista legal, o território ainda não é TI há um enfraquecimento das iniciativas de enfrentamento. Além disso, em razão das questões difusas que constituem a gestão de UCs da categoria APA, fazer parte do espaço que compreende a APAPU não é suficiente para minimizar essas situações no âmbito da comunidade. Portanto, as questões ora apresentadas corroboram com o entendimento que esta pesquisa não se encerra em si. Ela reflete o momento presente de sua construção, sendo possível que estudos futuros apresentem novos cenários ou melhores respostas às inquietações aqui apresentadas.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Res. 466/2012-CNS)

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: Diário De Bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN, que tem como pesquisadora responsável a Profa. Me. Ana Neri da Paz Justino.

Esta pesquisa pretende analisar o processo de planejamento e gestão das práticas turísticas no Território Indígena Eleotérios do Catu/RN, pertencente ao espaço natural protegido Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU).

O motivo que nos leva a realizar este estudo é entender como as alternativas de desenvolvimento a partir da cosmovisão dos povos originários pode colaborar para observar o turismo enquanto fenômeno social complexo que se constitui além da organização produtiva tida como padrão de planejamento. Portanto, tem-se como benefícios a compreensão da dinâmica das práticas turísticas em espaços ocupados pelos povos originários, contribuindo para o processo de planejamento e gestão do turismo em âmbito público ou privado, fomentando, inclusive, a ampliação do repertório narrativo sobre o campo.

Caso decida participar, convidamos a participar da entrevista gravada com recurso audiovisual que será direcionada pela pesquisadora responsável que versa sobre “caminhos da resistência: a recepção de visitantes como prática social discursiva à visibilidade aos povos originários no RN”, tendo como lócus o Território Indígena Eleotérios do Catu/RN, por meio do diálogo acerca dos seguintes elementos: povos originários, ancestralidade, etnogênese, eurocentrismo, oralidade, autorreconhecimento, autoafirmação, etnodesenvolvimento, Bem Viver, resistência, apagamento, recepção de visitantes, turismo, planejamento e gestão do turismo, espaços protegidos, APAPU. Estima-se a duração de, no mínimo, 60 minutos.

Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer eventuais desconfortos emocionais em decorrência da aplicação da entrevista e da avaliação observacional do local. Esses riscos serão minimizados mediante: a) se opor a gravação de audiovisual, permitindo apenas outras formas de registos como gravação por meio de recurso auditivo e/ou anotações, por exemplo; b) garantia da interrupção da gravação a qualquer tempo, por solicitação do entrevistado; c) para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas trechos por ele autorizados, quando pertinente, serão contemplados no documentário resultante das várias metodologias utilizadas na coleta de dados pesquisa. Além disso, apenas os envolvidos aplicarão o questionário e farão o seu devido arquivamento.

Ainda há riscos do contexto da pandemia atual do SARS-CoV2 (COVID-19), caso opte por realizar de forma presencial. Esses riscos poderão ser minimizados seguindo os protocolos de segurança direcionados pelas autoridades governamentais, tais como: uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento social.

Durante o período da pesquisa você poderá tirar dúvidas com Ana Neri da Paz Justino, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) por meio dos contatos: 084 99114 3959, ou ananeripesquisa@gmail.com.

Você ainda tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você. Os dados por você fornecidos serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, exceto os trechos que, porventura, mediante da autorização do uso de sua imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos no documentário. Esses dados serão arquivados pela pesquisadora responsável em local seguro e por um período de cinco anos.

_____ _____

(assinatura do Participante/Responsável legal) (assinatura da pesquisadora)

Página 1 de 2

Caso haja algum custo, em virtude de sua participação na pesquisa, é garantido a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura de material para reparar danos – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II. 21) – compensação material, sob a responsabilidade da instituição responsável. Não será, portanto, efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação.

Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você poderá entrar em contato com a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), presencialmente na Av. Sen. Salgado Filho, S/N – Campus Universitário, Lagoa Nova. Cep: 59078-970, Natal/RN, nos seguintes horários: Segunda – 08h às 12h e 13h30 às 17h30; terça a Sexta – 08h às 12h. Você ainda pode entrar em contato através do telefone (84) 3215-3617 ou WhatsApp (84) 99193-6458, ou ainda pelos e-mails secretariappgtur@gmail.com / ppgtur@ccsa.ufrn.br. Maiores informações sobre o programa podem ser encontradas na Home Page: https://posgraduacao.ufrn.br/ppgtur.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável Ana Neri da Paz Justino.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa Diário De Bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dados possa me identificar, exceto os trechos que, porventura, venham a ser utilizados no documentário.

_____

(assinatura do Participante/Responsável legal) Impressão datiloscópica do participante

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Diário De Bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo, salvo no casos por ele autorizados.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n° 13.709 de 14 de agosto de 2018).

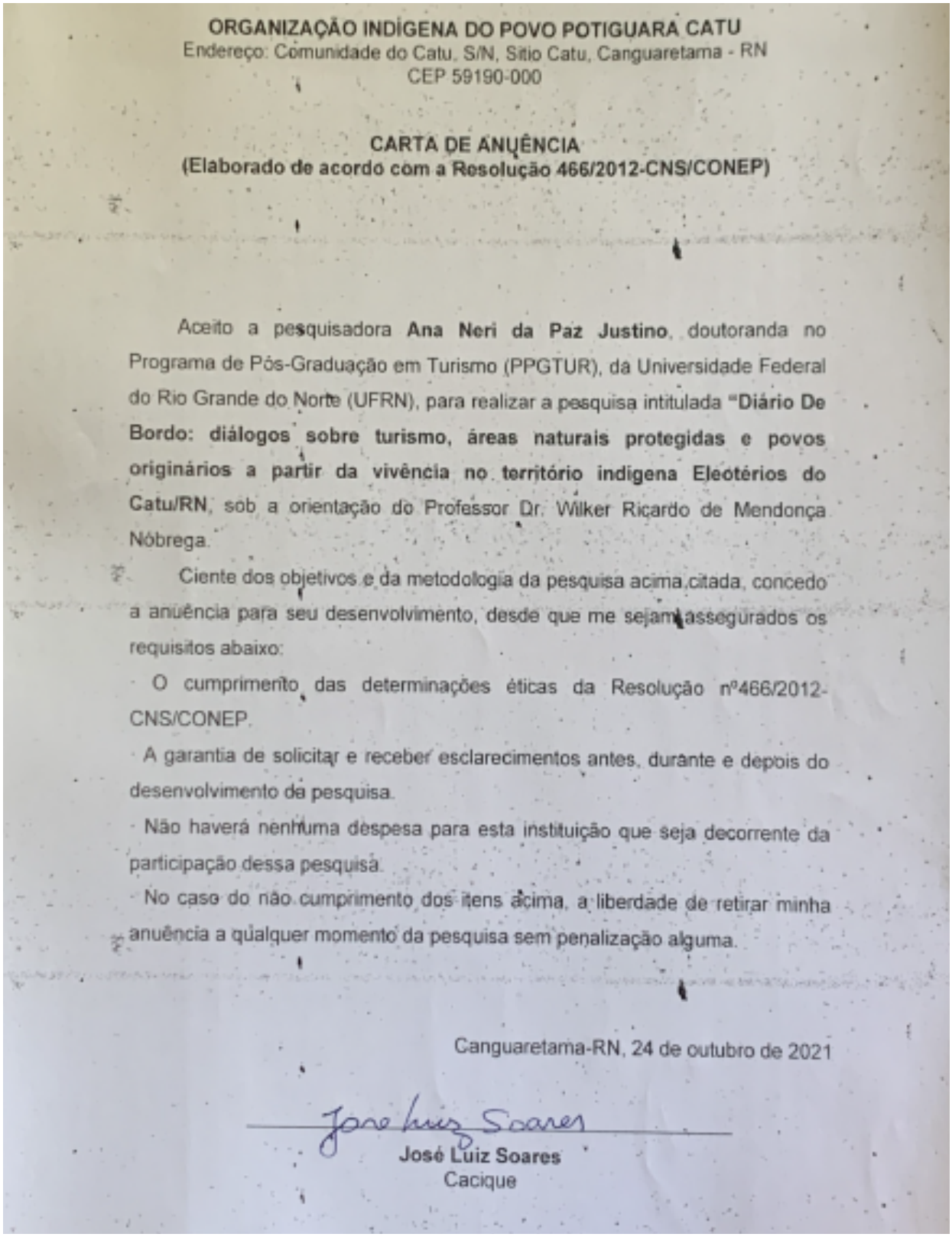
_____(cidade), ____/____/ _____

_____

Assinatura da pesquisadora responsável

Página 2 de 2

APÊNDICE B –CARTAS DE ANUÊNCIA LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS



ORGANIZAÇÃO INDÍGENA DO POVO POTIGUARA CATU
Endereço: Comunidade do Catu, S/N, Sitio Catu, Canguaretama - RN
CEP 59190-000

CARTA DE ANUÊNCIA
(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito a pesquisadora **Ana Neri da Paz Justino**, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para realizar a pesquisa intitulada "**Diário De Bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN**, sob a orientação do Professor Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012-CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Canguaretama-RN, 24 de outubro de 2021

José Luiz Soares

José Luiz Soares
Cacique

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DO CATÚ
Endereço: Localidade do Catu, S/N, Sitio Catu, Goianinha - RN
CEP 59.173-000
CNPJ: 05.773.286/0001-61

CARTA DE ANUÊNCIA
(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito a pesquisadora **Ana Neri da Paz Justino**, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para realizar a pesquisa intitulada **"Diário De Bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN**, sob a orientação do Professor Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012-CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Goianinha/RN, 20 / 03 / ____ 2022

Manoel Wellington Soares

Manoel Wellington Soares
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO VALE DO CATU
Endereço: Estreito para Catu - 198, Canguaretama - RN
CEP: 59190-000
CNPJ: 05.957.094/0001-05

CARTA DE ANUÊNCIA
(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito a pesquisadora **Ana Neri da Paz Justino**, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para realizar a pesquisa intitulada **"Diário De Bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena : Eleotérios do Catu/RN**, sob a orientação do Professor Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012-CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Canguaretama/RN, 20 / 03 / ____ 2022

Josilene da Silva Santana

Josilene Silva Santana
Presidente

APÊNDICE C – MODELO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM

Eu,_____
_, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº._____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua _____, nº. _____, município de _____/Rio Grande do Norte. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na pesquisa Diário De Bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem para fins de registros tácitos dos resultados alcançados com a pesquisa.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.
Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

_____, dia _____ de _____ de _____.

_____
(Assinatura)
Nome:
Telefone p/ contato:

APÊNDICE D – MODELO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM MENOR DE IDADE

Termo de Autorização de Uso de Imagem de Menor de Idade

Eu,_____
_, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº._____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua _____, nº. _____, município de _____/Rio Grande do Norte. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na pesquisa Diário De Bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem para fins de registros tácitos dos resultados alcançados com a pesquisa.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

_____, dia _____ de _____ de _____.

_____

(Assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

APÊNDICE E – ROTEIROS DAS PRÁTICAS DE RECEPÇÃO REALIZADAS NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Diário de bordo Katu

24/10/2021 (articulação @etnokatu) – atividade parte da programação da Festa da Batata 2021
(Aproximadamente 60 participantes que chegaram de veículo próprio e com a agência capitão amarelo em van da Natal Vans)

Condução: Cacique Luiz Katu (@etnokatu) e Mucunã (aspirante de pajé, que conduz as visitas desde 2013)

Obs: neste dia também havia outro grupo sendo recebido pelo @Katu_experiências

01 – Encontro no Posto Laís BR

02 – Recepção do Centro de Apoio Manoel Tiburcio Soares

Momento em que o cacique apresenta o discurso do apagamento indígena no RN e da localização socioespacial da comunidade, bem como de suas lutas e sua inserção na APAPU. Apresenta o percurso oferecendo duas possibilidades de percurso: um mais longo e um mais curto, cujo destino é o Poço da Água Fria. No primeiro se caminha por volta de 5km (eles não precisam bem a distância) e se faz um percurso na mata em formato circular. No segundo se vai direto para a Oca erguida para atividades das lideranças espirituais da comunidade. Na sequência o grupo foi conduzido aos seus respectivos meios de transporte em direção a parada seguinte.

03 – INÍCIO: Na porteira de acesso ao caminho (em frente a residência do indígena Nestor, última habitação dentro dos limites do município de Goianinha) houve o oferecimento de frutas antecipando o início da caminhada na mata.

04 – Parada árvore Cuité: a cuia serve para armazenar água e o suco para inflamação da coluna.

05 – Parada tiririca: a planta é uma proteção da mata contra invasores, pois, seus pêlos machucam. Neste momento também se fala de uma figura mítica da floresta, a comadre florzinha, a qual se deve respeito ao adentrar na mata. Do contrário, ela castiga o invasor.

06 – Parada Mangabeira: uso medicinal para tratamento de gastrite

07 – Parada Cabaçu: utilizado para acondicionar a mangaba evitando que ela se deprecie no transporte

08 – Parada Amescla: essência de uma das fragrâncias do perfume francês Chanel. Neste momento, os participantes decidem se farão o percurso mais curto ou o completo.

09 – Parada 1ª passagem no Rio Catu cuja nascente é nessa região de mata, por isso, ela se chama Mata do Rio Catu. Neste momento se utiliza uma escada implementada por meio de um projeto de extensão do IFRN.

10 – Parada Lagoa da Mãe D'água.

11 – Parada Cipó de Fogo.

12 – Bifurcação: metade do caminho para a conclusão do percurso. Neste momento é possível seguir para um percurso maior na parte mais alta do espaço (virando à esquerda) o caminho tupinambá, onde se encontra o tabuleiro ou seguir para o ponto final, o Poço da Água Fria.

13 – Parada da barragem do Jacaré: há uma pequena represa desativada onde é possível o banho.

14 – Parada baba timão.

15 – FINAL: No Poço da Água Fria se encerra o percurso com as seguintes atividades: almoço, brincadeira indígenas (arco e flecha, jogo de bidelo), pintura de pele, ritual espiritual, Toré.

Diário de bordo Katu

05/11/2021 (Condução @kattur.roteiros) – 6 participantes

Condução: Maria Santos (@Katu_experiências) e Mucunã (aspirante de pajé, que conduz as visitas desde 2013)

Obs: neste dia também havia 4 pessoas em visita técnica conduzida por Geyson Fernandes da @Katu_experiências

01 – Encontro no Posto Laís BR

02 – Café da manhã no quintal de Vando Arcanjo: peixe frito, batata doce colorida, tapioca, cuscuz de mandioca, farofa de charque com batata cenoura, cuscuz de fubá, ovos, milho cozido, beiju, Kalambica (batata doce com leite de coco), suco de caju, chá de capim santo.

Momento em que Vandré Arcanjo explica a existência de uma oca no quintal, erguida pelo seu avô para os momentos espirituais da família. Atualmente, o espaço é utilizado quando há naquela residência a reunião mensal da comunidade, o Toré da Lua Cheia. Na ocasião foi possível perceber as cinzas da fogueira do Toré na noite anterior.

03 – INÍCIO: Na porteira de acesso ao caminho (em frente a residência do indígena Nestor, última habitação dentro dos limites do município de Goianinha). Neste momento houve a comercialização de produtos locais por meio de uma barraca montada pelo residente Nestor. Também houve a explicação sobre a trilha que não é uma trilha em si, pois, são os caminhos interligados para a coleta de frutos silvestres como mangaba e para caça e pesca. Caminho que serve como atalho para os municípios de Espírito Santo e Várzea há mais de trinta anos.

04 – Parada árvore Cuité: a cuia serve para armazenar água, bem como, como utensilio no preparo da farinha e o suco para inflamação da coluna.

05 – Parada Oiti: Normalmente se faz a pintura corporal com urucum que serve como repelente natural, porém, nesta visita a pintura ficou para um momento posterior, na Oca do Poço da Água Fria.

06 – Parada onde se pede a permissão aos encantados para entrar na mata.

07 – Parada Mangabeira: uso medicinal para tratamento de gastrite.

08 – Parada Amescla: essência de uma das fragrâncias do perfume francês Chanel. Neste momento, os participantes decidem se farão o percurso mais curto ou o completo.

09 – Parada 1ª passagem no Rio Catu cuja nascente é nessa região de mata, por isso, ela se chama Mata do Rio Catu. Neste momento se utiliza uma escada implementada por meio de um projeto de extensão do IFRN.

10 – Parada Lagoa da Mãe D'água.

11 – Parada Taboca.

12 – Bifurcação: metade do caminho para a conclusão do percurso. Neste momento é possível seguir para um percurso maior na parte mais alta do espaço (virando à esquerda) o caminho tupinambá, onde se encontra o tabuleiro ou seguir para o ponto final, o Poço da Água Fria.

13 – Parada da barragem do Jacaré: há uma pequena represa desativada onde é possível o banho.
14 – Parada baba timão.
15 – Parada Poço da Água Fria: se encerra o percurso de caminhada com as seguintes atividades: pintura de pele e ritual espiritual, Toré. OBS: Havia residentes que se ausentaram com a chegada do grupo. (Como os residentes vêm o turismo?)
16 – Parada almoço: restaurante de Dona Neném.
17 – Parada Jardim da Cura de Maria Baixinha
@Katu_experiências: Desde 08/11/2019 (60 pessoas Casa Escola – Guia Ubiratan Rodrigues)
@kattur.roteiros: Desde 16/11/2019 (casal inserido numa condução da @etnokatu)

Diário de bordo Katu

05/12/2021 (articulação @etnokatu) – Caminho última nascente do Rio Katu (18 participantes)
Condução: Cacique Luiz Katu (@etnokatu) e Mucunã (aspirante de pajé, que conduz as visitas desde 2013)
01 – Encontro no Posto Laís BR
02 – Recepção/café da manhã na Casa de apoio ao Coletivo Etno Katu
03 – INÍCIO: Na porteira de acesso ao caminho (em frente à residência do indígena Nestor, última habitação dentro dos limites do município de Goianinha) houve a comercialização de hortifruti pelo residente.
04 – Parada Oiti
05 – Parada tiririca: a planta é uma proteção da mata contra invasores, pois, seus pêlos machucam.
06 – Parada Mangabeira: uso medicinal para tratamento de gastrite. Fala política sobre a APAPU e as nascentes.
07 – Parada Covaçu: utilizado para acondicionar a mangaba evitando que ela se deprecie no transporte
08 – Parada Amescla: essência de uma das fragrâncias do perfume francês Chanel. Neste momento, os participantes decidem se farão o percurso mais curto ou o completo.
09 – Parada 1ª passagem no Rio Catu cuja nascente é nessa região de mata, por isso, ela se chama Mata do Rio Catu. Neste momento se utiliza uma escada implementada por meio de um projeto de extensão do IFRN.
10 – Parada placa da Lagoa da Mãe D'água.
11 – Parada Palmeira (Tucum).
12 – Parada Lagoa da Mãe D'água.
13 – Parada Taboca
14 – Explicação sobre a existências das rotas (caminhos) que os parentes faziam para coletar os alimentos para a subsistência. Não foram trilhas abertas para visitantes e sim, caminhos interligados para a coleta.
15 – Parada Bifurcação: Oferta de comercialização de água mineral, água de coco e dindim, em segue vira-se a esquerda para seguir o percurso maior na parte mais alta do espaço, o caminho tupinambá. Também se fala da comadre florizinha, uma figura mítica da floresta, a qual se deve respeito ao adentrar na mata. Do contrário, ela castiga o invasor.

15 – Parada Bati: planta utilizada para azeite e onde se inicia a rota das mangabeiras.

16 – Parada cajueiro nativo: do caju é feito a bebida mocororó.

17 – Parada tabuleiro: espaço onde usualmente se realiza a caça de animais para consumo dos residentes (tijuaçu e tamanduá).

18 – Parada para degustação do cajueiro nativo.

19 – Parada para a explanação da necessidade de atenção com a nascente do Rio Catu.

20 – Parada Gravatá.

21 – Parada nascente do Rio Catu: última nascente onde a água retrocedeu bastante.

22 – Parada cultivo de abelhas do Sr Urucum.

23 – Parada de uma barragem desativada.

24 – Parada do dendê.

25 – Ruínas da moradia de Sr Urucum.

26 – Parada para observação da vegetação.

27 – Parada da barragem do Jacaré: há uma pequena represa desativada onde é possível o banho.

28 – FINAL: No Poço da Água Fria se encerra o percurso com as seguintes atividades: almoço, brincadeira indígenas (arco e flecha, jogo de bidelo), pintura de pele, ritual espiritual, Toré.

Diário de bordo Katu

20/05/2021 (Condução @kattur.roteiros) – 49 participantes

Condução: Maria Santos e Geyson Fernades (@Katu_experiências) e Mucunã (aspirante de pajé)

Obs: Visita técnica das atividades do XVI Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL)

01 – Saída UFRN.

02 – Encontro no Posto Laís BR com acesso de Maria Santos e Geyson Fernades aos micro-ônibus, onde se explica o histórico da @Katu_experiências.

03 – Café da manhã no quintal de Vando Arcanjo: peixe frito, batata doce colorida, tapioca, cuscuz de mandioca, farofa de charque com batata cenoura, cuscuz de fubá, ovos, milho cozido, beiju, Kalambica (batata doce com leite de coco), suco de caju, chá de capim santo.

Momento em que Vandré Arcanjo explica, além da origem dos produtos utilizados no café (a própria comunidade), a existência de uma oca no quintal, erguida pelo seu avô para os momentos espirituais da família. Atualmente, o espaço é utilizado quando há naquela residência a reunião mensal da comunidade, o Toré da Lua Cheia. Também se realiza a pintura de pele com o urucum, com a participação de Mucunã.

04 – Translado até a porteira de acesso ao percurso com explicação sobre a dinâmica da comunidade, bem como, momento de alongamento pré-caminhada.

05 – INÍCIO: Na porteira de acesso ao caminho (em frente à residência do indígena Nestor, última habitação dentro dos limites do município de Goianinha).

06 – Parada árvore Cuité: a cuia serve para armazenar água, bem como, como utensilio no preparo da farinha e o suco para inflamação da coluna.

07 – Parada explicação sobre comadre Florzinha antes de ingressar na mata, uma figura mítica da floresta, a qual se deve respeito ao adentrar na mata. Do contrário, ela castiga o invasor.

08 – Parada baba timão: explicações dos fins medicinais da planta como cicatrizante.

09 – Parada Mangabeira: uso medicinal para tratamento de gastrite.

10 – Parada Amescla: essência de uma das fragrâncias do perfume francês Chanel, além de ser utilizado na essência do cachimbo. Neste momento, os participantes decidem se farão o percurso mais curto ou o completo.

11 – Parada 1ª passagem no Rio Catu cuja nascente é nessa região de mata, por isso, ela se chama Mata do Rio Catu. Neste momento se utiliza uma escada implementada por meio de um projeto de extensão do IFRN.

12 – Parada Lagoa da Mãe D'água.

13 – Bifurcação: metade do caminho para a conclusão do percurso na mata.

14 – Parada da barragem do Jacaré: há uma pequena represa desativada onde é possível o banho.

15 – FINAL Parada Poço da Água Fria: se encerra o percurso de caminhada com as seguintes atividades: aplicação de argila, de babosa e ritual espiritual, Toré. Também se explica um pouco mais sobre os hábitos da comunidade como a coleta dos frutos silvestres (bati e mangada são exemplos), além da explicação da desativação das barragens, bem como deste percurso fazer parte dos caminhos que ligam a comunidade aos municípios vizinhos.

16 – Parada almoço: restaurante de Dona Neném.

17 – Parada Jardim da Cura de Maria Baixinha.

18 – Parada Casa de farinha

19 – Retorno

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data:

Entrevistado:

No processo de qualificação da tese houve a orientação de ouvir os membros da comunidade, especialmente os anciãos, no sentido de apreender a gênese da resistência e sua relação com a recepção de visitantes no território indígena do Catu. A ideias preliminares a esse respeito foram apresentadas previamente no contato de solicitação de entrevista. Assim a entrevista foi dividida em sete blocos de questões, de acordo com os seguintes temas: povos originários, ancestralidade, etnogênese, eurocentrismo, oralidade, autorreconhecimento, autoafirmação, etnodesenvolvimento, bem viver, resistência, apagamento, recepção de visitantes, turismo, planejamento e gestão do turismo, espaços protegidos, APAPU.

Você/ o senhor/ a senhora poderia se apresentar, informando seu nome indígena e o dos registros oficiais, gênero, idade, escolaridade, formação, atuação profissional, filiação, posição na comunidade, tempo e local de fixação familiar na comunidade.... e falar um pouco da ancestralidade dos povos originários no Catu. Para Você/ o senhor/ a senhora o que é ser indígena?

1) Num primeiro momento seria interessante sua fala a respeito dos povos originários no RN e a inserção do Catu nesse processo, especificamente sobre a luta para comprovação identitária sob a lógica da etnogênese. A propósito qual seria a denominação mais apropriada para a comunidade, haja vista que vemos a grafia com K e C para Catu e alguns documentos ler-se Catu dos Eleotérios, Catu dos Eleutérios, Eleotério do Catu, Eleotérios do Catú, bem como, como se dá esse registro oficial entre indígenas e não indígenas e quantos são atualmente?

2) A visão de mundo que construímos ao logo da vida, notadamente aquilo que aprendemos na escola regular traz consigo a lógica eurocêntrica, ou seja, o discurso do vencedor (eu mesma, desconhecia a existência indígena do Catu até o Catu fazer parte da minha rotina de trabalho em 2015). Isso porque de maneira característica, os conhecimentos dos povos originários residem na oralidade passada de geração a geração. Considerando essa realidade de prática discursiva assentada na versão do vencedor, como a comunidade do Catu tem se colocado para a manutenção das suas tradições, num cenário de autorreconhecimento e autoafirmação? Como foi/é o assentamento da população nesse espaço?

3) É possível afirmar que as cosmovisões dos povos originários vão ao encontro às noções de etnodesenvolvimento ou a lógica de desenvolvimento associada a questão étnica é mais uma forma de imposição eurocêntrica? Seria o bem viver a resposta aos desafios sociais e ambientais da contemporaneidade? O escritor e filósofo Daniel Munduruku afirma que “para os indígenas, o tempo não é linear, e isso os impede de desperdiçar a vida correndo atrás de riqueza e poder”. Assim, como os valores compartilhados pelos povos originários se apresentam no Catu? Que iniciativas têm sido realizadas para manutenção e difusão das cosmovisões pautadas na ancestralidade?

4) Como se dividem as atividades produtivas da comunidade? Dentre elas, qual o papel das iniciativas com fins turísticos e recreativos? Aqui, se leva em conta o tempo de permanência dos visitantes.

5) O Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte (IFRN), além de outras publicações, notadamente

trabalhos acadêmicos vem assinalando a recepção de visitantes como uma prática de resistência ao apagamento histórico da existência dos povos originários do RN. Pensando nos valores compartilhados pelos povos originários como é possível descrever o processo de recepção de visitantes à comunidade do Catu? Quando e como ele surge? Quem são os atores da comunidade impactados diretamente no processo? Como os residentes enxergam tal prática, inclusive aqueles que não tem interferência direta? Há discussão e deliberação nas reuniões mensais (Toré da lua cheia) acerca do tema? Qual o perfil de público recepcionado? Quais vivências do cotidiano da comunidade são compartilhadas com os visitantes? Há alguma vivência que já não faz mais parte do dia a dia da comunidade? Nas vivências se visualiza o histórico de luta e resistência acerca do apagamento/silenciamento dos povos originários no RN? Se sim, há feedback dos visitantes com relação à apreensão dessas questões?

6) Considerando os elementos apresentados no bloco anterior a lógica de recepção de visitantes dialoga com organização produtiva convencional do turismo quando assume a segmentação, por exemplo? Ou se afasta quando leva em conta o bem viver enquanto cosmovisão dos povos originários, que prevê o convívio para além da lógica de consumo do capital, cruzando assim o limite do processo de planejamento e gestão convencionais do turismo? Na prática, como isso ocorre? É visível a estrutura produtiva do turismo?

7) Levando em conta que a comunidade se insere na dinâmica dos espaços protegidos, como se visualiza essa intercessão território indígena/área natural protegida? O fato de está situada numa APA faz considerar questões associadas à capacidade de carga ou observância das diretrizes do plano de manejo da APAPU, por exemplo, no planejamento e gestão das vivências ofertadas? Há discussão e deliberação nas reuniões do conselho gestor a respeito da recepção de visitantes no Catu?

Você/ o senhor/ a senhora gostaria de comentar sobre alguma coisa que não lhe tenha sido perguntado? Quais os atores da comunidade também poderiam colaborar com este estudo? Como é possível acessá-los?

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO IDEMA

IDEMA
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

Autorização nº 15/2022/IDEMA - NUCPESQ/IDEMA - NUC/IDEMA - DT/IDEMA - DG

Ao(À) Sr(a). Ana Neri da Paz Justino

AUTORIZAÇÃO: Nº 129/2022 NUC-IDEMA

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte por meio do Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação (NUC), no âmbito de sua área de competência e considerado:

A Lei Complementar Estadual nº 272 de 03 de março de 2004 que institui o Sistema Estadual de Unidade de Conservação - SEUC;

A relevante contribuição que a pesquisa científica presta à administração e manejo de unidades de conservação, propiciando o uso do conhecimento na análise de problemas e na tomada de decisão.

AUTORIZA a pesquisa em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

1. **UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA**

Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una - APAPU.

2. **ATIVIDADE/PESQUISA:**

DIÁRIO DE BORDO: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no Território Indígena Eleotérios do Catu/RN.

3. **RESPONSÁVEL AUTORIZADO:**

Nome	Formação/Função
Ana Neri da Paz Justino	Pesquisadora
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega	Orientador
Maria da Conceição da Paz Silva	Pesquisadora
Diogo Moreno Santos	Pesquisador

a (seta à direita)

SEI/SEARH - 13836889 - Autorização

Jefferson Anderson do Nascimento Oliveira	Pesquisador

4. **CONSIDERAÇÕES:**

- A unidade de conservação é um espaço territorial com características naturais relevantes e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação *in situ* e de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Neste sentido é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, a melhor relação das populações residentes com seu meio e a educação ambiental, sujeitando-se a prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade as condições e restrições por esta estabelecida e as normas previstas em regulamento.
- As ações realizadas nas UC estaduais do Rio Grande do Norte se darão respeitando-se as normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da UC (quando houver), e as normas estabelecidas pelo órgão gestor;
- Os objetivos desta pesquisa são de relevante interesse para o Núcleo de Unidades de Conservação – NUC, pois visa analisar a prática social discursiva nas iniciativas de planejamento e gestão das iniciativas com foco na recepção de visitantes do Território Indígena Eleotérios do Catu/RN, inserido na Area de Proteção Ambiental Piquiri-Una.
- Este projeto é viabilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
- Os métodos a serem executados no projeto são apropriados aos objetivos propostos.

5. . **RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS**

- O Comitê de Ética, assim como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e acesso ao Conhecimento Tradicional Associado (CGEN), quando for o caso, deverá ser consultado a fim de se ter as devidas autorizações e/ou licenças que se façam necessárias;
- Após o encerramento da pesquisa, o pesquisador se responsabiliza em disponibilizar os resultados alcançados para o Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação.

6. . **RECOMENDAÇÕES GERAIS (NORMAS)**

- O Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação autoriza apenas o acesso às unidades de conservação estaduais, não autorizando a coleta de nenhum tipo de material biológico. Coletas de qualquer natureza deverão ser respaldadas por autorização via ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO;
- Qualquer alteração no cronograma deverá ser comunicada ao Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação pesquisaucrn@gmail.com;
- Sendo assim, a pesquisa fica autorizada no período de 04 de abril de 2022 a 04 de abril de 2023 podendo ser renovada, se necessário, mediante apresentação e justificativa;
- Em todas as divulgações, devem ser citadas o Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA;
- Após o término da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório geral nos moldes do NUC no prazo de até 45 dias, e os demais resultados solicitados, no prazo de até 120 dias. Esta ação condicionará na

emissão de novas autorizações ou sua renovação no nome de qualquer um dos participantes do projeto, seja como responsável ou não pelo mesmo;

- O Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação está estruturando o banco de dados de pesquisa, como parte da política de dados, o resultado das pesquisas nas UC estaduais devem ser enviados ao Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação no formato de metadados, visando o auxílio às pesquisas posteriores na área e aplicabilidade da informação à gestão da UC;
- Os resultados direcionados ao NUC estão abaixo e serão exigidos:

Relatório final - cópia formato digital
Tese, Dissertação, Monografia, Artigos e publicações - cópia ou link para acesso.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte,

Natal, 04 de abril de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Jaciana Cássia Barbosa, Bolsista**, em 04/04/2022, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **MARCILIO ANDRADE DE LUCENA DIAS, Diretor Geral em Substituição Legal**, em 20/04/2022, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13836889** e o código CRC **AF8A1DDA**.

Referência: Processo nº 0210.0076.000098/2022-26 SEI nº 13836889

ANEXO B – SOLICITAÇÕES DE DADOS VIA OFÍCIO PPGTUR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Ofício nº19/2021 - PPGTUR/UFRN

Natal, 16 de novembro de 2021

Ao Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara
A/C: Senhor Coordenador Kleber Geraldo Laurentino dos Santos
Assunto:Solicitação de informações

Solicitamos, por meio deste, os dados do último levantamento sobre o perfil da comunidade residente na Aldeia Eleóterios do Catu (indígenas e não indígenas), para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Néri da Paz Justino, intitulada "*Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN*".

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto

Leilianne Michelle Trindade Da Silva Barreto
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Turismo

Campus Universitário – Lagoa Nova – 59078-970 – Natal/RN
Telefones: (84) 99193-6458
Home Page: www.posgraduacao.ufrn.br/ppgtur — E-mail: secretariappgtur@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Ofício nº27/2021 - PPGTUR/UFRN

Natal, 09 de dezembro de 2021

À Secretaria de Saúde do Município de Goianinha
A/C: Senhora Secretária Gabriela Rocha
Assunto:Solicitação de informações

Solicitamos, por meio deste, acesso aos dados disponíveis no Prontuário Eletrônico do Cidadão, referentes à comunidade residente na Aldeia Eleóterios do Catu (indígenas e não indígenas), para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Néri da Paz Justino, intitulada "*Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN*".

Tais dados não implicam em informações pessoais/individuais dos aldeados. O intuito da coleta é caracterizar o perfil dos moradores da comunidade, como por exemplo: gênero, faixa etária, naturalidade, nacionalidade, nível de escolaridade, ocupação, se indígena ou não indígena, entre outros aspectos importantes para a pesquisa.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto

Leilianne Michelle Trindade Da Silva Barreto
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Turismo

Campus Universitário – Lagoa Nova – 59078-970 – Natal/RN
Telefones: (84) 99193-6458
Home Page: www.posgraduacao.ufrn.br/ppgtur — E-mail: secretariappgtur@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Ofício nº28/2021 - PPGTUR/UFRN

Natal, 09 de dezembro de 2021

À Secretaria de Saúde do Município de Canguaretama
A/C: Senhora Secretária Emanuelle Lisboa Pinto Ribeiro
Assunto:Solicitação de informações

Solicitamos, por meio deste, acesso aos dados disponíveis no Prontuário Eletrônico do Cidadão, referentes à comunidade residente na Aldeia Eleóterios do Catu (indígenas e não indígenas), para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Néri da Paz Justino, intitulada "*Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN*".

Tais dados não implicam em informações pessoais/individuais dos aldeados. O intuito da coleta é caracterizar o perfil dos moradores da comunidade, como por exemplo: gênero, faixa etária, naturalidade, nacionalidade, nível de escolaridade, ocupação, se indígena ou não indígena, entre outros aspectos importantes para a pesquisa.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto

Leilianne Michelle Trindade Da Silva Barreto
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Turismo

PPGTUR
Campus Universitário – Lagoa Nova – 59078-970 – Natal/RN
Telefones: (84) 99193-6458
Home Page: www.posgraduacao.ufrn.br/ppgtur — E-mail: secretariappgtur@gmail.com

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

SOLICITAÇÃO Nº 313/2023 - PPGTUR/CCSA (16.54)

Nº do Protocolo: 23077.028844/2023-21

Natal-RN, 14 de março de 2023.

Ao Núcleo de Unidades de Conservação IDEMA/RN

A/C: Senhor Coordenador Ilton Araújo Soares

Assunto: Solicitação de informações

Solicitamos, por meio deste, as atas das reuniões do Conselho Gestor da APA Piquiri-Una (CGAPAPU) referentes ao período de 2017 a 2023, para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Neri da Paz Justino, intitulada *"Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN"*.

Solicitamos ainda o envio de relação das pesquisas cadastradas no NUC sobre a citada APA, bem como os resultados apresentados pelos pesquisadores e pesquisadoras por meio de relatórios e/ou publicações, a citar: teses, dissertações e/ou artigos científicos.

Registramos, por oportuno, que a pesquisa em tela é permitida pelo órgão ambiental estadual por meio da AUTORIZAÇÃO: Nº 129/2022 NUC-IDEMA.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 14/03/2023 09:53)
RICARDO LANZARINI GOMES SILVA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
PPGTUR/CCSA (16.54)
Matrícula: 6993089

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **313**, ano: **2023**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **14/03/2023** e o código de verificação: **e36caf3ec0**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

SOLICITAÇÃO Nº 571/2023 - PPGTUR/CCSA (16.54)

Nº do Protocolo: 23077.050865/2023-23

Natal-RN, 26 de abril de 2023.

Ao Núcleo de Unidades de Conservação (NUC) IDEMA/RN
A/C: **Senhor Coordenador Ilton Araújo Soares**
Assunto: Solicitação de informações

Solicitamos, por meio deste, informações adicionais acerca da gestão da APA Piquiri-Una (APAPU), bem como na comunidade do Catu, a citar:

1. Lista com a relação dos novos conselheiros CGAPAPU;
2. Produções técnico-científicos em razão das atividades de gestão;
3. Relatórios técnico-científicos em razão das atividades de gestão;
4. Projetos desenvolvidos e/ou em vias de planejamento/execução;
5. Previsão da revisão do Plano de Manejo da APAPU.

As informações solicitadas serão utilizadas para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Neri da Paz Justino, intitulada "Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN". Registramos, por oportuno, que a pesquisa em tela é permitida pelo órgão ambiental estadual por meio da AUTORIZAÇÃO: Nº 129/2022 NUC-IDEMA, bem como, anuência da comunidade.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 26/04/2023 20:48)
RICARDO LANZARINI GOMES SILVA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
PPGTUR/CCSA (16.54)
Matrícula: 6883029

(Assinado digitalmente em 27/04/2023 11:30)
ANA NERI DA PAZ JUSTINO
DISCENTE
Matrícula: 2019[illegible]

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **571**, ano: **2023**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **26/04/2023** e o código de verificação: **52cef06aaa**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

SOLICITAÇÃO Nº 570/2023 - PPGTUR/CCSA (16.54)

Nº do Protocolo: 23077.050864/2023-89

Natal-RN, 26 de abril de 2023.

À Secretária de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN)
A/C: **Senhora Ana Maria Costa**
Assunto: Solicitação de informações

Solicitamos, por meio deste, o Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Turismo - SETUR/RN e o SEBRAE /RN para consultoria visando o desenvolvimento do turismo de base comunitária e a interiorização do turismo do estado, bem como, o Plano de Trabalho que integra o mesmo. Solicitamos, ainda, informações acerca das estratégias previstas para as comunidades tradicionais de quilombola em Sibaúma, e indígenas no Catu em Canguaretama/Goianinha e as de Jacu e Trabanda em Sagi - Baia Formosa, na Microrregião do Litoral Sul do RN.

As informações solicitadas serão utilizadas para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Neri da Paz Justino, intitulada "Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN". Registramos, por oportuno, que a pesquisa em tela é permitida pelo órgão ambiental estadual por meio da AUTORIZAÇÃO: Nº 129/2022 NUC-IDEMA, bem como, conta com a anuência das lideranças da comunidade em questão.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 26/04/2023 20:43)
RICARDO LANZARINI GOMES SILVA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
PPGTUR/CCSA (16.54)
Matrícula: ####3289

(Assinado digitalmente em 27/04/2023 11:31)
ANA NERI DA PAZ JUSTINO
DISCENTE
Matrícula: 2019#######6

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **570**, ano: **2023**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **26/04/2023** e o código de verificação: **8975d2aed1**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

SOLICITAÇÃO Nº 573/2023 - PPGTUR/CCSA (16.54)

Nº do Protocolo: 23077.050868/2023-67

Natal-RN, 26 de abril de 2023.

Ao Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no RN
A/C: **Damião Ernane de Souza**
Assunto: Solicitação de informações

Solicitamos, por meio deste, informações referentes ao Território Indígena Eleotérios do Catu, situado entre os municípios de Canguaretama e Goianinha no Rio Grande do Norte, no que se refere a:

1. Prévia de dados do Censo Demográfico 2022 dos municípios de Canguaretama e Goianinha/RN;
2. Prévia de dados do Censo Demográfico 2022 do setor Território Indígena Eleotérios do Catu.

As informações solicitadas serão utilizadas para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Neri da Paz Justino, intitulada "Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN".

Registramos, por oportuno, que a pesquisa em tela é permitida pelo órgão ambiental estadual por meio da AUTORIZAÇÃO: Nº 129 /2022 NUC-IDEMA, bem como, conta com a anuência das lideranças da comunidade em questão.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 26/04/2023 20:55)
RICARDO LANZARINI GOMES SILVA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
PPGTUR/CCSA (16.54)
Matrícula: ####3289

(Assinado digitalmente em 27/04/2023 11:27)
ANA NERI DA PAZ JUSTINO
DISCENTE
Matrícula: 2019######6

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **573**, ano: **2023**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **26/04/2023** e o código de verificação: **79c7c18892**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

SOLICITAÇÃO Nº 572/2023 - PPGTUR/CCSA (16.54)

Nº do Protocolo: 23077.050867/2023-12

Natal-RN, 26 de abril de 2023.

À Assessoria de Estudos e Pesquisas (AAEP/FUNAI)
Assunto: Solicitação de informações

Solicitamos, por meio deste, informações referentes ao Território Indígena Eleotérios do Catu, situado entre os municípios de Canguaretama e Goianinha no Rio Grande do Norte, no que se refere a:

1. Ações desenvolvidas pela FUNAI e/ou em planejamento/execução na comunidade;
2. População da comunidade, indígena e não indígena cadastrada na FUNAI;
3. Participação da FUNAI no Conselho Gestor da APA Piquiri-Una;
4. Processo 08620.014669/2018-21, identificação e Delimitação de Terras Indígenas.

Tais informações serão utilizadas para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Neri da Paz Justino, intitulada "Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN".

Registramos, por oportuno, que a pesquisa em tela é permitida pelo órgão ambiental estadual por meio da AUTORIZAÇÃO: Nº 129 /2022 NUC-IDEMA, bem como, conta com a anuência das lideranças da comunidade em questão.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 26/04/2023 20:52)
RICARDO LANZARINI GOMES SILVA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
PPGTUR/CCSA (16.54)
Matrícula: ###3#289

(Assinado digitalmente em 27/04/2023 11:28)
ANA NERI DA PAZ JUSTINO
DISCENTE
Matrícula: 2019######6

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **572**, ano: **2023**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **26/04/2023** e o código de verificação: **4bd17ec0ac**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

SOLICITAÇÃO Nº 918/2023 - PPGTUR/CCSA (16.54)

Nº do Protocolo: 23077.083837/2023-92

Natal-RN, 03 de julho de 2023.

À Secretária de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN)

A/C: Senhora Ana Maria Costa
Assunto: **Solicitação de informações**

Solicitamos, por meio deste, informações acerca da gestão do turismo no âmbito do estado do RN, a citar:

- Plano Plurianual (PPA) da Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte – SETUR/RN;
- Atas de 2021 ao presente momento do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas;
- Atas posteriores a reunião de 15 de março de 2022 do Conselho Estadual de Turismo (CONETUR).

As informações solicitadas serão utilizadas para subsidiar o desenvolvimento da tese de nossa aluna de doutorado Ana Neri da Paz Justino, intitulada "Diário de bordo: diálogos sobre turismo, áreas naturais protegidas e povos originários a partir da vivência no território indígena Eleotérios do Catu/RN".

Registramos, por oportuno, que a pesquisa em tela é permitida pelo órgão ambiental estadual por meio da AUTORIZAÇÃO: Nº 129 /2022 NUC-IDEMA, bem como, conta com a anuência das lideranças da comunidade em questão.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 14:57)
RICARDO LANZARINI GOMES SILVA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
PPGTUR/CCSA (16.54)
Matrícula: ###3020#9

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 15:21)
ANA NERI DA PAZ JUSTINO
DISCENTE
Matrícula: 2019######6

Visualize o documento original em https://sipac.ufrn.br/public/documentos/index.jsp informando seu número: **918**, ano: **2023**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **03/07/2023** e o código de verificação: **4302c5ed57**

ANEXO C – LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS DE CANGUARETAMA E GOIANINHA: ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA E FESTA DA BATATA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA
GABINETE DO PREFEITO
Pça. Augusto Severo, 242 - Centro - Canguaretama/RN
CGC 08.365.017/0001-54

Lei nº008/2000

Cria as Escolas Municipais de Ensino de 1ºGrau.

O Prefeito Municipal de Canguaretama/RN, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.
Art. 1º - Fica criadas Escolas Municipais de ensino de 1ºGrau:

a) E.M. HOMERO HOMEM – Conjunto Projeto Crescer
b) E.M. Dr. ABELARDO CALAFANGE – Conjunto Meira Lima
c) E.M. JOÃO LINO DA SILVA – Sitio Catú
d) E.M. JOÃO GOMES DE TORRES – Cidade Nova
e) E.M. MANOEL RODRIGUES – Rua Campo
f) E.M. FIRMINO ANTÔNIO DE CARVALHO – Sitio Jiquí
g) E.M. ANDRÉ LUIZ – Fazenda Eldorado
h) E.M. DR. JOSÉ TARGINO – Fazenda Outeiro
i) E.M. CARLOS F. M. VASCONCELOS – Fazenda Guajú
j) C.E.R.U. ROBERTO M. DE MELO – Barra do Cunhaú
k) E.M.ANTÔNIO CÂMARA – Piquiri
l) E.M. MANOEL OTTONI – Fazenda Cunhaú – Piquiri
m) CRECHE MARIA DO CARMO – Piquiri
n) CRECHE MENINO JESUS DE PRAGA – Piquiri
o) CRECHE CANGUARETAMA – Conj.Abel Vieira
p) JARDIM DE INFÂNCIA CRIANÇA FELIZ – Rua Getúlio Vargas
q) E.M. VITÓRIA RÉGIA – Entre Rios – B. do Cunhaú
r) E.M. PRESIDENTE FIDEL CASTRO – BR 101 – Bruta do Bode

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Otávio Lima, Canguaretama/RN, 05 de junho de 2000.

JURANDIR FREIRE MARINHO
Prefeito Municipal

PREFEITURA
É TEMPO DE TRABALHO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Prefeitura Municipal de Canguaretama
GABINETE DA PREFEITA

Lei nº.637/2015

Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 008/2000, que cria Escolas Municipais de Ensino de 1º Grau e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e na conformidade do que dispõe o artigo 11, da Lei Orgânica deste Município, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A alínea C do Art. 1º da Lei nº 008/2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Escola Municipal Indígena João Lino da Silva – Sítio Catú – Canguaretama – RN.

Art. 2º - Os efeitos técnico-administrativos e pedagógicos da referida Escola ficam assegurados em função da legalidade da vida escolar dos alunos.

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Octávio Lima, em 23 de setembro de 2015.

Maria de Fátima Borges Marinho.
Prefeita Municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.955/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Odilon Ernestino Barbalho

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 04 de Abril de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina "Escola Municipal Indígena Alfredo Lima", a atual Escola Municipal Alfredo Lima, situada na Comunidade Catu, neste Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica denominada **"Escola Municipal Indígena Alfredo Lima"**, a atual "Escola Municipal Alfredo Lima", situada na Comunidade Catu, neste Município.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 04 de abril de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BEZERRA BRAGA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:B3B015BA

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 03/05/2019. Edição 2010
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 740, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019.

Lei nº 740, de 02 de dezembro de 2019.

"Inclui no Calendário Oficial do Município de Canguaretama "o Dia da Batata", na Comunidade do Catú dos Eleotérios, no âmbito do município de Canguaretama/RN, a ser comemorado no dia 1º de novembro e dá outras providências."

Eu, **Maria de Fátima Borges Marinho, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA-RN, FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º- Fica instituído, no calendário oficial do município de Canguaretama-RN, o Dia da Batata, a ser comemorado anualmente no dia 1º de novembro, na Comunidade Indígena do Catú dos Eleotérios.
I - Incremento do turismo;
II - Conservação e desenvolvimento das tradições locais;
III - Recreação popular;
IV - Desenvolvimento das atividades econômicas;
V - Estímulo à venda de produtos locais;
VI - Palestras educativas apresentando as tradições locais.

Artigo 2º - Deverá ser dada publicidade, ao Calendário de Eventos da Cidade de Canguaretama/RN, o dia 1º de novembro de cada ano.
Artigo 3º - Durante esse dia, o Município poderá promover palestras, gincanas, festivais, apresentações teatrais, shows, atividades esportivas e de lazer e competições nas diversas modalidades.
Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Palácio Octavio Lima, Canguaretama/RN, 02 de dezembro de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita

Projeto de Lei de Autoria da vereadora **Wilinhene Cristina da Silva.**

Publicado por:
Abrão Azevedo Lopes
Código Identificador:D8E79120

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 02/12/2019. Edição 2159
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

ANEXO D – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA/ATA DO CONSELHO DE TURISMO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 684, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.

Lei nº 684, de 26 de janeiro de 2018.

Dá nova redação à Lei nº 594/2013, e dá outras providências.

Eu, Maria de Fátima Borges Marinho, Prefeita Municipal de Canguaretama, **faço** saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o **CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR**, que se constitui em órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo, para assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município de Canguaretama.

§ 1º O Conselho será composto por dois terços dos representantes da sociedade civil e um terço dos representantes do poder público, e o seu Presidente será eleito na primeira reunião dos anos pares.

§ 2º Em caso de eleição realizada em anos ímpares, seja ela por quaisquer motivos, o Presidente será eleito para o cumprimento do ano vigente e ao término do ano será realizada uma nova eleição para o biênio seguinte.

§ 3º O Secretário Executivo será designado pelo presidente eleito, bem como o Secretário-Adjunto, quando houver necessidade de tal cargo.

§ 4º As Entidades da iniciativa privada acolhidas nesta Lei indicarão os seus representantes, titular e suplente, que tomarão assento no Conselho com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por suas Entidades.

§ 5º Na ausência de Entidades específicas para outros segmentos, as pessoas que os representem poderão ser indicadas por profissionais da respectiva área ou, então, pelo COMTUR, desde que haja aprovação de dois terços dos seus membros, podendo ser reconduzidas por quem os tenham indicado.

§ 6º As pessoas de reconhecido saber em suas especialidades e aquelas que, de forma patente, possam vir a contribuir com os interesses turísticos da cidade poderão ser indicados pelo COMTUR para um mandato de dois anos, com a aprovação de dois terços dos seus membros e, também, poderão ser reconduzidas pelo COMTUR.

§ 7º Os representantes do poder público municipal, titulares e suplentes, que não poderão ser em número superior a um terço do COMTUR, serão indicados pelo Prefeito e terão mandato até o último dia dos anos pares, também podendo ser reconduzidos pelo Prefeito.

§ 8º Não poderá compor o COMTUR representante da sociedade civil que ocupe cargo ou função comissionada em qualquer das esferas da Administração Pública, devendo renunciar ao seu mandato, no prazo de cinco dias, se for nomeado para exercer cargo público de qualquer natureza.

§ 9º Para todos os casos dos parágrafos 4º ao 6º deste artigo poderão ser feitas em datas diferentes, em razão das eleições em diferentes

datas nas Entidades e, portanto, com diferentes datas para o vencimento dos seus mandatos, datas que serão controladas pelo Secretário Executivo.

§ 1º Em se tratando de representantes oriundos de cargos estaduais ou federais, agraciados por esta Lei, automaticamente serão considerados membros aqueles que sejam os titulares dos cargos, e os quais indicarão os seus respectivos suplentes.

Art. 2º. O COMTUR fica assim constituído por:

I - um terço dos representantes do poder público, sendo:

um representante da Secretaria de Turismo;
um representante da Secretaria de Educação e Cultura;
um representante da Secretaria de Esporte e Lazer;
um representante da Secretaria de Trânsito e Transporte;
um representante da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo;
um representante da Secretaria de Aquicultura e Pesca;
um representante do Poder Legislativo;
um representante dos servidores de carreira da Polícia Civil;
um representante dos servidores de carreira da Polícia Militar;
um representante do SEBRAE;

II - dois terços dos representantes da sociedade civil, assim distribuídos:
um representante integrante de entidade de proteção ambiental;
um representante integrante de associação de artesanato;
um representante integrante de associação folclóricas e culturais;
um representante dentre os praticantes de pesca esportiva;
um representante de associações de fomento ao turismo;
um representante dos guias de turismo;
um representante integrante de associação de transporte de passageiros;
um representante da Igreja Católica;
um representante das igrejas evangélicas;
um representante de organizadoras e/ou promotoras de eventos;
um representante de operadoras de turismo ou agentes de turismo e viagens;
um representante do setor de estabelecimentos de alimentos e bebidas;
um representante do setor de hospedagens;
um representante dos vendedores ambulantes;
um representante dos praticantes de esportes náuticos;
um representante da cultura afro-brasileira;
um representante da comunidade indígena;
um representante do comércio varejista
um representante do curso de turismo de escola técnica ou faculdade de turismo local;
um representante dos proprietários de casas de veraneio;
um representante do Iate Clube.

Art. 3º. Compete ao COMTUR e aos seus membros:

I - avaliar, opinar e propor sobre:
Política Ambiental e Turismo e suas diretrizes;
planos anuais ou tri-anuais que visem o desenvolvimento e a expansão do turismo no município;
instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico;
assuntos atinentes ao turismo que lhe forem submetidos.

II - inventariar, diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do município, bem como orientar a melhor divulgação do que estiver adequadamente disponível;
III - programar e executar debates sobre os temas de interesse turístico para a cidade e região, assegurando a participação popular;
IV - manter intercâmbio com as diversas Entidades oficiais ou não oficiais de turismo do município ou fora dele, para um maior aproveitamento do potencial local;
V - propor resoluções, instruções regulamentares ou atos necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou

www.diariomunicipal.com.br/femurn/materia/55E49583/03AGdBq25OvrA6wjtA5GBD1Od76IgP_mgoH6Hywt1-mfHmcUpjSVnW4WZirVjgbH1tyHitFKI...

supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo em seus diversos segmentos;
VI - propor programas e projetos nos segmentos do Turismo visando incrementar o fluxo de turistas e de eventos para a Cidade;
VII - propor diretrizes de implementação do Turismo através de órgãos municipais e os serviços prestados pela iniciativa privada com o objetivo de prover a infraestrutura local adequada à implementação do Turismo em todos os seus segmentos;
VIII - promover e divulgar as atividades ligadas ao Turismo do Município participando de feiras, exposições e eventos, bem como apoiar a Prefeitura na realização de feiras, congressos, seminários, eventos e outros, projetados para a própria cidade;
IX - propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do Turismo no Município, emitindo parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da Indústria Turística em geral;
X - colaborar com a Prefeitura e suas Secretarias nos assuntos pertinentes, sempre que solicitado;
XI - formar Grupos de Trabalho para desenvolver estudos em assuntos específicos, com prazo para a conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório ao plenário;
XII - sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no Município;
XIII - sugerir a celebração de convênios com Entidades, Municípios, Estados ou União, e opinar sobre os mesmos quando for solicitado;
XIV - indicar, quando solicitado, representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou quaisquer acontecimentos que ofereçam interesse à Política Municipal de Turismo;
XV - elaborar e aprovar o Calendário Turístico do Município;
XVI - monitorar o crescimento do Turismo no Município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;
XVII - analisar reclamações e sugestões encaminhadas por turistas e propor medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços turísticos locais;
XVIII - conceder homenagens às pessoas e instituições com relevantes serviços prestados na área de turismo:
XIX - eleger, entre os seus pares, o seu Presidente em votação secreta na primeira reunião de ano par;
XX - organizar e manter o seu Regimento Interno.
XXI - suprir, mediante decisão coletiva, homologada por decreto do Poder Executivo, os casos omissos;
XXII - estimular e organizar o turismo sustentável, preservando a identidade cultural e ecológica do Município;
XXIII - fomentar a elaboração e implantação de um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável;
XXIV - formular o plano de ação e aplicação de recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;
XXV - apreciar e deliberar os projetos que lhe sejam submetidos relativos à Política Municipal de Turismo e do Plano de Recursos do FUMTUR;
XXVI - avaliar e fiscalizar periodicamente o desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão colegiado;
XXVII - apoiar iniciativas que venham incrementar o turismo no Município de Canguaretama e promover melhorias na infraestrutura turística receptiva;
XXVIII - promover junto às autoridades de classe, campanhas no sentido de conscientizar a comunidade sobre a importância do turismo como atividade econômica.

Art. 4º. Compete ao Presidente do COMTUR:

I) representar o COMTUR em suas relações com terceiros;
II) dar posse aos seus membros;
III) definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;
IV) acatar a decisão da maioria sobre a frequência das reuniões;
V) indicar o Secretário Executivo e, quando necessário, o Secretário Adjunto;
VI) cumprir as determinações soberanas do plenário, oficiando os destinatários e prestando contas da sua Agenda na reunião seguinte;

VII) cumprir e fazer cumprir esta Lei, bem como o Regimento Interno a ser aprovado por dois terços dos seus membros;
VIII) proferir o voto de desempate.

Art. 5º. Compete ao Secretário Executivo:

I) auxiliar o Presidente na definição das pautas;
II) elaborar e distribuir a Ata das reuniões;
III) organizar o arquivo e o controle dos assuntos pendentes, gerindo a Secretaria e o Expediente;
IV) controlar o vencimento dos mandatos dos membros do COMTUR;
V) prover todas as necessidades burocráticas;
VI) substituir o Presidente nas suas ausências.

Art. 6º. Compete aos membros do COMTUR:

I) comparecer às reuniões quando convocados;
II) em votação pessoal e secreta, eleger o Presidente do Conselho Municipal de Turismo;
III) levantar ou relatar assuntos de interesse turístico;
IV) opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento turístico do Município ou da Região;
V) não permitir que sejam levantados problemas políticos partidários;
VI) constituir os Grupos de Trabalho para tarefas específicas, podendo contar com assessoramento técnico especializado se necessário;
VII) cumprir esta Lei, cumprir o Regimento Interno e as decisões soberanas do COMTUR;
VIII) convocar, mediante assinatura de vinte por cento dos seus membros, assembleia extraordinária para exame ou destituição de membro, inclusive o presidente, quando este Estatuto ou o Regimento Interno forem afetados;
XIX) votar nas decisões do COMTUR.

Art. 7º. O COMTUR reunir-se-á em sessão ordinária uma vez por mês perante a maioria de seus membros, ou com qualquer quórum trinta minutos após a hora marcada, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em qualquer data e em qualquer local.

§ 1º. As decisões do COMTUR serão tomadas por maioria simples de votos, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, caso em que serão necessários os votos da maioria absoluta de seus membros ou, ainda, nos casos previstos nos Parágrafos 4º e 5º do Art. 1º e do Art. 12.
§ 2º. Quando das reuniões, serão convocados os titulares e, também, os suplentes.
§ 3º. Os suplentes terão direito à voz mesmo quando da presença dos titulares, e, direito à voz e voto quando da ausência daquele.

Art. 8º. Perderá a representação o Órgão, Entidade ou membro que faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o ano.

Parágrafo Único. Em casos especiais, e por encaminhamento de dez por cento dos seus membros, o COMTUR poderá deliberar, caso a caso, a reinclusão de membros eliminados, mediante a aprovação em votação pessoal e secreta e por maioria absoluta.

Art. 9º. Por falta de decoro ou por outra atitude condenável, o COMTUR poderá expulsar o membro infrator, em votação secreta e por maioria absoluta, sem prejuízo da sua Entidade ou categoria que, assim, deverá iniciar a indicação de novo nome para a substituição no tempo remanescente do anterior.

Art. 10. As sessões do COMTUR serão devidamente divulgadas com a necessária antecedência, inclusive na imprensa local, e abertas ao público que queira assisti-las.

Art. 11. O COMTUR poderá ter convidados especiais, sem direito a voto, com a frequência que for desejável, sejam personalidades ou

entidades, desde que devidamente aprovado por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 12. O COMTUR poderá prestar homenagens a personalidades ou entidades, desde que a proposta seja aprovada, em votação secreta, por dois terços de seus membros ativos.

Art. 13. A Prefeitura Municipal cederá local e espaço para a realização das reuniões do COMTUR, bem como cederá um ou mais funcionários e os materiais necessários que garantam o bom desempenho das referidas reuniões.

Art. 14. As funções dos membros do COMTUR não serão remuneradas.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência, "ad referendum" do Conselho.

Art. 16. Instituído o COMTUR, e empossados os seus membros, o mesmo deve disciplinar a sua forma de organização por meio de Regimento Interno, a ser elaborado e votado por seus integrantes, no prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 17º. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 18º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 594/2013, de 22 de agosto de 2013.

Palácio Octávio Lima, Canguaretama, em 26 de janeiro de 2018.

MARIA DA FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

JOÃO PAULO PESSOA GENUÍNO DE OLIVEIRA
Vereador

ADRIANA CARLA CARVALHO DE ALBUQUERQUE TEIXEIRA
Vereadora

Publicado por:
Luis Felipe de Medeiros
Código Identificador:55E49583

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 29/01/2018. Edição 1693
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 007/2022.

Nomear o Conselho Municipal de Turismo do Município de Canguaretama/RN.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º -NOMEAR os membros para compor o Conselho Municipal de Turismo

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
TITULAR: CLERISTON ARRUDA DE ARAÚJO
SUPLENTE: MANOEL SIDNÉSIO GOMES DE MOURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
TITULAR: MARIA DE FATIMA MOREIRA
SUPLENTE: NIELLINGTON JOSÉ ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
TITULAR: LUCIANO JOSÉ MOUSINHO MOREIRA JÚNIOR
SUPLENTE: JOSÉ REGINALDO NUNES DIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE
TITULAR: ALEX VICENTE PEREIRA
SUPLENTE: GABRIEL ANDRADE DE LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
TITULAR: MARIA NADYEGE PALHANO DA SILVA
SUPLENTE: ADYLLA LUANNY APOLINÁRIO DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
TITULAR: ANDRE LUIZ LIRA DA COSTA
SUPLENTE: DEMETRIO MARTINS DE ARAUJO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
TITULAR: JUAN JOSE SOUZA RODRIGUES
SUPLENTE: VENÍCIUS RANIERE SOARES DE SANTA

INSTITUIÇÃO DE ENSINO ATUANTE
TITULAR: PAULA NORMANDIA MOREIRA BRUMATTI
SUPLENTE: PAULA WABNER GOMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AQUICULTURA
TITULAR: SERGIO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA
SUPLENTE: FRANCISCO ANTONIO GOMES

REPRESENTATES DOS VENDEDORES AMBULANTES
TITULAR: ÁLVERO JEAN DANIEL DA SILVA

SUPLENTE: LAURA SIMONE DO NASCIMENTO

REPRESENTANTES DE ORGANIZADORES E/OU PROMOTORES DE EVENTOS
TITULAR: FABIO FREIRE COUTINHO
SUPLENTE: GABRIEL GUILHERME FREIRE COUTINHO

REPRESENTANTES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA
TITULAR: JOÃO EVANGELISTA DE MOURA
SUPLENTE: VIRIDIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA

REPRESENTANTES DOS GUIAS DE TURISMO
TITULAR: HEMERSON MIGUEL DE OLIVEIRA
SUPLENTE: THIAGO ANTONIO DE OLIVEIRA

REPRESENTANTES DO SETOR DE ESTABELECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS
TITULAR: JULIA CESAR OLIVEIRA SIMAS
SUPLENTE: FRANCISCO CANINDÉ SIMAS

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE INDÍGENA
TITULAR: JOSE LUIZ SOARES
SUPLENTE: JOÃO PAULO DE SALES

REPRESENTANTES DE OPERADORES DE TURISMO OU AGENTES DE TURISMO E VIAGENS
TITULAR: MARIA JOSÉ SANTTOS PIMENTEL
SUPLENTE: GEYSON FERNANDES

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Octávio Lima, Canguaretama/RN, em 31 de janeiro de 2022.

JOÃO WILSON DE ANDRADE RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Talison Dantas
Código Identificador:4DFF2074

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 01/02/2022. Edição 2707
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 808/2022, DE 20 DE JANEIRO DE 2022.

EMENTA: *Emenda Supressiva a Lei nº 684, de 26 de janeiro de 2018 – que dá nova redação a Lei nº 594/2013 e dá o outras providências .*

PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica sancionada a EMENDA SUPRESSIVA a Lei nº 684, de 26 de janeiro de 2018 – Dando nova redação a Lei nº 594/2013.

SUPRIME no Art. 2º a seguinte redação:

II - Dois terços dos representantes da sociedade civil, assim distribuídos:

Um representante integrante de entidade de proteção ambiental;
Um representante integrante de associação de artesanatos;
Um representante integrante de associação folclóricas e culturais;
Um representante dentre os praticantes de pesca esportiva;
Um representante de associações de fomento ao turismo;
Um representante integrante de associação de transportes de passageiros;
Um representante dos praticantes de esportes náuticos;
Um representante do comércio varejista;
Um representante dos proprietários de casas de veraneio;
Um representante do Iate Clube.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio Octávio Lima, Canguaretama/RN, em 20 de janeiro de 2022

JOÃO WILSON DE ANDRADE RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal Interino

VENICIUS RANIERE SOARES DE SANTANA
Vereador Autor da Emenda:

Publicado por:
Talison Dantas
Código Identificador:521A2955

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 21/01/2022. Edição 2699
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

XXIII REUINIÃO ORDINARIA

ATA DA REUNIÃO DE CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE CANGUARETAMA

Canguaretama/RN, 25 de outubro de 2022

Local: Centro Paroquial

Abertura:10h

PAUTA

1. Concurso de SEBRAE programa turismo futuro Brasil
2. Rota do quadrículo
3. FEMPTUR
4. FENACAM
5. Fundo de turismo
6. Eleição do suplente da secretaria executiva

PATICIPANTES
CLERISTON ARRUDA DE ARAUJO
MANOEL SIDNESIO GOMES DE MOURA
SEBASTIAO HELIO DA COSTA JUNIOR
NILLINGTON JOSE ALVES
ANDRE LUIZ LIRA DA COSTA
SERGIO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA
ALVARO JEAN DANIAEL DA SILVA
ADYLLA LUANNY APOLINARIO DA SILVA
GABRIEL DE ANDRADE DE LIMA
JUAN JOSE SOUZA ROGRIGUES

Ao vigésimo quinto dia do mês de outubro de ano de dois mil e vinte dois foi aberta a vigésima terceira reunião ordinária do conselho de turismo de Canguaretama-COMTUR biênio 2022/2023.

A reunião foi aberta pelo secretario executivo Sebastião Hélio da Costa Junior às dez horas agradecendo a presença de todos, foi dada a palavra ao senhor Manoel Sidnesio Gomes de Moura, ele falou sobre o concurso do SEBRAE programa turismo futuro Brasil, falando da oportunidade do município de participar, sendo colocado em votação foi aprovado a participação por maioria dos membros no concurso.

Logo após o secretario executivo de conselho Sebastião Hélio da costa Junior, falou sobre a rota dos mirantes e rota dos quadrículos agradecendo e o esforço do senhor Cleriston Arruda de Araújo e apoio da empresa Pipa UTV, foi falado sobre o sucesso do município mais uma vez na FEMPTUR. Foi comunicado a participação de Canguaretama na FENACAM que acontecerá nos dia 16,17 e 18 de novembro de 2022 e já agradecendo a Secretaria Municipal de Pesca e as empresas CAMAR, CAMANOR E BARRACA MIRAMAR pelo apoio. O senhor Manoel Sidnesio Gomes de Moura tomando a palavra novamente, falou sobre a necessidade da taxa de turismo para bares, restaurantes, e meios de hospedagem para auxiliar nas necessidades de melhorias na infraestrutura turística e participação da Secretaria de Turismo em algumas ações de divulgação do destino. Ele complementou que a taxa de turismo irá para o fundo de turismo do município de Canguaretama onde foi amplamente debatido e aprovado por unanimidade pelos membros do conselho a necessidade da criação da taxa. Depois foi levado o nome do senhor Manoel Sidnesio Gomes de Moura para ser Suplente do secretário executivo do conselho, sendo aprovado por unanimidade dos membros do conselho.

Sem mais para o momento, a reunião foi encerada às onze horas pelo secretário executivo que agradeceu a presença de todos. A ata foi feita por mim Sebastião Hélio da Costa Junior.

Cleriston Arruda de Araújo

Sebastião Hélio da Costa Junior

Ádylla Luanny Apolinário da Silva

Gabriel Andrade de Lima

Francisco Antônio Gomes

André Luiz Lira da Costa

ANEXO E – RESPOSTA IBGE



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte

OFÍCIO Nº 105/2023/SES/RN/IBGE.

Natal, 8 de maio de 2023.

Ao Senhor
RICARDO LANZARINI GOMES SILVA
Coordenador
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - PPGTUR, 1 - Lagoa Nova
59.078-970 - Natal - RN - Brasil

Assunto: Em resposta a a SOLICITAÇÃO Nº 573/2023 - PPGTUR/CCSA (16.54) Nº do Protocolo: 23077.050868/2023-67

Senhor Coordenador,

Em atenção a SOLICITAÇÃO Nº 573/2023 - PPGTUR/CCSA (16.54) Nº do Protocolo: 23077.050868/2023-67 Natal-RN, 26 de abril de 2023, em relação ao item 1, informo que a prévia divulgada pelo IBGE em dezembro de 2022 refere-se apenas ao número de moradores por município e somente com a divulgação final do Resultado do Censo Demográfico 2022 as demais informações serão disponibilizadas.

Os dados já divulgados são de acesso público, estando disponíveis no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados

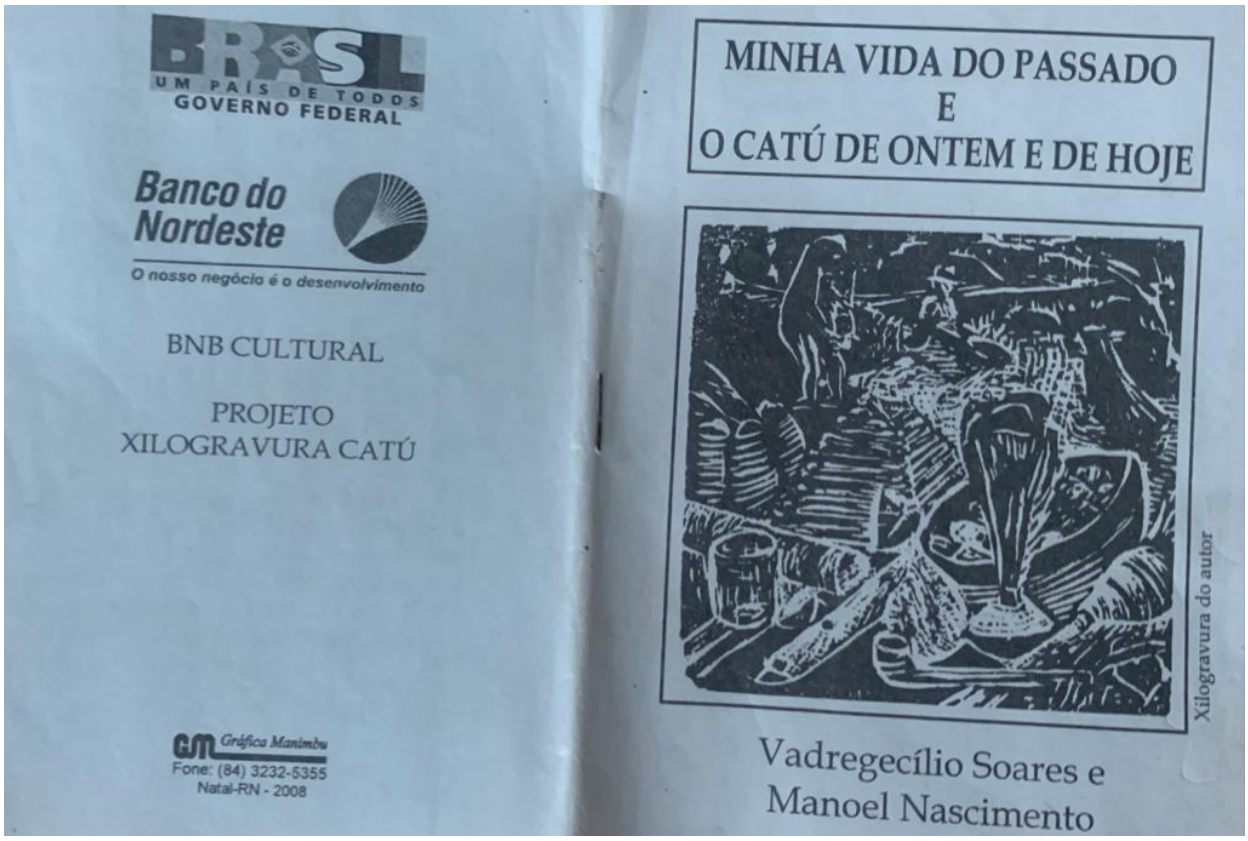
Em relação aos demais dados sobre o Censo 2022, a operação está na fase de apuração dos resultados e apenas em 28/06/2023 haverá a divulgação dos resultados preliminares, conforme comunicado oficial do IBGE: https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=36803

Portanto, dados sobre Populações e Comunidades Tradicionais específicas deverão ser disponibilizadas apenas quando da divulgação definitiva dos resultados da operação censitária.

Certo de contar com a vossa compreensão, agradecemos o contato e permanecemos à disposição.

Avenida Prudente De Morais, 161 - 1º Andar - Petrópolis
59.020-400 - Natal - RN - Tel: (84) 33429450 // (84) 33429490
http://www.ibge.gov.br • 0800 721 8181

ANEXO F – LITERATURA DE CORDEL



BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento

BNB CULTURAL

PROJETO
XILOGRAVURA CATÚ

GM Gráfica Manimbu
Fone: (84) 3232-5355
Natal-RN - 2008

MINHA VIDA DO PASSADO
E
O CATÚ DE ONTEM E DE HOJE

Xilogravura do autor

Vadregecílio Soares e
Manoel Nascimento

ANEXO G – CONVITE SETUR

RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

Av. Senador Dinarte Mariz, S/N, - Bairro Ponta Negra, Natal/RN, CEP 59.090-002
Telefone: - http://setur.rn.gov.br

Oficio Circular nº 1/2023/SETUR - CAO-SETUR

Aos Senhores e senhoras,

Assunto: **Consultoria de Turismo de Base Comunitária com comunidades tradiconais.**

Referência: Caso responda este Oficio, indicar expressamente o Processo nº 02410015.003983/2023-84

Prezados (as),

O Governo do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado do Turismo (Setur/RN), firmou convênio com o Sebrae/RN com foco na interiorização do turismo. As ações propostas do citado convênio visam fomentar a política pública de regionalização do turismo, a necessidade de interiorização da atividade turística e a diversificação da oferta turística potiguar, com a criação de novas experiências turísticas, entre as quais o trabalho com as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, geração de renda nas comunidades beneficiadas, estruturação do ecoturismo, turismo de aventura e espeleológico e demais ações que se façam pertinentes.

Neste projeto piloto, objeto do convênio será oferecido consultoria técnica as seguintes comunidades tradicionais:

- Indígenas: Catu (Canguaretama) Jacu e Trabanda (Sagi/Baía Formosa);

- Quilombola: Sibaúma (Tibau do Sul).

Desta forma, para apresentar as ações previstas na consultoria a ser realizada no convênio, vimos convidar os agentes para participar da reunião de forma virtual pelo link: https://meet.jit.si/StandingTopicsPrayWhere, no dia **23 de Agosto de 2023 às 9h00,** com o objetivo de alinhar as informações, bem como realizar o levantamento de dados sobre o **Projeto Turístico de Base Comunitária** nas comunidades tradicionais inseridas no processo.

A SETUR reitera a importância do projeto como ferramenta de incremento ao Turismo do RN, e desse modo solicita-se a colaboração dos atores envolvidos, para o êxito das atividades. À disposição e contamos com vossa participação, e-mail para dúvidas: auramelornsetur@gmail.com.

Atenciosamente,